



Ministério da Cultura
Secretaria do Audiovisual

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Brasília, março de 2013



Ministério da Cultura **Secretaria do Audiovisual**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria-TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU nº 133/2013.

Unidades Agregadas:
Centro Técnico Audiovisual (CTAv)
e Cinemateca Brasileira

Elaboração: Coordenação de Gestão Estratégica
da Secretaria do Audiovisual

Brasília, março de 2013

SUMÁRIO

nº página

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| PARTE A – CONTEÚDO GERAL | 10 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES | 10 |
| 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada - Relatório de Gestão Agregado | 10 |
| 1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade | 11 |
| 1.3. Organograma Funcional | 13 |
| 1.4. Macroprocessos Finalísticos | 15 |
| 1.5. Macroprocessos de Apoio | 16 |
| 1.6. Principais Parceiros | 17 |
| 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES | 18 |
| 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO | 18 |
| 3.1. Estrutura de Governança | 18 |
| 3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos | 18 |
| 3.3. Remuneração Paga a Administradores | 20 |
| 3.4. Sistema de Correição | 20 |
| 3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU | 20 |
| 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 20 |
| 4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ | 20 |
| 4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 20 |
| 4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 20 |
| 4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 23 |
| 4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 25 |
| 4.1.5. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ | 27 |
| 4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ | 27 |
| 4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa | 28 |
| 4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ | 28 |
| 4.2.2. Programação de Despesas | 28 |
| 4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes | 28 |
| 4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital | 29 |
| 4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência | 30 |
| 4.2.2.4. Análise Crítica da Programação de Despesas | 30 |
| 4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa | 32 |
| 4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa | 34 |
| 4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários da UJ | 34 |
| 4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários | 34 |
| 4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários | 36 |
| 4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação | 38 |
| 4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação | 38 |
| 4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação | 39 |
| 4.2.4.3. Análise Crítica da Execução Orçamentária da Despesa | 40 |
| 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 40 |

| | |
|--|-----------|
| 5.1. Reconhecimento de Passivos | 40 |
| 5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 40 |
| 5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 40 |
| 5.2.2. Análise Crítica sobre a Gestão de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 41 |
| 5.3. Transferências de Recursos | 42 |
| 5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício | 42 |
| 5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios | 42 |
| 5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes | 43 |
| 5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse | 43 |
| 5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse | 44 |
| 5.3.6. Análise Crítica da Gestão de Transferências | 45 |
| 5.4. Suprimento de Fundos | 45 |
| 5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ | 45 |
| 5.5.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ | 46 |
| 5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida | 47 |
| 5.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Física e Pessoa Jurídica | 47 |
| 5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoa Física e Pessoa Jurídica | 48 |
| 5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária | 48 |
| 5.5.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas | 48 |
| 5.5.7. Comunicações à RFB | 49 |
| 5.5.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas | 49 |
| 5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal | 49 |
| 5.5.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB | 49 |
| 5.6. Gestão de Precatórios | 49 |
| 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS | 50 |
| 6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos | 50 |
| 6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada | 50 |
| 6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada | 50 |
| 6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho | 51 |
| 6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade | 52 |
| 6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade | 52 |
| 6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada | 53 |
| 6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas | 54 |
| 6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria | 54 |
| 6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada | 54 |
| 6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos | 54 |
| 6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos | 54 |
| 6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação | 55 |
| 6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos | 55 |

| | |
|---|-----------|
| 6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários | 55 |
| 6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão | 55 |
| 6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público | 55 |
| 6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados..... | 56 |
| 6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada | 56 |
| 6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão..... | 56 |
| 6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários | 56 |
| 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO..... | 56 |
| 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO | 56 |
| 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 57 |
| 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | 57 |
| 10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício | 57 |
| 10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | 57 |
| 10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 57 |
| 10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício | 57 |
| 10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício | 79 |
| 10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna | 79 |
| 10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93..... | 79 |
| 10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93..... | 80 |
| 10.3.2. Análise Crítica do Acompanhamento da Entrega das DBR | 80 |
| 10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV | 80 |
| 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 81 |
| 11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público..... | 81 |
| 11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis | 81 |
| 11.2.1. Declaração Plena | 81 |
| 11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 | 81 |
| 11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 | 81 |
| 11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais..... | 81 |
| 11.6. Parecer da Auditoria Independente | 81 |
| 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 81 |
| 12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ..... | 81 |
| PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS | 81 |
| 1. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A TERMO DE PARCERIA | 81 |
| 1.1. Identificação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada..... | 82 |
| 1.2. Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados | 83 |
| 1.3. Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados | 83 |
| 1.4. Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria | 84 |
| RESULTADOS E CONCLUSÕES..... | 85 |

LISTA DE QUADROS

nº página

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Identificação – Relatório de Gestão agregado (A.1.3) | 10 |
| Quadro 2 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ (A.3.1) | 18 |
| Quadro 3 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ (A.4.2)..... | 20 |
| Quadro 4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ (A.4.4) | 25 |
| Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ (A.4.7)..... | 28 |
| Quadro 6 – Programação de despesas correntes (A.4.8) | 28 |
| Quadro 7 – Programação de despesas de capital (A.4.9)..... | 29 |
| Quadro 8 – Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência (A.4.10) .. | 30 |
| Quadro 9 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa (A.4.11) | 32 |
| Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários (A.4.12) | 34 |
| Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários (A.4.13)..... | 36 |
| Quadro 12 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação (A.4.14)..... | 38 |
| Quadro 13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação (A.4.15).... | 39 |
| Quadro 14 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (A.5.2)..... | 40 |
| Quadro 15 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (A.5.4).... | 42 |
| Quadro 16 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes (A.5.5)..... | 43 |
| Quadro 17 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse (A.5.6)..... | 43 |
| Quadro 18 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse (A.5.7)..... | 44 |
| Quadro 19 – Renúncias tributárias sob gestão da UJ (A.5.13) | 46 |
| Quadro 20 – Valores renunciados e respectiva contrapartida (A.5.14) | 47 |
| Quadro 21 – Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas Físicas (A.5.15) | 47 |
| Quadro 22 – Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas Jurídicas (A.5.16) | 48 |
| Quadro 23 – Prestações de contas de renúncia de receitas (A.5.20)..... | 49 |
| Quadro 24 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12 (A.6.1) | 50 |
| Quadro 25 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – situação em 31/12 (A.6.2) | 50 |
| Quadro 26 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – situação em 31/12 (A.6.3) | 51 |
| Quadro 27 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação em 31/12 (A.6.4) | 52 |
| Quadro 28 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação em 31/12 (A.6.5) | 52 |
| Quadro 29 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (A.6.6) | 53 |
| Quadro 30 – Composição do quadro de servidores inativos – situação em 31/12 (A.6.7)..... | 54 |
| Quadro 31 – Instituidores de pensão – situação em 31/12 (A.6.8) | 54 |
| Quadro 32 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada (A.6.14) | 55 |
| Quadro 33 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados (A.6.15) | 55 |
| Quadro 34 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados (A.6.16) | 56 |
| Quadro 35 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.10.3) | 57 |
| Quadro 36 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (A.10.5) | 80 |
| Quadro 37 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício (B.38.1) | 82 |
| Quadro 38 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de Termo de Parceria (B.38.2) | 83 |

| | |
|---|----|
| Quadro 39 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência (B.38.3) | 83 |
| Quadro 40 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99) (B.38.4) | 83 |
| Quadro 41 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício (B.38.5) | 84 |

ANEXO 1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

ANEXO 2 – Declaração de Regularidade dos Beneficiários de Renúncia Tributária

ANEXO 3 – Declaração SIASG

ANEXO 4 – Declaração SICONV

ANEXO 5 – Declaração do Contador Responsável

ANEXO 6 – Relatórios de Gestão do exercício de 2012 do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e
da Cinemateca Brasileira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCA – Associação Brasileira de Cinema de Animação
ABD – Associação Brasileira de Documentaristas
ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ABPI-TV – Associação Brasileira de Produtores Independentes para TV
ABRACI – Associação Brasileira de Cineastas
ABRAGAMES – Associação Brasileira dos Desenvolvedores de Jogos Digitais
AC – Autores de Cinema
ACCRJ – Associação de Críticos de Cinema do Rio de Janeiro
ACIGAMES – Associação Comercial, Industrial e Cultural de Games
Ancine – Agência Nacional do Cinema
Apaci – Associação Paulista de Cineastas
APCA – Associação Paulista dos Críticos de Arte
APTC – Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos
AR – Associação de Roteiristas
CDPE – Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNC – Conselho Nacional de Cineclubes
CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Conjur – Consultoria Jurídica
COPCC – Coordenação de Prestação de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CTAv – Centro Técnico Audiovisual
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
FEPA – Fórum de Experiências Populares em Audiovisual
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNC – Fundo Nacional da Cultura
FORCINE – Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MinC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OCI – Órgão de Controle Interno
PC – Prestações de contas
PLOA – Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura
RP – Restos a pagar

RFB – Receita Federal do Brasil
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
Salic – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SAC – Sociedade Amigos da Cinemateca
SAv – Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SE – Secretaria Executiva
SEPPIR/PR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SIAESP – Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINDCINE – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
STIC – Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada ao TCU
UO – Unidade Orçamentária

**MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DO AUDIOVISUAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está estruturado conforme o que estabelecem a Decisão Normativa – TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, e a Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012. A numeração dos itens e subitens respeita a numeração constante do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, com o detalhamento trazido pelo Anexo à Portaria TCU nº 150/2012. Os quadros seguem a numeração sequencial, na ordem de apresentação no documento, mas trazem a numeração estabelecida na Portaria TCU nº 150/2012 entre parênteses, para facilitar a identificação. Os relatórios das UJs agregadas, Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e Cinemateca Brasileira, estão anexados a este relatório.

Dos itens arrolados na Parte A – Conteúdo Geral, do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, não se aplicam à UJ responsável pela apresentação do relatório o item 7 (Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário), pois a UJ não é responsável pela gestão de patrimônio mobiliário ou imobiliário. As informações referentes ao item 8 (Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento) e ao item 9 (Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, uma vez que esta concentra as atividades relativas aos itens. Da parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, o único item que se aplica é o 38, referente a termos de parceria. Não se aplica à UJ, ainda, os itens da Parte C do Anexo II da DN, uma vez que a UJ não consta entre as unidades que devem apresentar as informações ali listadas.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES (Item 1 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada - Relatório de Gestão Agregado

Quadro 1 – Identificação – Relatório de Gestão agregado (A.1.3)

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|---|------------------------------|--------------------------|----------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura | | | Código SIORG: 1926 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora | | | |
| Denominação completa: Secretaria do Audiovisual | | | |
| Denominação abreviada: SAV | | | |
| Código SIORG: 3662 | Código na LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 420006 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | CNPJ: 01.264.142/0001-29 | |
| Principal Atividade: Administração de arte e cultura; Administração pública | | | Código CNAE: 8412-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (61) 2024-2871 | (61) 2024-2800 | Fax: (61) 2024-2999 |
| E-mail: audiovisual@cultura.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.cultura.gov.br | | | |
| Endereço Postal: SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre B, 8º andar CEP: 70308-200 Brasília / Distrito Federal | | | |
| Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas | | | |
| Número de Ordem: 1 | | | |
| Denominação completa: Centro Técnico Audiovisual | | | |
| Denominação abreviada: CTAV | | | |
| Código SIORG: 077474 | Código na LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 420036 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | CNPJ: 01.264.142/0001-29 | |
| Principal Atividade: Administração de arte e cultura; Administração pública | | | Código CNAE: 8412-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (21) 3501-7800 | (21) 3501-7803 | |
| E-mail: ctav@cultura.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.ctav.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Avenida Brasil, 2482, Benfica / CEP: 20930-040 - Rio de Janeiro / RJ | | | |
| Número de Ordem: 2 | | | |
| Denominação completa: Cinemateca Brasileira | | | |
| Denominação abreviada: Cinemateca | | | |
| Código SIORG: 10701 | Código na LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 420037 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | CNPJ: 01.264.142/0023-34 | |
| Principal Atividade: Administração de arte e cultura; Administração pública | | | Código CNAE: 8412-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (11) 3512-6111 | (11) 3512-6121 | |
| E-mail: contato@cinemateca.org.br | | | |
| Página na Internet: http://www.cinemateca.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Largo Senador Raul Cardoso, 207, Vila Clementino / CEP: 04021-070 - São Paulo / SP | | | |
| Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Lei nº 9.649/1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.216-37/2001, publicada no DOU de 01/09/2001 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, publicada no DOU de 01/06/2012 | | | |

| | |
|--|--------------------------------|
| Regimento Interno: Portaria nº 17/2007, publicada no DOU de 03/05/2007 | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | |
| Cartilha “O que faz a Secretaria do Audiovisual?”; Catálogo da Programadora Brasil | |
| Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 420006 | Secretaria do Audiovisual/MINC |
| Código SIAFI | Nome |
| 340033 | Secretaria do Audiovisual/FNC |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 00001 | Tesouro Nacional |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 420006 | 00001 |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 340033 | 00001 |

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O audiovisual alcançou, indiscutivelmente, um patamar de política estratégica de Estado. Hoje é impossível dissociá-lo das manifestações políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. O setor possui um poder capaz de catalisar as dimensões identitária, simbólica, social, cidadã e econômica da cultura brasileira. Uma clara comprovação da importância estratégica do segmento para o País pode ser percebida com a inserção dos serviços audiovisuais no Plano Brasil Maior, considerado a maior política pública de desenvolvimento industrial brasileiro e que tem como objetivo principal o aumento da competitividade da indústria nacional, por meio de estímulos ao investimento e à inovação; desoneração e importação de equipamentos de produção; promoção do comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno.

Nesse sentido, é atribuição da SAV elaborar a política nacional para o cinema e o audiovisual, em consonância com o Conselho Superior de Cinema, e estabelecer diretrizes gerais para o desenvolvimento dessa indústria. Para tal, a SAV trabalha em vários eixos.

Em primeiro lugar, o fomento às atividades cinematográficas e audiovisuais brasileiras. Amparada pelos instrumentos legais da Lei nº 8.313/91, que estabelece o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) – a saber, o Mecanato (captação de recursos por meio da renúncia fiscal) e o Fundo Nacional da Cultura (FNC, recursos orçamentários) –, a SAV recebe projetos culturais da sociedade civil, na área do audiovisual, analisando-os e administrando-os. Esses projetos devem ser de co-produção, produção, distribuição, comercialização, exibição e infra-estrutura audiovisual e cinematográfica.

Em segundo lugar, a participação de obras cinematográficas e audiovisuais em festivais e mostras nacionais e mostras de cinema brasileiro no exterior. Dessa forma, dá-se visibilidade e divulgação ao produto nacional, fortalecendo-o economicamente e disseminando-se a cultura nacional dentro e fora do país.

Em terceiro lugar, a preservação e difusão da memória audiovisual do país, por meio da Cinemateca Brasileira e do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais (CTAv), ligados diretamente à estrutura da secretaria. Essas instituições são responsáveis pela guarda, preservação e difusão de um vasto acervo, representativo do patrimônio audiovisual brasileiro. Dessa forma, pode-se ter acesso a grande parte da memória do país, o que contribui com o desenvolvimento

cultural brasileiro. Além disso, a produção audiovisual contemporânea pode se espelhar na produção do passado.

Em quarto lugar, o apoio à pesquisa, formação e qualificação profissional na área do audiovisual. O objetivo é o de aprimorar tecnicamente e incentivar a inovação por parte dos profissionais da área. Dessa maneira, aumenta-se a qualidade do produto audiovisual brasileiro e, conseqüentemente, seu potencial de competitividade no mercado.

Outro eixo de atuação da SAV é o da promoção da cidadania, da inclusão audiovisual. No mundo contemporâneo, em que grande parte do exercício da cidadania passa pelos meios audiovisuais, é vital que o cidadão brasileiro tenha acesso aos meios de produção e fruição audiovisuais. Só assim sua cidadania poderá ser plenamente exercida.

Em 2012 foi lançado Edital de Chamamento Público, para apoio a propostas em consonância com as macropolíticas da SAV (desenvolvimento sustentável do audiovisual; inovação; fomento; capacitação; preservação; internacionalização; infância e juventude). Foram ainda apoiados 63 projetos de produção, selecionados em 5 editais de 2011, entre produções de baixo orçamento, curta metragens, documentários e roteiros cujo valor total do somatório de projetos ultrapassou 7 milhões de reais.

Em 2012 estreitaram-se relações interministeriais, visando ao desenvolvimento da indústria audiovisual nacional, o que resultou na inserção do segmento no Plano Brasil Maior. Fortaleceram-se ainda relações internacionais no setor, com a formação de profissionais em Cuba e o desenvolvimento de ações de preservação e distribuição de conteúdos audiovisuais do MERCOSUL.

Destacam-se também, no período, ações articuladas com outros órgãos do Governo Federal, tais como com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que resultou no lançamento em 2012 do Edital Curta Afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, para o apoio em 2013 à produção de até 6 obras audiovisuais de curta-metragem dirigidos ou produzidos por jovens negros. Outra parceira importante se deu com o Ministério do Meio Ambiente, para o lançamento em 2013 de edital para o apoio à produção de micrometragens e jogos eletrônicos com temática ambiental.

No âmbito da renúncia fiscal (Lei Rouanet), uma das principais linhas de apoio da SAV, foram aprovados 684 projetos nos diversos segmentos do audiovisual, em um valor total de mais de R\$ 438 milhões, dos quais foram captados aproximadamente R\$ 115 milhões.

Ainda é de se salientar a ampliação do escopo de atuação e da prestação de serviços do Centro Técnico Audiovisual e da Cinemateca Brasileira, no que tange à preservação, apoio à produção e formação nas diversas vertentes do audiovisual.

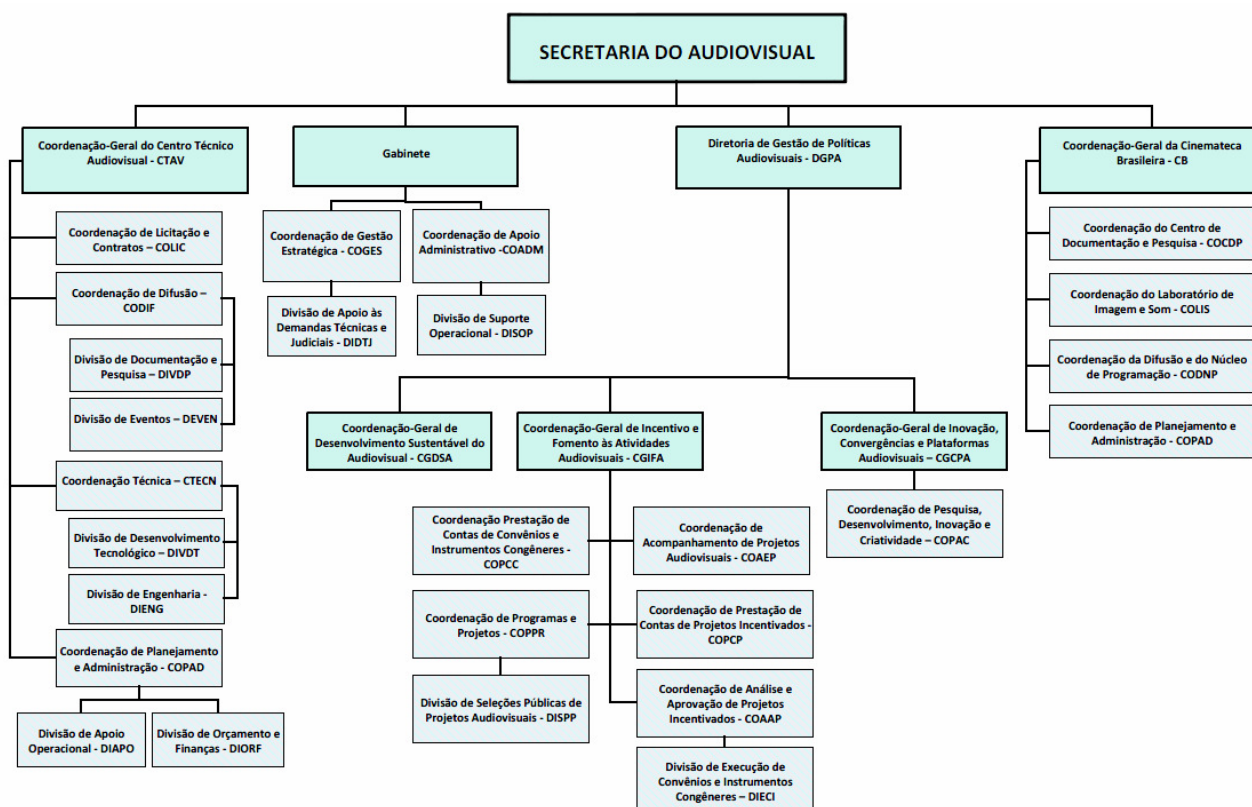
Também é importante destacar que 2012 foi o ano de uma grande revolução do setor: o início de vigência da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e insere espaços de cota obrigatória de conteúdos brasileiros na televisão por assinatura, especialmente produzidos por produtoras brasileiras independentes, estimulando assim a competitividade, qualificação e mais pluralismo e diversidade à população.

Para 2013, a SAV envidará esforços na ampliação do circuito não comercial de exibição, fortalecendo programas como o Cine Mais Cultura, e incrementará a preservação e difusão de obras audiovisuais nacionais, implementando uma política nacional de preservação e ampliando o projeto Programadora Brasil. Atuará também para o aumento de Núcleos de Produção Digital pelo país,

para descentralizar a produção audiovisual regionalmente, apoiando a produção local e formando mão de obra técnica. Tudo isso pautado pelo princípio da inclusão social, na promoção do acesso tanto à fruição quanto à produção audiovisual.

1.3. Organograma Funcional

A Secretaria do Audiovisual se estrutura da seguinte forma:



Conforme organograma da Secretaria do Audiovisual acima, destacam-se de forma sucinta as principais atribuições das unidades administrativas que compõem a SA_v, incluindo as atribuições da própria Secretaria. As atribuições do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira serão apresentadas nos Relatórios de Gestão próprios, peças integrantes deste relatório:

- **Secretaria do Audiovisual:** propor política nacional do cinema e do audiovisual, a ser submetida ao Conselho Superior do Cinema e propor políticas, diretrizes gerais e metas para o desenvolvimento da indústria audiovisual e cinematográfica brasileira, a serem submetidas ao Conselho Superior do Cinema;
 - **Gabinete:** prestar assistência ao Secretário em suas funções de representação institucional e orientar e supervisionar a execução das atividades de apoio administrativo da Secretaria;
 - **Coordenação de Apoio Administrativo (COADM):** preparar, examinar, redigir e revisar os atos administrativos e demais documentação a ser submetida ao Chefe de Gabinete além de planejar, preparar e organizar a logística de reuniões e eventos que demandam a participação do Secretário do Audiovisual e do Chefe de Gabinete;
 - **Divisão de Suporte Operacional (DISOP):** compete prestar apoio técnico-operacional ao acompanhamento e avaliação da execução das atividades da

Coordenação de Apoio Administrativo necessárias ao desenvolvimento das atividades do Gabinete da Secretaria do Audiovisual;

- **Coordenação de Gestão Estratégica (COGES):** promover estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da gestão pública do segmento audiovisual e apoiar a elaboração de mecanismos para medir e avaliar os resultados das políticas públicas para o segmento audiovisual;
 - **Divisão de Apoio às Demandas Técnicas e Judiciais (DIDTJ):** compete prestar assistência técnica e operacional às respostas às demandas técnicas, inclusive órgãos de controle, e aos processos judiciais e administrativos pertinentes às áreas de atuação da Secretaria;
- **Diretoria de Gestão de Políticas Audiovisuais (DGPA):** formular estudos e planos setoriais de diretrizes e metas para políticas audiovisuais, com base no Plano Nacional de Cultura e nas recomendações do Conselho Superior de Cinema e formular, executar e acompanhar programas de fomento à cadeia produtiva do audiovisual, incluídos o desenvolvimento de processos e projetos, formação, capacitação, difusão e preservação dos acervos;
 - **Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Audiovisual (CGDSA):** coordenar ações referentes ao desenvolvimento sustentável do audiovisual e identificar e promover oportunidades para o desenvolvimento sustentável e o crescimento da indústria audiovisual brasileira;
 - **Coordenação-Geral de Incentivo e Fomento às Atividades Audiovisuais (CGIFA):** elaborar e supervisionar as políticas, os programas e os projetos que visem fomentar as atividades audiovisuais além de avaliar as programações específicas, políticas nacionais e setoriais, bem como auxiliar na seleção dos programas, projetos e ações culturais que objetivem a utilização de recursos advindos do Programa Nacional de Cultura (Pronac) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);
 - **Coordenação de Análise e Aprovação de Projetos Incentivados (COAAP):** receber e analisar as propostas audiovisuais apresentadas no âmbito do Pronac, a serem realizadas por meio de incentivo fiscal e submeter os projetos culturais à avaliação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC);
 - **Divisão de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres (DIECI):** elaborar minutas de convênios e instrumentos congêneres, extratos e demais documentos afetos à sua área de competência e dar subsídios à Coordenação de Prestação de Contas para responder as demandas dos Órgãos de controle interno e externo;
 - **Coordenação de Acompanhamento de Projetos Audiovisuais (COAEP):** verificar a compatibilidade entre as ações implementadas pelo beneficiário e as propostas apresentadas e aprovadas quando da liberação dos recursos correspondentes e acompanhar e avaliar a execução físico-financeira dos instrumentos de repasse verificando a legalidade, eficácia, eficiência e efetividade dos procedimentos adotados e das ações desenvolvidas;
 - **Coordenação de Prestação de Contas de Projetos Incentivados (COPCP):** analisar a prestação de contas dos projetos incentivados pelo Pronac, para validação das instâncias superiores e sistematizar os procedimentos de análise e emissão de parecer sobre a prestação de contas, bem como atualizar os sistemas informatizados do Ministério;
 - **Coordenação de Prestação de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres (COPCC):** analisar a prestação de contas dos recursos repassados mediante convênios e instrumentos congêneres e submeter ao

ordenador de despesas a análise das prestações de contas dos recursos repassados;

- **Coordenação de Programas e Projetos (COPPR):** elaborar minutas de editais para seleção de projetos audiovisuais e instruir e analisar os processos de formalização dos editais de seleção de projetos audiovisuais;
 - **Divisão de Seleções Públicas de Projetos Audiovisuais (DISPP):** prestar informações e esclarecimentos aos concorrentes acerca dos editais publicados e comunicar, orientar e apoiar os proponentes selecionados sobre as etapas e exigências definidas no edital, bem como sobre a documentação a ser apresentada;
- **Coordenação-Geral de Inovação, Convergências e Plataformas Audiovisuais (CGCPA):** elaborar políticas, estratégias e programas de desenvolvimento de conteúdos, processos criativos e modelos de negócios nas áreas de rádio, TV, animação, jogos eletrônicos, internet, telefonia móvel e outras plataformas e formatos audiovisuais decorrentes da criatividade, inovação tecnológica e convergência digital e coordenar ações de incentivo à inovação audiovisual em diferentes segmentos e indústrias;
 - **Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Criatividade (COPAC):** realizar análises, estudos, pesquisas e mapeamentos dos setores produtivos do audiovisual e criar e manter base de dados sobre a cadeia produtiva do audiovisual.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

O incentivo a projetos audiovisuais é um importante macroprocesso finalístico na Secretaria do Audiovisual, que engloba diversos eixos de atuação. O eixo principal deste macroprocesso engloba o apoio financeiro a projetos de coprodução, produção, distribuição, comercialização, exibição e infraestrutura audiovisual e cinematográfica. O objetivo deste macroprocesso é fortalecer o mercado audiovisual brasileiro. Basicamente, este macroprocesso finalístico se ampara nos seguintes instrumentos legais: Lei nº 8.313/91, que estabelece o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com dois instrumentos de apoio – a saber, o Mecenato (captação de recursos por meio da renúncia fiscal) e o Fundo Nacional da Cultura (FNC, recursos orçamentários).

Esta implementação de projetos é fortalecida, entretanto, por outros eixos de atuação que complementam o apoio financeiro aos projetos como foram explicados anteriormente, a serem melhores detalhados a seguir:

- **Participação de obras cinematográficas e audiovisuais em festivais e mostras nacionais e mostras de cinema brasileiro no exterior:** Objetiva-se dar maior visibilidade e divulgação ao produto nacional, fortalecendo-o economicamente e disseminando-se a cultura nacional dentro e fora do país.
- **Preservação e difusão da memória audiovisual do país, por meio da Cinemateca Brasileira e do Centro Técnico Audiovisual (CTAv):** Essas instituições são responsáveis pela guarda, preservação e difusão de um vasto acervo, representativo do patrimônio audiovisual brasileiro. Dessa forma, pode-se ter acesso a grande parte da memória do país, o que contribui com o desenvolvimento cultural brasileiro. Além disso, a produção audiovisual contemporânea pode se espelhar na produção do passado.
- **Apoio à pesquisa, formação e qualificação profissional na área do audiovisual:** O objetivo é o de aprimorar tecnicamente e incentivar a inovação por parte dos profissionais da área. Dessa maneira, aumenta-se a qualidade do produto audiovisual brasileiro e, conseqüentemente, seu potencial de competitividade no mercado.

- **Promoção da cidadania, por meio da inclusão audiovisual:** No mundo contemporâneo, em que grande parte do exercício da cidadania passa pelos meios audiovisuais, é vital que o cidadão brasileiro tenha acesso aos meios de produção e fruição audiovisuais. Só assim sua cidadania poderá ser plenamente exercida.

Basicamente, no ano de 2012, a SAV se utilizou dos instrumentos legais disponíveis como o Mecenato e o Fundo Nacional de Cultura para implementar ações diretas de apoio a projetos audiovisuais que fluíram normalmente.

1.5. Macroprocessos de Apoio

- **Mecenato:**

A SAV recebe projetos audiovisuais que desejam se beneficiar da captação de recursos por meio da renúncia fiscal e faz uma pré-análise dos projetos que entram na sua unidade. Basicamente, nestes processos são feitos um *check-list* da documentação apresentada e uma análise técnica por parecerista externo. Havendo um parecer técnico afirmativo, o processo é submetido à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), a quem cabe aprovar ou rejeitar o projeto. A partir da aprovação, são tomadas medidas por parte da Secretaria do Audiovisual para o acompanhamento do mesmo. Não houve nenhum óbice para a recepção de projetos pela modalidade de Mecenato no ano de 2012 e os projetos submetidos à SAV seguiram o trâmite administrativo normal, sem maiores dificuldades.

- **Editais:**

A SAV elabora editais em consonância com as diretrizes do Programa de Editais e Fomento à Produção Audiovisual Brasileira. Em essência, há 5 etapas envolvidas neste macroprocesso. Na primeira etapa, há um processo inicial de definição de conceito e objeto do Edital. Na segunda etapa ocorre a elaboração, em que se elabora a minuta do Edital, submetida à Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério da Cultura. Na terceira etapa, com o Edital validado pela Conjur, ocorre a execução do Edital, em que se formam duas comissões (Habilitação e Seleção), a primeira com o papel de acompanhar se os documentos enviados pelos concorrentes estão de acordo com o estabelecido no Edital e a segunda com o papel de analisar quais os melhores projetos sob o ponto de vista técnico. Em ambas as hipóteses é dada publicidade ao ato administrativo, sendo tanto a lista de habilitados quanto a de selecionados publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Na quarta etapa, ocorre a contratação dos selecionados, momento em que a SAV solicita documentos ao selecionado e pede a ele que faça a abertura de conta para dar início à transferência de recursos para inicialização do projeto. Na etapa 5, inicia-se a transferência de recursos e a realização do projeto, com a posterior entrega à SAV do material resultante da realização do projeto por parte do selecionado e a análise técnica por parte dos pareceristas externos contratados pela Secretaria.

Basicamente, ocorreu a publicação de Editais dentro dos padrões de normalidade no ano de 2012 e os projetos que foram submetidos à SAV seguiram o trâmite administrativo de apreciação sem maiores dificuldades.

- **Convênios:**

A realização de convênios seguiu os procedimentos definidos na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011, e legislações complementares, bem como na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

Em essência, não se observou dificuldades para a implementação dos convênios pela Secretaria do Audiovisual no ano de 2012. Os Convênios que foram implementados pela SAV seguiram a legislação vigente e não tiveram maiores dificuldades para serem executados.

1.6. Principais Parceiros

Citam-se como alguns dos principais parceiros da Secretaria do Audiovisual as seguintes instituições e entidades. A lista não pretende de forma alguma ser exaustiva:

CTAv – Centro Técnico Audiovisual
Cinemateca Brasileira

MEC – Ministério da Educação
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEPP/PR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

ABCA – Associação Brasileira de Cinema de Animação
ABD – Associação Brasileira de Documentaristas
ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ABPI-TV – Associação Brasileira de Produtores Independentes para TV
ABRACI – Associação Brasileira de Cineastas
ABRAGAMES – Associação Brasileira dos Desenvolvedores de Jogos Digitais
AC – Autores de Cinema
ACCRJ – Associação de Críticos de Cinema do Rio de Janeiro
ACIGAMES – Associação Comercial, Industrial e Cultural de Games
Apaci – Associação Paulista de Cineastas
APCA – Associação Paulista dos Críticos de Arte
APTC – Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos
AR – Associação de Roteiristas
CNC – Conselho Nacional de Cineclubes
Coletivo de Vídeo Popular
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
FEPA – Fórum de Experiências Populares em Audiovisual
FORCINE – Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual
Fórum dos Festivais
SIAESP – Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo
SINDCINE – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica
STIC – Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES (Item 2 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Não se aplica. A UJ não tem um plano estratégico formalizado, uma vez que o próprio Ministério da Cultura ainda não tem essa formalização. Alguns dos principais objetivos estratégicos e metas da UJ estão identificados no Plano Plurianual 2012-2015 e serão detalhados mais à frente neste relatório, no subitem 4.1 - Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ. Em 2013, o Ministério, através de consultoria da Câmara de Gestão do Movimento Brasil Competitivo, iniciou um processo de planejamento estratégico de todo o Sistema MinC. Somente após a conclusão da fase inicial desse processo, com a definição e formalização de objetivos estratégicos, metas e indicadores, será possível futuramente desdobrar o planejamento para as diversas áreas do MinC.

O Ministério tem uma série de desafios a enfrentar para a implementação de um processo de gestão estratégica efetivo, como a ausência de bases de dados consistentes e confiáveis para a elaboração de indicadores e metas. O processo ora em curso representa um passo importante para a superação desses desafios e dará subsídios essenciais para o futuro desdobramento de processos de planejamento das diversas unidades do MinC.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (Item 3 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

3.1. Estrutura de Governança

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 2 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ (A.3.1)

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|----------|----------|----------------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | X | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | X | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | X | | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | X ¹ | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | X | | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | X | | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | X | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | X | | |
| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | X | | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | X | | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | X | | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | X | | | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | X | | | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | X | | | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | X | | | | |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | X | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | X | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | X | | | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | X | | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | X | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | X | | | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | X | | | |
| 26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | X | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | X | | | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | X | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | X | | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | X | | | |
| Observações: | | | | | |
| 1. Avaliou-se o conteúdo da afirmativa 4 como neutro porque não há um código de ética específico da UJ, mas o Código de Ética dos servidores do Ministério da Cultura, instituído pela Portaria nº 89, de 20 de julho de 2010, atende a esse item em certa medida. | | | | | |
| Escala de valores da Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. | | | | | |

- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.4. Sistema de Correição

As informações deste item encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, instância responsável pelas questões correicionais no âmbito de todo o Ministério.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

As informações deste item encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, instância responsável pelas questões correicionais no âmbito de todo o Ministério.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Item 4 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável por programa temático. As informações sobre o Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, que engloba as ações da UJ, estão consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 3 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ (A.4.2)

| Identificação do Objetivo | | | | | | |
|--|-------|--|-----------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 0785 | | | | |
| Descrição | | Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população | | | | |
| Programa | | 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | |
| Órgão Responsável | | Ministério da Cultura | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |

| Metas do Exercício | | | | | | |
|--------------------|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|-----------|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | 5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação – mapeados e com dados sistematizados | Unidade | 1 (2015) ** | 0 | * | * |
| 2 | Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional | Unidade | 1000 (2015)** | 0 | * | * |
| 3 | Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual | Unidade | 4 (2015) ** | 0 | * | * |
| 4 | Implantar o Canal da Cultura | (Meta não quantificável) | (Meta não quantificável) | (Meta não quantificável) | * | * |
| 5 | Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais | Unidade | 10 (2015) ** | 6 | * | * |

* Conforme a estrutura do PPA 2012-2015, não há dotação orçamentária ou metas financeiras relacionadas aos objetivos vinculados a programas temáticos.

** Conforme a estrutura do PPA 2012-2015, não há previsão de metas físicas para cada exercício. Há apenas a previsão para o término da vigência do plano: 2015.

Análise Crítica

Cabe ressaltar que a UJ não é exclusivamente responsável por nenhum objetivo vinculado a programa temático. Como o Objetivo 0785 (Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população), vinculado ao Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, engloba grande parte das ações da UJ, considerou-se pertinente sua inclusão no presente relatório. O referido objetivo, porém, é compartilhado por outras unidades do Ministério da Cultura.

Abaixo será feita uma breve análise situacional de cada uma das metas associadas ao objetivo:

Meta 1: 5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação – mapeados e com dados sistematizados

Em 2012, a Secretaria do Audiovisual elaborou, em parceria com a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e com a Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV), no âmbito do Plano Brasil Maior, coordenado pelo MDIC, um Plano de Trabalho do setor audiovisual, a ser incorporado no Plano de Trabalho do Comitê Executivo de Serviços, prevendo ações diversas de mapeamento do setor até janeiro de 2014, tais como a construção de um Atlas

Nacional de Serviços do audiovisual, mapeamento de cursos de criação, cursos técnicos e cursos de gestão empresarial para o setor e a criação e divulgação de um cadastro de empresas nacionais que prestem serviços audiovisuais para o exterior. Não houve efetivamente ação de mapeamento executada em 2012, mas pretende-se cumprir a meta em 2013, com a realização de mapeamento e sistematização de dados de caráter cultural e econômico relativos ao audiovisual, em parceria com instituição qualificada.

Meta 2: Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional

O Cine Mais Cultura, desenvolvido pela Secretaria do Audiovisual e pela Cinemateca Brasileira em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) é o principal projeto que impacta a meta referida e tem o objetivo de democratizar o acesso a obras audiovisuais, formar plateias e difundir, principalmente, a produção audiovisual brasileira, por meio da exibição não comercial dos conteúdos.

O projeto passou por uma importante fase de reestruturação em 2012, tendo lançado uma plataforma *online* de cadastro, em fevereiro, para que os espaços informassem todos os seus dados e atualizações cadastrais, visando ao retrato mais completo e fidedigno da ação, permitindo assim seu aperfeiçoamento.

Apesar de não ter sido implantado nenhum novo espaço em 2012, a reestruturação do projeto foi essencial para a sua continuidade em 2013, sendo prevista para esse ano a criação de 200 novos espaços e a implantação de sistema de gestão e acompanhamento do circuito de exibição não-comercial.

Meta 3: Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual

Considerando o foco de atuação da Secretaria do Audiovisual no apoio à produção em 2012, será dada prioridade em 2013 ao apoio à realização de pesquisas sobre o setor audiovisual.

Meta 4: Implantar o Canal da Cultura

Com o objetivo de realizar experimentações e estudos sobre a programação televisiva cultural e fornecer subsídios para a implantação do Canal da Cultura, a Secretaria do Audiovisual produziu o projeto SonharTV, no valor de R\$ 600.000,00. O projeto contemplou o lançamento de uma plataforma na internet, para divulgação e discussão sobre teorias televisivas; e a realização do 1º Seminário Internacional SONHAR TV, na Cinemateca Brasileira, com debates presenciais com realizadores e convidados internacionais, além de personalidades do universo audiovisual brasileiro. Além deste projeto de experimentação, também ocorreram tratativas com o Ministério das Comunicações sobre o processo de implementação do Canal da Cultura. Há previsão de R\$ 500.000,00 no orçamento de 2013 para ações voltadas às pesquisas de viabilidade do Canal da Cultura.

Meta 5: Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais

Foram realizadas diversas atividades de formação, capacitação e qualificação voltadas para o setor audiovisual em 2012, em sua maioria ligadas a festivais e mostras audiovisuais. Cita-se como exemplo a realização do “Encontro de Documentaristas: A Eternidade do Cotidiano”, em parceria com a Universidade Federal da Bahia. Em 2013, intenciona-se potencializar essa meta, de forma a preparar os diversos agentes do setor audiovisual para os megaeventos esportivos a serem realizado

no Brasil, tendo em vista a deficiência de mão de obra qualificada no setor, em especial nos campos da criação e empreendedorismo, considerando as novas tecnologias e a convergência midiática. Há também atividades de formação, capacitação e qualificação previstas no âmbito do Plano Brasil Maior, especialmente no que tange aos profissionais técnicos e de criação, bem como no aspecto de gestão empresarial do setor audiovisual.

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

| Identificação da Iniciativa | | | | | | |
|--|-----------|---|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 0353 | | | | |
| Descrição | | Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes | | | | |
| Objetivo | | 0785 – Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | | Secretaria do Audiovisual | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| * | * | * | * | * | * | * |

| Identificação da Iniciativa | | | | | | |
|--|-----------|---|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 0356 | | | | |
| Descrição | | Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual | | | | |
| Objetivo | | 0785 – Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | | Secretaria do Audiovisual | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| * | * | * | * | * | * | * |

| Identificação da Iniciativa | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 034H | | | | | |
| Descrição | Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais | | | | | |
| Objetivo | 0783 – Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| * | * | * | * | * | * | * |

| Identificação da Iniciativa | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 0355 | | | | | |
| Descrição | Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição | | | | | |
| Objetivo | 0785 – Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| * | * | * | * | * | * | * |

| Identificação da Iniciativa | |
|-----------------------------|--|
| Código | 034W |
| Descrição | Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) |

| | | | | | | |
|---|---|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Objetivo | 0785 – Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| * | * | * | * | * | * | * |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| * | * | * | * | * | * | * |

* Conforme a estrutura do PPA 2012-2015, não há dotação orçamentária ou metas físicas ou financeiras relacionadas às iniciativas vinculadas a programas temáticos. Por esse motivo, a análise crítica, que trata essencialmente de questões ligadas à execução orçamentária e ao alcance das metas, não será apresentada para esse item.

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ (A.4.4)

| Identificação da Ação | | | | | | |
|---|---|----------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 13E1 | | | | | |
| Descrição | Implantação do Canal de Cultura | | | | | |
| Iniciativa | 0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 42101 - Ministério da Cultura | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 600.000,00 | 600.000,00 | - | - | - | - | - |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Canal implantado | % de execução física | 1 | - | 600.000,00 | - |

| Identificação da Ação | |
|------------------------------|---|
| Código | 2964 |
| Descrição | Formação, Capacitação e Qualificação de Agentes nos Diversos Segmentos do Audiovisual |
| Iniciativa | 0356 - Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual |

| | | | | | | |
|---|-------------------------------|-------------------|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 42101 - Ministério da Cultura | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 2.838.384,19 | 2.838.384,19 | - | 361.180,54 | 1.533.069,06 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Agente capacitado | Unidade | 345 | 184 | 5.000.000,00 | 2.838.384,19 |

| | | | | | | |
|---|--|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Identificação da Ação | | | | | | |
| Código | 4709 | | | | | |
| Descrição | Preservação de Acervos Audiovisuais | | | | | |
| Iniciativa | 034H - Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 42101 - Ministério da Cultura | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 500.000,00 | 500.000,00 | - | - | - | 200.000,00 | - |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Bem preservado | Unidade | 6 | - | 500.000,00 | - |

| | | | | | | |
|---|---|--------------|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Identificação da Ação | | | | | | |
| Código | 4795 | | | | | |
| Descrição | Estímulo e Fomento ao Desenvolvimento e Inovação de Atividades Audiovisuais | | | | | |
| Iniciativa | 0355 - Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 42902 - Fundo Nacional de Cultura | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 15.000.000,00 | 15.900.000,00 | 2.067.174,40 | 2.067.174,40 | 150.000,00 | 1.515.077,10 | 1.048.292,40 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade | Meta Física | | Meta Financeira | |

| | | de Medida | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
|---|-----------------|-----------|----------|-----------|---------------|--------------|
| 1 | Projeto apoiado | Unidade | 206 | 32 | 15.900.000,00 | 2.067.174,40 |

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 6527 | | | | | |
| Descrição | Difusão, Promoção, Intercâmbio e Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais no Brasil e no exterior | | | | | |
| Iniciativa | 034W - Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 42101 - Ministério da Cultura | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 2.779.000,00 | 2.779.000,00 | 721.193,58 | 721.193,58 | - | 1.046.998,73 | 687.140,34 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Atividade realizada | Unidade | 50 | 40 | 2.779.000,00 | 721.193,58 |

Análise Crítica

A baixa execução financeira de grande parte das ações da UJ se deveu ao fato de que um montante expressivo dos recursos estava previsto para ser utilizado no âmbito do Chamamento Público SAV nº 1/2012, que previa a seleção de projetos com o objetivo de ampliar a criação, produção, inovação, difusão e acesso a obras e serviços audiovisuais. Devido a uma série de questionamentos feitos por parte da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), bem como da Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério da Cultura, decidiu-se pelo cancelamento do Edital em outubro de 2012 e pela publicação de um novo instrumento, como novo processo de seleção, o que só permitiria o empenho dos recursos previstos em dezembro de 2012. Como isso geraria a inscrição de valores elevados em restos a pagar, decidiu-se, por orientação da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, em consonância com determinações da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG), por empenhar os recursos somente no exercício de 2013. Essa situação, naturalmente, impactou negativamente a execução das metas físicas referentes às ações.

4.1.5. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável por programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado. As informações sobre o Programa 2107 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura estão consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável por ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ (A.4.7)

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|--|--------------|---------------------|
| Ministério da Cultura | 42101 | 420006 |
| Fundo Nacional da Cultura | 42902 | 340033 |

4.2.2. Programação de Despesas

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

Quadro 6 – Programação de despesas correntes (A.4.8)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|------------|---|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | 15.000.000 | 22.070.000 | |
| | PLOA | - | - | - | - | 15.000.000 | 22.070.000 | |
| | LOA | - | - | - | - | 15.900.000 | 22.070.000 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | 15.900.000 | 22.070.000 | |

Fonte: SIAFI

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|-----------|---|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | 7.379.000 | 9.121.257 | |
| | PLOA | - | - | - | - | 7.379.000 | 9.121.257 | |
| | LOA | - | - | - | - | 7.379.000 | 9.121.257 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | |
|------------------|---------------------|-----------|---|---|---|---|-----------|-----------|
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | | - | - | - | - | 7.379.000 | 9.121.257 |

Fonte: SIAFI

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

Quadro 7 – Programação de despesas de capital (A.4.9)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-----------|------------------------------|---------|---------------------------|------|--------------------------|------|
| | | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | - | 218.059 | - | - | - | - |
| | PLOA | | - | 218.059 | - | - | - | - |
| | LOA | | - | 218.059 | - | - | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | | - | 218.059 | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-----------|------------------------------|---------|---------------------------|------|--------------------------|------|
| | | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 1.500.000 | 218.059 | - | - | - | - |
| | PLOA | | 1.500.000 | 218.059 | - | - | - | - |
| | LOA | | 1.500.000 | 218.059 | - | - | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | | 1.500.000 | 218.059 | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 8 – Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência (A.4.10)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---------------------|---------|-----------------------------|------|---|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 15.000.000 | 22.070.000 | - | 218.059 | - | - |
| | PLOA | | 15.000.000 | 22.070.000 | - | 218.059 | - | - |
| | LOA | | 15.900.000 | 22.070.000 | - | 218.059 | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | 15.900.000 | 22.070.000 | - | 218.059 | - | - | |

Fonte: SIAFI

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|-----------|---------------------|-----------|-----------------------------|------|---|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 7.379.000 | 9.121.257 | 1.500.000 | 218.059 | - | - |
| | PLOA | | 7.379.000 | 9.121.257 | 1.500.000 | 218.059 | - | - |
| | LOA | | 7.379.000 | 9.121.257 | 1.500.000 | 218.059 | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | 7.379.000 | 9.121.257 | 1.500.000 | 218.059 | - | - | |

Fonte: SIAFI

4.2.2.4. Análise Crítica da Programação de Despesas

Em que pese a baixa execução financeira das ações da UJ no exercício devido às questões apontadas no subitem 4.1.4, é possível afirmar que, ainda que os problemas anteriormente apontados não tivessem ocorrido, os limites orçamentários estabelecidos ficariam muito aquém das necessidades de crédito da unidade, e os recursos não seriam suficientes para uma execução satisfatória da política audiovisual brasileira. No entanto, ressalta-se que uma política pública satisfatória não se faz apenas com aporte de recursos. Nesse sentido, a SAV vem trabalhando para atuar mais na indução da indústria audiovisual nacional que no apoio direto, de forma a contribuir para a sustentabilidade econômica do setor. Esse aperfeiçoamento na política demanda não só

recursos, mas também um amplo processo de convencimento e de aceitação por parte da cadeia produtiva do audiovisual.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 9 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa (A.4.11)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em
R\$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | 153061 - UFJF | 42902 - 13.392.2027.4796.0310 | - | - | 150.000 |
| | | - | 240101 - COORD.GER.REC.LOG. - UFPA | 42902 - 13.392.2027.4795.0001 | - | - | 100.000 |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | 153063 - UFPA | 42902 - 13.392.2027.4795.0060 | 400.000 | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em
R\$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------|------------|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | | - | | - | - | |
| | Recebidos | 203003 - Ancine | - | 42206 - 13.691.2027.4533.0001 | - | - | 44.160 |

| | | | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------------|--|----------------------------------|----------------------------------|---------|
| Movimentação Externa | Concedidos | - | 153045 - UFCE | 42101 - 13.128.2027.2964.0001 | - | - | 158.378 |
| | | - | 153038 - UFBA | 42101 - 13.128.2027.2964.0001 | - | - | 11.417 |
| | | - | 153015 - CEFET/MG | 42101 - 13.128.2027.2964.0001 | - | - | 200.000 |
| | | - | 240005 - COF/MRE | 42101 - 13.392.2027.6527.0001 | - | - | 200.000 |
| | | - | 154046 - UFOP | 42101 - 13.128.2027.2964.0001 42101 - 13.392.2027.6527.0001 | - | - | 300.000 |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebedora | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida | |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários da UJ

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários (A.4.12)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em
R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | - | - | - | - |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | - | - | - | - |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | - | 27.600,17 | - | 16.675,13 |
| g) Dispensa | - | 27.600,17 | - | 16.675,13 |
| h) Inexigibilidade | - | - | - | - |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha * | * | * | * | * |
| k) Diárias | - | - | - | - |
| 5. Outros | 719.971,20 | 22.095.414,01 | 519.971,20 | 2.547.855,47 |
| l) Não se Aplica | 719.971,20 | 22.095.414,01 | 519.971,20 | 2.547.855,47 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 719.971,20 | 22.123.014,18 | 519.971,20 | 2.564.530,60 |

Fonte: SIAFI Gerencial

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em
R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 113.293,36 | 43.909,13 | 79.240,12 | 34.055,95 |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | 113.293,36 | 43.909,13 | 79.240,12 | 34.055,95 |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 48.542,93 | 163.792,83 | 48.542,93 | 155.448,50 |
| g) Dispensa | 48.542,93 | 163.792,83 | 48.542,93 | 155.448,50 |

| | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| h) Inexigibilidade | - | - | - | - |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | 108.969,65 | 103.191,21 | 108.969,65 | 103.191,21 |
| j) Pagamento em Folha * | * | * | * | * |
| k) Diárias | 108.969,65 | 103.191,21 | 108.969,65 | 103.191,21 |
| 5. Outros | 4.265.251,75 | 3.638.761,32 | 1.315.251,75 | 322.350,01 |
| l) Não se Aplica | 4.265.251,75 | 3.638.761,32 | 1.315.251,75 | 322.350,01 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 4.536.057,69 | 3.949.654,49 | 1.552.004,45 | 615.045,67 |

Fonte: SIAFI Gerencial

* Os valores referentes a pagamento de pessoal em folha encontram-se consolidados no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão de pessoas do Ministério.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários (A.4.13)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em
R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------|-------------------|----------------------|--------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Despesas de Pessoal * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3. Outras Despesas Correntes | 719.971,20 | 21.904.955,64 | 719.971,20 | 21.904.955,64 | 200.000,00 | 19.340.425,04 | 519.971,20 | 2.564.530,60 |
| 41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO | 717.350,40 | 1.227.000,00 | 717.350,40 | 1.227.000,00 | 200.000,00 | 1.227.000,00 | 517.350,40 | - |
| 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2.184,00 | - | 2.184,00 | - | - | - | 2.184,00 | - |
| 47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS | 436,80 | - | 436,80 | - | - | - | 436,80 | - |
| Demais elementos do grupo | - | 20.677.955,64 | - | 20.677.955,64 | - | 18.113.425,04 | - | 2.564.530,60 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4. Investimentos | - | 218.058,54 | - | 218.058,54 | - | 218.058,54 | - | - |
| 42 - AUXILIOS | | 218.058,54 | | 218.058,54 | | 218.058,54 | | 0,00 |
| 5. Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6. Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI Gerencial

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em
R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | |
|--------------------|-----------|-----------|--------------------|---------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | Liquidada | RP não processados | Valores Pagos |

| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| 1. Despesas de Pessoal * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3. Outras Despesas Correntes | 4.227.088,04 | 3.846.463,28 | 4.227.088,04 | 3.846.463,28 | 2.784.053,24 | 3.334.608,82 | 1.443.034,80 | 511.854,46 |
| 41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO | 3.947.000,00 | 3.522.647,61 | 3.947.000,00 | 3.522.647,61 | 2.750.000,00 | 3.316.411,31 | 1.197.000,00 | 206.236,30 |
| 33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 161.836,29 | 155.919,80 | 161.836,29 | 155.919,80 | 34.053,24 | 1.696,85 | 127.783,05 | 154.222,95 |
| 14 - DIARIAS - CIVIL | 108.969,65 | 103.191,21 | 108.969,65 | 103.191,21 | - | - | 108.969,65 | 103.191,21 |
| Demais elementos do grupo | 9.282,10 | 64.704,66 | 9.282,10 | 64.704,66 | - | 16.500,66 | 9.282,10 | 48.204,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4. Investimentos | 200.000,00 | - | 200.000,00 | - | 200.000,00 | - | - | - |
| 42 - AUXILIOS - FUNDO A FUNDO | 200.000,00 | | 200.000,00 | | 200.000,00 | | - | |
| 5. Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6. Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI Gerencial

* Os valores referentes a pagamento de pessoal em folha encontram-se consolidados no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão de pessoas do Ministério.

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 12 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação (A.4.14)

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em
R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | - | - | - | - |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | - | - | - | - |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | - | - | - | - |
| g) Dispensa | - | - | - | - |
| h) Inexigibilidade | - | - | - | - |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha * | * | * | * | * |
| k) Diárias | - | - | - | - |
| 5. Outros | 44.160,00 | 55.148,00 | 44.160,00 | 55.148,00 |
| l) Não se Aplica | 44.160,00 | 55.148,00 | 44.160,00 | 55.148,00 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 44.160,00 | 55.148,00 | 44.160,00 | 55.148,00 |

Fonte: SIAFI Gerencial

* Os valores referentes a pagamento de pessoal em folha encontram-se consolidados no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão de pessoas do Ministério.

Não houve créditos recebidos por movimentação no âmbito da UG 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC no período.

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação (A.4.15)

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em
R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------|------------------|------------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 – Outras Despesas Correntes | 44.160,00 | 55.148,00 | 44.160,00 | 55.148,00 | - | - | 44.160,00 | 55.148,00 |
| 41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO | 44.160,00 | 55.148,00 | 44.160,00 | 55.148,00 | - | - | 44.160,00 | 55.148,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4 – Investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 5 – Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6 – Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI Gerencial

* Os valores referentes a pagamento de pessoal em folha encontram-se consolidados no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão de pessoas do Ministério.

Não houve créditos recebidos por movimentação no âmbito da UG 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC no período.

4.2.4.3. Análise Crítica da Execução Orçamentária da Despesa

Os cortes no orçamento do Ministério da Cultura, associados à demora na liberação dos limites orçamentários, atingiram a evolução da execução orçamentária de todos os instrumentos de repasse, comprometendo o planejamento anual da SAV.

Além disso, grande parte das ações desenvolvidas até então no âmbito da política audiovisual, em sua maioria em parceria com entidades privadas ou no segmento de difusão, tiveram de ser interrompidas, tendo em vista as vedações impostas desde o exercício de 2011.

No que se refere ao segmento de difusão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) proibiu que o Ministério da Cultura apoiasse qualquer proposta cultural proveniente de entidades privadas destinadas à realização de eventos. Como a LDO não definiu o tipo de evento cujo conveniamento seria vedado, e diante da ausência de uma definição legal, a Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura entendeu tratar-se de qualquer acontecimento que suscitasse como sendo de interesse público e dos meios de comunicação, tais como: espetáculos, exposições, competições, solenidades, comemorações, festividades, shows, concertos, festivais, saraus, oficinas, cursos, atividades performáticas, peças teatrais, concursos culturais, apresentações artísticas de qualquer gênero, entre outras atividades. Com isso, todos os eventos audiovisuais tradicionalmente apoiados pela SAV e executados por entidades com expertise no segmento não puderam ser objeto de apoio.

Comprometeram ainda a execução orçamentária os problemas apontados no subitem 4.1.4, referentes ao cancelamento do Chamamento Público SAV nº 1/2012. Uma vez que o Decreto nº 7.568/11 determinou que a formalização de convênios, termos de parceria e contratos de repasse com entidades privadas deveria obrigatoriamente ser precedida de seleção pública, o cancelamento impediu a execução de grande parte das ações planejadas, que seriam realizadas por meio de convênios.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Item 5 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.1. Reconhecimento de Passivos

Não se aplica.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 14 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (A.5.2)

UG: 340033 – Secretaria do Audiovisual/FNC

Valores em R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2010 | 3.396.393,00 | - | 2.464.069,53 | 932.323,47 |
| 2009 | 5.050.000,00 | (50.000,00) | 5.000.000,00 | - |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |

| | | | | |
|---------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| 2011 | 19.558.483,58 | (10.925,04) | 6.535.555,66 | 13.012.002,88 |
| 2010 | 1.342.059,41 | (953.074,41) | 388.985,00 | - |
| Observações: | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

UG: 420006 – Secretaria do Audiovisual/MINC

Valores em R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2010 | 650.000,00 | - | 250.000,00 | 400.000,00 |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 3.334.608,82 | (2.854.608,82) | 480.000,00 | - |
| 2010 | 1.102.354,88 | (527.354,88) | 575.000,00 | - |
| Observações: | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2. Análise Crítica sobre a Gestão de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A demora na liberação dos limites orçamentários, associada à morosidade dos proponentes em apresentarem os projetos culturais ou mesmo em atender às diligências, traz prejuízos à execução orçamentária, pois prejudica a tramitação processual, resultando no acúmulo de trabalho, na impossibilidade de formalização de todos os instrumentos de repasse até o final do exercício, acarretando a inscrição de um elevado montante de recursos em Restos a Pagar.

Além disso, verifica-se grande dificuldade do conveniente em executar as fases do convênio, atrasando muitas vezes a liberação de outras parcelas para execução, bem como a demora na avaliação dos relatórios de execução parciais por parte desta Secretaria, tendo em vista seu reduzido corpo técnico.

Por sua vez, as dificuldades na análise dos processos (seja no conveniamento ou na prestação de contas) levam a recorrentes impasses em sua tramitação, que resultam em uma execução financeira abaixo do esperado (em termos de pagamento).

Cabe salientar que, especificamente no segmento audiovisual, existem questões que são peculiares à execução de suas atividades. Muitas vezes os orçamentos apresentados são meros indicativos de despesas, gerando excessivas solicitações de remanejamento que demandam trabalho da área técnica. Essas solicitações são resultado da especificidade do segmento audiovisual, que em muitas ocasiões ficam à mercê de cenários que não podem ser controlados, como, por exemplo, condições climáticas para a produção de um filme, ou ainda a dificuldade de agendamento de palestrantes que trabalham na indústria cinematográfica, gerando atrasos nos cronogramas dos projetos, dentre outros.

A fim de minimizar tais situações, a Secretaria do Audiovisual tem implementado mudanças no gerenciamento de suas atividades, tais como: capacitação de seu corpo técnico atual, revisão de procedimentos de gestão interna; normatização dos critérios de apresentação, aprovação e seleção de projetos culturais. Em 2012, por orientação da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, em

consonância com determinações da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, optou-se por não se gerar inscrições em restos a pagar, o que impactou negativamente na execução das ações da UJ, conforme já explicitado no subitem 4.1.4 deste relatório.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência consta do Anexo 1 deste relatório, dada a sua extensão.

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 15 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (A.5.4)

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|-----------------------------------|---|------|------|---|------------|--------------|
| Nome: | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: | 01.264.142/0001-29 | | | | | |
| UG/GESTÃO: | 420006/00001 | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício | | | Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00) | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Convênio | 5 | 1 | 25 | 4.527.000,00 | 150.000,00 | 8.406.063,00 |
| Contrato de Repasse | - | - | - | - | - | - |
| Termo de Cooperação | - | - | - | - | - | - |
| Termo de Compromisso | - | - | - | - | - | - |
| Totais | 5 | 1 | 25 | 4.527.000,00 | 150.000,00 | 8.406.063,00 |

Fonte: Sistema DW do Ministério do Planejamento

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|-----------------------------------|---|------|------|---|------|--------------|
| Nome: | Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: | 01.264.142/0001-29 | | | | | |
| UG/GESTÃO: | 340033/00001 | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício | | | Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00) | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Convênio | - | - | - | - | - | - |
| Contrato de Repasse | - | - | 34 | - | - | 2.314.177,15 |
| Termo de Cooperação | - | - | - | - | - | - |
| Termo de Compromisso | - | - | - | - | - | - |
| Totais | - | - | 34 | - | - | 2.314.177,15 |

Fonte: Sistema DW do Ministério do Planejamento

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes

Quadro 16 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes (A.5.5)

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|-----------------------------------|---|---------------------|-------------------------|----------------------|--|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | UG/GESTÃO: 340033/00001 | | |
| Modalidade | Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes | Valores (R\$ 1,00) | | | % do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012 |
| | | Contratados | Repassados até 2012 | Previstos para 2013 | |
| Convênio | 5 | 8.022.573,17 | 6.518.058,54 | 12.000.000,00 | 81,25% |
| Contrato de Repasse | - | - | - | - | - |
| Termo de Cooperação | - | - | - | - | - |
| Termo de Compromisso | - | - | - | - | - |
| Totais | 5 | 8.022.573,17 | 6.518.058,54 | 12.000.000,00 | 81,25% |

Fonte: Sistema DW do Ministério do Planejamento

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|-----------------------------------|---|----------------------|-------------------------|---------------------|--|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | UG/GESTÃO: 420006/00001 | | |
| Modalidade | Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes | Valores (R\$ 1,00) | | | % do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012 |
| | | Contratados | Repassados até 2012 | Previstos para 2013 | |
| Convênio | 7 | 11.116.700,00 | 8.803.720,00 | - | 79,19% |
| Contrato de Repasse | - | - | - | - | - |
| Termo de Cooperação | - | - | - | - | - |
| Termo de Compromisso | - | - | - | - | - |
| Totais | 7 | 11.116.700,00 | 8.803.720,00 | | 79,19% |

Fonte: Sistema DW do Ministério do Planejamento

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 17 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse (A.5.6)

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Concedente | | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--------------------|--|---------------------|----------------------|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | UG/GESTÃO: 340033/00001 e 420006/00001 * | | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montante Repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse |
| 2012 | Contas Prestadas | Quantidade | 1 | 3 | - |
| | | Montante Repassado | 100.000,00 | 400.000,00 | - |

| | | | | | |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|----------------|---|
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 1 | 4 | - |
| | | Montante Repassado | 100.000,00 | 661.000,00 | - |
| 2011 | Contas Prestadas | Quantidade | 2 | 4 | - |
| | | Montante Repassado | 430.000,00 | 550.000,00 | - |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 4 | - | - |
| | | Montante Repassado | 1.515.054,54 | - | - |
| 2010 | Contas Prestadas | Quantidade | 3 | - | - |
| | | Montante Repassado | 5.776.408,39 | - | - |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 9 | - | - |
| | | Montante Repassado | 5.406.200,00 | - | - |
| Anteriores a 2010 | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 1 | 1 | - |
| | | Montante Repassado | 5.000.000,00 | 115.919.585,80 | - |
| Fonte: SIAFI / SICONV | | | | | |

* As UGs estão consolidadas nesse quadro por uma questão prática, uma vez que a área da UJ responsável pelas atividades referentes a prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres dispõe das informações de forma agregada.

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 18 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse (A.5.7)

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|---|--------------------------|---|--------------|----------------------|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | UG/GESTÃO: 340033/00001 e 420006/00001 * | | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montantes Repassados | | | Instrumentos | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2012 | Quantidade de Contas Prestadas | | | 1 | - |
| | Com Prazo de Análise ainda não Vencido | Quantidade | Contas Analisadas | - | - |
| | | | Contas Não Analisadas | - | - |
| | | Montante Repassado (R\$) | | 100.000,00 | - |
| | Com Prazo de Análise Vencido | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | - | - |
| | | | Quantidade Reprovada | - | - |
| | | | Quantidade de TCE | - | - |
| Contas NÃO Analisadas | | Quantidade | 1 | - | |
| Montante Repassado (R\$) | | 100.000,00 | - | | |
| 2011 | Quantidade de contas prestadas | | | 2 | - |
| | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | - | - |
| | | Quantidade Reprovada | | - | - |
| | | Quantidade de TCE | | - | - |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 2 | - |
| Montante repassado (R\$) | | 430.000,00 | | - | |
| 2010 | Quantidade de Contas Prestadas | | | 37 | - |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 34 | - |
| | | Quantidade Reprovada | | - | - |
| | | Quantidade de TCE | | - | - |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 3 | - |
| Montante Repassado | | 5.776.408,39 | | - | |
| Exercícios Anteriores a 2010 | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 1 | - |
| | | Montante Repassado | | 5.000.000,00 | - |
| Fonte: COPCC (sistema interno) 2012 | | | | | |

* As UGs estão consolidadas nesse quadro por uma questão prática, uma vez que a área da UJ responsável pelas atividades referentes a prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres dispõe das informações de forma agregada.

5.3.6. Análise Crítica da Gestão de Transferências

Em relação à transferência de recursos públicos nos últimos três anos, percebe-se uma diminuição dos convênios e dos contratos de repasse firmados. Pode-se inferir que isso é um reflexo da mudança implementada a partir da vigência do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, que inova na matéria da transferência de recursos da União mediante convênios e contratos, alterando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

No que concerne ao conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos, foi recrudescida a comprovação de que a entidade desenvolva, há, pelo menos, três anos atividades referentes ao objeto da parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Além disso, “a celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste” (Art. 4º do Decreto nº 7.568/2011). A exigência do Chamamento Público também consta na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011 (artigos 8º e 9º). Há exceções para esta regra, como no caso em que o projeto, atividade ou serviço objeto do convênio ou contrato de repasse já seja realizado adequadamente mediante parceria com a mesma entidade há pelo menos cinco anos e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas.

Cabe ressaltar a relevância do referido Decreto, que contribui para a transparência e a aplicação eficiente dos recursos públicos federais. Deve-se destacar, porém, que toda mudança gera um período de adaptação.

Quanto à análise de prestação de contas, cabe esclarecer o esforço geral do Ministério da Cultura em acabar com o seu passivo, formalizando, em 2013, processo seletivo simplificado para constituir recursos humanos especializados para a área. Soma-se a isso o plano de fortalecer a estruturação interna desta Secretaria quanto ao acompanhamento e à fiscalização da execução de todas as suas transferências voluntárias.

Vale ratificar, ainda, que as eventuais impropriedades detectadas nas contas apresentadas têm sido objeto de implementação de ações quanto à recomposição dos recursos ao Erário, bem como a imediata comunicação aos órgãos de controle para ciência e providências decorrentes de suas atribuições constitucionais.

A Secretaria do Audiovisual está em constante aprimoramento no que tange ao controle e ao acompanhamento das liberações e das execuções dos instrumentos de repasse.

5.4. Suprimento de Fundos

Não se aplica, pois a UJ não realizou despesas por meio da utilização de suprimento de fundos no período.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

A ação da Secretaria do Audiovisual naquilo que reporta ao incentivo fiscal dá-se na gestão dos instrumentos. Quem tem a competência legal para “efetivar” a renúncia é a Receita Federal do

Brasil (RFB). A renúncia fiscal só estará configurada quando validada através do processamento da Declaração de Imposto de Renda, pois nem todo valor “captado” será efetivamente “renunciado”.

Apresentada a ressalva, destacamos que os quadros “Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ” (A.5.19); “Comunicações à RFB” (A.5.21); e “Ações da RFB” (A.5.23) não se aplicam a esta UJ.

Os dados apresentados abaixo demonstram claramente uma concentração altíssima da demanda espontânea por apoio a projetos na região Sudeste, especialmente nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Isso se dá devido aos diferentes níveis de oportunidade de acesso aos equipamentos de produção e fruição cultural que cada estado apresenta. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel da Secretaria do Audiovisual na correção dessas distorções. Realizações da SAV como o Cine Mais Cultura e a Programadora Brasil visam promover uma distribuição mais equitativa de recursos ou de oportunidades de acesso ao setor audiovisual, a partir da constatação de carências regionais, estaduais e municipais. Além disso, o Ministério da Cultura elabora um Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais, conforme determinação do Decreto nº 5.761/2006, estabelecendo diretrizes e metas voltadas à universalização dos direitos culturais, à desconcentração regional de recursos, à capacitação de agentes e gestores culturais, e à maior utilização do instrumento de edital para a seleção dos projetos, com vistas a fortalecer o mecanismo de apoio a projetos via renúncia fiscal e corrigir suas distorções.

Os projetos aprovados e captados via mecanismo de renúncia fiscal, além da obrigatoriedade de apresentar a estratégia de acessibilidade ao produto gerado devem apresentar prestação de contas de toda a execução do projeto. A SAV vem aprimorando os mecanismos de acompanhamento da execução do projeto por meio de critérios acerca da disponibilização de autorização para captação, acompanhamento das contas dos projetos, solicitação de relatórios de execução do projeto e visitação *in loco*. Ainda o sistema informatizado do Ministério da Cultura denominado Salic (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura) tem sido um importante instrumento de acompanhamento, uma vez que é alimentado sistematicamente a cada situação do projeto cadastrado. Além disso, os programas, oficinas, seminários, festivais e mostras de cinema apoiados recebem visitas permanentes de representantes da Secretaria do Audiovisual.

Os valores apresentados nos quadros A.5.14, A.5.15 e A.5.16 abaixo são referentes a dados extraídos em 19/03/2013, às 12h, e estão sujeitos a alterações.

5.5.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro 19 – Renúncias tributárias sob gestão da UJ (A.5.13)

| Tributo | Legislação | Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º) | Objetivos Socioeconômicos | Contrapartida Exigida | Prazo de Vigência | Medidas de Compensação |
|-----------------------|---|--|--|--|--------------------------|-------------------------------|
| Imposto sobre a Renda | Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Portaria nº 116/2011; Instrução Normativa nº 01/2012 | Incentivo (Lei 8.313/91) | Inclusão cultural; Geração de emprego e renda | Doações ou patrocínios a projetos culturais; contribuições ao FNC (art. 18 e 26 da Lei nº 8.313/1991) | Não se aplica | Não se aplica |

Fonte: Lei nº 8.313/1991

5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro 20 – Valores renunciados e respectiva contrapartida (A.5.14)

Valores em R\$ 1,00

| Valores | 2012 | | 2011 | | 2010 | |
|-------------------------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|
| | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo |
| Renúncia | 115.302.987 | * | 117.128.227 | * | 110.561.739 | * |
| Contrapartida | - | * | - | * | - | * |
| Medidas de Compensação | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Salic / MinC Posição: 19/03/2013

* A Secretaria do Audiovisual não tem controle dos valores assinalados, que só podem ser aferidos de fato pela RFB. Os dados apresentados como estimativa de renúncia referem-se aos valores “captados” pelos proponentes dos projetos culturais apoiados, conforme registrado no SalicNet. Os valores de contrapartida, se entendidos como a diferença entre os valores “captados” e os efetivamente “renunciados”, também só podem ser aferidos de fato pela RFB, uma vez efetivada a renúncia.

5.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Quadro 21 – Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas Físicas (A.5.15) *

| UF | 2012 | | 2011 | | 2010 | |
|----------|------------|----------------------------------|------------|----------------------------------|------------|----------------------------------|
| | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) |
| AC | - | - | - | - | - | - |
| AL | - | - | - | - | - | - |
| AM | - | - | - | - | - | - |
| AP | - | - | - | - | - | - |
| BA | 1 | 3.000 | - | - | - | - |
| CE | - | - | - | - | - | - |
| DF | 2 | 1.500 | 1 | 1.500 | 1 | 380 |
| ES | - | - | - | - | 1 | 500 |
| GO | - | - | - | - | - | - |
| MA | - | - | - | - | - | - |
| MG | 21 | 19.600 | 43 | 47.430 | 5 | 4.490 |
| MS | - | - | - | - | - | - |
| MT | - | - | - | - | - | - |
| PA | - | - | - | - | - | - |
| PB | - | - | - | - | - | - |
| PE | - | - | - | - | 2 | 6.730 |
| PI | - | - | - | - | - | - |
| PR | - | - | - | - | 4 | 47.000 |
| RJ | 10 | 412.188 | 4 | 129.000 | - | - |
| RN | - | - | - | - | - | - |
| RO | - | - | - | - | 4 | 800 |
| RR | - | - | - | - | - | - |
| RS | - | - | 3 | 2.055 | 4 | 8.700 |
| SC | 1 | 3.000 | 2 | 11.000 | 2 | 11.000 |
| SE | - | - | - | - | - | - |
| SP | 21 | 297.700 | 34 | 247.415 | 70 | 44.475 |
| TO | - | - | - | - | - | - |
| Σ | 56 | 736.988 | 87 | 438.400 | 93 | 124.075 |

Fonte: Salic / MinC Posição: 19/03/2013

Quadro 22 – Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas Jurídicas (A.5.16) *

| UF | 2012 | | 2011 | | 2010 | |
|----------|--------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) | Quantidade | Valor Renunciado** (em R\$ 1,00) |
| AC | 9 | 45.000 | - | - | - | - |
| AL | - | - | - | - | - | - |
| AM | 10 | 1.097.628 | 15 | 860.048 | 12 | 801.425 |
| AP | - | - | - | - | - | - |
| BA | 9 | 1.427.706 | 11 | 913.075 | 11 | 1.220.748 |
| CE | 42 | 2.558.455 | 37 | 2.703.875 | 49 | 3.160.284 |
| DF | 188 | 8.263.145 | 216 | 9.000.261 | 179 | 6.589.431 |
| ES | 6 | 446.535 | 8 | 245.000 | 5 | 346.000 |
| GO | 6 | 275.198 | 9 | 199.753 | 13 | 37.000 |
| MA | 2 | 15.099 | 5 | 159.568 | - | - |
| MG | 75 | 5.738.146 | 101 | 4.998.024 | 81 | 5.921.366 |
| MS | 8 | 16.585 | 9 | 42.198 | 8 | 15.113 |
| MT | 6 | 126.994 | 16 | 157.983 | 6 | 30.000 |
| PA | 3 | 7.172 | 3 | 14.440 | 6 | 266.400 |
| PB | - | - | 4 | 553.000 | 2 | 95.000 |
| PE | 16 | 1.428.626 | 19 | 1.593.445 | 11 | 643.550 |
| PI | - | - | - | - | - | - |
| PR | 117 | 13.679.454 | 92 | 8.640.661 | 46 | 2.248.879 |
| RJ | 222 | 27.086.594 | 282 | 38.917.789 | 301 | 36.969.911 |
| RN | 6 | 137.800 | 6 | 70.000 | 8 | 32.000 |
| RO | 3 | 550.000 | 2 | 350.000 | 5 | 500.669 |
| RR | - | - | - | - | - | - |
| RS | 77 | 4.162.645 | 59 | 2.703.375 | 82 | 2.783.350 |
| SC | 98 | 2.011.159 | 77 | 2.322.076 | 52 | 2.606.495 |
| SE | 1 | 100.000 | 2 | 282.000 | - | - |
| SP | 320 | 45.392.058 | 326 | 41.963.258 | 426 | 46.170.043 |
| TO | - | - | - | - | - | - |
| Σ | 1.224 | 114.565.999 | 1.299 | 116.689.827 | 1.303 | 110.437.664 |

Fonte: Salic / MinC Posição: 19/03/2013

* Considerou-se como contribuinte beneficiado os incentivadores de projetos.

** Os dados apresentados como valores renunciados referem-se apenas a valores estimados, uma vez que os valores efetivos só podem ser aferidos de fato pela RFB. Para essa estimativa, foram utilizados os valores “captados” pelos proponentes dos projetos culturais apoiados, conforme registrado no Salic.

5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Não se aplica, uma vez que o Ministério da Cultura só possui dados referentes aos valores “captados” pelos proponentes dos projetos culturais apoiados. Os valores de contrapartida, se entendidos como a diferença entre os valores “captados” e os efetivamente “renunciados”, só podem ser aferidos de fato pela RFB, uma vez efetivada a renúncia.

5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica.

5.5.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro 23 – Prestações de contas de renúncia de receitas (A.5.20)

| Situação | 2012* | | 2011* | | 2010* | |
|-----------------------|-------|------------------------|-------|------------------------|-------|------------------------|
| | Qtd. | Valor (em R\$ 1,00) | Qtd. | Valor (em R\$ 1,00) | Qtd. | Valor (em R\$ 1,00) |
| PC não Apresentadas | 109 | 19.831.751 | 91 | 12.874.584 | 92 | 20.252.621 |
| PC Aguardando Análise | 1163 | 472.980.718 | 1103 | 462.051.363 | 912 | 388.167.604 |
| PC em Análise | 286 | 132.872.322 | 222 | 81.319.768 | 198 | 66.880.506 |
| PC não Aprovadas | - | - | - | - | - | - |
| PC Aprovadas | 509 | 160.205.591 | 494 | 147.219.768 | 486 | 143.669.649 |

Fonte: SalicNet, em 31/12/2012, 31/12/2011 e 31/12/2010

* Os dados referentes aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 foram colhidos no SalicNet, respectivamente, em 31/12/2012, 31/12/2011 e 31/12/2010.

5.5.7. Comunicações à RFB

Não se aplica.

5.5.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Em que pese levantamentos e estudos desenvolvidos junto a parceiros institucionais, ainda não se dispõe de indicadores de gestão que possam atender de forma efetiva a este item e ao Quadro A.5.22, previsto na Portaria-TCU n° 150/2012.

5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

A declaração que atesta que os beneficiários de renúncia de receita tributária e os beneficiários da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei n° 9.069/1995, art.60; na Lei n° 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei n° 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”, consta do Anexo 2 deste relatório.

5.5.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica.

5.6. Gestão de Precatórios

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, uma vez que a unidade não é responsável pela gestão e pagamento de precatórios.

**6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**
(Item 6 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 24 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12 (A.6.1)

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | não há | 22 | 5 | 3 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | não há | 1 | 1 | 1 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | não há | 21 | 4 | 2 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | não há | 18 | 3 | 1 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | não há | 3 | 1 | 1 |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | não há | - | - | - |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | não há | - | - | - |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | não há | - | - | - |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | não há | 9 | - | - |
| 4. Anistiados (Celetistas) | não há | - | - | - |
| 5. Total de Servidores (1+2+3+4) | não há | 31 | 5 | 3 |

Fonte: SIAPE

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 25 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – situação em 31/12 (A.6.2)

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|--|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 1 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 1 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | - |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | - |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | - |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | - |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | - |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | - |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | - |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 4 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 3 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | 1 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | - |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | - |

| | |
|---|----------|
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | - |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | - |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | - |
| 4.2. Capacitação | - |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | - |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | - |
| 5.2. Serviço Militar | - |
| 5.3. Atividade Política | - |
| 5.4. Interesses Particulares | - |
| 5.5. Mandato Classista | - |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 1 |
| 6.1. Afastamento para Participar de Curso de Formação (art. 20 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.624/98) | - |
| 6.2. Licença-Prêmio (art. 87 da Lei nº 8.112/90, alterado pela Lei nº 9.527/97) | - |
| 6.3. Licença para Tratamento de Saúde (art. 202 da Lei nº 8.112/90) | 1 |
| 6.4. Licença à Gestante (art. 207 da Lei nº 8.112/90) | - |
| 6.5. Concessão de 8 (oito) Dias em Virtude de Falecimento (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | - |
| 6.6. Concessão de 1 (um) Dia para Doação de Sangue (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | - |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 6 |

Fonte: SIAPE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 26 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – situação em 31/12 (A.6.3)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|-----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 20 | 17 | 1 | 2 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | - | - | - | - |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 20 | 17 | 1 | 2 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | - | 6 | - | - |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | - | - | - | 1 |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | - | 1 | - | - |
| 1.2.4. Sem Vínculo | - | 10 | 1 | 1 |
| 1.2.5. Aposentados | - | - | - | - |
| 2. Funções Gratificadas | - | 2 | - | - |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | - | 1 | - | - |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | - | - | - | - |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | - | 1 | - | - |
| 3. Anistiados (Celetistas) | - | - | - | - |
| 4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3) | 20 | 19 | 1 | 2 |

Fonte: SIAPE

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 27 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação em 31/12 (A.6.4)

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 12 | 4 | 4 | 2 | - |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | - | - | 1 | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | 12 | 4 | 3 | 2 | - |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 3 | 8 | 3 | 4 | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 3 | 8 | 1 | 4 | - |
| 2.3. Funções Gratificadas | - | - | 2 | - | - |
| 3. Anistiados (Celetistas) | - | - | - | - | - |
| 4. Totais (1+2+3) | 15 | 12 | 7 | 6 | - |

Fonte: SIAPE

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 28 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação em 31/12 (A.6.5)

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|--|---|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | - | - | - | - | 12 | 10 | - | - | - |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | - | - | - | - | 12 | 9 | - | - | - |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | - | - | - | 1 | 7 | 10 | - | - | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | - | - | - | 6 | 10 | - | - | - |
| 2.3. Funções Gratificadas | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - |
| 3. Anistiados (Celetista) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 4. Totais (1+2+3) | - | - | - | 1 | 19 | 20 | - | - | - |

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 29 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (A.6.6)

Valores em R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 303.619,13 | - | 39.999,37 | 11.546,35 | 72.320,69 | 11.669,00 | 179.556,26 | 16.096,94 | - | 634.807,74 |
| | 2011 | 316.060,33 | - | 40.245,41 | 8.912,56 | 8.708,10 | 13.039,00 | 161.908,63 | - | - | 548.874,03 |
| | 2010 | 118.306,90 | - | 14.834,38 | 1.116,80 | - | 915,00 | 42.740,95 | - | - | 177.914,03 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 35.621,28 | - | 3.023,34 | 980,33 | - | - | - | 379,00 | - | 40.003,95 |
| | 2011 | 62.566,68 | - | 5.267,29 | 953,63 | - | - | - | - | - | 68.787,60 |
| | 2010 | 114.597,63 | - | 11.484,60 | 5.646,28 | - | - | 17.346,12 | - | - | 149.074,63 |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 244.933,52 | 744.482,04 | 98.848,04 | 36.316,70 | 163.794,14 | 16.924,00 | 168.089,78 | 37.623,66 | - | 1.511.011,88 |
| | 2011 | 565.678,98 | 857.886,94 | 150.446,49 | 31.100,08 | 226.854,38 | 51.201,29 | 299.599,66 | - | 352,69 | 2.183.120,51 |
| | 2010 | 207.227,58 | 747.391,66 | 87.461,72 | 19.534,51 | - | 14.077,72 | 69.410,05 | - | - | 1.145.103,24 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 25.154,16 | 11.317,74 | 4.132,20 | 1.307,06 | 4.794,09 | 2.221,00 | 20.887,24 | 5.242,66 | - | 75.056,15 |
| | 2011 | 25.154,16 | 3.702,78 | 3.500,19 | 65,54 | 3.648,00 | 1.128,00 | 11.796,00 | - | - | 48.994,67 |
| | 2010 | 28.518,48 | - | 3.583,95 | 1.194,65 | - | - | 14.484,12 | - | - | 47.781,20 |

Fonte: SIAPE

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 30 – Composição do quadro de servidores inativos – situação em 31/12 (A.6.7)

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 4 | 2 |
| 1.1 Voluntária | 2 | 1 |
| 1.2 Compulsória | - | - |
| 1.3 Invalidez Permanente | 2 | 1 |
| 1.4 Outras | - | - |
| 2. Proporcional | 3 | - |
| 2.1 Voluntária | 3 | - |
| 2.2 Compulsória | - | - |
| 2.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 2.4 Outras | - | - |
| 3. Totais (1+2) | 7 | 2 |

Fonte: SIAPE

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 31 – Instituidores de pensão – situação em 31/12 (A.6.8)

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | - | - |
| 1.1. Integral | - | - |
| 1.2. Proporcional | - | - |
| 2. Em Atividade | 1 | - |
| 3. Total (1+2) | 1 | - |

Fonte: SIAPE

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela gestão de pessoas, que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela gestão de pessoas, que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela gestão de pessoas, que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela gestão de pessoas, que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 32 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada (A.6.14)

| Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados | Quantidade no final do exercício | | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|----------------------------------|------|------|------------------------|-----------------------|
| | 2012 | 2011 | 2010 | | |
| - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Análise crítica da situação da terceirização no órgão | | | | | |
| Não se aplica. | | | | | |
| Fonte: CGEP/SPOA/SE-MinC | | | | | |

Não houve servidores terceirizados ocupando ou exercendo cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da Unidade no período compreendido entre 2010 e 2012.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro 33 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados (A.6.15)

| Nome do empregado terceirizado substituído | Cargo que ocupava no órgão | DOU de Publicação da Dispensa | | | |
|--|----------------------------|-------------------------------|------|-------|--------|
| | | Nº | Data | Seção | Página |
| - | - | - | - | - | - |

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CDPE/CGEP/SPOA/SE-MinC

Não houve no período.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro 34 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados (A.6.16)

| Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional | Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores | | Quantidade Autorizada de Servidores |
|--|---|------|-------------------------------------|
| | Número | Data | |
| - | - | - | 0 |

Fonte: CDPE/CGEP/SPOA/SE-MinC

Não houve no período.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

As informações referentes a este item, que dizem respeito ao Ministério da Cultura como um todo, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura por pertinência.

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

As informações referentes a este item, que dizem respeito ao Ministério da Cultura como um todo, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura por pertinência.

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

As informações referentes a este item encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão do cadastro de estagiários.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO (Item 7 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável pela gestão de patrimônio mobiliário ou imobiliário.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO (Item 8 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Não se aplica. As informações referentes à gestão dos recursos de TI utilizados pela UJ estão consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão de TI do Ministério.

**9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
(Item 9 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

As informações referentes a este item, que dizem respeito ao Ministério da Cultura como um todo, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura por pertinência.

**10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO
DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
(Item 10 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU no exercício.

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 35 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.10.3)

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|--------------|--|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 1 | 201203214 | 2.1.2.2 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Em caso de processo de atualização do SIGPLAN que não seja diretamente de sua competência, em razão do art. 18, da Lei nº 11653/2008 e da responsabilidade pela coordenação e monitoramento dos resultados, diligencie a Diretoria de Gestão Estratégica ou quem de direito, para que atualize as informações de execução financeira, de modo a compatibilizar a informação com os registros constantes do SIAFI. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |

Tendo em vista que, a partir de 2012, o acompanhamento das ações orçamentárias deixa de ser feita por meio do SIGPLAN, passando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), a Secretaria do Audiovisual tomará as devidas providências, junto à subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MINC, para evitar que o referido sistema apresente informações referentes às ações sob sua responsabilidade em discrepância com os registros constantes do SIAFI.

Síntese dos Resultados Obtidos

Envio do Memorando nº 521/2012/GAB/SAV/MINC à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração em 17/12/2012, solicitando verificação da compatibilidade entre os registros de execução das ações da UJ no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há fatores positivos ou negativos a destacar.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|--------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 2 | 201203214 | 2.1.2.4 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>Previamente à publicação dos editais de seleção pública de projetos, ainda na fase interna do certame, estabelecer metodologia para estipular o valor dos apoios financeiros que serão concedidos aos projetos selecionados, de forma a atender o art. 2º, Inciso II, da Portaria nº 29/2009, considerando a realidade do mercado ou área que se pretende fomentar e a disponibilidade dos recursos orçamentários e organizacionais.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>1. Será implementada uma fase interna de deliberações entre as autoridades competentes desta Secretaria, na qual serão definidos os valores dos apoios a serem concedidos aos projetos contemplados nos editais de seleção pública, mediante pesquisa de mercado na área audiovisual, de acordo com o objeto de cada certame e com a disponibilidade orçamentária do órgão.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| <p>Os custos específicos dos produtos audiovisuais objeto dos editais se justificam pelos valores médios aplicados no mercado de audiovisual brasileiro e definidos na legislação brasileira do setor. A Súmula nº 21 da Comissão Nacional de Incentivo a Cultura define o teto de curtas e médias-metragens a serem incentivadas com recursos federais. O teto foi obtido levando-se em conta as tabelas de preços fornecidas pela Fundação Getúlio Vargas, a pedido do Ministério da Cultura, além de tabelas sindicais da indústria cinematográfica e do audiovisual. Foi ainda considerada a demanda de projetos dos últimos anos endereçados à Secretaria do Audiovisual, via Lei Rouanet. Foram também consultadas listas dos principais laboratórios de finalização audiovisual do país, como Labocine, MegaColor e Casablanca.</p> | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |

A pesquisa realizada permitiu a definição de valores atualizados de acordo com a realidade do mercado audiovisual brasileiro, garantindo a eficiência na utilização dos recursos públicos.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|--------------|--|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 3 | 201203214 | 2.1.2.5 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Estabeleça procedimento de acompanhamento da execução e das prestações de contas dos convênios e instrumentos congêneres, fazendo-se manter atualizados os sistemas corporativos de registros e movimentações dos respectivos processos. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Será definido formulário próprio para a realização do acompanhamento e da prestação de contas dos projetos contemplados nos editais de seleção pública | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Foi definido que a prestação de contas dos editais será realizada por meio da entrega das obras e de relatórios que contenham as informações de pesquisa, pré-produção, produção e finalização, bem como da relação de pagamentos dos serviços prestados na execução dos projetos. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| A documentação torna mais transparente a aplicação dos recursos públicos. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---------------------------------------|---|--------------|--|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 4 | 201203214 | 2.1.2.6 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |

| | |
|---|---------------------|
| Adote medidas necessárias para correção dos dados registrados no SIAFI, acionando, caso necessário, a Unidade do Ministério responsável pelo monitoramento, registro e acompanhamento das informações orçamentárias, financeiras e contábeis. | |
| Providências Adotadas | |
| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | |
| Em relação à correção dos dados, informo que foi encaminhado memorando à Coordenação-Geral de Execução Financeira e à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MinC para manifestação a respeito da possibilidade de alteração dos registros no SIAFI. | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | |
| Não houve resposta por parte da Coordenação-Geral de Execução Financeira e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MINC. | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | |
| Aguardando atendimento à solicitação. | |

| | | | |
|--|--|---------------------|---|
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 5 | 201203214 | 2.1.2.6 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Acione a Unidade responsável pelo monitoramento, registro e acompanhamento das informações orçamentárias, financeiras e contábeis para que se manifeste sobre a forma adequada para a realização de pagamento e respectivo registro de pessoas físicas em razão de prêmios ou apoio baseados na Portaria MinC nº 29/2009 e, posteriormente, adote as medidas necessárias para correção dos registros no SIAFI. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Os pagamentos dos contemplados nos últimos editais foram realizados através de conta contábil, fornecida após solicitação à STN/MF de autorização para uso da conta "transferências legais". Desta forma, foi adotada a modalidade Termo de Compromisso, indicada pela Coordenação-Geral de Execução Financeira deste Ministério como adequada para a realização de pagamentos de projetos oriundos de editais de seleção pública. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Já foram tomadas as providências necessárias nos últimos editais, adotando a modalidade Termo de Compromisso para realização dos pagamentos. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Providências tomadas. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 6 | 201203214 | 2.1.2.7 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Avalie a conveniência e oportunidade de se atribuir apenas dois elementos de valores na escala de julgamento dos critérios que comporão a pauta de julgamento da comissão. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Estabelecer critérios de avaliação mais detalhados e objetivos aos quais possam ser atribuídos dois elementos de valores, especificando no texto do edital qual será o objeto da avaliação de cada quesito, devendo o concorrente comprovar documentalmente no que for possível. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Em atendimento à recomendação da CGU, alguns critérios como "originalidade" e "excelência criativa" foram suprimidos, as obras audiovisuais, porém, não podem ser analisadas de forma binária. Buscamos a objetividade garantindo que cada critério seja avaliado por uma escala de notas definidas em cada seleção pública. Além disso, a Comissão de Seleção é sempre formada por especialistas no setor, garantindo que a avaliação seja eficaz. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| A determinação de uma escala de notas definida em cada seleção pública auxilia na clareza e transparência do processo de avaliação. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 7 | 201203214 | 2.1.2.7 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Impeça que os membros da comissão tenham acesso à descrição dos autores das propostas, bem como região ou origem, ou outros elementos que possam identificá-los ou relacioná-los com determinado grupo ou idéias. | | | |

| Providências Adotadas | |
|---|---------------------|
| Sector Responsável pela Implementação | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | |
| Enviar propostas sem nenhum tipo de identificação para a Comissão de Seleção, ficando sob responsabilidade da SAV analisar os critérios relativos a currículo, regionalização, etc. | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | |
| Foi realizada um análise do Sistema SalicWeb (de uso obrigatório para seleções públicas do Ministério da Cultura) e verificou-se que não é permitido o bloqueio do acesso aos dados que identifiquem os projetos. Em atendimento especificamente à questão da regionalização, esta atualmente é feita pela Secretaria do Audiovisual. | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | |
| Por questões relativas ao SalicWeb não foi possível atender a todas as recomendações. Continuaremos analisando a viabilidade de atender por completo a recomendação da CGU. | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|---------------------|--|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 8 | 201203214 | 2.1.2.7 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Avalie a conveniência e oportunidade de o critério “exequibilidade orçamentária da obra” fazer parte de trabalho da Comissão Técnica que trata do art. 21, ou seja, na etapa de habilitação, vez que o volume de informações a serem tratadas e a precisão exigida não devem ficar somente a cargo do empirismo da Comissão, mas carecem de apreciação técnica. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| A SAV utilizará, dentro das fases dos editais, a expertise dos peritos técnicos credenciados pelo Ministério da Cultura, quando da análise orçamentária. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Está sendo elaborado um edital para qualificação de especialistas para a composição de comissões de seleção em concursos audiovisuais, no qual será prevista a seleção de uma equipe técnica capaz de analisar de forma eficaz as obras audiovisuais, incluindo o critério "exequibilidade orçamentária da obra". | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Em fase de implementação. | | | |

| Unidade Jurisdicionada |
|-------------------------------|
|-------------------------------|

| Denominação Completa | | | Código SIORG |
|--|---|------------|--|
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 9 | 201203214 | 2.1.2.7 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Defina os critérios técnicos de avaliação de exequibilidade orçamentária dos projetos para serem utilizados nas etapas pertinentes assinaladas no art. 2º, da Portaria nº 29. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Será realizada consulta a profissionais de notório saber da área audiovisual, em publicações especializadas e/ou outras fontes oficiais especificamente em relação à questão orçamentária, para que sejam estabelecidos os critérios técnicos que estarão descritos no texto do edital. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Até o momento, por escassez de recursos humanos, ainda não foi possível realizar a referida consulta. Ratificamos o interesse em atender à recomendação da CGU, inclusive considerando a possibilidade de criar um manual de orientação para a comissão de seleção, conferindo cada vez mais objetividade à avaliação. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Em fase de implementação. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 10 | 201203214 | 2.1.2.7 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Como forma de auxiliar os julgamentos e a avaliação técnica dos custos orçamentários, avalie a conveniência e a oportunidade de exigir das convenentes que apresentem as planilhas ou outros elementos que subsidiem a confecção do orçamento proposto. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |

| |
|--|
| Síntese da Providência Adotada |
| Será requisito dos próximos Editais a apresentação de documentos que comprovem a compatibilidade do orçamento apresentado com os preços praticados no mercado, tais como: cotação prévia dos preços, tabelas oficiais de preços, publicações especializadas e/ou outras fontes oficiais disponíveis. |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| A recomendação ainda não foi implementada devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual. Ratificamos o interesse em construir uma orientação aos concorrentes nos próximos editais em relação à construção do orçamento, contendo justificativa dos valores informados. |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| Em fase de implementação. |

| | | | |
|--|--|---------------------|--|
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 11 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Regulamente, em normativo próprio, mesmo para os casos de editais de seleção pública, os procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução e acompanhamento e prestação de contas dos projetos ou propostas culturais beneficiadas com recursos da União para fomento do audiovisual. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Definir, em orientação normativa própria interna para posterior divulgação aos concorrentes, a forma como será realizada o acompanhamento e a prestação de contas. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| O normativo ainda não foi concluído devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Em fase de implementação. | | | |

| | |
|---|---------------------|
| Unidade Jurisdicionada | |
| Denominação Completa | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | 3662 |
| Recomendações do OCI | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | |

| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|--|--|-------------------|--|
| 12 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Adote a sistemática de elaborar plano de trabalho ou planejamento anual das atividades a serem implementadas pela SAV na área de fomento às atividades audiovisuais, especialmente quando custeadas com recursos do Fundo Nacional de Cultura, dando publicidade aos regramentos eventualmente instituídos. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Elaborar planejamento anual das atividades a serem implementadas pela SAV na área de fomento às atividades audiovisuais, especialmente quando custeadas com recursos do Fundo Nacional de Cultura. A SAV se compromete a dar ampla publicidade, no âmbito do setor audiovisual, aos normativos instituídos pela comissão do Fundo Nacional da Cultura (CFNC), referentes à execução de recursos desse Fundo. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Para o exercício de 2013, houve um planejamento prévio das atividades custeadas tanto com recursos do FNC quanto da Administração Direta, sendo todas estas atividades incluídas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Cultura (SIMINC). | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há fatores positivos ou negativos a destacar. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|-------------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 13 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Faça constar no normativo próprio, entre os deveres dos beneficiados, o de prestar contas da execução física e financeira dos projetos custeados com recursos do Orçamento Geral da União ou de incentivos fiscais, quando o caso. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |

| |
|--|
| Incluir em orientação normativa própria todas as disposições relativas à prestação de contas dos Projetos. |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| O normativo próprio ainda não foi concluído devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual. |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| Em fase de implementação. |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|--------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 14 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Faça constar no normativo próprio, a previsão de despesas que serão vedadas na execução dos projetos beneficiados com recursos da União, inclusive por renúncia de receitas que sejam estranhas à execução da proposta cultural, tais como taxas de administração, gerência e similar e, se for o caso, instituir limite para a realização de despesa de natureza administrativa, bem como regulamentar as despesas com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares e de despesas com passagens. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Incluir na orientação normativa e demais manuais de instruções todas as orientações relativas à confecção do orçamento, incluindo vedações, limites e regulamentações para a realização de despesas específicas. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| O normativo próprio ainda não foi concluído devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Em fase de implementação. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|----------------------------------|---|--------------|----------------------|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |

| | | | |
|--|-----------|---------|--|
| 15 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Faça constar no normativo próprio, a regulamentação a respeito de aquisição de material permanente, prevalecendo a opção de maior economicidade e da cotação prévia de preços, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Regulamentar as condições nas quais o proponente poderá realizar aquisição de material permanente, caso seja conveniente e oportuno para a Administração Pública e para execução do objeto do edital. Ademais, será definido pelo órgão concedente a destinação dos eventuais bens adquiridos quando da conclusão do objeto do edital. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| O normativo próprio ainda não foi concluído devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Em fase de implementação. | | | |

| | | | |
|---|--|-------------------|--|
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 16 | 201203214 | 2.1.2.8 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Faça constar no normativo próprio, no que atine à prestação de contas, regulamento sobre o relatório da execução física do projeto e avaliação dos resultados, a comprovação, mediante relação de pagamentos e respectivas notas fiscais e comprovantes dos bens móveis e imóveis adquiridos, produzidos, construídos ou locados. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| 1. será providenciada a elaboração dos formulários de prestação de contas e de avaliação para cada edital; e 2. incluir na orientação normativa todos os regulamentos, bem como a lista de documentos a serem enviados como comprovantes das despesas realizadas. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |

O normativo próprio ainda não foi concluído devido ao período de transição da nova gestão da Secretaria do Audiovisual.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Em fase de implementação.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|--------------|--|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 17 | 201203214 | 2.1.2.9 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Elabore índice suficiente para aferir o desempenho da Unidade na implementação do programa de governo sob sua gestão, considerando os aspectos de completude, validade, comparabilidade, acessibilidade e compreensão e confiabilidade das fontes dos dados. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| A Secretaria do Audiovisual vem desenvolvendo uma série de indicadores referentes ao setor audiovisual, em conjunto com a Agência Nacional de Cinema (ANCINE), no âmbito do Plano de Diretrizes e metas para o Audiovisual 2011-2020, atualmente em consulta pública, e em conjunto com a ANCINE, a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no âmbito do plano Brasil Maior. Alguns desses indicadores serão usados para aferir o desempenho da Unidade. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Em 2013, o Ministério da Cultura, através de consultoria da Câmara de Gestão do Movimento Brasil Competitivo, iniciou um processo de planejamento estratégico. Foi elaborado um mapa estratégico para todo o Sistema MinC e atualmente o processo está em fase de elaboração de indicadores e metas para 2013, 2014, 2015 e 2020, aliadas ao PPA e ao Plano Nacional de Cultura. Vários destes indicadores, que serão mensurados sistematicamente com periodicidade definida, servirão para aferir o desempenho da unidade. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| O Ministério da Cultura carece de bases de dados consistentes e confiáveis que permitam a elaboração de bons indicadores. Esse é um importante desafio a ser enfrentado pelo processo de planejamento estratégico do Sistema MinC ora em curso. | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|--|-------------------|--|
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 18 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>Oriente os convenientes para que as prestações de contas sejam acompanhadas de documentação fiscal que detalhe, de forma unitária, os bens ou serviços adquiridos com os recursos dos convênios, bem como façam referência ao correspondente elemento do plano de trabalho, requisitando justificativas para os casos em que os valores unitários dos documentos fiscais estejam acima do valor previsto no orçamento do Plano de Trabalho aprovado, bem como, quando possível, verificar se eles acompanham os preços praticados no mercado e, se necessário, adotar as medidas de ressarcimento ao Erário.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>A Secretaria do Audiovisual (SAv) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há fatores positivos e negativos a se destacar | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | |

| Denominação Completa | | | Código SIORG |
|---|---|------------|--|
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 19 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| À luz dos fatos apontados na Nota Técnica CGU 958/DRCUT, de 3.5.2012, reavalie as prestações de contas dos convênios 733027, 732082 e 753976. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| O convênio 733027, 732082 e 753976 foram verificados e reavaliados de acordo com os apontamentos de auditoria, mantendo a aprovação da execução financeira dos convênios nos Convênios 733027 e 732082. Os convênios nº 753976 está em fase de análise técnica. Além das exigências dispostas na legislação pertinente, a SAV elaborou um Manual de Prestação de Contas de Convênios para orientar os convenentes. De acordo com os apontamentos de Auditoria reavaliamos o <i>check-list</i> de análise financeira e incluímos as atualizações dos sistemas corporativos de registros e movimentações dos respectivos processos no SICONV e além da legislação vigente, adaptamos as recomendações a análise financeira da Coordenação de Prestação de Contas. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| As prestações de contas foram reavaliadas e aprovadas posteriormente. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há fatores positivos ou negativos a se destacar. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 20 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Considere os fatos apontados nas Notas Técnicas nº 128/DRCUT, de 23.1.2012, e nº 163/DRCUT, quando da análise da prestação de contas dos Convênios nº 752775, 748090 e 748690. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |

| | |
|--|------|
| Secretaria do Audiovisual | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | |
| <p>O convênio nº 752775 teve a prestação de contas apresentada e está diligenciada. O Convênio 748090 teve a prestação de contas apresentada e está diligenciada. O Convênio 748690 teve a prestação de contas apresentada e saneada conforme apontamentos de Auditorias. Além das exigências dispostas na legislação pertinente, a SAV elaborou um Manual de Prestação de Contas de Convênios para orientar os convenentes. De acordo com os apontamentos de Auditoria reavaliamos o <i>check-list</i> de análise financeira e incluímos as atualizações dos sistemas corporativos de registros e movimentações dos respectivos processos no SICONV e além da legislação vigente, adaptamos as recomendações a análise financeira da Coordenação de Prestação de Contas</p> | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | |
| <p>Os fatos apontados nas Notas Técnicas nº 128/DRCUT, de 23.1.2012, e nº 163/DRCUT, quando da análise da prestação de contas dos Convênios nº 752775, 748090 e 748690. foram atendidos conforme destacado na síntese das providências adotadas.</p> | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | |
| Nada a destacar. | |

| | | | |
|---|--|---------------------|---|
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 21 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>Nos termos da Constatação 5, da Nota Técnica nº 958/DRCUT/2012, apure os fatos, as consequências da não consideração dos posicionamentos técnicos exarados pela Consultoria Jurídica para os convênios 733027, 732082, 754263 e 753976, firmados com o Instituto Igual de Solidariedade, adotando, se for o caso, as medidas de apuração de responsabilidades.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>Apuração da não consideração dos posicionamentos jurídicos pela equipe técnica nos convênios 733027, 732082, 754263 e 753976.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| <p>Houve elaboração do Ofício nº 210/2012/GAB/SAV/MinC oferecendo respostas a solicitação de Auditoria nº 201203214 Nota Técnica nº 958/ DRCUT/2012.</p> | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há informações a declarar. | | | |

| |
|-------------------------------|
| Unidade Jurisdicionada |
|-------------------------------|

| | | | |
|---|--|-------------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 22 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>Avalie a conveniência e oportunidade de elaborar normativo interno que oriente os servidores envolvidos na execução das transferências voluntárias, especialmente no que se refere ao acompanhamento e à fiscalização, atentando-se para o cumprimento do art. 68 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>A Secretaria do Audiovisual (SAv) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Fatores negativos: dificuldade de designação de equipe técnica qualificada para realização dos trabalhos. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 23 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Não firme convênios com entidades sem fins lucrativos que não sejam decorrentes de processo seletivo, ou seja, de chamamento público ou concurso de projetos, nos termos previstos na Portaria Interministerial nº 507/2011. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Todos os convênios são precedidos de chamamento público. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Chamamento público nº 02/2012 publicado e atualmente em processo de seleção de projetos. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há o que declarar. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 24 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Nas etapas de formalização e acompanhamento, atente para o cumprimento das prescrições contidas na Portaria Interministerial nº 507/2011, especialmente nos arts. 25, 26, 44 e 45, e nos arts. 65 a 71. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |

A Secretaria do Audiovisual (SAv) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto negativo: dificuldade de designação de equipe técnica qualificada para realização dos trabalhos.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|--------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 25 | 201203214 | 2.1.2.10 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Tendo em vista que a vigência do convênio 752775 expirou em 26.12.2011, adote as medidas previstas no art. 72, § 3º, da Portaria Interministerial nº 507/2011. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |

O Convênio 752775 teve a prestação de contas apresentada e está diligenciada. Além das exigências dispostas na legislação pertinente, a SAV elaborou um Manual de Prestação de Contas de Convênios para orientar os convenientes. De acordo com os apontamentos de Auditoria reavaliamos o *check-list* de análise financeira e incluímos as atualizações dos sistemas corporativos de registros e movimentações dos respectivos processos no SICONV e além da legislação vigente, adaptamos as recomendações a análise financeira da Coordenação de Prestação de Contas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Prestação de contas apresentada e diligenciada, *check-list* de análise financeira, elaboração de manual de prestação de contas e atualizações de sistemas corporativos de registros e movimentações dos respectivos processos no SICONV.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há fatores positivos ou negativos a se mencionar.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|--------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 26 | 201203214 | 2.1.4.1 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Diligencie a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGEP/MinC para que atualize as informações de quantitativo de pessoal da SAV no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, de acordo com os quadros e funções efetivamente pertencentes à estrutura da Secretaria. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas foi informada quanto ao desacordo entre os registros de quantitativo de pessoal da SAV no Sistema Integrada de Administração de Recursos Humanos e o quantitativo efetivo na Secretaria, e os dados corretos foram enviados à Controladoria-Geral da União por meio do Ofício nº 255/2012/GAB/SAV/MINC, de 5 de julho de 2012. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Descrito conforme Ofício nº 255/2012/GAB/SAV/MINC, de 5 de julho de 2012. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há fatores positivos e negativos a se mencionar. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---------------------------|--------------|
| Denominação Completa | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | 3662 |
| Recomendações do OCI | |

| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
|---|--|-------------------|--|
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 27 | 201203214 | 2.1.4.1 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Antes de promover a indicação ou nomeação de pessoas sem vínculo com a Administração Pública para ocupar cargos em comissão DAS níveis 4, 3, 2 e 1 identifique, primeiramente, entre os servidores efetivos da carreira, aqueles que possuem qualificações e habilidades compatíveis com as atribuições ou temática do cargo em referência e que eles somente sejam preteridos ante a absoluta impossibilidade de exercício por servidor de carreira. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Diversos servidores de carreira foram designados para ocupação de cargos em comissão no exercício de 2012. Servidores efetivos ocuparam DAS 101.2, DAS 101.3 e DAS 101.4. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| A SAV buscou acatar as recomendações designando diversos servidores efetivos para ocuparem cargos em comissão. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Não há fatores positivos e negativos a se mencionar. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|-------------------|--|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 28 | 201203214 | 2.1.5.1 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Aperfeiçoe a sistemática de acompanhamento e fiscalização do objeto dos convênios, objetivando o cumprimento dos arts. 65, 66 e 67, da Portaria Interministerial nº 507, como meio de garantir a regularidade e a plena execução do objeto dos convênios, a partir do desenvolvimento de atividades de inspeções "in loco". | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |

A Secretaria do Audiovisual (SAV) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto negativo: dificuldade de designação de equipe técnica qualificada para realização dos trabalhos.

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|--------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 29 | 201203214 | 2.1.5.1 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Na aplicação da sistemática de acompanhamento e fiscalização do objeto, verifique a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, a compatibilidade entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, além dos desembolsos e pagamentos, a regularidade das informações registradas pelo conveniente ou contratado no SICONV, e a comparação entre a relação dos fornecedores, os preços unitários e os valores de mercado, quando possível. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |

| Síntese da Providência Adotada |
|---|
| <p>A Secretaria do Audiovisual (SAV) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.</p> |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| <p>Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída.</p> |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| <p>Ponto negativo: dificuldade de designação de equipe técnica qualificada para realização dos trabalhos.</p> |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|---------------------|---|
| Denominação Completa | | Código SIORG | |
| Secretaria do Audiovisual | | 3662 | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 30 | 201203214 | 2.1.5.1 | Ofício nº 24.882/2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>No caso de obras ou aquisição de bens e serviços, na estratégia de acompanhamento e fiscalização, certifique-se de que as convenientes realizam processo seletivo, pautados pelos princípios da Lei nº 8.666/93 ou outro normativo aplicável.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 3662 |

| |
|---|
| Síntese da Providência Adotada |
| <p>A Secretaria do Audiovisual (SAv) tem promovido diversas frentes para implementar medidas institucionais, com vistas a estimular o reconhecimento da indústria audiovisual brasileira. Dentre tais medidas, podemos destacar: a inclusão digital; a democratização e a regionalização do acesso a conteúdos; a capacitação de profissionais; a adequação da estrutura institucional; o desenvolvimento sustentável econômico; e a legitimidade na elaboração de políticas estratégicas de estruturação e de inovação. Para que estas ações sejam efetivadas são formalizados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades ou órgãos da Administração Pública alocados em programas de trabalho aprovados na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias, visando a realização de ações públicas de interesse comum. Entretanto, quando da aprovação da execução físico-financeira dos instrumentos pactuados, a SAV tem constatado a inobservância de alguns atos normativos pelos administradores ou entidades beneficiárias dos referidos recursos, o que tem resultado no comprometimento do atesto de plena execução dos objetos pactuados. Nesse sentido, a SAV, de uma forma preventiva, sintética e didática está desenvolvendo um Manual com orientação aos gestores, visando à boa e regular aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade. Com isso, antecipadamente ao início da execução do instrumento pactuado, ou até mesmo de sua assinatura, os beneficiários serão cientificados das normas e definições sobre os principais termos que envolvem os instrumentos de repasses que envolvam transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Ademais, a SAV está implementando ato normativo que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, que será responsável por monitorar, de acordo com os atos normativos vigentes, os recursos repassados por meio das transferências voluntárias. Destaca-se que a atuação desta área, dentre outras, será baseada na avaliação gerencial, sistemática, planejada e dirigida para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas. Resumo das atividades a serem implementadas: a) Desenvolvimento do manual de Execução de Convênios e Instrumentos Congêneres; e b) Desenvolvimento do Manual que discipline normas e rotinas da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Transferências Voluntárias.</p> |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| Providência em fase de implementação, mas ainda não concluída. |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| Ponto negativo: dificuldade de designação de equipe técnica qualificada para realização dos trabalhos. |

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 36 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (A.10.5)

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 1 | - | - |
| | Entregaram a DBR | 1 | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |

Fonte: SIAPE

10.3.2. Análise Crítica do Acompanhamento da Entrega das DBR

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGEP) é a unidade responsável pelo recebimento da DBR e/ou do Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, no ato da posse da Autoridade ou do servidor detentor de Função Comissionada, conforme normativo legal.

As Declarações e os Formulários, estes datados e assinados pelo servidor, são entregues em papel, em envelope lacrado e devidamente identificado com o nome do servidor e do conteúdo do mesmo, sendo o controle da recepção feita manualmente por um servidor da CGEP designado para tal atividade.

Os envelopes são armazenados em armário trancado.

O acesso ao conteúdo das Declarações se dá somente pelos órgãos de controle.

10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

As declarações que atestam a disponibilidade e a atualização de informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV constam, respectivamente, dos Anexos 3 e 4 deste relatório.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
(Item 11 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica, uma vez que a UJ não possui bens de patrimônio.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

A declaração plena do contador responsável pela UJ atestando que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade consta do Anexo 5 deste relatório.

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11.6. Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
(Item 12 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Nada a destacar.

**PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA
OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

**1. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
RELACIONADAS A TERMO DE PARCERIA**
**(Item 38 da Parte B – Conteúdo Específico por UJ
ou Grupo de Unidades Afins da DN TCU nº 119/2012)**

1.1. Identificação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 37 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício (B.38.1)

| | | | | |
|---|--|--|-----------------------|--|
| Informações da entidade parceira | CNPJ | 59.090.092/0001-90 | | |
| | Nome | Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) | | |
| | Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99) | Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico (art. 3º, inciso II, da Lei nº 9.790/99) | | |
| | Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99) | Resolução nº 1, de 12 de setembro de 2008 - Regulamento de compras e contratação de serviços da SAC, publicado no DOU, seção 3, página 142, nº 182, em 19/08/2008. | | |
| Informações do Termo de Parceria | Número | 01/2008 | | |
| | Data Celebração | 09/09/2008 | | |
| | Registrado no SICONV? | 086771 | | |
| | Forma de escolha da entidade parceira | A Entidade parceira foi selecionada após avaliação de performance em trabalhos anteriores desenvolvidos em Planos de Trabalhos por ambas as instituições. A escolha foi fundamentada em Nota Técnica da Secretaria do Audiovisual em 18 de agosto de 2008, embasada na credibilidade, expertise da Parceira e das necessidade de implementação e execução dos interesses relativos ao audiovisual e do Ministério da Cultura para a consolidação das políticas públicas para o desenvolvimento da Cultura no Brasil. | | |
| | Objeto | O Termo de Parceria tem por objeto a promoção de ações conjuntas visando a plena realização dos objetivos que norteiam as ações de fomento à produção artística e cultural, de difusão, por meio de mostras audiovisuais, exposições de artes e outros eventos, de capacitação de artistas, produtores e realizadores, de pesquisa, de intercâmbio técnico e cultural como as ações de Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto nº 6.226, de 04 de outubro de 2007, de competência do Parceiro Público, e os projetos e programas operacionalizados pela Instituição Parceira. | | |
| | UJ Parceira | Nome | Ministério da Cultura | |
| | | UG SIAFI | 420006 | |
| | Período Vigência | Início | 09/09/2008 | |
| | | Fim | 07/07/2013 | |
| | Valor Global (em R\$ 1,00) | Da UJ | 115.904.585,80 | |
| Da Entidade | | 0,00 | | |

Fonte: Processo MinC nº 01400.004282/2008-30

1.2. Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

Quadro 38 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de Termo de Parceria (B.38.2)

| Identificação da Entidade Parceira | | | |
|--|-----------------|--------------------------------------|-------------------------|
| Nome | | Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) | |
| CNPJ | | 59.090.092/0001-90 | |
| Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00) | | | |
| No Primeiro Semestre 2012 | | No Segundo Semestre 2012 | |
| Janeiro | - | Julho | - |
| Fevereiro | - | Agosto | - |
| Março | - | Setembro | - |
| Abril | - | Outubro | - |
| Maio | - | Novembro | R\$ 2.464.069,53 * |
| Junho | - | Dezembro | - |
| Total | R\$ 0,00 | Total | R\$ 2.464.069,53 |

Fonte: Processo MinC nº 01400.004282/2008-30

* O valor repassado foi devolvido em 2013, em observância às determinações do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011.

Quadro 39 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios anteriores ao de referência (B.38.3)

| Exercícios | Quantidade de Termos vigentes | Montante repassado no Exercício |
|--------------|-------------------------------|---------------------------------|
| | | (em R\$ 1,00) |
| 2011 | 1 | - |
| 2010 | 1 | 51.911.575,00 |
| 2009 | 1 | 45.670.049,00 |
| 2008 | 1 | 14.872.570,00 |
| TOTAL | | 112.454.194,00 |

Fonte: SIAFI; Processo MinC nº 01400.004282/2008-30

1.3. Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Quadro 40 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99) (B.38.4)

| Membros da Comissão | | | | Ato de designação |
|---------------------|----------------------------|----------------|--------------------------------------|---|
| | Nome | CPF | Órgão que representa | |
| Titulares | Ana Paula Dourado Santana | 691.507.291-87 | SAV/MINC | Portaria nº 104, de 13/08/2012, Publicada no DOU, seção 2, página 10, nº 160, de 18/08/2012 |
| | Carlos Wendel Magalhães | 010.351.658-13 | Cinemateca Brasileira | |
| | Maria Dora Genis Mourão | 011.932.008-81 | Sociedade Amigos da Cinemateca - SAC | |
| Suplentes | Emerson Rodrigues da Silva | 665.997.251-04 | SAV/MINC | |
| | Olga Futexma | 837.041.758-20 | Cinemateca Brasileira | |
| | Lauro Avila Pereira | 066.051.578-42 | Sociedade Amigos da Cinemateca | |

Quadro 41 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício (B.38.5)

| CNPJ da Entidade Parceira | Data da apresentação das contas | Nº Plano de Trabalho ¹ | Período de Referência | | Situação da Análise* | Decisão** |
|--|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|------------|---------------------------|-----------|
| | | | Data Início | Data Fim | | |
| 59.090.092/0001-90 | 25/11/2011 ² | 19 | 08/2010 | 08/2010 | Não iniciada | |
| | 25/01/2012 | 10 | 01/09/2009 | 31/12/2010 | Não iniciada ² | |
| | 08/03/2012 | 1 | 09/09/2008 | 09/09/2009 | Não iniciada ² | |
| | 26/03/2012 | 5 | 01/01/2009 | 31/12/2009 | Não iniciada | |
| | 07/05/2012 | 3 | 01/09/2008 | 31/08/2009 | Não iniciada | |
| | 21/06/2012 | 11 | 01/09/2009 | 30/11/2010 | Não iniciada | |
| *Situação da Análise: | | | **Decisão: | | | |
| ▪ Concluída | | | ▪ Aprovada | | | |
| ▪ Em andamento | | | ▪ Reprovada | | | |
| ▪ Não iniciada | | | ▪ Em exigência | | | |
| Fonte: Processo MinC nº 01400.004282/2008-30 | | | | | | |

Observações:

1. O Termo de Parceria é composto de vários Planos de Trabalho, e no exercício de 2012 foram apresentadas parcialmente 5 prestações de contas, tendo em vista que o Termo de Parceria encontra-se em vigência.
2. Em retificação a informações prestadas no Relatório de Gestão de 2011 desta UJ.

1.4. Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Não houve avaliação durante o exercício de referência, conforme estabelece o Termo de Parceria.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Destaca-se, novamente, como um dos principais resultados alcançados pela UJ no exercício, a continuidade ao Programa de Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, com a concessão de apoio a projetos de produção audiovisual selecionados em editais de 2011. O fato de os projetos audiovisuais apoiados a cada ano pela UJ virem sendo selecionados, em sua maioria, por meio de editais públicos reflete uma opção pela busca de mecanismos transparentes, objetivos e democráticos. As comissões de seleção de cada edital são formadas por especialistas nas áreas atinentes a cada concurso, e sua atuação é independente, por ser externa aos quadros da UJ. O fomento à produção audiovisual via edital vem se consolidando a cada ano como um dos principais instrumentos de política pública para o audiovisual.

Como algumas das principais ações previstas para 2013, destaca-se a continuidade das ações de fomento à produção via editais, em especial aqueles voltados ao apoio à produção de obras audiovisuais de baixo orçamento e de documentários, importantes instrumentos de renovação de linguagem e estética e descoberta de novos talentos para o setor, além de editais voltados a segmentos populacionais sujeitos à discriminação e marginalização, como forma de valorização da diversidade e inclusão social. Destacam-se, ainda a realização de seleção de projetos que auxiliem o desempenho da missão institucional da SAV via Chamamento Público, além da retomada de programas exitosos da UJ, como os programas Cine Mais Cultura e Programadora Brasil, voltados à difusão de conteúdos audiovisuais brasileiros em circuitos alternativos, à reflexão e à educação do olhar. Pretende-se ampliar o número de espaços não comerciais de exibição e realizar ações de capacitação dos agentes associados a esses espaços, com foco na programação e exibição dos espaços, bem como em sua gestão e sustentabilidade, de forma a maximizar o potencial de atração de público desses pontos. Outro programa ao qual se dará continuidade em 2013 é o Núcleos de Produção Digital, cujo objetivo é a descentralização da produção audiovisual, por meio do estímulo à produção local e à formação de mão de obra técnica. Tudo isso pautado pelo princípio da inclusão social, na promoção do acesso tanto à fruição quanto à produção audiovisual. Destaca-se, por fim, a continuidade à política nacional de preservação de acervos audiovisuais, política de grande importância para a garantia da memória cultural brasileira.

Anexo 1

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|--|-------------------|---------------|-------------------------|---------------------------|----------|----------|--|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | | UG/GESTÃO: 340033/00001 | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | | | | | | | | |
| Informações sobre as Transferências | | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | | Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Vigência | | Sit. |
| | | | | Global | Contrapartida | No Exercício | Acumulado até o Exercício | Início | Fim | |
| CONVENIO | 724542 | 2605336000103 | INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDIOVISUAL | 2.034.153,62 | 400.000,00 | | 1.600.000,00 | 31/12/09 | 05/11/12 | Prestação de Contas Aprovada |
| CONVENIO | 730810 | 46523239000147 | PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO | 6.250.000,00 | 1.250.000,00 | 2.500.000,00 | 5.000.000,00 | 31/12/09 | 07/07/13 | Em execução |
| CONVENIO | 732134 | 4775616000195 | ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE TELEVISAO | 2.250.000,00 | 450.000,00 | | 1.800.000,00 | 20/04/10 | 30/03/12 | Prestação de Contas em Análise |
| CONVENIO | 748337 | 1883949000140 | INSTITUTO DE PESQUISA E AÇAO MODULAR-IPAM | 100.000,00 | 0,00 | | 100.000,00 | 12/08/10 | 14/01/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 748390 | 4782112000100 | INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS | 200.000,00 | 0,00 | | 200.000,00 | 12/08/10 | 25/05/13 | Em execução |
| CONVENIO | 749641 | 8326526000178 | INSTITUTO PEABIRUS | 4.059.687,21 | 939.998,82 | | 3.119.688,39 | 02/12/10 | 15/04/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 750917 | 28621000183 | CASA DE CORA CORALINA | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 23/12/10 | 31/08/13 | Em execução |
| CONVENIO | 751862 | 56096092000100 | MEMORIA DA JUVENTUDE - CEM | 250.000,00 | 0,00 | | 250.000,00 | 22/12/10 | 31/08/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 751864 | 3300207000170 | FUNDACAO CINEMA RS - FUNDACINE | 100.000,00 | 0,00 | | 100.000,00 | 22/12/10 | 07/10/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 751953 | 43295690000166 | ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL MET S B CAMPO DIADEMA | 2.500.000,00 | 500.000,00 | | 2.000.000,00 | 22/12/10 | 30/11/12 | Prestação de Contas Aprovada |
| CONVENIO | 752738 | 6187248000190 | ASSOCIACAO REVIVA | 150.000,00 | 30.000,00 | | 120.000,00 | 29/12/10 | 29/06/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 752970 | 468786000176 | CENTRO DE CULTURA INFORMACAO E MEIO AMBIENTE-CIMA | 62.500,00 | 12.500,00 | | 50.000,00 | 30/12/10 | 19/06/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 761833 | 92963560000160 | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE | 1.000.000,00 | 200.000,00 | 800.000,00 | 800.000,00 | 30/12/11 | 19/12/13 | Em execução |
| CONVENIO | 764669 | 13128798001507 | ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA | 272.573,17 | 54.514,63 | 218.058,54 | 218.058,54 | 30/12/11 | 21/04/13 | Em execução |

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Sistema DW do Ministerio do Planejamento

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|---|-------------------|---------------|--------------------|---------------------------|----------|----------|--|
| Nome: Secretaria do Audiovisual | | | | | | | | | | |
| CNPJ: 01.264.142/0001-29 | | | | | | | UG/GESTÃO: 420006/00001 | | | |
| Informações sobre as Transferências | | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | | Beneficiário | Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Vigência | | Sit. |
| | | | | Global | Contrapartida | No Exercício | Acumulado até o Exercício | Início | Fim | |
| CONVENIO | 730810 | 46523239000147 | PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO | 6.250.000,00 | 1.250.000,00 | 2.500.000,00 | 5.000.000,00 | 31/12/09 | 07/07/13 | Em execução |
| CONVENIO | 751863 | 5235884000187 | SOCIEDADE BRASILEIRA DE PRESERVACAO E PROMOCAO DA VIDA | 150.000,00 | 0,00 | | 150.000,00 | 23/12/10 | 12/07/12 | Prestação de Contas Aprovada |
| CONVENIO | 751870 | 73885410000130 | KIAI EDITORA E PRODUTORA CULTURAL | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 23/12/10 | 30/04/13 | Em execução |
| CONVENIO | 751871 | 77003424000134 | PRUDENTOPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL | 125.000,00 | 25.000,00 | | 100.000,00 | 23/12/10 | 22/12/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 751872 | 76910900000138 | JAGUARIAIVA PREFEITURA MUNICIPAL | 104.000,00 | 4.000,00 | | 100.000,00 | 26/12/10 | 08/10/12 | Prestação de Contas em Complementação |
| CONVENIO | 751955 | 7618328000115 | ASSOCIACAO NACIONAL PELA INCLUSAO SOCIAL ATRAVES DA CULTURA, MUSICA, ARTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE PARCEIROS DO BEM | 400.000,00 | 0,00 | | 400.000,00 | 28/12/10 | 29/10/12 | Prestação de Contas Aprovada |
| CONVENIO | 752775 | 5559151000106 | ORGANIZACAO TRAJETORIA MUNDIAL | 1.000.000,00 | 0,00 | | 475.000,00 | 30/12/10 | 11/04/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 753002 | 7327578000104 | AGENCIA DO INSTITUTO MUNDIAL PARA AS RELACOES INTERNACIONAIS | 456.200,00 | 0,00 | | 456.200,00 | 28/12/10 | 30/10/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 753988 | 7327578000104 | AGENCIA DO INSTITUTO MUNDIAL PARA AS RELACOES INTERNACIONAIS | 2.516.720,00 | 0,00 | | 2.506.720,00 | 31/12/10 | 30/04/13 | Em execução |
| CONVENIO | 754068 | 7996915000148 | INSTITUTO IGUAL DE SOLIDARIEDADE E INCLUSAO SOCIAL | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 31/12/10 | 12/12/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 754263 | 7996915000148 | INSTITUTO IGUAL DE SOLIDARIEDADE E INCLUSAO SOCIAL | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 31/12/10 | 18/09/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 760544 | 1062213000100 | SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA | 375.000,00 | 75.000,00 | 150.000,00 | 300.000,00 | 19/12/11 | 14/10/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 761879 | 88073291000199 | BAGE PREFEITURA | 125.000,00 | 25.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 21/03/12 | 18/04/13 | Em execução |
| CONVENIO | 763309 | 7598634000137 | MUNICIPIO DE SOBRAL/PREFEITURA MUNICIPAL | 247.000,00 | 50.000,00 | 197.000,00 | 197.000,00 | 30/12/11 | 06/06/13 | Em execução |
| CONVENIO | 764750 | 88488366000100 | MUNICIPIO DE SANTA MARIA | 143.000,00 | 13.000,00 | 130.000,00 | 130.000,00 | 30/12/11 | 02/10/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 770672 | 10321307000148 | SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA | 125.000,00 | 25.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 03/07/12 | 30/12/12 | Prestação de Contas enviada para Análise |
| CONVENIO | 770673 | 1298975000100 | ALEXANIA PREFEITURA MUNICIPAL | 125.000,00 | 25.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 03/07/12 | 30/09/12 | Aguardando Prestação de Contas |
| CONVENIO | 770908 | 8113327000181 | SECRETARIA DE TURISMO | 1.127.980,00 | 127.980,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 05/07/12 | 28/12/13 | Em execução |
| CONVENIO | 776435 | 1062213000100 | SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA | 750.000,00 | 150.000,00 | 600.000,00 | 600.000,00 | 17/12/12 | 11/08/13 | Em execução |

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Sistema DW do Ministerio do Planejamento

Anexo 2

Declaração de Regularidade dos Beneficiários de Renúncia Tributária



Ministério da Cultura
Secretaria do Audiovisual

DECLARAÇÃO

Eu, Leopoldo Nunes da Silva Filho, CPF nº 109.520.508-03, Secretário do Audiovisual, declaro, para os devidos fins, conforme informações das áreas técnicas responsáveis, que, na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na Lei nº 8.313/1991 no exercício de 2012, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília, 26 de março de 2013

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Leopoldo Nunes', written over a horizontal line.

LEOPOLDO NUNES
CPF nº 109.520.508-03
Secretário do Audiovisual

Anexo 3
Declaração SIASG




MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Gestão de Contratos

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, **VIVIANNE MOREIRA LIMA**, gestora responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema, **CPF nº 788.023.53-53**, **Coordenadora de Gestão de Contratos**, exercido na **Coordenação Geral de Licitação e Contatos – CGLIC/SPOA**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de março de 2013.


VIVIANNE MOREIRA LIMA
CPF 788.023.503-53
Coordenadora de Gestão de Contratos

Anexo 4
Declaração SICONV



Ministério da Cultura
Secretaria do Audiovisual

DECLARAÇÃO

Eu, Leopoldo Nunes da Silva Filho, CPF nº 109.520.508-03, Secretário do Audiovisual, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme informações das áreas técnicas responsáveis, que todas as informações, no que concerne às atribuições desta Unidade, referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2012, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de março de 2013

A handwritten signature in blue ink that reads 'Leopoldo Nunes'.

LEOPOLDO NUNES
CPF nº 109.520.508-03
Secretário do Audiovisual

Anexo 5
Declaração do Contador
Responsável



MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|---|------------------------------|--------|--------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| Secretaria do Audiovisual | | | 420006 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no Sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília - DF | Data | 28/02/2013 |
| Contador Responsável | Odenia Bruzzi Morais Cândido | CRC nº | 6.839 - DF |


Odenia Bruzzi Morais Cândido
Coordenadora de Contabilidade
CGOF/SPOA/SE/MinC
CRC/DF nº 6.839

Anexo 6
Relatórios de Gestão do exercício de
2012 do Centro Técnico Audiovisual
(CTAv) e da Cinemateca Brasileira

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC
SECRETARIA DO AUDIOVISUAL - SAV
CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL - CTAV

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2012

Rio de Janeiro / RJ
2013

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC
SECRETARIA DO AUDIOVISUAL – SAV
CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL – CTAV

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do Exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da IN TCU nº63/2010, da DN TCU nº 124 / 2012, da Portaria TCU nº 150/ 2012 e das orientações do órgão de controle interno.

CTAV - Centro Técnico Audiovisual

Rio de Janeiro / RJ
2013

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Identificação do Conjunto de Unidades Compreendido Pelo Relatório | 7 |
| Introdução..... | 8 |
| PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO | 9 |
| PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 9 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO | 9 |
| 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 9 |
| 1.1.1 Relatório de Gestão Individual..... | 9 |
| 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE | 10 |
| 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 11 |
| 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS | 19 |
| 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO | 36 |
| 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS | 38 |
| PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 38 |
| 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES..... | 38 |
| 2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA | 38 |
| 2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | 38 |
| 2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES | 38 |
| 2.4 INDICADORES | 38 |
| PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 41 |
| 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DE GESTÃO | 41 |
| 3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA | 41 |
| 3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS | 42 |
| 3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES | 43 |
| 3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO..... | 44 |
| 3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU..... | 44 |
| PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 44 |
| 4. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 44 |
| 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ | 44 |
| 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 44 |
| 4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 44 |
| 4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 44 |
| 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 44 |
| 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ | 45 |
| 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ..... | 45 |
| 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA..... | 45 |
| 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ | 45 |
| 4.2.2 Programação de Despesas | 46 |
| 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes..... | 46 |
| 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital | 47 |

| | | |
|---|--|-----------|
| 4.2.2.3 | Resumo da Programação de Despesa e Reserva de Contingência | 48 |
| 4.2.2.4 | Análise Crítica | 49 |
| 4.2.3 | Movimentação de Créditos Interna e Externa | 50 |
| 4.2.4 | Execução Orçamentária da Despesa..... | 51 |
| 4.2.4.1 | Execução da Despesa Com Créditos Originários | 51 |
| 4.2.4.1.1 | Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários | 51 |
| 4.2.4.1.2 | Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários | 52 |
| 4.2.4.2 | Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação | 54 |
| 4.2.4.2.1 | Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação..... | 54 |
| 4.2.4.2.2 | Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesas - Créditos de Movimentação..... | 55 |
| 4.2.4.2.3 | Análise Crítica..... | 56 |
| PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | | 57 |
| 5. | TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 57 |
| 5.1 | Reconhecimento de Passivos..... | 57 |
| 5.1.1 | Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos..... | 57 |
| 5.1.2 | Análise Crítica | 57 |
| 5.2 | PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 57 |
| 5.2.1 | Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 57 |
| 5.2.2 | Análise Crítica | 57 |
| 5.3 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS | 58 |
| 5.3.1 | Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício | 58 |
| 5.3.2 | Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios | 58 |
| 5.3.3 | Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes..... | 58 |
| 5.3.4 | Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse | 58 |
| 5.3.5 | Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse..... | 58 |
| 5.4 | SUPRIMENTOS DE FUNDOS | 58 |
| 5.4.1 | Despesas Realizadas por meio de Suprimentos de Fundos | 58 |
| 5.4.1.1 | Suprimento de Fundos - Visão Geral | 58 |
| 5.4.1.2 | Suprimento de Fundos - Conta Tipo “B” | 58 |
| 5.4.1.3 | Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) | 58 |
| 5.4.1.4 | Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UG..... | 58 |
| 5.4.1.5 | Prestações de Contas de Suprimento de Fundos | 59 |
| 5.5 | RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ | 59 |
| 5.5.1 | Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ | 59 |
| 5.5.2 | Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida..... | 59 |
| 5.5.3 | Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física..... | 59 |
| 5.5.4 | Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica..... | 59 |
| 5.5.5 | Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária..... | 59 |
| 5.5.6 | Prestações de Contas de Renúncia de Receitas | 59 |
| 5.5.7 | Comunicações à Receita Federal do Brasil/RFB..... | 59 |
| 5.5.8 | Indicadores de Gestão da Renúncia de Receita..... | 59 |
| 5.5.9 | Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal | 59 |
| 5.5.10 | Fiscalizações Realizadas pela RFB | 59 |
| 5.6 | GESTÃO DE PRECATÓRIOS..... | 59 |

| | |
|---|-----------|
| PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 59 |
| 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS | 59 |
| 6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS | 59 |
| 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada | 59 |
| 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada | 60 |
| 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho | 61 |
| 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada, Segundo a Idade | 62 |
| 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada, Segundo a Escolaridade | 62 |
| 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada | 63 |
| 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas | 63 |
| 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria | 63 |
| 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada | 64 |
| 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos | 64 |
| 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos | 64 |
| 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação | 64 |
| 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos | 64 |
| 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS | 64 |
| 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão | 64 |
| 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público | 65 |
| 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo MPOG para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados | 65 |
| 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada | 65 |
| 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão | 65 |
| 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários | 65 |
| PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 65 |
| 7. GESTÃO DO PATRIMONIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO | 65 |
| 7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS | 65 |
| 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO | 66 |
| PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 66 |
| 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO | 66 |
| 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 66 |
| 8.2 ANÁLISE CRÍTICA | 66 |
| PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 66 |
| 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 66 |
| 9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS | 66 |
| 9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA | 66 |
| PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 67 |
| 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | 67 |
| 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO | 67 |
| 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | 67 |

| | |
|--|-----------|
| Análise Crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor..... | 67 |
| 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 67 |
| Análise Crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor..... | 67 |
| 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício..... | 67 |
| 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de atendimento ao final do Exercício..... | 72 |
| 10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... | 72 |
| 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 72 |
| 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93..... | 72 |
| 10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV..... | 73 |
| 10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV..... | 73 |
| PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 74 |
| 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 74 |
| 11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO..... | 74 |
| 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos..... | 74 |
| 11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 74 |
| 11.2.1 Declaração Plena..... | 74 |
| 11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008..... | 74 |
| 11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976..... | 74 |
| 11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS..... | 74 |
| 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida..... | 74 |
| 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora..... | 75 |
| 11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE..... | 75 |
| PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. | 75 |
| 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 75 |
| 12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ..... | 75 |
| PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS..... | 75 |
| Resultados e Conclusões..... | 75 |
| Anexos..... | 76 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual | 9 |
| Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ | 41 |
| Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da uj | 44 |
| Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | 45 |
| Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes..... | 45 |
| Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital..... | 46 |
| Quadro A.4.10 – Resumo da Programação de Despesa e Reserva de Contingência..... | 47 |
| Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupos de Despesa..... | 49 |
| Quadro A.4.12 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários..... | 50 |
| Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento/Créditos Originários..... | 51 |
| Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação/Créditos de movimentação..... | 53 |
| Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa/Créditos de Movimentação..... | 54 |
| Quadro A.5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos..... | 56 |
| Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores..... | 56 |
| Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12..... | 59 |
| Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ – Situação em 31/12 | 59 |
| Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ | 60 |
| Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12..... | 61 |
| Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12..... | 61 |
| Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores | |
| ANEXO I..... | 62 |
| Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro | 62 |
| Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação em 31/12 | 63 |
| Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ | 63 |
| Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados | 64 |
| Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados..... | 64 |
| Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água..... | 66 |
| Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI..... | 66 |
| Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR..... | 71 |
| Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ..... | 73 |
| Quadro A.11.3 – Composição Acionária do Capital Social..... | 74 |
| Quadro A.11.4 – Investimentos Permanentes em outra sociedade | 73 |

Dados Gerais sobre a Unidade Gestora:

1.1 Nome completo e oficial do órgão:

- CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL - CTAV/SAV/MINC

1.2 Número do CNPJ:

- CNPJ: 01264142000129

1.3 Natureza jurídica:

- Poder Executivo - Administração direta.

1.4 Vinculação ministerial_ Unidade Jurisdicionada:

- SECRETARIA DO AUDIOVISUAL do MINISTÉRIO DA CULTURA.

1.5 Endereço completo da sede:

- Av. Brasil, 2.482 / Benfica
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.930.040
Telefone: (21) 3501-7800
Fax: (21) 3501-7804, Ramais 2004

1.6 Endereço da página institucional na *Internet*:

- www.ctav.gov.br

1.7 Unidade gestora (UG):

- Secretaria do Audiovisual

1.8 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:

- Não foi publicado no DOU

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está estruturado conforme o que estabelecem a Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU Nº 133, de 18/1/2013. A numeração dos itens e subitens respeita a numeração constante da DN TCU nº 119/2012, com o detalhamento trazido pelo Anexo à Portaria TCU nº 133, de 18/1/2013. Os quadros seguem a numeração sequencial, na ordem de apresentação, mas trazem a numeração estabelecida na Portaria TCU nº 133, de 18/1/2013 entre parênteses, para facilitar a identificação. As declarações previstas nos itens 5.59, 10.3, 10.4, 11.2, 11.2.1, A.11.1, 11.2.2, A.11.2 da Parte A encontram-se anexos a este relatório.

Dos itens arrolados na Parte A – Conteúdo Geral, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, não se aplica à UJ responsável pela apresentação do relatório o item 3.3 , pois a UJ não efetua remuneração paga a administradores, os itens 5.3.4 e 5.3.5, 5.36, uma vez que a unidade não realizou Convênios, Termos de Cooperação e Contrato de Repasse, o item 5.5 e relativos, considerado que não foram feitas renúncias tributárias, o item 5.6 e relativos, pois a UJ não realiza precatórios, o item 8, por o CTAV não possuir setor de TI e Gestão do Conhecimento, do item 11.3 a 11.6, pois não se aplica ao MINC.

Da parte B, do item 16 ao 28 não procede, pois não são feitas contratações de Consultores, o 31, em função de não possuir projetos e programas financiados com recursos externos, do 38 ao 50.4 devido a não realização de parcerias.

A parte C em sua totalidade não se aplica ao MINC.

Desde 2003 o Centro Técnico Audiovisual - CTAV é vinculado a Secretaria do Audiovisual- SAV, pertencente ao Ministério da Cultura – MinC, sendo assim suas ações estão voltadas para a integração e fortalecimento do conjunto global de ações dessa Secretaria.

O CTAV figura como um polo de vertente técnica e operacional da atividade audiovisual. Entre as principais realizações do CTAV em 2012 destaca-se a continuidade nas ações de apoio à produção audiovisual brasileira de caráter cultural, técnico e científico, com a cessão gratuita de equipamentos de som e imagem para a produção audiovisual independente, o planejamento, concepção e lançamento de 3 (três) novos serviços CTAV: Mixagem com mixador credenciado, Checagem de mixagem e Empréstimo das câmeras Alexa e SI-2K, além da prestação dos já existentes serviços técnicos, a redação e disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão Ctav, que reúne informações dos serviços CTAV voltados ao público externo e seus mecanismos; a formulação dos Indicadores Ctav, a concepção e produção de 5 episódios do projeto *Pílulas Cinematográficas*, um programa de conteúdo exclusivo produzido pela equipe técnica do CTAV, a finalização do projeto de reforma do prédio, a digitalização de acervo e o apoio a Mostras e Festivais Audiovisuais Brasileiros.

Em relação aos contratemplos enfrentados em 2012, destaca-se a mudança no cronograma de execução orçamentária e, a já citada em relatórios anteriores, carência de recursos humanos qualificados para as atividade-meio e fim da unidade.

Também cabe informar que o ano de 2012 foi marcado pela mudança de responsáveis pelos cargos de Ministro da Cultura e Secretário do Audiovisual.

PARTE A - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 PARTE A, ITEM 1

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|---|---|-------------------------------|-----------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura | | | Código SIORG: 1926 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa: Centro Técnico Audiovisual | | | |
| Denominação Abreviada: CTAv | | | |
| Código SIORG: 077474 | Código LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 420036 |
| Situação: ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | | CNPJ: 01264142000129 |
| Principal Atividade: Administração de arte e cultura; Administração pública | | | Código CNAE: 8412-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (21) 35017800 | (21)3501 7803 | (21) 3501 7803 |
| Endereço Eletrônico: gabinete.ctav@cultura.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.ctav.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Avenida Brasil, 2482, Benfica - CEP: 20930-040 - Rio de Janeiro / RJ | | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Lei nº 9.649/1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.216-37/2001, publicada no DOU de 01/09/2001 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Anexo II do Decreto nº 6.835/2009, publicado no DOU de 04/05/2009 | | | |
| Regimento Interno: Portaria nº 17/2007, publicada no DOU de 03/05/2007 | | | |
| Portaria nº 32, de 27 de janeiro de 2004 | | | |
| Portaria nº 137, de 31 de maio de 2004 | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Não se aplica | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 420036 | Centro Técnico de Atividades Audiovisuais | | |
| Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 99999 | | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 00001 | | Tesouro Nacional | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 420036 | | 00001 | |

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Finalidade: O CTAV, órgão da administração direta, vinculado a Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, tem como missão viabilizar a produção, preservação, e difusão do cinema e audiovisual brasileiros e promover a capacitação e a inovação tecnológico-profissional, observados os princípios de liberdade de criação artística e respeito às manifestações culturais da sociedade.

Competência Institucional: Compete-lhe, dentre outras, o exercício das seguintes atividades:

I – a produção, coprodução e o apoio à produção de filmes brasileiros de caráter educativo, científico, técnico e cultural;

II – a inovação e o desenvolvimento tecnológico de componentes, produtos e serviços voltados para o crescimento do cinema e audiovisual brasileiro;

III – a formação, capacitação, treinamento e aperfeiçoamento técnico-profissional na área do cinema e do audiovisual brasileiros;

IV – a difusão nacional e internacional de filmes brasileiros sem restrição de suporte, bitola, veículo, processo e sistema;

V – a difusão e preservação do patrimônio audiovisual e documental advindo do INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo, INC – Instituto Nacional de Cinema, DAC/MEC- Departamento de Ações Culturais do Ministério da Educação, DONAC/Embrafilme – Diretoria de Operações Não Comerciais da Embrafilme, FCB – Fundação do Cinema Brasileiro, IBAC- Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, Decine/FUNARTE – Departamento de Cinema e Vídeo da Fundação Nacional de Artes e CTAV/SAV – Centro Técnico Audiovisual da Secretaria do Audiovisual dos quais é sucessor;

VI – a pesquisa, prospecção, recuperação e conservação de filmes brasileiros sob sua guarda;

VII – a preservação de equipamentos, recursos e conhecimentos técnicos considerados obsoletos, mas que viabilizam a transferência do conteúdo do cinema e do audiovisual para suportes atuais.

VIII- a preservação, produção e difusão da produção documental sobre cinema e audiovisual.

A trajetória do órgão foi iniciada há 70 anos, no âmbito do pioneiro Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), e hoje está marcada por uma busca permanente de aproximar e conjugar os caminhos da produção audiovisual com os da ciência e da tecnologia, que são áreas de conhecimento que avançam sob constante renovação.

Objetivos Estratégicos: O aumento de capacidade de operação dos estúdios CTAV, visando o aproveitamento dos períodos disponíveis, resultantes da limitada mão de obra especializada.

A planificação e regulação para a disponibilização de material tecnológico de ponta, a fim de dinamizar a produção audiovisual nacional e, a dotação do órgão de material técnico equivalente ao operante no mercado. Nesse sentido, objetiva-se, em conjunto e em conformidade, a fortificação progressiva da divulgação institucional para dinamizar a demanda.

O aumento do conhecimento e acesso público ao conjunto regras que regem os serviços do CTAV e a reunião de grande teor de informação em um único documento voltado a esclarecer dúvidas comuns dos usuários, assim como a criação de indicadores que permitam melhor análise dos serviços executados pela unidade.

A formulação de conteúdo audiovisual exclusivo, produzido pela equipe técnica do CTAV

voltada para o domínio e veiculação pública, ampliando o acesso e gerando material de qualidade sobre a atividade audiovisual nacional e seus realizadores/precursores .

Dar prosseguimento a política de suporte e incentivo a publicação audiovisual nacional, assim como renovar seu compromisso com o apoio a atividade de promoção e circulação do produto audiovisual brasileiro, visando o aumento da participação do apoio do CTAv à Mostras e Festivais.

A melhoria do aparato infraestrutural a fim de resguardar e acondicionar dentro dos padrões necessários o patrimônio cultural que é de domínio do CTAv.

A manutenção e reparo contínuos dos equipamentos técnicos, a informatização da Documentação e a capacitação de funcionários.

Síntese das realizações em 2012: O CTAv figura como um polo de vertente técnica e operacional da atividade audiovisual. Entre as principais realizações do CTAv em 2012 destaca-se a continuidade nas ações de apoio à produção audiovisual brasileira de caráter cultural, técnico e científico, com a cessão gratuita de equipamentos de som e imagem para a produção audiovisual independente, o planejamento, concepção e lançamento de 3 (três) novos serviços CTAv: Mixagem com mixador credenciado, Checagem de mixagem e Empréstimo das câmeras Alexa e SI-2K, além da prestação dos já existentes serviços técnicos, a redação e disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão Ctav, que reúne informações dos serviços CTAV voltados ao público externo e seus mecanismos; a formulação dos Indicadores Ctav, a concepção e produção de 5 episódios do projeto *Pílulas Cinematográficas*, um programa de conteúdo exclusivo produzido pela equipe técnica do CTAv, a finalização do projeto de reforma do prédio, a digitalização de acervo e o apoio a Mostras e Festivais Audiovisuais Brasileiros.

Em relação aos contratemplos enfrentados em 2012, destaca-se a mudança no cronograma de execução orçamentária e, a já citada em relatórios anteriores, carência de recursos humanos qualificados para as atividade-meio e fim da unidade.

Também cabe informar que o ano de 2012 foi marcado pela mudança de responsáveis pelos cargos de Ministro da Cultura e Secretário do Audiovisual.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Centro Técnico Audiovisual apresenta a seguinte estrutura funcional:

1. Gerência – CTAV;

Macroprocesso associado:



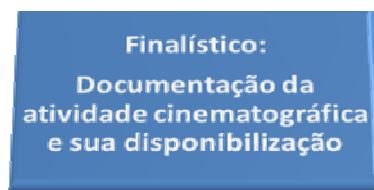
2. Coordenação de Difusão – Codif;

Macroprocesso associado:



2.1. Divisão de Documentação e Pesquisa – Didop

Macroprocessos associados:



2.2. Divisão de Eventos– Diev

Macroprocesso associado:



3. Coordenação de Licitação e Contratos – Colic;

Macroprocesso associado:



4. Coordenação de Planejamento e Administração– Copla;

Macroprocesso associado:

Apoio:
Planejamento e Administração da
Unidade

- 4.1. Divisão de Apoio Operacional – Diapo;
- 4.2. Divisão de Orçamento e Finanças– Diofi;

- 5. Coordenação Técnica – Cotec;

Macroprocesso associado:

Finalístico:
Apoio a produção audiovisual

- 5.1. Divisão de Desenvolvimento Tecnológico – Didet;

Macroprocesso associado:

Finalístico:
Inovação e Desenvolvimento
Tecnológico

- 5.2. Divisão de Engenharia – Dieng

Competências:

A **Gerência** incumbe:

- I - Planejar, orientar, supervisionar e controlar a execução das atividades do órgão;
- II - Presidir reuniões e assembleias;
- III - Realizar pronunciamentos de qualquer natureza;
- IV- Definir prioridades e estratégias de ação;

- V- Comandar o trabalho da Coordenação de Difusão, Coordenação de Licitação e Contratos, Coordenação de Planejamento e Finanças e Coordenação Técnica;
- VI- Representar o órgão nas esferas política, social e judicial;
- VII- Ordenar despesas, adjudicar, homologar, revogar e anular processos licitatórios;
- VIII- Receber e dar quitações em nome do órgão;
- IX- Assinar balanço geral e relatório anual de atividades do exercício;
- X- Firmar contratos, celebrar convênios, intercâmbio técnico e cultural com entidades nacionais e internacionais; delegar poderes;
- XI- Constituir mandatários; e
- XII- Fazer cumprir esse regimento.

À Coordenação de Difusão compete coordenar, avaliar, elaborar e supervisionar as ações e programas voltados para a difusão do audiovisual brasileiro no Brasil e no exterior, por meio de eventos nacionais e internacionais, circuitos especiais, programas de TV, projetos governamentais e distribuição cultural e comercial de produtos audiovisuais em diversos suportes, e especialmente:

- I – Gerenciar as ações da Divisão de Documentação e Pesquisa, assim como a Divisão de Eventos;
- II- Exercer as atividades inerentes de Comunicação e Produções de Conteúdo;
- III - Gerenciar, avaliar, elaborar e supervisionar as ações e programas voltados para a preservação, pesquisa e difusão do audiovisual brasileiro no Brasil e no exterior;
- IV - Estabelecer os critérios para a concessão do Prêmio CTAV como forma de apoio a produção regional;
- V - Planejar, coordenar e acompanhar a organização do acervo fílmico e documental existente na instituição;
- VI – Promover e/ou assessorar na editoração de publicações audiovisuais;
- VII - Executar as tarefas previstas em convênio com outras instituições copromotoras da difusão do cinema brasileiro no exterior, estabelecendo normas de cooperação que possibilitem a difusão do audiovisual brasileiro;
- VIII -Elaborar o planejamento de mídia do órgão, bem como sua execução, tanto para atendimento ao público interno quanto público externo;
- IX - Produzir textos e fotos, entre eles relatórios, resposta a ofícios e documentos oficiais internos e externos quando solicitados;
- X- Manter atualizados maillings de imprensa e de cinema;
- XI - Criar conteúdos de comunicação e manter atualizado o site do órgão;
- XII- Enviar para todos os endereços cadastrados notícias e avisos importantes;
- XIII - Cobrir eventos internos e externos dentro do escopo da atividade do órgão;
- XIV- Enviar releases e pautas para a imprensa sobre as principais atividades a serem realizadas;
- XV - Reunir as principais notícias publicadas em veículos impressos, rádios, redes de TV e internet para a leitura diária dos dirigentes do órgão e arquivo próprio;
- XVI- Acompanhar e prestar assessoria de imprensa aos dirigentes do órgão sempre que algum veículo de comunicação realizar entrevistas ou reportagens com os mesmos, ou nas dependências do órgão;
- XVII- Agendar reportagens e entrevistas;
- XVIII – Promover e editar publicações - material técnico e de divulgação – de interesse do CTAV, sob forma de livros, catálogos, folders, cartazes, livretos, revistas, informativos e outros;
- XIX – Assessorar a Comissão de Seleção dos Serviços CTAV
- XX – Produzir conteúdo audiovisual inédito;
- XXI – Fomentar a discussão sobre a realização audiovisual;

- XXII- Promover e registrar encontros e entrevistas com realizadores audiovisuais brasileiros;
- XXIII- Formar um acervo histórico para o audiovisual brasileiro através dos programas desenvolvidos;
- XXIV- Gerar conteúdo audiovisual inédito para veiculação na web; e
- XXV- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Gerente do Centro Técnico Audiovisual - CTAV, em suas respectivas áreas de competência.

À Divisão de Documentação e Pesquisa compete:

- I- Estabelecer normas e critérios de organização de documentos bibliográficos, impressos, iconográficos e arquivísticos;
- II- Catalogar, classificar, indexar, digitalizar e disponibilizar o acervo bibliográfico e iconográfico;
- III- Adquirir e implantar sistema automatizado de informação, visando o intercâmbio, a racionalização das atividades de documentação na área;
- IV- Propor a aquisição de livros e de periódicos especializados;
- V- Atender e controlar empréstimos de material bibliográfico;
- VI- Promover intercâmbio com bancos de dados nacionais e internacionais, associações e entidades do setor audiovisual, assim como com órgãos governamentais direta ou indiretamente ligados a CTAV;
- VII- Disseminar informações e elaborar bibliografias especializadas com o objetivo de atender às demandas internas e externas de informações sobre a sua área de atuação;
- VIII- Estabelecer normas e critérios de organização, transferência e eliminação de documentos arquivísticos com os seus prazos vencidos, observando a legislação em vigor;
- IX- Executar e supervisionar os serviços de classificação, arranjo, descrição, conservação, microfilmagem, digitalização, avaliação e seleção de documentos arquivísticos de uso corrente e de valor permanente;
- X- Desenvolver ou adquirir instrumentos automatizados de pesquisa e de recuperação que permitam o acesso aos documentos arquivísticos, tendo em vista o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o audiovisual,
- XI- Desenvolver e implementar projetos de preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos; XII- Orientar tecnicamente às unidades para a implantação do sistema nos arquivos setoriais;
- XIII- Elaborar e aplicar o Plano de Classificação de Assuntos dos documentos arquivísticos da área fim e aplicar o da área meio;
- XIV- Elaborar e aplicar a Tabela de Temporalidade de Documentos arquivísticos da área fim;
- XV – Visionar os títulos do acervo audiovisual;
- XVI – Catalogar os conteúdos das obras audiovisuais e incorporar na base de dados;
- XVII- Alimentar a base de dados com as informações fornecidas por diferentes setores da preservação e checar se as informações fornecidas são verdadeiras ou não cotejando com outras fontes de consulta;
- XVIII- Cadastrar todas as revisões realizadas pelo setor de preservação;
- XIX– Incorporar novos materiais audiovisuais e atualizar o conteúdo da base de dados;
- XX – Preservar, incorporar e guardar de forma adequada os materiais físicos audiovisuais;
- XXI – Revisar a saída e retorno de materiais audiovisuais;
- XXII - Realizar a primeira revisão, verificando também o grau técnico dos materiais, títulos e rolos;
- XXIII – Acompanhar os acervos;
- XXIV – Monitorar os depósitos;
- XXV–Expedir os materiais audiovisuais que são solicitados tanto internamente quanto externamente;

XXVI - Gerenciar a documentação e as informações relacionadas à entrada e à saída de filmes;

XXVII- Analisar os títulos de filmes;

XXVIII- Levantar e organizar as coleções fílmicas e documentações correspondentes;

XXIX- Identificar, higienizar e acondicionar os materiais audiovisuais;

XXX- Desenvolver embalagens específicas para armazenamento dos materiais audiovisuais;

XXXI- Solicitar o Certificado de Produto Brasileiro junto à Ancine, para os filmes de propriedade do CTAV, a partir de pesquisas no acervo, em bases de dados e publicações;

XXXII - Desenvolver pesquisas para a utilização do acervo do CTAV (fotos, filmes ou trechos de filmes) para exibição em TV, projetos de restauração, distribuição em DVDs externos, filmes, livros, exposições, programas de TV, shows etc;

XXXIII- Avaliar, elaborar supervisionar e executar ações e programas voltados para a disponibilização e distribuição no mercado convencional e paralelo dos produtos audiovisuais, bibliográficos e iconográficos dos quais o CTAV é detentor dos direitos patrimoniais;

XXXIV- Apoiar, através de pesquisa, a realização de mostras, seminários, cursos e outras atividades voltadas à difusão, pesquisa e reflexão sobre o audiovisual e questões relativas à cultura audiovisual;

XXXV- Realizar atendimento ao usuário, através do agendamento dos filmes solicitados, para exibição na sala de vídeo e/ou na cabine de projeção; e

XXXVI- Atender ao público, pesquisadores, estudantes e outros.

À Divisão de Eventos compete:

I – Avaliar acerca de propostas de apoio a festivais audiovisuais nacionais e internacionais, através de realização de curadoria e produção de programas, do empréstimo de cópias de filmes, stands, recebimento de inscrições ou concessão do Prêmio CTAV;

II- Desenvolver atividades concernentes à participação de filmes e do CTAV em feiras, mostras, festivais e outros eventos para a Difusão de Cinema Brasileiro no País e no exterior;

III - Acompanhar o calendário oficial de eventos nacionais e internacionais que devam contar com a participação da instituição e de filmes brasileiros;

IV- Prestar curadoria, produção e promoção de mostras com filmes da carteira do CTAV, com o objetivo de difundir a Memória do Cinema Brasileiro em centros comunitários e escolas federais, estaduais e municipais;

V - Viabilizar a exibição de filmes brasileiros nas comunidades carentes através de convênios com entidades copromotoras; e VI – Promover a exposição de produtos audiovisuais brasileiros, produzidos pelo CTAV, em estandes de feiras e festivais.

À Coordenação de Licitação e Contratos compete orientar a Gerência em relação às demandas jurídicas e judiciais, bem como no controle interno da legalidade dos atos do órgão e, especialmente:

I - Manter-se informada e em contato com o Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União;

II- Assessorar a Gerência nos processos legais;

III- Elaborar estudos e pareceres de minutas de editais referentes a licitações, processos de trabalho do órgão e questões relacionadas;

IV- Analisar previamente convênios e acordos a serem firmados pela Gerência do órgão;

V- Verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais;

VI- Acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;

VII- Prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo;

- VIII- Coordenar e supervisionar o Serviço de Licitações e o Serviço de Contratos;
- IX- Constituir comissões permanentes e especiais de licitação;
- X- Autorizar a realização de licitações para compra de material e a contratação de obras e serviços, bem como dispensar licitações e reconhecer as situações de inexigibilidade;
- XI - Planejar, elaborar e executar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres (cumprindo as orientações normativas emanadas do Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União) de responsabilidade do Centro Técnico Audiovisual e que devam ser assinados pelo Gerente e lançamento no SIASG dos contratos; e XII- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Gerente do Centro Técnico Audiovisual - CTAV, em suas respectivas áreas de competência.

À **Coordenação de Planejamento e Administração** compete planejar, dirigir, coordenar, acompanhar, avaliar e controlar a execução das atividades e serviços da Divisão de Orçamento e Finanças, Divisão Apoio Operacional, e especialmente:

- I – Assessorar a Gerência nas questões de ordem administrativa;
- II- Proceder à abertura de processo e proposta para aquisição de compras
- III - Verificar a situação cadastral das firmas no sistema SICAF;
- IV- Acompanhar a prestação de serviços de transporte, telefonia, vigilância, limpeza, portaria e manutenção predial;
- V - Controlar a gerência do protocolo, expedição, arquivo e almoxarifado;
- VI-Contratar, verificar e atestar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de fornecimentos de materiais e dos bens móveis e imóveis;
- VII - Executar o registro, controle e protocolo, recebimento, expedição e tramitação de processos e demais documentos correntes em conformidade com as normas vigentes.
- VIII- Executar as atividades concernentes à prestação de serviços relativos ao patrimônio;
- IX- Promover periodicamente ao inventário físico dos materiais em estoque;
- X- Manter o controle físico e financeiro dos materiais existentes em estoque, registrando a movimentação de entrada e saída de setor a setor; e
- XI - Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Gerente do Centro Técnico Audiovisual - CTAV, em suas respectivas áreas de competência.

À **Divisão de Apoio Operacional** compete:

- I- Fiscalizar contratos; II- Elaborar Termos de Referência e Projetos Básicos;
- III- Atuar como responsável por pregoar substitutivamente na Unidade;
- IV- Realizar todo o processo de contratação de terceirizados desde a elaboração de projeto básico para a licitação, como também exercer a fiscalização do contrato;
- V- Realizar o controle de todo o processo de Avaliação de Desempenho da GDAC e encaminhar a documentação para a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas;
- VI- Controlar todos os processos de Licenças Médicas dos servidores com a Junta Médica do Ministério da Fazenda/RJ;
- VII- Controlar e realizar a remessa de todos os documentos da área de pessoal para a Coordenação de Gestão de Pessoas e seus diversos Setores;
- VIII- Atuar como interlocutor junto à FIPEQ no Rio de Janeiro, prestando assessoramento aos servidores com vistas a solucionar problemas relativos aos planos de saúde;
- IX- Realizar a impressão, distribuição e recolhimento mensal das folhas de ponto de todos os servidores, estagiários e providenciar a remessa para o MINC;
- X- Organizar todo o processo de capacitação dos servidores, identificando as necessidades, assim como sugerir cursos de acordo com as demandas do CTAV; e
- XI- Atuar como interlocutor dos servidores junto aos setores de Benefícios, Cadastro e Pagamento, em Brasília, prestando aos servidores o devido assessoramento para a solução de seus problemas.

À Divisão de Orçamento e Finanças compete:

- I - Planejar, avaliar e controlar a execução dos recursos orçamentários da unidade;
- II- Elaborar a programação relativa à aplicação dos recursos orçamentários;
- III- Controlar a sua aplicação por fonte e categoria de gasto e realizar os registros que evidenciem a situação das dotações; IV- Proceder à classificação orçamentária das despesas, para fins de emissão de empenhos;
- V- Proceder à indicação de recursos orçamentários e a situação de dotação, com vistas a compras, obras, serviços e convênios;
- VI - Elaborar pré-empenhos, notas de empenhos e de lançamento e ordens bancárias;
- VII- Coordenar e controlar os serviços de reprodução de documentos;
- VIII- Manter atualizado o recebimento e a distribuição de malotes;
- IX- Realizar a cotação eletrônica para aquisição de bens de pequena monta; e
- X- Executar a liquidação e pagamento de empenhos.

À Coordenação Técnica compete coordenar e supervisionar a atividade técnica audiovisual nos serviços CTAV internos e externos, e especialmente:

- I- Planejar a elaboração e execução das atividades de apoio à produção audiovisual através da prestação de serviços técnicos de transcrição de som, transfer, gravação e mixagem de filmes, arquivamento e fornecimento de ruídos de pista, edição de imagens e empréstimos de equipamentos;
- II- Planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e controlar a execução das atividades e serviços da Divisão de Engenharia e Divisão de Desenvolvimento Tecnológico;
- III - Atender demandas do segmento animação, para a formação regular de animadores, gerando capacitação autoral e técnica, que incentive a formação de novos profissionais com conhecimentos para as técnicas tradicionais e novas tecnologias digitais;
- IV- Conceder orientação técnica para a produção de desenho animado, cedendo seu espaço e estrutura, equipada com mobiliário adequado aos equipamentos para esse tipo de produção;
- V- Supervisionar as atividades de realização e prestação de serviços de edição de filmes, vídeos, DVDs e outros suportes audiovisuais, disponibilizando ilhas de edição não linear para finalização de obras audiovisuais brasileiras e edição de material interno;
- VI- Controlar a marcação de pauta das atividades e serviços da Coordenação de Serviços Técnicos;
- VII- Vistoriar e intermediar a cessão de equipamentos a usuários externos
- VIII - Responsabilizar-se pela Revisão, Manutenção e Reparo de Equipamentos;
- IX - Promover a execução dos serviços de limpeza e transposição de suportes magnéticos – U-Matic e Betacam etc., para mídias digitais; e
- X- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Gerente do Centro Técnico Audiovisual - CTAV, em suas respectivas áreas de competência.

À Divisão de Desenvolvimento Tecnológico compete:

- I – Analisar, desenvolver e integrar sistemas na área de TI;
- II – Criar softwares básicos para controle de equipamentos desenvolvidos no CTAV na área de audiovisual;
- III – Acompanhar e avaliar o desempenho dos sistemas implantados, identificar e providenciar as medidas corretivas competentes no caso de erros;
- IV – Atender às demandas internas de manutenção de equipamentos, identificar e solucionar problemas;
- V – Instalar e atualizar o sistema operacional dos softwares disponíveis;
- VI – Dar suporte aos usuários na utilização dos softwares disponíveis;

VII - Auxiliar na pesquisa e avaliação de novas tecnologias de TI, buscando manter a atualização tecnológica dos equipamentos e softwares disponíveis;

VIII - Realizar especificação técnica para aquisição de novos equipamentos de TI;

IX - Avaliar e adequar à utilização dos recursos de informática disponíveis, contribuir para o desenvolvimento de projetos de melhoria e integração dos processos implantados;

X - Treinar usuários nos sistemas e softwares disponíveis;

XI - Realizar backups e executar a política de segurança de dados; e XII - Auxiliar no dimensionamento do parque de equipamentos, remanejar máquinas e identificar necessidades de compras.

À **Divisão de Engenharia** compete:

I - Prestar serviços de consultoria técnica e mecânica;

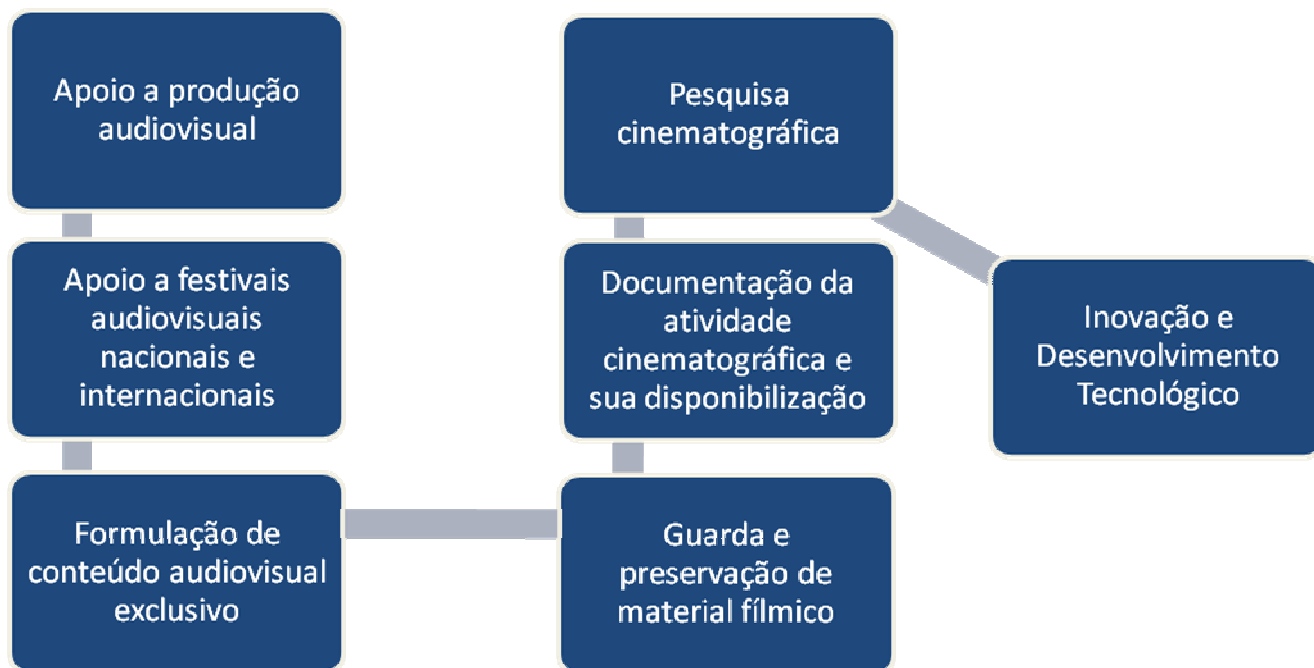
II- Supervisionar e controlar a cessão de equipamentos a usuários;

III- Cuidar da manutenção e reparo dos equipamentos pertencentes ao CTAV e a outros núcleos de produção vinculados ao Ministério da Cultura ;

IV- Supervisionar as ações das áreas de Locação, Revisão, Manutenção e Reparo; e

V- Promover o desenvolvimento, a manutenção e operacionalização do Transfer - Serviço de transposição de imagens captadas digitalmente para película 35mm.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



APOIO A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL:

Descrição do Macroprocesso:

Realizar e estimular a produção, coprodução e o apoio à produção de filmes brasileiros de caráter educativo, científico, técnico e cultural.

Condução do Macroprocesso em 2012:

-Recebimento de 65 inscrições **para Serviços de Mixagem, Transfer e Empréstimo de Equipamentos no ano de 2012**, sendo:

- 29 de Mixagem
- 16 de Transfer
- 20 de Empréstimo de equipamentos

- Análise dos formulários de inscrição;
- Recebimento e conferência da regularidade das mídias;
- Organização das reuniões da Comissão e preparação do material e fichas de votação;
- Divulgação dos projetos aprovados através do site e por email;
- Suporte aos proponentes e à equipe técnica durante o processo de execução dos serviços;
- Organização e arquivamento dos Termos de Compromisso;
- Elaboração do calendário de períodos de serviços do ano de 2012 e do consequente.

Inscrições aprovadas durante o exercício de 2012:

| Aprovadas | Mixagem | Transfer | Empréstimo |
|-------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| 1º Período | 3 | 5 | 3 |
| 2º Período | 3 | 3 | 1 |
| 3º Período | 2 | 4 | 5 |
| 4º Período | 2 | 2 | 3 |
| 5º Período | 3 | 0 | 2 |

Observações:

1) Os serviços não especificados no site do CTAv, como o uso da Truca, por exemplo, continuam a ser realizados via solicitação direta, conforme disponibilidade. No ano de 2012 não houve pedido através do site.

2) Apesar de o regulamento prever a divulgação dos aprovados apenas através do site do CTAv, os proponentes dos projetos contemplados também são informados por email após cada reunião da comissão.

-Coprodução de mais de 113 produções através da prestação de 460 (quatrocentos e sessenta) serviços, que englobam além dos tradicionais serviços de Mixagem, Transfer, Empréstimo de equipamentos, os serviços de Edição, Transcrição e Limpeza de Suporte Físico, Revisão, Copiagem, Print Master, Captação e Edição de Imagem e Apoio a produção e gravação. As coproduções consistem em projetos oriundos da seleção publica pela Comissão CTAv, premiação de festivais e apoio a faculdades e projetos. Seguem as atividades da Agenda Técnica quantitativamente mês a mês e a tabela nominal de coproduções:

➔ **Prestação de Serviços e Empréstimo de Equipamentos em 2012:**

JANEIRO

Número de atendimentos - 15

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 00

Print master - 00

Transfer - 00

Empréstimo de equipamentos – 02

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 07

Revisão de Fita Beta: 03

Copiagem: 03

FEVEREIRO

Número de atendimentos - 12

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 02

Print máster - 00

Transfer - 00

Transcrição de som - 01

Empréstimo de equipamentos - 00

Revisão e Limpeza: 01

Copiagem: 08

MARÇO

Número de atendimentos - 81

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 05

Print máster - 00

Transfer - 00

Transcrição de som - 03

Empréstimo de equipamentos - 01

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 49

Copiagem: 23

ABRIL

Número de atendimentos - 39

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 03

Print máster - 01

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 02

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 26

Copiagem: 06

Revisão: 01

MAIO

Número de atendimentos - 57

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem - 04

Print master - 01

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 02

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 28

Copiagem: 18

Transcrição, Limpeza e Revisão: 02

Revisão: 02

JUNHO

Número de atendimentos - 21

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 01

Print máster - 00

Transfer - 01

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos – 01

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 15

Captação e Edição de Imagem: 1

Apoio a produção e gravação: 2

JULHO

Número de atendimentos - 26

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem - 03

Locução – Estúdio B - 00

Print Máster - 01

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 02

Transcrição e Limpeza de Suporte Físico: 15

Copiagem: 05

AGOSTO

Número de atendimentos - 64

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 02

Print Máster - 03

Transfer - 03

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 02

Transcrição e Limpeza de suporte Físico: 26

Copiagem: 28

SETEMBRO

Número de atendimentos – 35

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 02

Print máster - 02

Transfer - 01

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 04

Transcrição e Limpeza de suporte Físico: 19

Copiagem: 05

Empréstimo de Equipamentos: 02

OUTUBRO

Número de atendimentos - 43

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 04

Gravação de Off - 01

Print Máster - 00

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 04

Transcrição e Limpeza de suporte Físico: 16

Copiagem: 16

Apoio à produção: 01

Empréstimos de Equipamentos: 01

NOVEMBRO

Número de atendimentos - 32

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem - 04

Print máster - 00

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 01

Transcrição e Limpeza de suporte Físico: 15

Copiagem: 12

DEZEMBRO

Número de atendimentos - 35

Serviços prestados e/ou empréstimo de equipamentos

Mixagem – 00

Print máster - 00

Transfer - 00

Transcrição de som - 00

Empréstimo de equipamentos - 01

Transcrição e Limpeza de suporte Físico: 15

Copiagem: 19

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM SERVIÇOS APOIADOS EM 2012: 460

TABELA NOMINAL DAS COPRODUÇÕES

| |
|----------------------------------|
| O Duplo |
| Cinéfilo |
| Paz no Mundo Camará |
| Resquícios |
| Nada será como antes – anistia |
| Disparos |
| Strovenga |
| Nuanças |
| Diário do não ver |
| A fábrica reencontrada |
| Itaúnas – desastre ecológico |
| Mestre Pedro de Aurora |
| Ervas e saberes |
| Cinza Carmim |
| MPB de Câmara |
| A dama do Estácio |
| Uma, duas semanas |
| Pelos traços de Poty |
| Apego |
| Desterro |
| Menino-peixe |
| Pique esconde |
| Jardim Atlântico |
| Margareth Mee e a Flor da Lua x2 |
| Animador |

| |
|-----------------------------|
| Uns braços |
| Entrelinhas |
| Quinto andar |
| Dores de amores |
| Nova Amsterdam |
| Impossível |
| Maria Alcina Fadista |
| A vizinha |
| Feijoada completa |
| Rocinha a vista |
| Mar de Monstro |
| Eles não sabem nada do amor |
| Dos amantes breves |
| Triunfo dos Bossais |
| Apocalipse de verão |
| Atrás da história |
| Museu de República |
| Conceição Senna |
| Livre Arbítrio |
| A Lenda da Vitória Régia |
| Stand Up for You |
| Goiânia Mostra Curta |
| Portinari do Brasil |
| Candido Alberto da Fonseca |
| Quem Matou Ivo Valentim ? |

| |
|--|
| Maria Alcinda – A história cantada do fado |
| Ferrovias do Diabo |
| Disparo – A quente e frio |
| Por trás das câmeras |
| Querência |
| Desacerto |
| A Melhor Idade |
| A Lei do Retorno |
| A Grande Comissão |
| Herói |
| Fuzarca |
| Trago seu amor de volta em sete dias |
| Eu nunca deveria ter voltado |
| Um longo dia |
| Projeto Pró-moradia |
| HU – Hospital Universitário |
| Dançando no escuro |
| Fecho os olhos e assopro |
| Premonição |
| Democracia armada |
| Com vistas para o céu |
| Casimiro |
| Café Turco |
| Ciganos do Nordeste |
| Álbum de retratos |
| Paralelo 10 |
| Elogio da graça |

| |
|--|
| O amor é brega |
| Carta para o futuro |
| Projeto inicial |
| Coração do Samba |
| Reconciliados |
| Fragmentos de Mindelo |
| Cuíca de Santo Amaro |
| Santas |
| Não deixem Joana só |
| Nem a mim nem a ti |
| Estrangeiros |
| A arte de andar pelas ruas de Brasília |
| Dois |
| Animamundi – Festival |
| ANIMAMUNDI – Moviola e Coladeira |
| 45º Festival de Brasília |
| Festcineamazônia |
| Arariboia Cine |
| Porta-Curtas – Talita Arruda |
| Animani/TVE |
| Universidade Estácio de Sá |
| Diversos filmes – Transcrição de som |
| Rio+20 – Centro do RJ |
| Debate SESI |
| Arquivo Alex Viany |
| Site Revista Filme Cultura |

| |
|--------------------------|
| Acervo SRTV |
| Pílulas Cinematográficas |
| Extra DVDs INCE /INC |
| Pesquisadores - diversos |

| |
|----------------------------------|
| Professores de cinema - diversos |
| Outros festivais - diversos |

-Planejamento, redação dos regulamentos, termos de compromisso, formulários de inscrição e abertura dos serviços de *Mixagem com Mixador Credenciado*, *Visionamento de Mixagem e Empréstimo de Alexa e SI-2K*;

APOIO A FESTIVAIS AUDIOVISUAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS:

Descrição do Macroprocesso:

Difundir, nacional e internacionalmente, filmes brasileiros sem restrição de suporte, bitola, veículo, processo e sistema.

Condução do Macroprocesso em 2012:

-Presença em 29 Mostras e Festivais, através de curadoria, empréstimo de cópias de filmes, cessão de direito de exibição e concessão de prêmios. Segue a lista de festivais apoiados:

LISTA DE MOSTRAS E FESTIVAIS 2012

15ª Mostra de Cinema de Tiradentes

Período: 20 a 28 de Janeiro.

Local: Tiradentes/MG

Apoio: Prêmio CTAV: Serviço de mixagem de som 1.5; empréstimo de equipamentos (câmera arriflex 35mm, jogo de lentes e refletores); primeira cópia do filme em 35mm até 15 minutos.

Festival do Júri Popular 2012

Período: 30 de Janeiro a 05 de Fevereiro

Local: Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Boa Vista/RR, Corumbá/MS, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Maceió/AL, Palmas/TO, Parauapebas/PA, Paraty/RJ, Porto Alegre/RS, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santa Maria/RS, São Paulo/SP, Vitória/ES.

Apoio: Prêmio CTAV: Primeira cópia do filme em 35mm de até 15 minutos.

Mostra Jairo Ferreira – Cinema de Invenção

Período: CCBB São Paulo – 01 a 12 de fevereiro/CCBB Brasília – 22 de fevereiro a 04 de março

Local: São Paulo e Brasília

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo da cópia Limite, de Mario Peixoto em 16mm.

Sessão ABRACI – Homenagem a Linduarte Noronha

Período: 22 de Março

Local: Rio de Janeiro

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo da cópia Aruanda, de Lindurte Noronha em 35mm

Cinematoteca de Galícia – Homenagem/ Tributo a Jorge Amado

Período: Abril

Local: Portugal

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo da cópia Jorgeamado no cinema, de Glauber Rocha em DVD

Semana Universitária de Audiovisual

Período: 29 de Abril a 4 de Maio

Local: Brasília

Apoio: Cessão de direito para exibição do filme Fala Brasília, de Nelson Pereira dos Santos

Rio Festival Gay de Cinema 2012

Período: 29 de Junho a 8 de Julho

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Prêmio CTAv: Primeira cópia do filme em 35mm de até 15 minutos.

Mostra de Cinema Novo Brasileiro

Período: Junho

Local: Portugal

Apoio: Cessão de direito para exibição do filme Aruanda, de Linduarte Noronha.

Mostra RIO +20

Período: 13 a 22 de Junho

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo das cópias Carro de Bois de Humberto Mauro, Ecologia de Leon Hirszman e As pedras do Sol, de René Capriles Farfan, em DVD. Empréstimo de cópias em DVD: Saneamento Básico e Ilha das Flores, de Jorge Furtado.

RUA CINEMA NOSSO

Período: 5 de Julho

Local: Brasília/DF

Apoio: Cessão de direito para exibição do filme Fala Brasília, de Nelson Pereira dos Santos.

FEMINA – Festival Internacional de Cinema Feminino

Período: 02 a 08 de Julho

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Prêmio CTAv: Serviço de mixagem de som 1.5

MOSTRA CINE JORGE AMADO

Período: 15 a 19 de julho

Local: Los Angeles Brazilian Film Festival

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo da cópia Jorgeamado no cinema, de Glauber Rocha em DVD

CINECLUBE VALER

Período: Agosto

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo das cópias em DVD: Cidade do Rio de Janeiro de Humberto Mauro, Carmem Miranda de Jorge Ileli, Um Apólogo Machado de Assis de Humberto Mauro, e Chorinhos e Chorões de Antonio Carlos Fontoura.

100 ANOS DE JORGE AMADO – O ROMANCE, A BAHIA E O CINEMA

Período: 7 a 12 de Agosto

Local: Caixa Cultural do Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Cessão de direito para exibição de Jorge Amado no cinema, de Glauber Rocha.

VISÕES PERIFÉRICAS – Festival Visões Periféricas

Período: 16 a 25 Agosto

Local: Rio de Janeiro

Apoio: Prêmio CTAv: Empréstimo de 02 kits digitais; Serviço de mixagem de som 1.5; e Coleção Filme Cultura.

CACHAÇA CINEMACLUBE

Período: 23 a 25 de Agosto em São Paulo, dentro do Festival de Curtas

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Empréstimo das cópias em 35mm Lin e Katazan de Edgard Navarro, Arraial do Cabo de Paulo Cezar Saraceni.

23º Festival de Curtas de São Paulo - Kinoforum

Período: 23 a 31 de agosto de 2012

Local: São Paulo/SP

Apoio: Prêmio CTAV: Empréstimo de 01 kit digital; Primeira cópia do filme em 35mm de até 15 minutos legendada; Serviço de mixagem de som 1.5

MOSTRA ROBERTO FARIAS

Período: Agosto/Setembro

Local: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro, CCBB de São Paulo, Cinemateca Brasileira de São Paulo.

Apoio: Empréstimo das cópias em 35mm de: As Aventuras de Tio Maneco e Pra Frente Brasil, de Roberto Farias.

10º Curta Santos – Festival Santista de Cinema

Período: 17 a 23 de Setembro

Local: Santos

Apoio: Prêmio CTAV: Empréstimo de 02 kits digitais.

8º Mostra do Cinema Brasileiro em Salzburg

Período: Setembro

Local: Áustria

Apoio: Cessão de direito para exibição e empréstimo das cópias em DVD: Partido Alto, de Leon Hirszman, Chorinhos e Chorões de Antonio Carlos Fontoura e O Tempo e o Som, de Walter Lima Jr, Bruno Barreto e Leonardo Bartucci.

12ª Goiânia Mostra Curtas

Período: 02 a 07 de Outubro

Local: Goiânia

Apoio: Prêmio CTAV: (3) Empréstimos de câmera BL, (3) Serviços de mixagem de som 1.5; Empréstimo dos filmes em arquivo digital A mulher fatal encontra o homem ideal de Carla Camurati, Maria Gladys, uma atriz brasileira de Norma Bengell, Leila pra sempre Diniz, de Sérgio Rezende e Mariza Leão.

Mostra Cine BH

Período: 18 a 23 de Outubro

Local: Belo Horizonte

Apoio: Prêmio CTAV: Empréstimo de câmera BL 35mm.

20º Festival MIXBrasil de Cinema

Período: São Paulo – 08 a 18 de Novembro/Rio de Janeiro – 22 a 29 Novembro

Local: Rio de Janeiro/São Paulo

Apoio: Prêmio CTAV: Empréstimo de 01 kit digital .

7º Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões

Período: 07 a 11 de Novembro

Local: Floriano/PI

Apoio: Prêmio CTAV: Serviço de Mixagem de Som 1.5

22º Curta Cinema – Festival Internacional de Curtas do Rio de Janeiro

Período: 01 a 08 de Novembro

Local: Rio de Janeiro/RJ

Apoio: Prêmio CTAV: Serviço de Mixagem de som 1.5

19º Vitória Cine Vídeo

Período: 05 a 10 de Novembro

Local: Vitória/ES

Apoio: Prêmio CTAV: Empréstimo de equipamentos (câmera BL 35mm com acessórios de som).

50º Festival Villa-Lobos

Período: 9 a 25 de Novembro

Local: Rio de Janeiro

Apoio: Cessão de direito para exibição de Partido Alto, de Leon Hirszman e Álbum de Música, de Sérgio Sanz.

VIII Festival Latino-Americano de Cinema Curta-Metragem de Canoa Quebrada – Curta Canoa 2012

Período: 27 a 01 de Dezembro

Local: Canoa Quebrada/CE

Apoio: Prêmio CTAv: Primeira cópia do filme em 35mm de até 15 minutos; Serviço de Mixagem de som.

4ª Mostra de Cinema Brasileiro em São Tomé e Príncipe.

Período: 07 a 14 de Dezembro

Local: República Democrática São Tomé e Príncipe.

Apoio: Curadoria; cessão de direito de exibição e cópia dos seguintes filmes em DVD: Aruanda de Linduarte Noronha; Jorge Amado no Cinema de Glauber Rocha; Os Romeiros da Guia de Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello; O Círio de Ademir Silva, Euclides Bandeira, Hamilton Bandeira, Rendeiras do Nordeste de Ipojuca Pontes, O Cajueiro Nordestino de Linduarte Noronha. Cópia em DVD dos seguintes filmes: O Saci de Rodolpho Nanni, Baile Perfumado de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, Mitos do mundo: Como surgiu a noite de Andrés Lieban; Faz Mal de Stíl, O Jumento Santo e a cidade que se acabou antes de começar de Leo D. e William Paiva. 1 DVD com fotos de: Aruanda, Cajueiro Nordestino, Jorge Amado no Cinema, Romeiros da Guia.

- Execução do Programa de Apoio da ANCINE à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais através da confecção de cópias legendadas (curtas e longas-metragens) e envio para festivais internacionais.

FORMULAÇÃO DE CONTEÚDO

Descrição do Macroprocesso:

Gerar conteúdo para a disponibilização pública, de forma a resguardar e difundir a memória do audiovisual nacional.

Condução do Macroprocesso em 2012:

-Concepção e produção de 5 episódios do projeto Pílulas Cinematográficas, que consiste em programa de conteúdo exclusivo, composto de entrevistas com personalidades do cinema brasileiro, totalmente produzido pela equipe técnica do CTAv. Após a pós-produção de todos os episódios, objetiva-se a veiculação do programa no website www.ctav.gov.br, democratizando o acesso ao conteúdo.

PESQUISA CINEMATOGRÁFICA

Descrição do Macroprocesso:

Fomentar e realizar as atividades de pesquisa cinematográfica.

Condução do Macroprocesso em 2012:

-Atendimento de 79 pedidos de pesquisa que envolveram a utilização do acervo CTAv. (Ressalva-se que o termo **pedido** é diferente de **filmes utilizados**, uma vez que um pedido pode requerer a pesquisa de vários filmes)

-Realização de pesquisas em 520 títulos para o Canal Brasil, TV Globo, Teatro e Empresas Cinematográficas;

-Realização de 12 visitas guiadas, com alunos de Escolas Municipais, particulares e Universidades;

-Cessão de imagem de filmes.

Segue a lista de filmes que tiveram trechos de imagens em movimentos cedidos para a realização de documentários, ficções, longas e curtas metragens:

- Lançamento da Pedra Fundamental do Edifício do MEC
- Kuarup
- Cidade do Rio de Janeiro
- O Descobrimento do Brasil
- Ecologia
- O Brasil na Guerra – A FEB contra nazifascismo
- Chorinhos e Chorões
- Partido Alto
- O Que foi o Carnaval de 1920!
- Jornada Kamayurá
- Jornal Carioca
- O Tempo e o Som
- Carmen Miranda
- Memórias do Carnaval
- Cinema e Futebol
- Copa Roca 1939 (Primeiro Jogo)
- Copa Roca 1939 (Segundo Jogo)

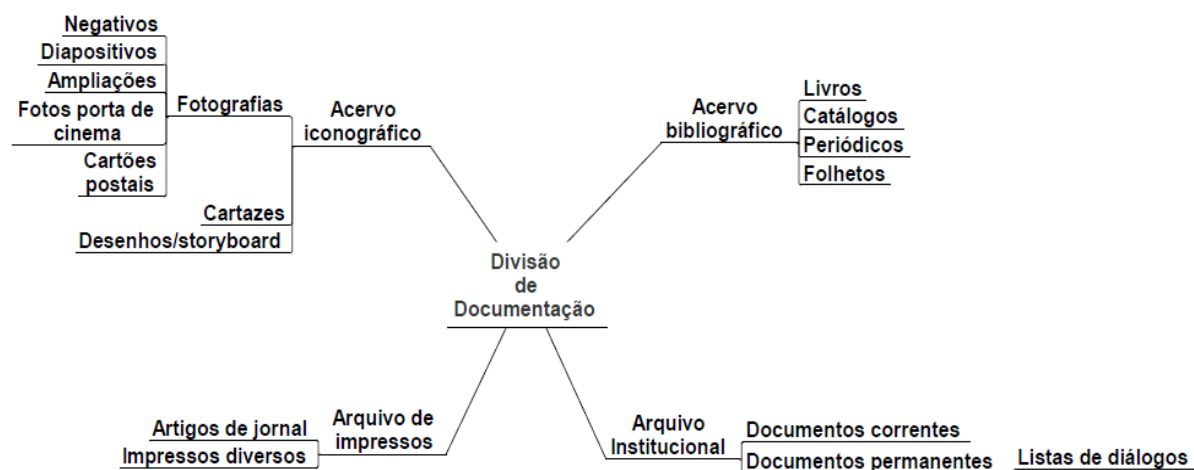
DOCUMENTAÇÃO DA ATIV. CINEMATOGRAFICA E DISPONIBILIZAÇÃO

Descrição do Macroprocesso:

Operacionalizar a preservação, produção e difusão da produção documental sobre cinema e audiovisual.

Condução do Macroprocesso em 2012:

CTAv - Divisão de Documentação



- Foram solicitados CPBs de 30 filmes, que já foram encaminhados ao CTA_v pela Ancine;
- Aquisição de material para acondicionamento de fotografias;
- Catalogação na base de dados Pergamum, de **5 livros**;
- Catalogação na base de dados Pergamum, de **10 títulos de catálogos de eventos**;
- Correção na base de dados Pergamum, de **48 títulos de impressos diversos de filmes**, personalidades e eventos de cinema e vídeo;
- Revisão da catalogação na base de dados Pergamum de **237 títulos fotografias** de filmes e personalidades;
- Catalogação na base de dados Pergamum e guarda de **14 títulos de cartazes**;
- Higienização, catalogação na base de dados Pergamum e guarda de **3 títulos de fotos porta de cinema**;
- Higienização, identificação, organização, catalogação na base de dados Pergamum e acondicionamento de **15 títulos de diapositivos**;
- Disponibilização de dois estagiários para o processamento técnico dos dossiês de impressos de audiovisual do acervo da Funarte de interesse do CTA_v;
- Elaboração do Código de classificação de documentos administrativos da área fim do IBAC/CCPV e Funarte/Decine (período de 1990 a 2003);
- Reorganização a partir do reacondicionamento e reclassificação de 875 dossiês dos dossiês da Coordenação de Difusão e do Gabinete, sendo 299 dossiês da área meio e 576 dossiês da área fim;
- Elaboração e alimentação de planilha de controle dos acervos da Coordenação de Difusão e do Gabinete, informando a classificação anterior, nome e classificação atual dos 875 dossiês;
- Reacondicionamento e listagem em Excel de 845 listas de diálogos de filmes;
- Digitalização de 42 documentos;
- Foram atendidas 14 consultas por e-mail ou telefone, basicamente sobre imagens e processos administrativos;
- Listagem de 270 publicações para doação;

Outras atividades:

- Participação no Grupo de Trabalho do MINC *Acervos e Pesquisa* (abril – julho)
- Participação na elaboração dos Indicadores de Gestão do CTA_v (agosto - novembro);

- Curso Gestão e fiscalização de compras na administração pública federal – ESAD/RJ (novembro).

Importante:

Cabe ressaltar que em 2012, esse setor teve a equipe reduzida de 9 estagiários, 2 funcionários e chefe da Divisão, para 3 estagiários do curso de História, 1 funcionário, além da chefe da Divisão.

GUARDA E PRESEVAÇÃO DE MATERIAL FÍLMICO

Descrição do Macroprocesso:

Preservar o patrimônio audiovisual sob guarda do CTAv e difundi-lo;

Condução do Macroprocesso em 2012:

- Digitalização do acervo SRTV, composto de programas feitos pela Embrafilme e exibidos na TVE no final da década de 70 e início da de 80. É composto de dois programas: Coisas Nossas e Cinemateca.

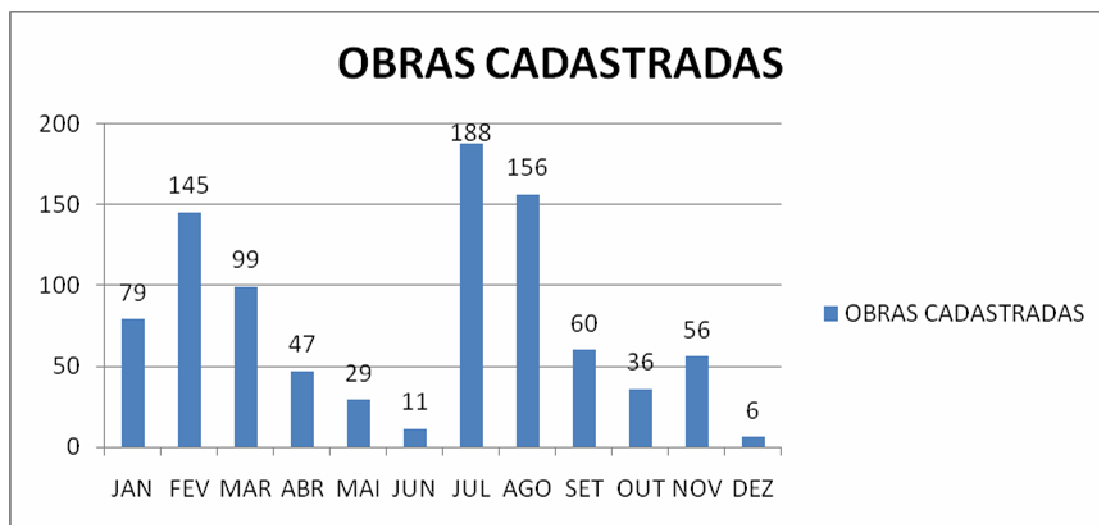
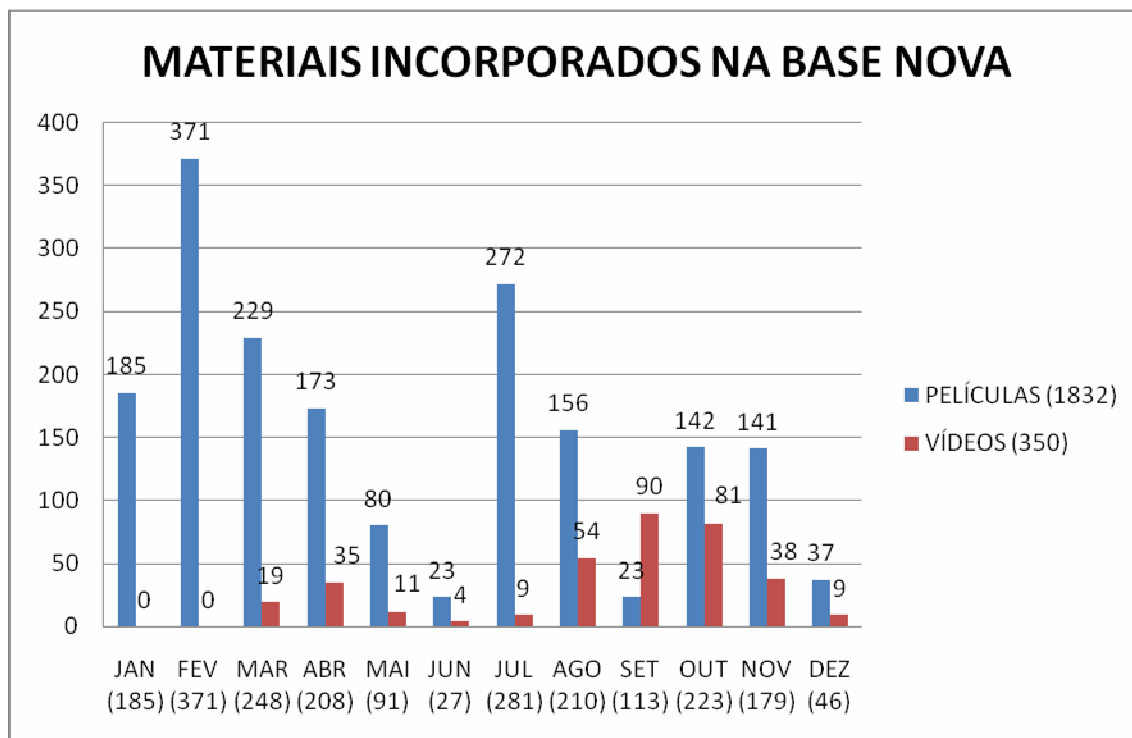
- Escaneamento e import de material SRTV para HD.

-Catalogação do conteúdo das obras e sua posterior incorporação na base de dados. Os filmes do acervo passaram por uma catalogação feita em diferentes níveis de profundidade, de acordo com algumas finalidades específicas;

- Alimentação da base de dados com as informações fornecidas por diferentes setores da preservação, além de checar se essas informações são verdadeiras ou não cotejando com outras fontes de consultas. Além disso, a equipe foi responsável por cadastrar todas as revisões realizadas pelo setor de preservação;

-Atualização da base de dados com a compilação de informações acerca das obras existentes no acervo (fichas técnicas, sinopses, descrição de conteúdo etc.), identificação técnica de cada material (cromia, metragem, bitola, formato de tela etc.), além do estado de conservação de cada um deles, que pode ser observado pelo cadastro de revisões. Além dessas três atividades a base de dados tem um cadastro de reservas e movimentações, o que nos permite mapear onde se encontra cada um dos materiais do acervo, qual a previsão de retorno e quais materiais estão com o retorno em atraso;

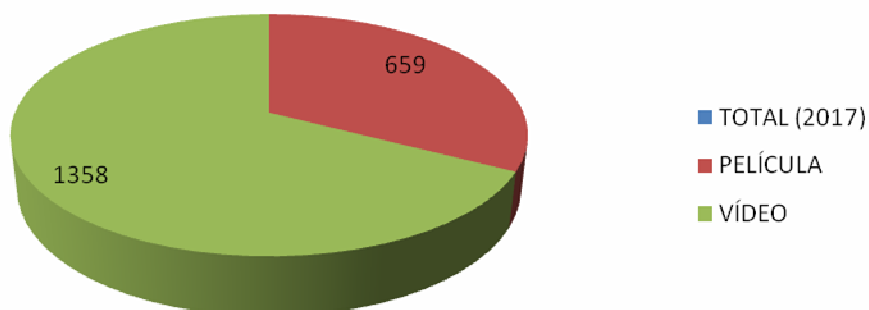
*Abaixo seguem os dados relativos ao trabalho da catalogação nesse ano:



- Preservação de materiais através da:

Incorporação de materiais: os materiais que entram, seja através de depósito, doação, depósito Ancine ou outro tipo de incorporação, recebem um número único de identificação e se atribui um depósito e uma localização, dependendo do tipo de material e do seu estado de conservação.

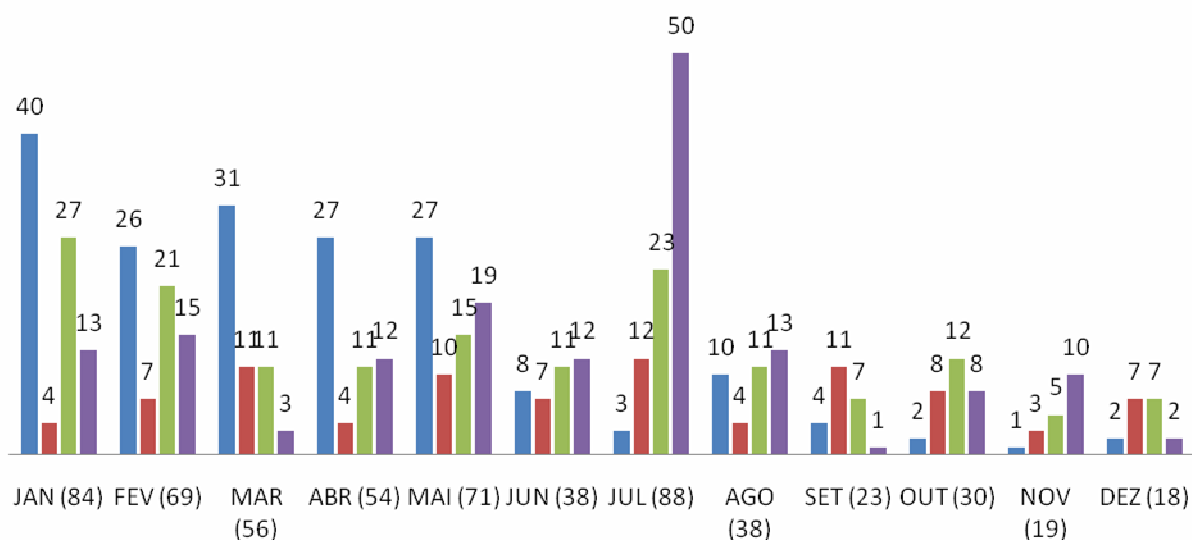
FILMES INCORPORADOS AO ACERVO (2017)



Revisões: todos os materiais que são incorporados ao acervo são revisados para checar as características do material. Também nesse momento se atribui um grau técnico ao material, conforme o estado de conservação em que se encontra. Além dos que entram pela primeira vez, todos os materiais que entram e saem do acervo são revisados, para verificar o estado de conservação em que se encontram.

REVISÕES EM 2012 POR CATEGORIA (588)

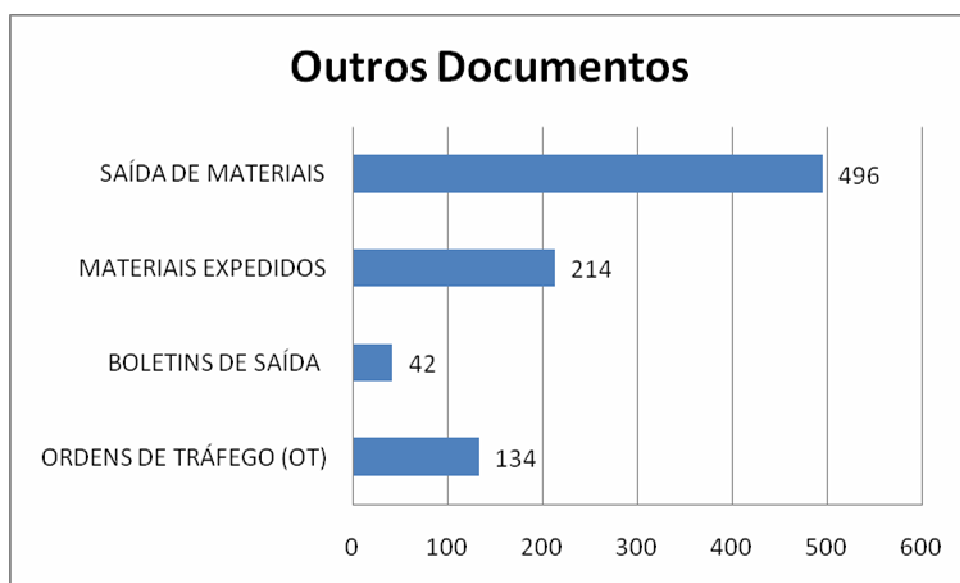
■ Acompanhamento (181) ■ Saída (88) ■ Retorno (161) ■ Incorporação (158)



Guarda: uma das atividades diárias do setor é a guarda de filmes, que devem ser guardados nos seus respectivos depósitos de acordo com o tipo de material e seu estado de conservação.

Monitoramento de depósitos: todos os depósitos possuem *dataloggers* (termohigrógrafos digitais) que monitoram a temperatura e a umidade dos depósitos. Além disso, a equipe faz uma ronda diária, pela manhã e no final da tarde, anotando quais são os níveis de temperatura e umidade de cada um dos depósitos.

Expedição: responsável por receber e expedir os materiais que são solicitados tanto interna quanto externamente, bem como por gerenciar a documentação e as informações relacionadas à entrada e à saída de filmes. No ano inteiro de 2012 foram 134 OTs e 214 materiais expedidos através delas. Além das OTs, foram 42 boletins de saída (que são feitos para saída de materiais solicitados diretamente ao setor de acervo, geralmente matrizes), que corresponderam à saída de 496 materiais.



INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO:

Descrição do Macroprocesso: Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico de componentes, produtos e serviços voltados para o crescimento do cinema e audiovisual brasileiro.

Condução do Macroprocesso em 2012:

-Execução das atividades concernentes à área de TI, que são:

- Desenvolvimento e manutenção de softwares aplicativos;
- Instalação e suporte de software aplicativos para os usuários finais;
- Instalação e manutenção, quando possível, de hardware.
- Desenvolvimento, ampliação e manutenção da rede de comunicação de dados;
- Administração e manutenção de banco de dados para aplicações.

-Desenvolvimento para o projeto “Vistas Cinematográficas” de software básico e aplicativo para dispositivo de visualização de imagens, com design de câmera antiga, que apresentará em looping cenas retiradas de filmes do acervo do CTAv, mostrando o mesmo ponto de vista do local em que for instalado, em épocas passadas.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO



Planejamento e
Administração

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:

Descrição do Macroprocesso:

Planejar a execução do ano e administrar as necessidades da Unidade, garantindo o funcionamento.

Condução do Macroprocesso em 2012:

- Elaboração do Relatório de Gestão 2011;
- Redação de Respostas à CGU, quando solicitada;
- Planejamento e inclusão de informações do Acordo de Desempenho e Programação Executiva 2013 do CTAv para o ano de 2013 no SIMINC ;
- Formulação de proposta do novo Regimento Interno do CTAv;
- Criação e disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão CTAv, sob orientação da Coordenação Técnica;
- Concepção dos Indicadores CTAv;
- Propagação das ações e fortalecimento da imagem institucional do CTAv;
- Manutenção e atualização do website WWW.ctav.gov.br
- Em função da publicação da Portaria MinC nº27/2011, o CTAv pôde mais uma vez realizar em 2012 a capacitação de funcionários através da execução de cursos anuais com custeio do próprio Ministério da Cultura, vinculada ao percentual da GDAC recebido por servidor.
- Envio do **Boletim Eletrônico Mensal do Centro Técnico Audiovisual** com chamadas- links que direcionam para as notícias mais importantes publicadas no mês no site;
- Respostas às solicitações e dúvidas dos usuários, assim como suas sugestões e elogios;
- Planejamento, direção, coordenação, acompanhamento, avaliação e controle da execução das atividades e serviços da Divisão de Orçamento e Finanças e da Divisão de Apoio Operacional.
- Planejamento, direção, acompanhamento, avaliação e execução das atividades concernentes ao Setor de Serviços Gerais, que são: Prestação de serviços de transporte, telefonia, vigilância, limpeza, portaria, manutenção predial, protocolo, expedição e arquivo.
- Prestação de serviços relativos a material e patrimônio. Promoção periódica ao inventário físico dos materiais em estoque, por meio de comissão formalmente designada. Manteve o controle físico

e financeiro dos materiais existentes em estoque, registrando a movimentação de entrada e saída em Fichas de escrituração própria.

-Planejamento, avaliação e controle da execução dos recursos orçamentários; elaboração da programação relativa à aplicação dos recursos orçamentários, controle da sua aplicação por fonte e categoria de gasto e realização dos registros que evidenciam a situação das dotações; procedeu à classificação orçamentária das despesas, para fins de emissão de empenhos; procedeu à indicação de recursos orçamentários e a situação de dotação, com vistas às compras, obras e serviços, elaborar pré-empenhos, notas de empenhos e de lançamento e ordens bancárias.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Secretaria do Audiovisual- SAv (Interno).

2 PARTE A, ITEM 2

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O Centro Técnico Audiovisual não possui um plano de ações com estratégias e metas formalizado. O Ministério da Cultura está em processo de elaboração de um plano estratégico em que a Unidade Jurisdicionada estará inserida.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Não há informação, conforme informado no item anterior.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Não há informação, conforme informado no item anterior.

2.4 INDICADORES

A fim de atender à solicitação contida no processo CTA_v nº 01406.000033/2012-00, que **institui a Comissão para implantação de indicadores para avaliação dos objetivos institucionais do CTA_v**, conforme Controladoria Geral da União/CGU, nota de auditoria nº 201203842/00, que após constatar a ausência de indicadores para avaliação dos objetivos institucionais do CTA_v no exercício de 2011, recomenda “**Criar e definir indicadores de desempenho de gestão capazes de refletir resultados gerenciais e sistemáticos de desempenho do CTA_v no atingimento de suas metas em relação a produtos, serviços, sistemas e processos, bem como em relação a programas finalísticos**, observando os critérios de utilidade, mensurabilidade, acessibilidade dentre outros em consonância com o que prevê o item 2.4.7 da Portaria TCU nº 123/2011”.

O CTA_v, após reuniões de planejamento estratégico, definiu os seus indicadores institucionais e de gestão elencados neste relatório conforme critérios metodológicos utilizados por órgãos públicos e de controle.

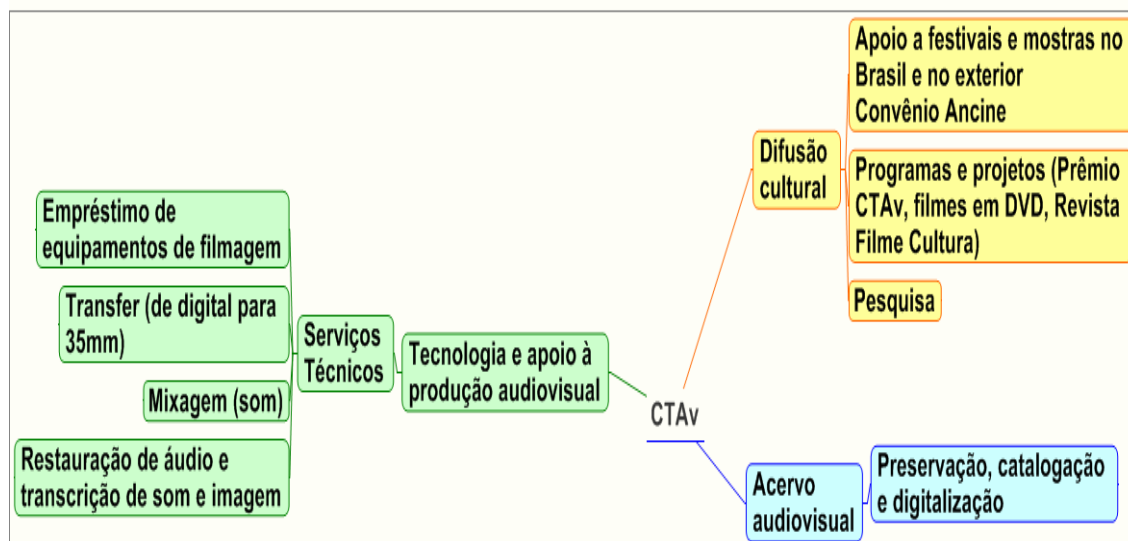
Este documento pretende ser o atendimento à recomendação da CGU por meio da definição de indicadores institucionais e de gestão, das metas destes indicadores, da sua metodologia de cálculo e da apresentação dos seus dados.

Por fim, pontuamos que a solidez dos indicadores é diretamente proporcional ao tempo em que se encontram em execução, consolidando suas diretrizes com a experimentação prática e conceitual e a sua afinidade com as correntes políticas de gestão da Unidade.

Contextualização do CTA_v. Suas competências institucionais, processos-chave, produtos finais e respectivos indicadores institucionais.

O CTA_v tem como missão/ competência institucional:

Viabilizar a produção, preservação, e difusão do cinema e audiovisual brasileiros e promover a capacitação e a inovação tecnológico-profissional.



1. Viabilizar a produção do cinema e audiovisuais brasileiros

- Reativação do sistema de inscrição nos Serviços CTA_v, executando sua missão de apoio ao produtor independente e aos curta, média e longa-metragistas através do empréstimo de equipamentos.
- Realização de mixagem (e print master)
- Transcrição de som
- Concessão de transfer

2. Viabilizar a difusão

Festivais e mostras apoiados

- Curadoria
- Empréstimo/cessão de filmes
- Concessão de prêmios
 - Serviço de mixagem
 - Serviço de transfer
 - Empréstimo de equipamentos
 - Confecção de cópias em película de 35 mm
- Convênio ANCINE
 - Confecção de cópias em película de 35 mm legendas
 - Transporte de filmes para os festivais no exterior
- Produção de conteúdo (ação conjunta com a área técnica)
 - Programas

- Produção de DVDs

3. Viabilizar a preservação dos filmes do acervo audiovisual

- Incorporação e guarda de obras e respectivos materiais
- Catalogação e inserção em base de dados de obras e respectivos materiais
- Revisão e expedição de obras e respectivos materiais
- Digitalização do acervo SRTV em diversos suportes.

A partir da análise das competências institucionais e dos objetivos estratégicos do CTA_v, foram traçados e definidos os **indicadores institucionais e de gestão CTA_v**. Segue a situação dos mesmos em 2012:

Indicador 1

Dos filmes aprovados e não desistentes, quantos serviços realizados pelo CTA_v.

Serviços realizados no apoio à produção de filmes: 21

Inscrições no Edital CTA_v: 65

Aprovações de projetos: 41

Realizados: 25

| |
|---|
| Macroprocesso: Tecnologia e apoio à produção audiovisual |
| Nome do processo: Serviços técnicos utilizados nos projetos de produção de filmes inscritos no Edital CTA _v . |
| Área responsável: Coordenação Técnica |
| Nome do Indicador: Filmes coproduzidos por meio do Edital CTA _v . |
| Descrição do Indicador: Filmes apoiados por meio do Edital CTA _v com a realização dos serviços técnicos CTA _v disponíveis no site |
| Unidade de medida: Percentual |
| Periodicidade: Janeiro/2012 a dezembro de/2012 |
| Fórmula de cálculo: (Filmes com serviços realizados/Total de filmes aprovados) x100 25:41 x 100 = 61% de filmes com serviços realizados por meio do Edital CTA_v. |
| Meta: Aumentar o número de projetos executados. |

Indicador 2

Utilização do Acervo Audiovisual do CTA_v por meio da pesquisa.

| |
|--|
| Macroprocesso: Difusão |
| Nome do processo: Utilização do Acervo Audiovisual |
| Área responsável: Coordenação de Difusão |
| Nome do Indicador: Utilização do Acervo Audiovisual do CTA _v por meio da pesquisa. |
| Descrição do indicador: Pedidos de pesquisa que utilizaram material do Acervo Audiovisual CTA _v |
| Unidade de Medida: Percentual |
| Periodicidade: Janeiro/2012 a dezembro/2012 |
| Fórmula de cálculo: (Utilização do acervo CTA _v /Títulos Acervo CTA _v) x 100 102:410 x 100=24,9% |
| Meta: Disponibilizar conteúdo no site do CTA _v para facilitar a consulta pela internet. |
| Meta a longo prazo: Aumentar o acesso ao Acervo através da disponibilização da base de dados de filmes do CTA _v pela internet. |

Indicador 3

Mostras e festivais de audiovisual apoiados por meio do Prêmio CTAv.

Eventos de audiovisual apoiados: 29

Eventos brasileiros de Audiovisual: **248***

Fonte: Guia Kinoforum Festivais de Cinema e Vídeo 2012

(<http://www.kinoforum.org.br/guia/2012/>)

| |
|---|
| Macroprocesso: Difusão |
| Nome do processo: Apoio a eventos de audiovisual |
| Área responsável: Coordenação de Difusão |
| Nome do Indicador: Mostras e festivais apoiados por meio do Prêmio CTAv. |
| Descrição do Indicador: Mostras e festivais apoiados por meio da concessão de prêmios para utilização dos serviços de mixagem, empréstimo de equipamentos e confecção de cópias. |
| Unidade de medida: Percentual |
| Periodicidade: Janeiro/2012 à dezembro/2012 |
| Fórmula de cálculo: (Eventos apoiados/Total de eventos brasileiros de audiovisual) x 100 29:248 x 100 = 11,7 % dos festivais nacionais recebem apoio do CTAv |
| Meta: Ampliar número de festivais apoiados por meio da concessão de prêmios. |

*O número total de festivais e mostras realizados no Brasil é um dado fornecido ao CTAv pelo Fórum dos Festivais, com ano base em 2011.

O Fórum dos Festivais é uma entidade reconhecida no meio cinematográfico, membro fundadora do CBC-Congresso Brasileiro de Cinema e Membro do Conselho Consultivo da Secretaria do Audiovisual – MinC, que reúne dados dos principais eventos audiovisuais brasileiros.

Como se trata do primeiro ano de aplicação dos indicadores, ainda não foi traçada referência suficiente para avaliar se ocorreram avanços e melhorias na qualidade de serviços. Em relação à necessidade de correção, o cálculo do indicador 3, **Utilização do Acervo Audiovisual do CTAv por meio da pesquisa**, foi alterado desde a última versão em virtude da própria Unidade repensar que a relação de *pesquisas por tema e acervo* não era significativa para melhorar/ avaliar os procedimentos internos, portanto, o indicador acima foi modificado e apresenta agora a alteração de foco para *filmes pesquisados que pertencem ao acervo CTAv sobre filmes disponíveis no acervo CTAv*. Esse novo cálculo permite apurar o percentual do acervo CTAv que é utilizado através do serviço *Pesquisa* no CTAv, que é de maior valia para criar índices para otimizar essa demanda.

3 PARTE A, ITEM 3

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Não se aplica ao Ministério da Cultura.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | x | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | x | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | x | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | x | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | x | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | x | | | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | x | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | x | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | x | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | x |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | x | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | x | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | x | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | x | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | | x |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | x |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | x |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | x |
| Procedimentos de Controle | | | | | |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | | x |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | | x |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | x | |

| | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | x | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | x |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | x |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | x | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | x | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | x | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | x | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | x | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | x | |
| <p>Análise Crítica:</p> <p>A Unidade entende a importância dos Controles Internos para a eficácia da gestão, porém deve-se considerar que a mesma tem um evidente déficit relativo ao quantitativo de pessoal, inclusive em termos de qualificação, para atender, cumprir e operacionalizar todas as demandas que são necessárias para executar com eficácia completa o controle interno.</p> <p>Devido a essa escassez de pessoal, cada servidor do Centro Técnico Audiovisual trabalha com a sobrecarga de múltiplas funções, desde demandas de atividades-fim do órgão às de caráter administrativo e de controle, e as quais deve administrar e conciliar do melhor modo possível. Dessa forma, procedimentos que requerem atenção e supervisão permanente, como tal, apesar de serem executados, não podem ser cumpridos com a interida exclusividade e constante acompanhamento.</p> <p>A metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos e áreas envolvidas no processo de avaliação consiste em observação e acompanhamento documental periódico. Ratifica-se que todas as ações do CTA v tomam como referência a lei 8.66/93.</p> | | | | | |
| <p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p> | | | | | |

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Não se aplica ao Ministério da Cultura.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O quadro do item 3.4 está consolidado no Relatório da Secretaria Executiva por ser a instância responsável pelas questões correcionais no âmbito de todo o Ministério da Cultura.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O quadro do item 3.5 está consolidado no Relatório da Secretaria Executiva por ser a instância responsável pelas questões correcionais no âmbito de todo o Ministério da Cultura.

4 PARTE A, ITEM 4

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O quadro do item A.4.1 está consolidado apenas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva por ser a instância responsável por essa informação.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O quadro do item A.4.2 está consolidado apenas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva por ser a instância responsável por essa informação.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O quadro do item A.4.3 está apenas consolidado no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva por ser a instância responsável por essa informação.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|------------------|---|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 20KE | | | | |
| Descrição | | Desenvolvimento de Atividades e Implementação de Projetos do Centro Técnico Audiovisual - CTAV | | | | |
| Iniciativa | | 034U - Ampliação, modernização, atualização tecnológica e desenvolvimento de atividades do Centro Técnico Audiovisual – CTAV e da Cinemateca Brasileira | | | | |
| Unidade Responsável | | Centro Técnico Audiovisual – CTAV | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 42101 - Ministério da Cultura | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5,712,000.00 | 5,712,000.00 | 4,299,257.42 | 4,299,257.42 | - | 2,556,453,03 | 1,742,974.83 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Público atendido | Unidade | 42,427 | 100,000 | 5,712,000.00 | 4,299,257.42 |

Análise Crítica:

Os Restos a Pagar não processados se referem à execução de serviços de pessoa jurídica contratada que, por não terem sido finalizados até o final de 2011 e 2012, respectivamente, tiveram a liberação do pagamento postergada até a sua devida finalização.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável por programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado. As informações sobre o Programa 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura estão consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a UJ não é responsável por ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|--|--------------|---------------------|
| Administração Direta | 42101 | 420036 |
| Fundo Nacional de Cultura | 42902 | 340036 |

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

CTAV - 420036

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|-----------|---|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | 4.712.000 | 3.280.000 | |
| | PLOA | - | - | - | - | 4.712.000 | 3.280.000 | |
| | LOA | - | - | - | - | 4.712.000 | 3.280.000 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | 4.712.000 | 3.280.000 | |

Fonte: Siafi

CTAV - 340036

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|------|---|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | - | - | |
| | PLOA | - | - | - | - | - | - | |
| | LOA | - | - | - | - | - | - | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | 0 | - | |

Fonte: Siafi

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

CTAV - 4200376

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas de Capital | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------|-----------|---------------------------|------|--------------------------|------|---|
| | | 4 – Investimentos | | 5 - Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 1.000.000 | 2.520.000 | - | - | - | - | |
| | PLOA | 1.000.000 | 2.520.000 | - | - | - | - | |
| | LOA | 1.000.000 | 2.520.000 | - | - | - | - | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | - | - | |

| | | | | | | |
|--|-----------|-----------|--|--|--|--|
| | 1.000.000 | 2.520.000 | | | | |
|--|-----------|-----------|--|--|--|--|

Fonte: Siafi

CTAV - 340036

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas de Capital | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------|------|---------------------------|------|--------------------------|------|---|
| | | 4 – Investimentos | | 5 - Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | - | - | |
| | PLOA | - | - | - | - | - | - | |
| | LOA | - | - | - | - | - | - | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | - | - | |

Fonte: Siafi

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

CTAV - 420036

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|-----------------------------|------|---|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 4.712.000,00 | 3.280.000,00 | 1.000.000,00 | 2.520.000,00 | - | - | |
| | PLOA | 4.712.000,00 | 3.280.000,00 | 1.000.000,00 | 2.520.000,00 | - | - | |
| | LOA | 4.712.000,00 | 3.280.000,00 | 1.000.000,00 | 2.520.000,00 | - | - | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|---|---|
| | 4.712.000,00 | 3.280.000,00 | 1.000.000,00 | 2.520.000,00 | - | - |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|---|---|

Fonte: Siafi

CTAV - 340036

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------|------|---------------------|------|--------------------------------|------|---|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | - | - | |
| | PLOA | - | - | - | - | - | - | |
| | LOA | - | - | - | - | - | - | |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - | |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - | |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - | |
| Total | | - | - | - | - | - | - | |

Fonte: Siafi

4.2.2.4 Análise Crítica:

Nada a declarar.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPOS DE DESPESA

CTAV 420036

Valores em R\$
1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | | - | - | - |
| | Recebidos | | - | | - | - | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Siafi

CTAv 340036

Valores em R\$
1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | | - | - | - |
| | Recebidos | | - | | - | - | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Siafi

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$
1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 3.878.737,91 | 4.304.276,80 | 1.328.621,89 | 804.492,98 |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 3.878.737,91 | 4.304.276,80 | 1.328.621,89 | 804.492,98 |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 416.702,78 | 551.266,06 | 410.536,21 | 526.408,50 |
| g) Dispensa | 119.270,25 | 240.183,20 | 117.832,29 | 218.410,05 |
| h) Inexigibilidade | 297.432,53 | 311.082,86 | 292.703,92 | 307.998,45 |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | 3.816,73 | 7.335,55 | 3.816,73 | 3.835,55 |
| l) Não se Aplica | 3.816,73 | 7.335,55 | 3.816,73 | 3.835,55 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 4.299.257,42 | 4.862.878,41 | 1.742.974,83 | 1.334.737,03 |

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO/CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$
1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------------|-------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 1.858.849,13 | 2.113.233,69 | 1.858.849,13 | 2.113.233,69 | 1.168.354,85 | 1.613.773,97 | 690.494,28 | 499.459,72 |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 1.407.867,97 | 227.651,35 | 1.407.867,97 | 227.651,35 | 1.133.096,21 | 84.027,33 | 274.771,76 | 143.624,02 |
| 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | 843.844,49 | 768.003,10 | 843.844,49 | 768.003,10 | 93.861,53 | 91.805,36 | 749.982,96 | 676.197,74 |
| Demais elementos do | 3.816,73 | 32.255,55 | 3.816,73 | 32.255,55 | 0,00 | 16.800,00 | 3.816,73 | 15.455,55 |

| <i>grupo</i> | | | | | | | | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------------|-------------|
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| 4. Investimentos | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC. | 184.879,10 | 1.465.191,24 | 184.879,10 | 1.465.191,24 | 160.970,00 | 1.465.191,24 | 23.909,10 | 0,00 |
| 39 - 52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC. | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4. 14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO/CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 1.256.494,25 | 1.350.000,00 | 994.217,86 | 303.001,27 |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 1.256.494,25 | 1.350.000,00 | 994.217,86 | 303.001,27 |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | - | - | - | - |
| g) Dispensa | | | | |
| h) Inexigibilidade | | | | |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 1.256.494,25 | 1.350.000,00 | 994.217,86 | 303.001,27 |

Fonte:

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA/CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------------|-------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 1.256.494,25 | 1.350.000,00 | 1.256.494,25 | 1.350.000,00 | 262.276,39 | 1.046.998,73 | 994.217,86 | 303.001,27 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4 – Investimentos | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

4.2.4.2.3 Análise crítica:

Os RP não processados se referem à execução de serviços de pessoa jurídica contratada que, por não terem sido finalizados até o final de 2011 e 2012, respectivamente, tiveram a liberação do pagamento postergada até a sua devida finalização.

5 PARTE A, ITEM 5

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.5.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIENCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

5.1.2 Análise Crítica:

Nada declarar.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

420036 - CTAV

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2010 | - | - | - | - |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 4.575.140,11 | (32.268,57) | 2.625.248,94 | 1.917.622,60 |
| 2010 | 2.482.975,50 | (70,01) | 2.482.905,49 | - |

Fonte:
SiafiGerencial

5.2.2 Análise Crítica:

Em relação aos cancelamentos acumulados em 2010 e 2011, trata-se de processos que demandaram novas licitações, tiveram custo efetivo menor que o estimado ou que não foram realizados. Já no quesito pagamentos acumulados, o montante de 2010 se refere à compra de equipamentos para a Central Técnica que tiveram sua entrega postergada em função da fábrica da Arriflex, que produz alguns itens que compunham o processo, enfrentar dificuldades para a produção de lentes e câmeras. Todavia, os itens foram entregues em 2012 e o pagamento realizado.

Em relação aos pagamentos acumulados em 2011 que possuem registro de saldo a pagar em 31/12/2012 - acima apontados - são referentes à aquisição de bens que, contratados somente no final

de 2011, ainda se encontram em fase de entrega do material e, portanto, não foram efetuados ainda seus respectivos pagamentos.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não se aplica.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não se aplica.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Não se aplica.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não se aplica.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Não se aplica, pois a UJ não realizou despesas por meio da utilização de suprimento de fundos no período.

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Não se aplica.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Não se aplica.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica.

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se aplica.

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica.

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se aplica

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídicas

Não se aplica.

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica.

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica.

5.5.7 Comunicações à Receita Federal do Brasil (RFB)

Não se aplica.

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica.

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica.

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica.

5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica ao Ministério da Cultura.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------------|-----------------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | não há | 27 | 1 | 1 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | não há | 27 | 1 | 1 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | não há | 22 | 1 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | não há | 5 | 0 | 1 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | não há | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | não há | 0 | 0 | 0 |
| 4. Anistiados (Celetistas) | não há | 16 | 0 | 0 |
| 5. Total de Servidores (1+2+3+4) | não há | 43 | 1 | 1 |

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UJ
– SITUAÇÃO EM 31/12

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|--|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 6 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 6 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | 0 |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | 0 |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | 0 |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | 0 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | 0 |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | 0 |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 0 |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 2 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 2 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | 0 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 0 |

| | |
|---|----------|
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | 0 |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | 0 |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | 0 |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | 0 |
| 4.2. Capacitação | 0 |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 0 |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | 0 |
| 5.2. Serviço Militar | 0 |
| 5.3. Atividade Política | 0 |
| 5.4. Interesses Particulares | 0 |
| 5.5. Mandato Classista | 0 |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 0 |
| 6.1. Afastamento para Participar de Curso de Formação (art. 20 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.624/98) | 0 |
| 6.2. Licença-Prêmio (art. 87 da Lei nº 8.112/90, alterado pela Lei nº 9.527/97) | 0 |
| 6.3. Licença para Tratamento de Saúde (art. 202 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.4. Licença à Gestante (art. 207 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.5. Concessão de 8 (oito) Dias em Virtude de Falecimento (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.6. Concessão de 1 (um) Dia para Doação de Sangue (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 8 |

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 11 | 12 | 0 | 0 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 11 | 12 | 0 | 0 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 12 | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.5. Aposentados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Funções Gratificadas | 4 | 8 | 0 | 0 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 8 | 0 | 0 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--|----|----|---|---|
| 3. Anistiados (Celetistas) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3) | 15 | 20 | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 4 | 0 | 5 | 14 | 4 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 4 | 0 | 5 | 14 | 4 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 1 | 1 | 9 | 6 | 3 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 1 | 0 | 6 | 3 | 2 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 0 | 1 | 3 | 3 | 1 |
| 3. Anistiados (Celetistas) | 0 | 0 | 3 | 9 | 4 |
| 4. Totais (1+2+3) | 5 | 1 | 17 | 29 | 11 |

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 0 | 0 | 1 | 6 | 13 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 0 | 1 | 6 | 13 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 0 | 0 | 0 | 4 | 5 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|----|----|----|---|---|---|
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Anistiados (Celetista) | 0 | 0 | 1 | 5 | 8 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Totais (1+2+3) | 0 | 0 | 2 | 15 | 26 | 20 | 0 | 0 | 0 |

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Quadro disponível no ANEXO I.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DOS SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO EM 31/12

Centro Técnico Audiovisual

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 3 | 2 |
| 1.1 Voluntária | 2 | 1 |
| 1.2 Compulsória | 0 | 0 |
| 1.3 Invalidez Permanente | 1 | 1 |
| 1.4 Outras | 0 | 0 |
| 2. Proporcional | 0 | 0 |
| 2.1 Voluntária | 0 | 0 |
| 2.2 Compulsória | 0 | 0 |
| 2.3 Invalidez Permanente | 0 | 0 |
| 2.4 Outras | 0 | 0 |
| 3. Totais (1+2) | 3 | 2 |

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | 0 | 0 |
| 1.1. Integral | 0 | 0 |
| 1.2. Proporcional | 0 | 0 |
| 2. Em Atividade | 9 | 7 |
| 3. Total (1+2) | 9 | 7 |

Fonte: SIAPE

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela área de recursos humanos, que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Não se aplica.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES À CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ

| Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados | Quantidade no final do exercício | | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|----------------------------------|------|------|------------------------|-----------------------|
| | 2012 | 2011 | 2010 | | |
| - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Análise crítica da situação da terceirização no órgão | | | | | |
| | | | | | |

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRENCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

| Nome do empregado terceirizado substituído | Cargo que ocupava no órgão | D.O.U. de Publicação da Dispensa | | | |
|--|----------------------------|----------------------------------|------|-------|--------|
| | | Nº | Data | Seção | Página |
| - | - | - | - | - | - |

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CDPE/CGEP/SPOA/SE-MinC

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

| Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional | Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores | | Quantidade Autorizada de Servidores |
|--|---|------|-------------------------------------|
| | Número | Data | |
| - | 0 | 0 | 0 |
| - | 0 | 0 | 0 |
| - | 0 | 0 | 0 |

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica. As informações referentes a este item encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, por pertinência

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Não se aplica. As informações referentes a este item encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, unidade responsável pela gestão do cadastro de estagiários.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS
Não se aplica.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

Análise Crítica:

Antes de ser o Centro Técnico Audiovisual, vinculado à Secretaria do Audiovisual, o CTAv era um Departamento de Cinema e Vídeo da Funarte, chamado de Decine-CTAv e estava sediado em imóvel pertencente ao patrimônio da Funarte, registrado no SPIUNET na época sob RIP 6001 02009.500-8.

Quando o Departamento de Cinema e Vídeo (Decine-CTAv) foi desvinculado da Funarte e incorporado à estrutura da Secretaria do Audiovisual – órgão da administração direta do Ministério da Cultura, recebendo o nome de Centro Técnico Audiovisual- CTAv/SAv/MinC, a Funarte autorizou a cessão do imóvel situado na Av. Brasil nº 299, Benfica, Rio de Janeiro RJ, CEP 20930-040 – para o Ministério da Cultura.

Em 01 de outubro de 2012, protocolo nº 286.469, de 23/07/2012, foi registrado no 3º Ofício de Registro de Imóveis matrícula 65.475, com base no artigo 20, inciso VII da Constituição Federal e no parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 9636/98, e nos ofícios números 2849/2012/SPU/RJ/COINI de 17/07/2012, número 4055/2012/COINI/SPU/RJ de 21/06/2012, e número 3486/2010/SPU/RJ/COINI/DIREP/GIBM de 20/08/2012 da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - Secretaria do Patrimônio da União/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Termo de Incorporação de 13/07/2012 processo Administrativo nº 04967.006887/2009-29. Proprietário do imóvel - União Federal.

Atualmente, o Centro Técnico audiovisual está providenciando o desmembramento do imóvel para a entrega de parte do imóvel ao Ministério da Cultura e a outra parte à regularização fundiária junto a Coordenação de Destinação de imóveis - CODIM/RJ/SPU.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Não se aplica. Informações estão consolidadas no relatório da SE, unidade responsável pela gestão de TI e de recursos logísticos do MinC.

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Nada a declarar.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Não se aplica. Informações estão consolidadas no relatório da SE, unidade responsável pela gestão de TI e de recursos logísticos do MinC.

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor | | |
|-------------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel | 0 | 300 resmas | 300 resmas | R\$ - | R\$ 2.808,00 | R\$ 2.670,00 |
| Água | 1038421m ³ /dia | 893605m ³ /dia | 1309214m ³ /dia | R\$ 35.077,97 | R\$ 27.419,16 | R\$ 38.850,21 |
| Energia Elétrica | 459.691 kwh | 462.125 kwh | 470.218 kwh | R\$ 253.229,29 | R\$ 214.219,06 | R\$ 216.243,32 |
| | | | Total | R\$ 288.307,26 | R\$ 244.446,22 | R\$ 257.763,53 |

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU durante o exercício.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberações do TCU durante o exercício.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Nada a declarar.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|-------------------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 1 | n.º 201203842 | 1 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| O CTAv deverá aprimorar as suas rotinas de registro de dados no SIGPlan, garantindo que os resultados alcançados pela Unidade sejam registrados no referido sistema. | | | |
| Providências Adotadas | | | |

| | |
|---|---------------------|
| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | |
| <p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE</p> <p>O CTAv contactou em 8 de agosto de 2012 a instância superior responsável por essa diretriz no Ministério da Cultura, a Coordenação de Custos e Informações, para saber como proceder e, foi informado de que o SIGPLAN não seria utilizado para o monitoramento PPA em 2012, sendo substituído pelo novo sistema denominado SIOP. Dessa forma, a orientação recebida foi de que se aguardasse as instruções do MPOG sobre o novo sistema para que então se traçasse uma proposta de rotina de registro interna.</p> <p>RESPOSTA À NOTA TÉCNICA nº 2546/2012/NAC4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR</p> <p>As instruções para a utilização do sistema SIOP ainda não tinham sido repassadas ao CTAv pela instância superior responsável. Foi enviado email ao Coordenação de Custos e Informações do MinC afim de reiterar nosso pedido anterior de informações sobre o novo procedimento.</p> <p>Atualização da resposta em 31/01/2013:</p> <p>Em relação à atualização dos dados no SIGPLAN, o Ctav informou que as instruções para o preenchimento do SIOP foram repassadas pela SAV através de email datado de 31/ 01/ 2013.</p> | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | |
| Adoção de novo sistema. | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | |
| Troca do sistema e aguardo das instruções do setor superior para operação do mesmo. | |

| | | | |
|---|--|-------------------|-------------------------------------|
| Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 2 | n.º 201203842 | 2 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Criar e definir indicadores de desempenho de gestão capazes de refletir resultados gerenciais e sistemáticos de desempenho da CTAv no atingimento de suas metas em relação a produtos, serviços, sistemas e processos, bem como em relação a programas finalísticos, observando os critérios de utilidade, mensurabilidade, acessibilidade, dentre outros, em consonância com o que prevê o item 2.4.7 da Portaria TCU nº 123/2011. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE</p> <p>Recebida a recomendação, o CTAv buscou primeiramente definir a equipe responsável pela pesquisa, tracejo de metodologia e idealização dos indicadores institucionais. A equipe foi definida e abertura do processo nº 01406000033/2012-00. A segunda etapa de andamento foi a de levantamento de dados relevantes para a elaboração</p> | | | |

| |
|---|
| dos indicadores, juntamente com o estudo da metodologia a ser aplicada na construção do modelo. RESPOSTA À NOTA TÉCNICA nº 2546/2012/NAC4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR O CTAv, após longo estudo, coleta de dados e mapeamento, encaminhou documento com os indicadores institucionais do CTAv à CGU. |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| Indicadores de desempenho de gestão criados. |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| Embora definidos os indicadores, ressalva-se que demanda tempo e prática para que se possa afirmar que os indicadores formulados necessitam ou não de adaptações. |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|-------------------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 3 | n.º 201203842 | 3 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Realizar gestões junto ao Ministério da Cultura, visando a definição de procedimentos para implementação dos quesitos de sustentabilidade ambiental nos procedimentos internos e de gestão do CTAv. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Visando definir procedimentos sustentáveis, o CTAv fez primeiramente uma campanha interna de conscientização de utilização de recursos, através de emails aos seus funcionários e de placas informativas fixadas pelo prédio. Também nesse âmbito, o CTAv buscou promover em seus editais de licitação a exigência por materiais, serviços e soluções sustentáveis, de modo que sua gestão atinja os parâmetros de qualidade no quesito sustentabilidade ambiental. Exemplo é o processo nº 01406000012/2012-86, que tem em seu escopo a exigência de regularidade da empresa conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, atendendo em especial os artigos 5º e 6º. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Maior consciência ambiental por parte dos servidores e consideração de opções ecologicamente sustentáveis em suas ações. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Por sua localização, muitas iniciativas ecologicamente corretas não podem ser realizadas, tal como a coleta seletiva de lixo. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|----------------------------|--------------|
| Denominação Completa | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | 077474 |
| Recomendações do OCI | |

| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
|---|--|-------------------|-------------------------------------|
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 4 | n.º 201203842 | 4 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Definir rotinas nos controles internos administrativos da unidade com objetivo de empregar o devido enquadramento legal nos processos de contratação de bens e serviços, conforme a legislação pertinente. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE</p> <p>Conforme solicitado, a Coordenação Administrativa e de Financeiro redigiu e encaminhou aos seus funcionários a nova rotina de controle interno administrativo.</p> <p>Entendemos que a análise de verificação do cumprimento dessa recomendação será de caráter contínuo e permanente.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Nova rotina interna de controle interno implementada. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| A escassa mão de obra qualificada e, conseqüentemente múltiplas funções dos servidores, que dificultaram a redação de documentos que definissem as rotinas de controle interno e seu acompanhamento em caráter exclusivo. | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|-------------------|-------------------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 5 | n.º 201203842 | 5 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Realizar gestões junto ao MinC no sentido de adotar os procedimentos administrativos necessários à divulgação dos editais de licitação para contratações efetuadas com recursos provenientes dos orçamentos da União, obedecendo aos prazos de divulgação e de manutenção da informação estabelecidos pela legislação em vigor. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE</p> <p>O CTAv, conforme instruído, enviou Memorando nº 018/2012 a sua instância imediatamente superior, a Secretaria do Audiovisual, para questionar quais deveriam ser os procedimentos adotados pelo CTAv em relação a questão. Em tempo, o CTAv ainda aguarda posicionamento da SAV.</p> | | | |

| |
|--|
| <p>RESPOSTA À NOTA TÉCNICA nº 2546/2012/NAC4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR</p> <p>Em continuidade a tentativa de solucionar a demanda, foi enviado novo memorando à Secretaria do Audiovisual. Em tempo, informamos ainda estar no aguardo da instrução, uma vez que a decisão cabe à instância superior.</p> <p>Atualização da resposta em 25/01/2013:</p> <p>Na data de 3/01/2013, a Secretaria do Audiovisual expediu resposta ao CTAv, através do Memorando nº6/2013/CH/GAB/SAV/MINC, instruindo como se dará a divulgação de editais do CTAv. Em suma, o memorando informa que os editais do CTAv deverão ser enviados a SAV que, junto a ASCOM, irá cuidar dos trâmites para sua publicação no portal virtual do Ministério da Cultura.</p> |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| A divulgação dos editais passa a ser intermediada pela SAV. |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
| Dependência da avaliação/ decisão de instância superior para a definição do procedimento e a mudança de Ministro da Cultura e Secretário do Audiovisual, que em função dos decorrentes trâmites de posse, postergou o envio dos ofícios respostas ao CTAv |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|-------------------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 6 | n.º 201203842 | 6 | Nota de Auditoria n.º 201203842/001 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| Formalizar a “Carta de Serviços ao Cidadão”, observando o que determina o Decreto 6932/2009. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| Centro Técnico Audiovisual | | | 077474 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| <p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE</p> <p>A Carta de Serviços ao Cidadão já está em fase de finalização. Iniciada logo após o recebimento da Nota de Auditoria, a Carta é resultante de um complexo de informações sobre os mais diversos serviços externos do CTAv, adaptadas a uma apresentação de entendimento simplificado, voltada exatamente ao público que visa se informar sobre nossas atividades.</p> <p>RESPOSTA À NOTA TÉCNICA nº 2546/2012/NAC4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR</p> <p>Após finalizada a primeira versão, encaminhamos a carta de Serviços ao Cidadão do CTAv publicado em nosso site.</p> | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Cartão de serviços ao Cidadão finalizada e disponibilizada. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| Facilitou a intenção da gerência em priorizar em 2012 procedimentos de caráter de regulação da Unidade, embora essa prioridade afetasse a execução das atividades fins, considerando que o escasso número de funcionários da unidade se | | | |

desviaria para a execução de documentos regulatórios.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica. O CTA_v encaminhou à CGU todas as respostas relativas as recomendações feitas antes da data de entrega desse relatório de gestão.

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à Administração Direta.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

O Centro Técnico Audiovisual não dispõe de setor de Recursos Humanos na unidade. Todas as informações referentes à gestão de pessoas são armazenadas e geridas pela Coordenação Geral de Pessoas – CGPE/ MINC.

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O Centro Técnico Audiovisual não dispõe de setor de Recursos Humanos na unidade. Todas as informações referentes à gestão de pessoas são armazenadas e geridas pela Coordenação Geral de Pessoas – CGPE/MINC.

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|---|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP é a unidade responsável pelo recebimento da DBR e/ou do Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, no ato da posse da Autoridade ou do servidor detentor de Função Comissionada, conforme normativo legal.

As Declarações e os Formulários, estes datados e assinados pelo servidor, são entregues em papel, em envelope lacrado e devidamente identificado com o nome do servidor e do conteúdo do mesmo, sendo o controle da recepção feita manualmente por um servidor da COGEP designado para tal atividade.

Os envelopes são armazenados em armário trancado.

O acesso ao conteúdo das Declarações se dá somente pelos órgãos de controle.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV




MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Gestão de Contratos

DECLARAÇÃO

Eu, **VIVIANNE MOREIRA LIMA**, gestora responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema, CPF nº 788.023.53-53, **Coordenadora de Gestão de Contratos**, exercido na **Coordenação Geral de Licitação e Contatos – CGLIC/SPOA**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de março de 2013.


VIVIANNE MOREIRA LIMA
CPF 788.023.503-53
Coordenadora de Gestão de Contratos

No que diz respeito ao modelo de declaração referente ao SICONV, não se aplica a UJ visto que a unidade não firmou convênios ou instrumentos congêneres.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

O Centro Técnico Audiovisual não conseguiu aplicar os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 por falta de servidor com conhecimento específico para realização deste serviço.

Entretanto, no decorrer do exercício 2013, o Centro Técnico Audiovisual indicará um servidor para ser instruído junto à área contável do Ministério da Cultura acerca da metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, as taxas utilizadas para os cálculos, a metodologia adotada para realizar a avaliação, mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, do estoque, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, aplicando posteriormente esses conhecimentos na gestão do Centro Técnico Audiovisual.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena

QUADRO A.11.1 –DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ

A Declaração Plena do Contador encontra-se no Relatório de Gestão da Secretaria do Audiovisual, englobando todas as suas unidades.

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI N.º 6.404/1976

Não se aplica.

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Não se aplica.

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não se aplica.

QUADRO A.11.3 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não se aplica.

QUADRO A.11.4 – INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRA SOCIEDADE

11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Não se aplica.

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Cabe a ressalva de que, apesar de operar sempre da melhor forma possível, o CTAv sofre com a notável **carência de recursos humanos qualificados** para as **atividades-meio e fim da unidade**, o que afeta o seu rendimento em potencial. Dispondo dos técnicos adequados, o CTAv poderia aumentar significativamente sua capacidade de produção, uma vez que já possui o equipamento técnico necessário. Ao todo, para suprir essa carência, seria necessária a incorporação de 46 servidores, sendo eles das seguintes especificações:

- 6 Técnicos de Som (2 para Mixagem, 2 para som para Restauração de Som, e 2 para ruído de sala)
- 2 Editores de Áudio para Gravação e Edição de Som
- 2 Editores de Imagem
- 2 Técnicos para Preparação dos arquivos digitais para o transfer
- 1 Técnico para Operar o processo de transferência dos arquivos digitais para película 35mm
- 2 Técnicos arquivistas de filmes
- 4 Assistentes Técnicos de Preservação de Imagem
- 2 Técnicos de Preservação de Imagem
- 2 Revisores
- 2 Produtores
- 2 Assistentes de Produção
- 1 Remessista
- 1 Técnico de Documentação
- 2 Arquivistas
- 1 Bibliotecário
- 1 Diretor de Animação
- 1 Técnico em planejamento de animação
- 1 Animador
- 2 Pesquisadores Cinematográficos
- 3 Secretárias Executivas
- 1 Assessor de Imprensa/ Jornalista
- 3 Assistentes Administrativos
- 2 Técnicos em Administração

PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Não se aplica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nesse ano, a Unidade conseguiu evoluir suas ferramentas de gestão, concebendo e difundindo sua Carta de Serviços ao Cidadão e formulando os Indicadores Institucionais.

Também conseguiu operar com uma vertente que andava mais inativa: a criacional, trabalhando com a formulação de conteúdo e com a concepção de tecnologia com o início da execução dos projetos *Pílulas Cinematográficas* e *Vistas Cinematográficas*.

Mas principalmente, em 2012, O CTAv conseguiu se focar na elaboração de um planejamento para operar com um de seus maiores desafios, que consiste em dar continuidade a disponibilização de um serviço de qualidade e consistência, apesar da carência de servidores.

O órgão almejava que esse déficit não atingisse os usuários e de que a demanda de serviços não fosse afetada por uma menor oferta. Para tal, se dedicou a formular diversas propostas de utilização do estúdio para otimizar sua funcionabilidade. Dessa forma, foram criados e lançados os novos Serviços CTAv, que surgem com a missão de não baixar a produtividade dos estúdios CTAv e ao mesmo tempo dotar os usuários de equipamento de ponta, atualizando a tecnologia e se comprometendo com a inovação.

Como as grandes dificuldades em 2012, destacam-se a mudança no cronograma de execução orçamentária e a defasagem de pessoal. Em 2012 cabe a ressalva de que ocorreu também troca de Ministro e do Secretário do Audiovisual.

Para o ano de 2013, o CTAv tem como seus principais objetivos a experimentação junto aos usuários dos novos serviços CTAv (lançados no final de 2012 para execução em 2013) e suas possíveis adaptações em virtude da colocação em prática, a ampliação da capacidade de armazenamento em Rede Local do CTAv, a conversão de obras audiovisuais para arquivo próprio do cinema digital e a transferência do Acervo Ctav para local que possua as características necessárias para o funcional armazenamento.

6. ANEXOS

ANEXO I - QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA E NOS DOIS ANTERIORES

CENTRO TÉCNICO DO AUDIOVISUAL

Valores em

R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|--|---------------------------------|--|-----------------------|-------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 1.285.837,74 | - | 147.693,76 | 59.936,33 | 233.384,29 | 77.700,20 | 396.606,73 | 106.475,27 | - | 2.307.634,32 |
| | 2011 | 1.270.224,45 | - | 133.477,52 | 30.398,82 | 145.986,76 | 84.090,21 | 308.778,76 | - | - | 1.972.956,52 |
| | 2010 | 574.872,36 | - | 71.552,01 | 17.609,26 | - | 26.692,36 | 217.978,86 | - | - | 908.704,85 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 98.779,68 | - | 14.236,64 | 5.727,24 | 11.676,32 | 912,00 | 61.428,00 | 5.308,20 | - | 198.068,08 |
| | 2011 | 98.779,68 | - | 12.464,64 | 3.085,97 | 10.944,00 | 1.156,00 | 46.563,00 | - | - | 172.993,29 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|-------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|--------------|
| | 2010 | 138.703,32 | - | 11.618,04 | 4.890,79 | - | 160,00 | 42.028,80 | - | - | 197.400,95 |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 429.083,98 | 279.043,69 | 89.772,38 | 45.139,43 | 63.975,14 | 51.533,50 | 312.633,65 | 93.868,59 | 3.136,68 | 1.368.187,04 |
| | 2011 | 147.478,56 | 137.568,24 | 30.318,93 | 6.853,65 | 23.524,47 | 18.724,90 | 91.260,69 | - | 1.471,10 | 457.200,54 |
| | 2010 | 389.232,72 | 430.886,57 | 82.679,27 | 28.265,87 | - | 27.475,62 | 173.456,94 | - | - | 1.131.996,99 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 246.888,10 | - | 37.161,74 | 16.551,20 | 44.985,31 | 29.904,24 | 223.471,66 | 62.771,16 | - | 661.733,41 |
| | 2011 | 272.149,32 | 38.743,56 | 41.153,59 | 7.903,46 | 27.799,12 | 29.086,65 | 180.756,73 | - | - | 597.592,43 |
| | 2010 | 271.367,25 | - | 36.701,43 | 12.521,84 | - | 12.770,62 | 156.500,62 | - | - | 489.861,76 |

Fonte:



**Ministério da Cultura
Cinemateca Brasileira**

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

São Paulo – 03/2013



Ministério da Cultura Cinemateca Brasileira

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações da Secretaria Executiva e Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do MinC.

São Paulo – 03/2013

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Secretário do Audiovisual

Leopoldo Nunes da Silva Filho

CINEMATECA BRASILEIRA

Presidente do Conselho

Ismail Xavier

Vice-Presidente do Conselho

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Presidente Emérito do Conselho

Thomaz Farkas

Conselheiro Emérito

Rudá de Andrade

Membros do Conselho

Arthur Autran

Carlos Augusto Calil

Carlos Diegues

Carlos Ebert

Carlos Wendel de Magalhães

Edina Fujii

Eduardo Morettin

Elisa Ximenes

Hermano Penna

Ismail Xavier

João Luiz Silva Ferreira - Juca Ferreira

José Inácio de Melo Souza

Leopoldo Nunes da Silva Filho

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Lygia Fagundes Telles
Manoel Rangel
Marcelo Mattos Araujo
Maria Dora Genis Mourão
Marta Suplicy
Nelson Simões
Paulo Sacramento
Roberto Teixeira da Costa
Ugo Giorgetti
Walter Salles
Zulmira Ribeiro Tavares

Diretores

Carlos Wendel de Magalhães
Olga Fudemma
Patricia de Filippi

Coordenadores

Fábio Kawano
Josiane da Ponte
Olga Fudemma
Patricia de Filippi
Vivian Malusá

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|--|-----|
| 1 | IDENTIFICAÇÃO..... | 10 |
| 1.1 | IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 10 |
| 1.1.1 | Relatório de Gestão Individual..... | 10 |
| 1.2 | FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE..... | 11 |
| 1.3 | ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 11 |
| 1.4 | MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS..... | 13 |
| 1.5 | MACROPROCESSOS DE APOIO..... | 27 |
| 1.6 | PRINCIPAIS PARCEIROS..... | 30 |
| 2 | PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES..... | 34 |
| 2.1 | PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 34 |
| 2.2 | ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS..... | 38 |
| 2.3 | EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES..... | 38 |
| 2.4 | INDICADORES..... | 81 |
| 3 | ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO..... | 84 |
| 3.1 | ESTRUTURA DE GOVERNANÇA..... | 84 |
| 3.2 | AValiação DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... | 85 |
| 3.3 | REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES..... | 86 |
| 3.4 | SISTEMA DE CORREIÇÃO..... | 86 |
| 3.5 | CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU..... | 87 |
| 4 | PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 87 |
| 4.1 | INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 87 |
| 4.2 | INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA..... | 87 |
| 4.2.1 | Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ..... | 87 |
| 4.2.2 | Programação de Despesas..... | 88 |
| 4.2.2.1 | Programação de Despesas Correntes..... | 88 |
| 4.2.2.2 | Programação de Despesas de Capital..... | 88 |
| 4.2.2.3 | Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência..... | 89 |
| 4.2.2.4 | Análise Crítica..... | 89 |
| 4.2.3 | Movimentação de Créditos Interna e Externa..... | 90 |
| 4.2.4 | Execução Orçamentária da Despesa..... | 91 |
| 4.2.4.1 | Execução da Despesa Com Créditos Originários..... | 91 |
| 4.2.4.1.1 | Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários..... | 91 |
| 4.2.4.1.2 | Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários..... | 93 |
| 4.2.4.2 | Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação..... | 96 |
| 4.2.4.2.1 | Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação..... | 96 |
| 4.2.4.2.2 | Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação..... | 98 |
| 4.2.4.2.3 | Análise Crítica..... | 100 |
| 5 | TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 101 |
| 5.1 | RECONHECIMENTO DE PASSIVOS..... | 101 |
| 5.2 | PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 101 |
| 5.2.1 | Análise Crítica..... | 101 |
| 5.3 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS..... | 102 |
| 5.3.1 | Análise Crítica..... | 102 |
| 5.4 | SUPRIMENTO DE FUNDOS..... | 102 |
| 5.5 | RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ..... | 102 |
| 5.6 | GESTÃO DE PRECATÓRIOS..... | 102 |
| 6 | GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... | 103 |
| 6.1 | COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS..... | 103 |
| 6.1.1 | Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada..... | 103 |
| 6.1.1.1 | Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada..... | 103 |
| 6.1.2 | Qualificação da Força de Trabalho..... | 105 |
| 6.1.2.1 | Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade..... | 105 |
| 6.1.2.2 | Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade..... | 106 |
| 6.1.3 | Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada..... | 107 |
| 6.1.4 | Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas..... | 108 |
| 6.1.4.1 | Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria..... | 108 |

| | | |
|---------|---|------------|
| 6.1.4.2 | Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada | 108 |
| 6.1.5 | à 6.1.8 – Não se aplica | 108 |
| 6.2 | TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS..... | 109 |
| 6.2.1 | Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão..... | 109 |
| 6.2.2 | Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público | 109 |
| 6.2.3 | Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados | 109 |
| 6.2.4 | Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada | 110 |
| 6.2.5 | Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão | 111 |
| 6.2.6 | Composição do Quadro de Estagiários | 112 |
| 7 | GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO..... | 112 |
| 7.1 | GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS | 112 |
| 7.1.1 | Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada | 112 |
| 7.2 | GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO | 112 |
| 7.2.1 | Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial | 112 |
| 7.2.2 | Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ | 113 |
| 8 | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO | 114 |
| 8.1 | GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) | 114 |
| 8.2 | Análise Crítica | 115 |
| 9 | GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 116 |
| 9.1 | GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 116 |
| 9.2 | CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA..... | 117 |
| 10 | CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | 118 |
| 10.1 | DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO | 118 |
| 10.2 | INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA | 118 |
| 10.3 | DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 119 |
| 10.3.1 | Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 | 119 |
| | Análise Crítica: | 119 |
| 10.4 | MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV | 119 |
| 11 | INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 120 |
| 11.1 | INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO..... | 120 |
| 11.1.1 | Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos..... | 120 |
| 11.2 | DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 120 |
| 11.3 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008..... | 120 |
| 11.4 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 | 120 |
| 11.5 | COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS | 120 |
| 11.6 | PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE..... | 120 |
| 12 | OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 120 |
| 12.1 | OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ..... | 120 |
| 13 | PARTE B – ANEXOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO | 124 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO A.1.1. – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 10 |
| QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ..... | 85 |
| QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ..... | 87 |
| QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES..... | 88 |
| QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL..... | 88 |
| QUADRO A.4.10 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... | 89 |
| QUADRO A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA..... | 90 |
| QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 91 |
| QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 92 |
| QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 93 |
| QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 94 |
| QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 96 |
| QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 97 |
| QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 98 |
| QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 99 |
| QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 101 |
| QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 101 |
| QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 103 |
| QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12..... | 103 |
| QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)..... | 105 |
| QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 105 |
| QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 106 |
| QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES..... | 107 |
| QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DOS SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO EM 31/12..... | 108 |
| QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 108 |
| QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 109 |
| QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS..... | 109 |
| QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS..... | 109 |
| QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA..... | 110 |
| QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA..... | 111 |
| QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO..... | 112 |
| QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 113 |
| QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 114 |
| QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 116 |
| QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA..... | 117 |
| QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR..... | 119 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCINE - Agência Nacional do Cinema
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MinC - Ministério da Cultura
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PC - Prestações de contas
PLOA - Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
SAC - Sociedade Amigos da Cinemateca
SAV - Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UG - Unidade Gestora
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ - Unidade Jurisdicionada ao TCU
UO - Unidade Orçamentária

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO
GERAL do relatório de gestão**

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1. – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|--|---------------------------|------------------------|----------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura | | | Código SIORG: 1926 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Cinemateca Brasileira | | | |
| Denominação abreviada: Cinemateca | | | |
| Código SIORG: 10701 | Código LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 420037 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | | |
| Principal Atividade: Administração de arte e cultura; Administração pública | | | Código CNAE: 8412-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (11) 3512-6111 | | |
| Endereço eletrônico: contato@cinemateca.org.br | | | |
| Página da Internet: http://www.cinemateca.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Largo Senador Raul Cardoso, 207, Vila Clementino CEP: 04021-070 - São Paulo / SP | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Portaria 52 de 30/01/04 – Decreto 4.805 de 12/08/03 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Não se aplica | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Não se aplica | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 420037 | Cinemateca Brasileira | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 340037 | Cinemateca Brasileira/FNC | | |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 420037 | Cinemateca Brasileira | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 340037 | Cinemateca Brasileira/FNC | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 420037 | | 420037 | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 340037 | | 340037 | |

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Descrição da Instituição

Conforme estabelecido pelo seu Regimento Interno, a Cinemateca Brasileira tem por finalidade “preservar a produção audiovisual brasileira e uma seleção da produção internacional de todos os tempos **(a)**, recolher e organizar a documentação a elas relativa **(b)**, bem como promover a difusão da cultura cinematográfica e audiovisual **(c)**”.

Na consecução de sua missão institucional, conta com o apoio da Sociedade Amigos da Cinemateca, cujo objetivo estatutário é fomentar o funcionamento da Cinemateca.

Finalidade da Instituição

A Cinemateca Brasileira é um órgão descentralizado da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, nos termos do Decreto nº. 4.805, de 12 de agosto de 2003, gozando de autonomia técnica, administrativa e financeira, na gestão de bens e recursos sob sua administração, com sede na cidade de São Paulo.

No exercício de suas finalidades, a Cinemateca poderá atuar em conjunto com outras entidades, públicas ou privadas, em qualquer ponto do território nacional, podendo celebrar contratos, acordos, convênios e demais ajustes com órgãos e entidades, públicos e particulares, nacionais e internacionais.

O patrimônio da Cinemateca é constituído por imóveis, instalações, mobiliário, equipamentos e instrumentos técnicos. A instituição é depositária de acervos audiovisuais públicos e particulares, bem como da documentação a eles correlata.

A Cinemateca Brasileira segue, como membro, o Código de Ética elaborado pela Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF. Além disso, segue também o Código de Ética dos servidores do Ministério da Cultura (Portaria MinC nº 80, de 30/jul/2010) (GRI 4.08).

Os recursos da Cinemateca são constituídos por:

- I.** Doações e legados, auxílios e subvenções que lhe forem destinados;
- II.** Dotações orçamentárias fixadas pela Secretaria do Audiovisual;
- III.** Recursos, bens ou serviços provenientes da Sociedade Amigos da Cinemateca ou outras instituições nacionais e internacionais.

1.3 Organograma Funcional

Descrição das Atribuições

As atribuições da organização estão alinhadas com sua finalidade estatutária **(a, b e c)**:

- I.** a preservação e restauração dos registros de imagens em movimento, independentemente do suporte onde estão contidos (filmes, vídeos e outros), de produção brasileira e estrangeira, com prioridade para a nacional **(a)**;

II. a difusão do acervo audiovisual, seu ou de terceiros, feita sem prejuízo dos direitos patrimoniais dos produtores legais e seus herdeiros, resguardando de risco matrizes de qualquer natureza, cujo dano físico poderia significar perda do acervo cultural (c);

III. a preservação e a divulgação da documentação relacionada com cinema, vídeo e televisão, constituída por livros, revistas, folhetos, fotografias, partituras, roteiros, cartazes, desenhos, manuscritos, bem como aparelhos, maquetes, discos e outros (b);

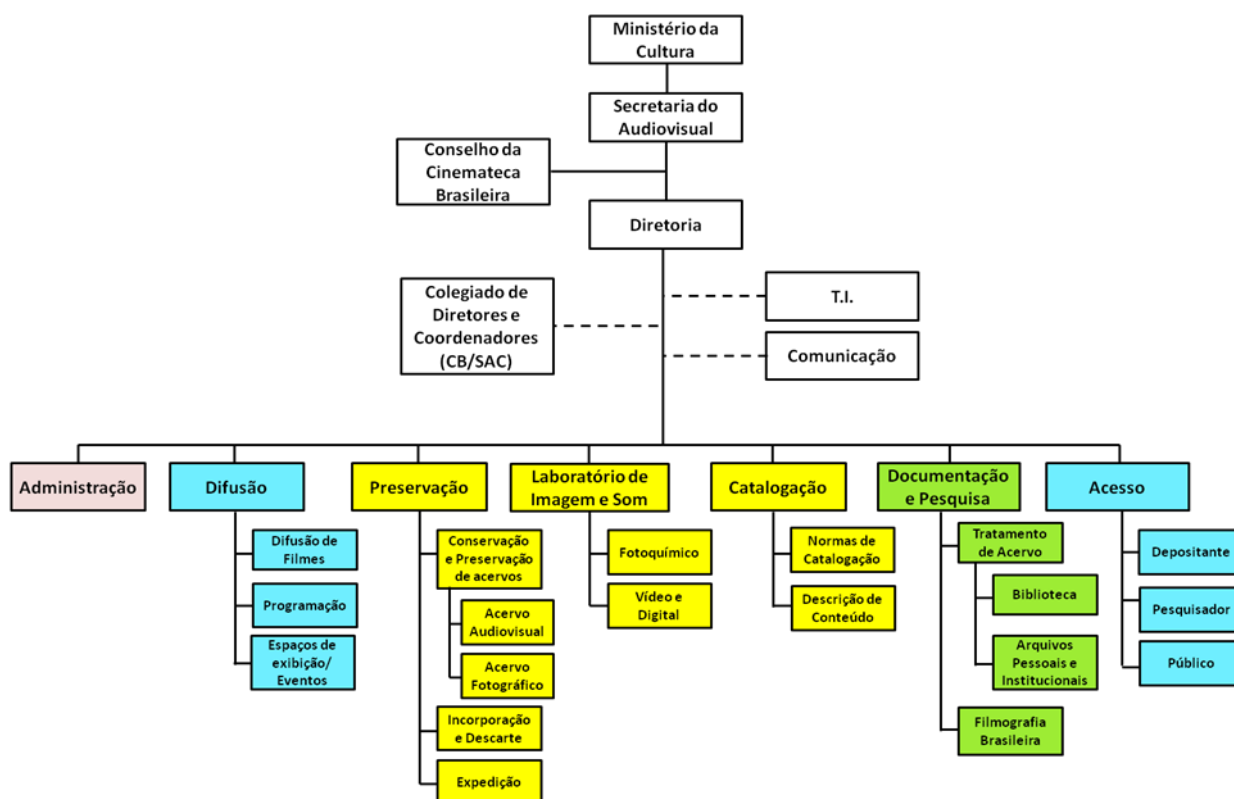
IV. os estudos e pesquisas históricas, estéticas, tecnológicas, econômicas e de qualquer outra natureza, no campo de sua atuação (a);

V. o intercâmbio internacional de imagens em movimento, ou dos materiais a elas correlatos, entre instituições congêneres, nos termos previstos pela FIAF – Federação Internacional de Arquivos de Filmes (c); e

VI. sem prejuízo de suas principais ações, a produção ou coprodução de filmes e vídeos, que atendam aos objetivos acima formulados (c).

ORGANOGRAMA:

As atribuições finalísticas da Cinemateca são distribuídas por sua estrutura organizacional da seguinte forma, conforme ilustrado no organograma abaixo:



promover a difusão da cultura cinematográfica e audiovisual

Preservar a produção audiovisual brasileira e uma seleção da produção internacional de todos os tempos

recolher e organizar a documentação a elas relativa

1.4 Macroprocessos Finalísticos

PRESERVAÇÃO

Objetivo da área

Preservar os acervos audiovisuais (fílmicos, fotográficos, magnéticos e digitais) da Cinemateca Brasileira, de acordo com os suportes e estados de conservação; estabelecer diretrizes para garantir a longevidade, o acondicionamento e armazenamento dos materiais e seu gerenciamento; administrar as informações relativas aos titulares dos acervos depositados; e promover a formação técnica.

Descrição das atribuições

Estudo e aplicação de normas para manuseio e guarda de materiais audiovisuais;

Elaboração de diagnóstico do acervo, em função do estado técnico dos materiais e dos conteúdos audiovisuais;

Incorporação de novos materiais audiovisuais ao acervo (atribuição de um número único e exclusivo para identificação de cada material);

Desincorporação de materiais (coleta e organização de informações sobre os materiais que, após avaliação cuidadosa da equipe técnica, são indicados para descarte técnico ou devolução para proprietários);

Tráfego de materiais fílmicos (e fotográficos) dentro da Cinemateca Brasileira, entre os diferentes setores, respeitando os fluxos de trabalho; saída e devolução de materiais para atividades fora da Cinemateca;

Plano de preservação, seja por necessidade de ação emergencial, restauro, prevenção ou difusão de acervos específicos da instituição ou de terceiros – Acervo Glauber Rocha, Acervo Canal 100, Acervo Atlântida, TV Tupi, filmografia de Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, entre outros;

Preparação para difusão (análise técnica de saída e retorno de cópias);

Monitoramento de espaços de guarda climatizados e a serem climatizados;

Análise de materiais e confecção de laudos técnicos (análise técnica e emissão de parecer técnico para atestar se um material recebido como Depósito Legal serve aos fins de preservação da obra, ou para desincorporação).

Atribuições nos projetos

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais: emissão de laudos técnicos, (inclusive para a Ancine e para a SAV); diagnóstico do estado de conservação do acervo fílmico (pauta para escalonamento de intervenções); distribuição de acondicionamento de filmes segundo

suas características e graus técnicos; revisão e preparação dos materiais de preservação e difusão acessados; monitoramento diário das áreas climatizadas; cuidados com o acervo em base de nitrato; monitoramento da coleção do Arquivo de Matrizes através de tarjas de medição de acidez; manutenção da edificação do Arquivo; revisão de todos os materiais em movimentação.

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais: pesquisa e revisão de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira: pesquisa e revisão de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros: pesquisa e revisão de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Programadora Brasil: pesquisa e revisão de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Clássicos & Raros do Nosso Cinema: pesquisa e revisão de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Edital Marcas da Memória: revisão e pesquisa de materiais; análise técnica; acondicionamento e armazenamento.

Cooperação Técnica com o Arquivo do Estado de São Paulo: preparação de materiais para processamento; acondicionamento e armazenamento.

Acervo Quadruplex da Extinta TV Tupi: movimentação e controle das fitas.

Composição da equipe

Coordenador de área, 14 técnicos e 2 estagiários

Indicadores-chave

Número de materiais incorporados ao acervo;

Número de títulos incorporados ao acervo;

Número de rolos descartados;

Número de laudos técnicos emitidos para materiais de depósito legal.

Metas para o período

9.800 materiais incorporados ao acervo;

6.000 títulos incorporados ao acervo;

4.000 rolos descartados;

50 laudos técnicos emitidos para materiais de depósito legal.

CATALOGAÇÃO

Objetivo da área

Descrever (1) o conteúdo das obras audiovisuais que compõem os acervos da Cinemateca Brasileira, **gerenciar (2)** um sistema de informações que leva em consideração os padrões internacionais de normatização e as constantes transformações tecnológicas e **dar apoio técnico (3)** às demais áreas em projetos envolvendo a análise de materiais e a emissão de laudos técnicos.

Descrição das atribuições

Aplicação das normas adotadas para a incorporação de materiais e da consistência das informações nos sistemas de catalogação (2);

Alimentação, revisão e atualização de base de dados(organização em campos da base dos dados coletados na incorporação: título, nacionalidade, categoria, depositante, detentor dos direitos patrimoniais, definição do material, bitola, cromia, metragem, nível de acidez e grau técnico) em relação ao conteúdo do acervo da Cinemateca Brasileira (1);

Anotação e cotejo de letreiros (transcrição, a partir da obra audiovisual, de letreiros dos filmes nacionais ou com participação de profissionais brasileiros em sua realização) (1);

Descrição de conteúdo(levantamento de informações visuais e sonoras – descrições das sequências ou sinopses – que são organizadas em um índice de assuntos para pesquisas posteriores) (1);

Apoio à incorporação de novos materiais fílmicos ao acervo (atribuição de um número único e exclusivo para identificação de cada material) (3);

Apoio à desincorporação de materiais (coleta e organização de informações sobre os materiais que, após avaliação cuidadosa da equipe técnica, são indicados para descarte ou saída do acervo) (3);

Apoio à análise de materiais e confecção de laudos técnicos (análise técnica e emissão de parecer técnico para atestar se um material recebido como Depósito Legal serve aos fins de preservação da obra, ou para desincorporação) (3).

Atribuições nos projetos

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais: elaboração de laudos técnicos (3); anotação de letreiros de curtas e longas (1); gerenciamento da Base TRF (2); levantamento e ordenação de materiais encaminhados para intervenções no Laboratório de Imagem e Som (3).

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais: verificação e atualização de informações sobre as obras restauradas constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Programa de Restauo de Filmes da Cinemateca Brasileira: verificação e atualização de informações sobre as obras restauradas constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros: atualização de informações sobre as obras disponibilizadas constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Programadora Brasil: verificação e atualização de informações sobre as obras disponibilizadas constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Clássicos & Raros do Nosso Cinema: atualização de informações constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Edital Marcas da Memória: atualização de informações sobre as obras restauradas constantes do catálogo da Cinemateca Brasileira (1).

Cooperação Técnica com o Arquivo do Estado de São Paulo: análise técnica de materiais (3); atualização de informações nas bases de dados da Cinemateca Brasileira (1).

Composição da equipe

Coordenador de área, 8 técnicos e 2 estagiários.

Indicadores-chave

Número de registros criados na base de dados (2);

Número de materiais com conteúdo descrito (1);

Número de títulos com letreiros transcritos (1).

Metas para o período

13.000 registros criados na base de dados, sendo 12.200 registros de materiais incorporados ao acervo e 800 registros de materiais de permanência temporária (2);

2.200 materiais com conteúdo descrito, de acervos variados (Telejornalismo TV Tupi, Canal 100, Herbert Richers e INC, entre outros) (1);

400 títulos com letreiros transcritos (Depósito legal, INC e cinejornais, entre outros) (1).

LABORATÓRIO

Objetivo da área

Processar (duplicar, migrar, restaurar) conteúdos audiovisuais a partir de materiais em variados suportes fílmicos, eletrônicos e digitais envolvidos nas ações de preservação e difusão da Cinemateca Brasileira; pesquisar alternativas de processamento frente às novas tecnologias de produção e restauração; promover a formação, o aprimoramento e a atualização constante da equipe técnica.

Descrição das atribuições

Processamento fotoquímico:

Preparação e análise de materiais (revisão de filmes, produção de laudos técnicos e preparação de matrizes para copiagem, telecinagem, escaneamento, sincronismo, controle de qualidade e comparação de materiais);

Copiagem para gerar materiais intermediários e cópia de exibição (com janela molhada, quadro a quadro, ou com janela seca, quadro a quadro e/ou contínua);

Transcrição de áudio de película para arquivo digital;

Marcação de luz em mesa de luz ou com recursos de analisador de cor;

Revelação (incluindo controle de estoque de químicos, preparação de soluções para o processamento colorido e preto e branco, análise química dos banhos e taxas de reforço, controle sensitométrico, controle de filmes virgens e acompanhamento das compras de produtos químicos e películas virgens);

Lavagem de filmes em máquina com solvente e ultrassom;

Projeções para avaliação de novas cópias.

Processamento eletrônico:

Telecinagem e incorporação de materiais em vídeo;

Análise de matrizes de vídeo em diferentes suportes e produção de laudos técnicos;

Migração de fitas com formatos obsoletos ou em vias de saírem de linha, seguida de análise, verificação e incorporação das novas matrizes;

Preparação de vídeo de referência para projetos de restauro, incluindo matrizes para restauro digital de áudio e imagem.

Processamento digital:

Digitalização (escolha de matriz a ser digitalizada, captura para meio digital e aplicação das configurações adequadas para cada obra – tendo em conta a imensa gama de possibilidades e as constantes atualizações na padronização de arquivos digitais de imagem e som –, edição de imagem e som a partir de diferentes materiais para gerar uma matriz, equalização de áudio e imagem, transferência para outros suportes);

Autoração de programas e/ou preparação de arquivos para serem autorados em laboratório externo;

Conferência dos arquivos antes da replicação;

Gravação e gerenciamento de arquivos de segurança (back-ups), assim como incorporação e gerenciamento das fitas LTO;

Escaneamento (testes, análise dos resultados e escaneamento do material completo, com o arquivamento e controle dos arquivos nas redes para os trabalhos posteriores);

Restauro digital de imagem (pesquisa e uso de diferentes softwares e metodologias, testes e projeções de avaliação, comparação e aprovação);

Pesquisa e aquisição de novos equipamentos;

Controle da central técnica, local onde estão instalados e conectados todos os equipamentos eletrônicos e digitais de vídeo, áudio, monitoramento, rede de dados temporários e equipamentos para distribuição de sinais.

São atribuições comuns ao processamento fotoquímico, eletrônico e digital a comunicação com fornecedores nacionais e internacionais e laboratórios externos envolvidos com projetos correntes, informando padrões técnicos recomendados e desejados, bem como as ações decorrentes, como preparação de materiais, controle de tráfego, análise dos resultados e controle de qualidade.

Está vinculada ao laboratório a equipe de acesso, para fins de pesquisa, preservação e difusão. O atendimento a pesquisadores se traduz em atribuições, sobretudo, nas áreas de processamento eletrônico e digital.

Atribuições nos projetos

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros

Acervo Quadruplex da Extinta TV Tupi

Programadora Brasil

Clássicos & Raros do Nosso Cinema

Editais Marcas da Memória

Parcerias e cooperações técnicas (Arquivo do Estado de SP, IGPA, ICAIC, Instituto 21, Instituto Socioambiental, Vídeo nas Aldeias etc.)

Composição da equipe

Coordenador de área e 25 técnicos.

Indicadores-chave

Número de metros de película processada fotoquimicamente;

Número de títulos restaurados digitalmente;

Número de títulos preservados fotoquimicamente;

Número de cópias de exibição em película produzidas;

Número de materiais preparados para processamento externo (cópia, telecine, restauro de imagem e restauro de som);

Número de materiais disponibilizados no Banco de Conteúdos Culturais.

Numero de filmes telecinados.

Metas para o período

120.000 metros de película processada;

8 títulos restaurados digitalmente;

12 títulos preservados fotoquimicamente;

35 cópias de exibição produzidas;

45 materiais preparados para processamento externo (cópia, telecine, restauro de imagem e restauro de som);

35 materiais disponibilizados no Banco de Conteúdos Culturais (curtas e longas-metragens);

500 materiais disponibilizados no Banco de Conteúdos Culturais (cinejornais e telerreportagens);

100 títulos telecinados (curtas e longas-metragens);

600 títulos telecinados (cinejornais e telerreportagens).

DOCUMENTAÇÃO

Objetivo da área

O Centro de Documentação e Pesquisa tem como função **adquirir (1)** (por compra, permuta ou doação), **tratar (2)** (fisicamente e os dados de conteúdo), **armazenar e conservar (3)** e **tornar acessível (4)** a documentação correlata à atividade audiovisual – com ênfase na brasileira, mas, por lógica e por imperativo de prover referências, sem perder o passo da estrangeira – além de elaborar linhas de informação cuja finalidade é fornecer bases para buscas e pesquisas de várias ordens. É seu objetivo também registrar toda a produção cinematográfica brasileira existente, desde 1897.

Descrição das atribuições

Prospecção, intercâmbio ou recepção de materiais **(1)**;

Incorporação de documentos ou conjuntos documentais ao acervo da Biblioteca Paulo Emílio Salles Gomes, com escaneamento de capas e sumários das obras a serem lincados nos registros de referências e escaneamento de cartazes e de capas de DVDs, Blu-ray e VHS **(2)**;

Tratamento (análise, higienização, acondicionamento) e incorporação de documentos ou conjuntos documentais aos Arquivos Pessoais e Institucionais (incluindo pesquisas sobre pessoas físicas e jurídicas cujos arquivos ficam sob a guarda da Cinemateca Brasileira) (2);

Leitura, seleção, colagem, indexação e digitalização das notícias publicadas em três jornais nacionais de grande circulação para inclusão no Anuário do Cinema Brasileiro (2);

Acondicionamento e armazenamento dos diferentes tipos documentais integrantes da Biblioteca, Arquivos Pessoais e Institucionais e Anuário (3);

Atendimento a consultas na Biblioteca Paulo Emílio Salles Gomes e nos Arquivos Pessoais e Institucionais (4);

Permanente atualização do catálogo Filmografia Brasileira, que registra toda a produção cinematográfica desde 1897 (4);

Pesquisa e visionamento de obras audiovisuais para alimentação, revisão, lincagem e publicação de registros na base de dados Filmografia Brasileira (incluindo produção recente, revisão geral, Banco de Conteúdos Culturais, cinejornais e acervo SEGOV), e para subsidiar a produção de textos sobre a cultura cinematográfica (4);

Desenvolvimento e atualização de bases de dados (Biblioteca, Filmografia Brasileira, Arquivos Pessoais e Institucionais, Cartazes, Anuário, DVDs) (4).

Atribuições nos projetos

Responsável pelo Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais. Atribuições específicas: manutenção da Base Filmografia Brasileira, com inserção de registros e aprofundamento e correção de conteúdo; tratamento técnico de documentos, inclusive os dos Fundos Embrafilme e Concine; atualização dos Catálogos do Centro de Documentação e Pesquisa nas bases de dados da Biblioteca, Arquivos Pessoais e Institucionais, Cartazes, Anuário, DVDs; continuidade de processamento de recortes para o Anuário do Cinema Brasileiro (2).

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais: levantamento de dossiês sobre as obras restauradas (4); atualização de informações na base de dados Filmografia Brasileira (2); incorporação de materiais de documentação correlata resultantes do projeto (2).

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira: levantamento de dossiês sobre as obras restauradas (4); atualização de informações na base de dados Filmografia Brasileira (2); incorporação de materiais de documentação correlata resultantes do projeto (2).

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros: publicação no site www.bcc.org.br de vídeos e imagens (fotografias e cartazes) dos acervos sob guarda da Cinemateca Brasileira, mediante autorização (4).

Programadora Brasil: atualização de informações na base de dados Filmografia Brasileira (2).
Clássicos & Raros do Nosso Cinema: atualização de informações na base de dados Filmografia Brasileira (2); levantamento de dossiês sobre as obras disponibilizadas (4).

Edital Marcas da Memória: levantamento de dossiês sobre as obras restauradas (4); atualização de informações na base de dados Filmografia Brasileira (2); incorporação de materiais de documentação correlata resultantes do projeto (1).

Cooperação Técnica com o Arquivo do Estado de São Paulo: pesquisa e visionamento de obras audiovisuais para alimentação, revisão, lincagem (2) e publicação de registros na base de dados Filmografia Brasileira de reportagens da coleção SEGOV (4).

Composição da equipe

Coordenador de área, 14 técnicos e 1 estagiário

Indicadores-chave

Livros, revistas e documentos incorporados ao acervo (biblioteca / Arquivos Pessoais e Institucionais / Anuário / cartazes / coleção DVD-Blu-ray-VHS) (1);

Registros criados / revisados / validados / publicados (com digitalizações e lincagens) (2, 4);

Documentos higienizados (2);

Documentos acondicionados (2);

Documentos descritos (2);

Número de verbetes escritos (Arquivos Pessoais/Institucionais) (2);

Visitas no local (4);

Visitas às bases de dados publicadas no site (na FB, aumento de 500% em 2010, pela indexação de registros no Google e referências da base na Wikipédia) e aos *streamings* (4);

Número de visionamentos realizados (DVD/VHS/Blu-ray) (na Biblioteca) (4);

Escaneamento de documentos (cartazes, capas e sumários de livros, capas de DVDs, documentos para atendimento, documentos para o Anuário) (4);

Newsletters produzidas (4);

Hotsites criados (4);

Banners criados para o site da Cinemateca (4);

Remessa de duplicatas para outras instituições (4).

Metas para o período

10.000 documentos incorporados ao acervo (livros, revistas e documentos entre Biblioteca, Arquivos Pessoais e Institucionais, Anuário, DVDs e Cartazes) (1);

1.00 registros criados, revisados, validados e publicados (com materiais digitais e lincagens) (2);

2.400 documentos higienizados, acondicionados e descritos (2);

24 verbetes escritos para Arquivos Pessoais e Institucionais, além de atualizações de verbetes existentes (2);

800 atendimentos de visitas ou consulentes no local (2);

180 visionamentos em VHS, DVD ou Blu-ray (4);

106.000 visitas às bases de dados publicadas no site, sendo 50.000 na Filmografia Brasileira, 2.600 na base DOC, 500 na base DVD, Bluray, VHS e 800 na base Arquivos Pessoais e Institucionais (4);

10.000 documentos escaneados (cartazes, capas e sumários de livros, capas de DVDs, documentos de arquivos para atendimento, documentos do Anuário) (4);

12 Newsletters (4);

4 Hotsites (4);

200 duplicatas remetidas para outras instituições (4).

DIFUSÃO

Objetivo da área

Difundir os acervos sob guarda da Cinemateca Brasileira ou de terceiros por meio de iniciativas próprias e de parcerias de naturezas e ordens diversas, realizando exposições, empréstimos e eventos relacionados ao cinema, voltados para a **reflexão (1)** sobre a produção cinematográfica, a **formação (2)** de público, a **fruição (3)** do espetáculo cinematográfico e o **registro (4)** da cultura cinematográfica, de modo a contemplar tanto o público em geral quanto públicos específicos, seguindo a natureza característica e diversa da instituição e fornecendo alternativa ao circuito de exibição comercial.

Descrição das atribuições

Planejamento e realização de cursos, seminários, palestras, encontros técnicos, exposições e outros eventos ligados à cultura cinematográfica (1);

Desenvolvimento de programas para públicos específicos, vinculando conteúdos culturais a questões de relevância para a sociedade civil (educação, saúde, esporte etc.) na Cinemateca e em instituições parceiras (2);

Desenvolvimento de programas de circulação do cinema nacional e formação de público na cinemateca e em instituições parceiras (2);

Desenvolvimento de programação para as salas da Cinemateca e produção de exposições, mostras e retrospectivas em seus espaços e em instituições parceiras, além de participação em iniciativas do poder público, produtoras culturais e emissoras de televisão (3);

Exibição pública de caráter não-comercial de obras audiovisuais selecionadas a partir de curadoria (*ver glossário*), gerenciamento de informações sobre público das salas de cinema na Cinemateca e

manutenção dos espaços e equipamentos voltados para eventos públicos (salas de projeção, espaços para exposição etc.) (3);

Acesso ao acervo de cópias da Cinemateca Brasileira para circulação em festivais, mostras, instituições educativas e culturais, no Brasil e no exterior; Observação do cumprimento das normas para manuseio dos materiais e direitos autorais (3).

Desenvolvimento de peças de comunicação que divulguem e registrem a programação e as ações da Cinemateca para o público (4).

Atribuições nos projetos

Responsável pelo projeto Clássicos & Raros do Nosso Cinema. Atribuições específicas: curadoria; produção; circulação de cópias do acervo da Cinemateca em instituição parceira (3).

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais: sessões regulares nas Salas Cinemateca/Petrobras e Cinemateca/BNDES (3); organização integral de eventos [Cinemateca SP, Verão de Clássicos etc.] (1); realização de eventos culturais e mostras em parcerias com outras instituições (3); atendimento ao público infantil do Programa Cine-Educação, e ao público da terceira idade do Programa Cine Maior Idade (2).

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais: produção; levantamento e contato com detentores de direitos sobre as obras; exibição dos conteúdos restaurados nas salas da Cinemateca Brasileira (3).

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira: exibição dos conteúdos restaurados nas salas da Cinemateca Brasileira (3).

Edital Marcas da Memória: produção; levantamento e contato com detentores de direitos sobre as obras; exibição dos conteúdos restaurados nas salas da Cinemateca Brasileira (3).

Programadora Brasil: curadoria (1); circulação de obras nacionais (3); formação de público (2).

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros: levantamento e contato com detentores de direitos sobre as obras (3).

Cine Mais Cultura: curadoria (1); circulação de obras nacionais (3); formação de público (2).

Sonhar TV: realização de seminário (1).

Transversais: realização de evento (1).

Cine-Educação: curadoria (1); produção (3); atendimento a estudantes e professores em sessões especiais (2).

Cine Maior Idade: curadoria (1); produção (3); atendimento a estudantes e professores em sessões especiais (2).

Cine Integração: curadoria (1); produção (3); atendimento a estudantes e professores em sessões especiais (2).

Cine-Educação – FDE: curadoria (1); produção (3); atendimento a estudantes e professores em sessões especiais (2).

Ciclo de Cinema e Psicanálise: curadoria (1); produção (3).

Jornada Brasileira de Cinema Silencioso: curadoria (1); produção (3).

Sessão Averroes e Ciclo de Cinema e Reflexão Aprender a Viver, Aprender a Morrer: realização nos espaços da Cinemateca (1).

Mostra Cinema e Direitos Humanos na América Do Sul: curadoria (1); produção (3).

Iniciativas de terceiros:

É Tudo Verdade 2011 – 16º Festival Internacional de Documentários

Conferência Internacional do Documentário

Mostra Internacional do Mundo Árabe de Cinema

Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo

Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo

35ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo

In-Edit

Iniciativas do poder público:

Virada Cultural

Programação na TV Justiça

Rio + 20 (em 2012)

Composição da equipe

Coordenador de área, 5 programadores, 1 estagiário de programação, 1 técnico em difusão, 1 estagiário em difusão de filmes, 1 gerente de sala, 1 chefe de cabine, 3 técnicos de projeção, 4 monitores de sala.

Indicadores-chave

Número de sessões realizadas (3);

Número de filmes exibidos (3);

Número de espectadores (3);

Número de cópias em película emprestadas (longas e curtas-metragens)(3);

Número de mostras realizadas (1);

Número de folhetos e materiais gráficos produzidos (4);

Dias de funcionamento ao ano (3);

Número de cópias produzidas por demanda da Difusão (3).

Metas para o período

860 sessões realizadas (3);

288 filmes exibidos (3);

25.920 espectadores (3);

240 cópias em película emprestadas (longas e curtas-metragens)(3);

30 mostras realizadas pela Cinemateca e nela sediadas (1);

16 folhetos e materiais gráficos produzidos, totalizando 32.000 exemplares (4);

322 dias de funcionamento (3);

20 cópias produzidas por demanda da Difusão (3).

ACESSO

Objetivo da área

O setor de Acesso tem como objetivo viabilizar a comunicação de pesquisadores, estudantes, depositantes, produtores culturais e cinematográficos com as diversas áreas da instituição. **Atender a consultas** para licenciamento de imagens fixas e em movimento (1), **pesquisar informações** e materiais do acervo para pesquisadores e estudantes (2), **orientar depositantes** (3) e **encaminhar serviços** a serem prestados pelo Laboratório de Imagem e Som (4).

Descrição das atribuições

Consultas para licenciamento de imagens fixas e em movimento (1):

- a) Pesquisa nas bases de dados Filmografia Brasileira, TRF, Tupi, VID, Dossiê, VHS e Banco de Conteúdos Culturais (BCC);
- b) Definição das etapas necessárias para acesso aos materiais do acervo (duplicação fílmica, telecine, duplicação e migração de suporte de materiais em vídeo, digitalização, disponibilização no portal BCC, cópia de pesquisa e cópia de visionamento);
- c) Orientação sobre direitos autorais;
- d) Solicitação de autorização dos detentores de direitos legais;
- e) Especificação dos serviços e licenciamento;
- f) Solicitação dos serviços ao Laboratório de Imagem e Som;
- g) Gerenciamento de prazos, autorizações de uso e entrega dos materiais.

Acesso às informações e materiais do acervo para pesquisadores e estudantes (2):

- a) Pesquisa nas bases de dados Filmografia Brasileira, TRF, Tupi, VID, Dossiê, VHS e Banco de Conteúdos Culturais (BCC);
- b) Definição das etapas necessárias para acesso aos materiais do acervo (migração de suporte de materiais em vídeo, digitalização, disponibilização no BCC, cópia de pesquisa e cópia de visionamento);
- c) Agendamento para visionamento com o Centro de Documentação e Pesquisa.

Atendimento a depositantes (3):

- a) Pesquisa nas bases de dados TRF, VID, Dossiê;
- b) Solicitação de revisão de saída de materiais com o setor Preservação;
- c) Gerenciamento de prazos e entrega dos materiais.

Serviços de Laboratório de Imagem e Som (4):

- a) Orientações sobre processos de preservação e restauração;
- b) Solicitação dos materiais para análise e laudo técnico;
- c) Especificação de serviços;
- d) Gerenciamento de prazos, autorizações e entrega dos materiais.

Projetos em que atua

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais

Banco de Conteúdos Culturais

Edital Marcas da Memória

Clássicos & Raros do Nosso Cinema

Jornada Brasileira do Cinema Silencioso

Composição da equipe

1 produtor e 1 pesquisadora.

Indicadores-chave

Atendimento a pesquisadores/produtores;

Autorizações de uso;

Especificações de serviços;

Serviços realizados;

Cópias de visionamento geradas e incorporadas ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa.

Metas para o período

52 novos atendimentos a pesquisadores;

26 autorizações de licenciamento;

264 especificações de serviços;

102 atendimentos concluídos;

4 cópias de visionamento geradas e incorporadas ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Processos Administrativos

Durante o exercício de 2012, além da execução orçamentária e financeira – pagamentos, publicações e conformidade documental –, e da administração de materiais e recursos humanos, o Setor de Administração realizou diversas aquisições e contratações através de licitações, dentre as quais destacamos:

Pregão Eletrônico – Realização de 9 pregões, sendo:

6 para Aquisição - Gêneros alimentícios; Material de expediente e informática; Material de consumo para Centro de Documentação e Pesquisa; Produtos químicos; Películas fílmicas e equipamentos de áudio, vídeo e foto; e

3 para Contratação - Serviços de engenharia elétrica para fornecimento e instalação de cabine primária; Serviços de engenharia elétrica para fornecimento e instalação de nobreaks e Serviços de manutenção corretiva e preventiva em elevadores monta-cargas.

Aquisições e Contratações Diretas – Realização de aquisições e/ou contratações, através de dispensa de licitação, dentre as quais destacamos: contratação de empresa especializada em limpeza e higienização de poltronas para as salas de cinema; aquisição de termohigrometros e conversores; aquisição de papéis para o Centro de Documentação e Pesquisa; aquisição de materiais de expediente; aquisição de material de proteção e segurança; aquisição de lixeiras; aquisição de materiais para manutenção de bens e imóveis; contratação de assinatura de periódico (*Folha de S. Paulo*); contratação de seguro para veículo Fiat Doblô; aquisição de utensílios domésticos; contratação de serviços gráficos – rótulos e adesivos; aquisição de material para acondicionamento e embalagem – barris de carvalho; aquisição de gêneros alimentícios; e aquisição de equipamento elétrico.

Registro de Preços (SRP) – Adesão a três atas: Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Fornecimento de Combustíveis e Aquisição de Equipamentos de Videoconferência.

Gestão de Contratos em Serviços de Natureza Contínua – Serviços de Manutenção nos sistemas elétricos; Manutenção de elevadores; Manutenção no Sistema de Climatização; Limpeza e Conservação; Recepção e Auxiliar de Manutenção Predial; Vigilância; Bombeiros; Copeiragem; Reprografia; Telefonia Fixa e Controle de Pragas.

Tecnologia da Informação

As principais atribuições do setor são: responder pela infraestrutura tecnológica da Cinemateca Brasileira; desenvolver soluções de tecnologia para o armazenamento, a organização, o gerenciamento e a disponibilização de informações sobre os acervos audiovisuais (fílmicos, fotográficos, magnéticos e digitais) e documentais (cartazes, roteiros, materiais de imprensa e divulgação, livros, revistas, manuscritos etc.) da instituição, bem como dos conteúdos digitais sob sua guarda.

Assim, a equipe deve acompanhar e executar ações de manutenção, aprimoramento e desenvolvimento da infraestrutura tecnológica da Cinemateca Brasileira; realizar ações de manutenção, atualização e desenvolvimento de hardware, software e plataformas necessários para a consecução das atividades em cada setor; desenvolver e atualizar bases de dados (Biblioteca, Filmografia Brasileira, Arquivos Pessoais e Institucionais, Cartazes, Anuário, DVDs, Vídeo, Tráfego, Tupi e Dossiê); gerenciar sistemas de segurança da informação; gerenciar sistemas de servidores; monitorar funcionamento de intra e internet; gerenciar ferramentas de controle de acesso às informações disponibilizadas via internet; desenvolver e publicar conteúdos via internet, no site da Cinemateca Brasileira e no portal Banco de Conteúdos Culturais.

Sistema de Gestão de Acervo da Cinemateca Brasileira (AppCB)

Para dar início ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Acervo da Cinemateca Brasileira, foram realizadas reuniões para mapeamento de processos de trabalho, com objetivo de levantar requisitos e funcionalidades necessárias e desejadas pelos diversos setores, proporcionando pontos de ligação entre eles.

Uma vez mapeados os processos, foi escolhido o setor de Catalogação para iniciar o levantamento de requisitos mais detalhados, aprofundar o mapeamento e remodelar a base de dados TRF, pela qual é responsável. A Catalogação atualmente gerencia dados sobre registro de materiais, preservação e movimentação de materiais. Outra base escolhida para este processo foi a Dossiê, que contém dados referentes a pessoas físicas e jurídicas depositantes de materiais na Cinemateca.

Em seguida aconteceram reuniões para remodelagem da base atual e desenvolvimento do protótipo inicial do sistema, adotando uma metodologia incremental de desenvolvimento. Com isso, foi possível desenvolver um cadastro de usuários com login e senha, o Registro de Materiais (antigo Boletim de Entrada) em Película e, parcialmente, Registro de Materiais de mídias digitais e analógicas de responsabilidade do Laboratório de Imagem e Som, bem como o Cadastro de Autoridades (registro de pessoas físicas e jurídicas), Dossiês e Movimentação de materiais (atribuição de topo – localização no acervo).

Em conjunto com o desenvolvimento desse sistema, foi realizada a migração dos dados existentes na base atual para a nova modelagem, identificando erros e inconsistências, que foram repassados ao setor responsável para correção. Depois de o protótipo ir para teste, foram realizados encontros entre os setores de Catalogação e Documentação, para o levantamento de redundâncias de trabalho que pudessem ser eliminadas pelo sistema desenvolvido. Dessa forma, outro ponto de interseção entre os processos mapeados foi abordado, sendo iniciada a integração entre as bases TRF e Filmografia Brasileira (FB).

Esses processos são a fundação para a criação da interface (*Application Program Interface – API*) que permite acesso às bases completas e atualizadas sem ameaçar a segurança dos dados, possibilitando a integração com outros sistemas que queiram ou necessitem dos dados da instituição de forma transparente e independente. Um exemplo é o Centro de Referência do Audiovisual (CRA), cujo objetivo exige a integração de forma independente à Filmografia Brasileira e à TRF.

Newsletters, facebook e twitter

Dando continuidade às iniciativas de divulgação da programação da Cinemateca Brasileira, no ano de 2012, foram enviadas 76 newsletters para o mailing de frequentadores das salas. Destas, 12 (a primeira de cada mês) eram referentes à programação geral do mês, e as demais eram convites de mostras e eventos.

Também foi dada continuidade à divulgação das mostras e eventos em redes sociais. No facebook, foram produzidos 558 posts e 16 fotos de capa com informações sobre mostras e eventos. No twitter foram produzidos 357 tweets.

Desenvolvimento de hotspots e fanpages de mostras

O núcleo de TI também produziu os sites da 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (www.cinedireitoshumanos.org.br) e da VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso (www.cinemateca.gov.br/jornada).

A página da Mostra Cinema e Direitos Humanos teve 41.553 acessos no período de 1º de novembro (lançamento do site) a 31 de dezembro. A fanpage da mostra no facebook teve, até o final do ano, 2.735 opções “curtir”, e 42 posts. A estrutura do site foi feita por cidades, o que facilitou a navegação do usuário.

A página da Jornada teve 14.336 acessos no período de 1º de agosto (lançamento do site) a 31 de dezembro. Na fanpage da mostra foram feitos 30 posts e, até 31 de dezembro, 889 pessoas “curtiram” a página.

Site da Cinemateca Brasileira

A atualização e manutenção do site da Cinemateca, assim como a atualização periódica do banco de dados, foi feita durante todo o ano de 2012. O site teve 292.137 acessos, o que representa um aumento de 95.942 acessos em relação ao ano passado. 68% dos acessos são de São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Foram criados 51 banners de divulgação de mostras e eventos para a página inicial do site. Eventos como a Semana ABC, o Fórum Brasileiro da Economia Criativa e o curso de François Albera na VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso foram transmitidos via streaming.

Banco de Conteúdos Culturais

Em março de 2012 foi implementada a ferramenta Google Analytics no site do Banco de Conteúdos Culturais, como forma de monitoramento das estatísticas de visitação. A partir dos dados coletados, verificou-se uma alta taxa de rejeição (índice que aponta que o usuário fica apenas na página inicial do site, não navegando mais por outras páginas). Após a análise dos dados, foi elaborado um plano de reformulação do site, com vistas a torná-lo mais atrativo e facilitar o acesso do visitante.

Ao longo do ano de 2012, foi elaborado um novo layout para o site, visando otimizar a navegação, bem como facilitar a inclusão de novos conteúdos pelas equipes da instituição. A nova interface mais amigável e a navegação intuitiva do novo site possibilitaram a inclusão de novos conteúdos, como as 253.412 páginas de roteiros da extinta TV TUPI, assim como a organização de fotografias em galerias.

Foram criadas áreas de destaque randômicas na página inicial, possibilitando maior contato do usuário com o conteúdo (vídeos, fotos, cartazes e roteiros). Também foram incluídos campos de pesquisa avançada e a possibilidade de navegação entre conteúdos diversos com um mesmo título.

Comunicação

Teve continuidade a promoção e a divulgação da programação e o compartilhamento de informações relevantes via mídias sociais, com o atendimento direto a jornalistas e estudantes e o acompanhamento de entrevistas e visitas guiadas.

Cada vez mais, o Facebook, Twitter, YouTube e Flickr (mídias sociais usadas pela Instituição) têm se mostrado importantes ferramentas de comunicação com grande alcance, como demonstra o quadro abaixo:

| Número de seguidores nas mídias sociais | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Twitter | 0 | 4.500 | 7.507 | 12.223 |
| Facebook | 0 | 5.000 | 16.138 | 17.856 |

| Números em mídias sociais | |
|---------------------------|---|
| Facebook | 2.569 posts; 630 comentários; 13.222 curtir |
| Twitter | 707 tweets; 756 menções |
| Flickr | 200 fotos; 1.283 visualizações |
| Youtube | 8.228 exibições |

Investindo na interatividade com o público, são compartilhados na rede trailers de filmes previstos para serem exibidos no dia em que são postados. As imagens dos eventos e dos filmes foram disponibilizadas no Flickr para que mais pessoas pudessem ter acesso, e as reportagens sobre a Cinemateca ou sua programação produzidas em programas de televisão, também puderam ser vistas no YouTube.

A principal ferramenta de relacionamento com a imprensa foi o envio de releases sobre todas as mostras realizadas. Foram feitos mais de 510 atendimentos (fornecimento de informações e/ou imagens, gravações de reportagens e entrevistas). Como resultado dessa aproximação com a imprensa, houve um número significativo de aparições da Cinemateca nos meios midiáticos, com a publicação de mais de 1.244 matérias. O resultado pode ser acompanhado por meio de um clipping das publicações (Anexo), juntamente com o material impresso coletado pelo Centro de Documentação e Pesquisa (ver Anuário do Cinema Brasileiro). Dentre as principais ações divulgadas na mídia, destacamos as mostras Centenário Mazaroppi, Quero ser Marilyn Monroe e VI Jornada do Cinema Silencioso.

Visitas guiadas

Em 2012, foram realizadas 120 visitas, principalmente com estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e TV, Cinema, Design de Interiores, Arquitetura, além de alunos do ensino médio e fundamental, entre outros.

A utilização da visita guiada virtual, em PowerPoint, possibilitou que os diferentes públicos pudessem vivenciar o trabalho realizado na Cinemateca, permitindo o acesso a áreas que normalmente não fazem parte da visita presencial.

1.6 Principais Parceiros

Ministério da Ciência e Tecnologia
 Ministério da Educação
 Ministério da Justiça
 Ministério das Relações Exteriores – MRE
 Divisão de Promoção do Audiovisual
 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH

Agência Nacional do Cinema – Ancine
 Arquivo Nacional
 Núcleo de Assessoramento Jurídico de São Paulo – NAJ/SP
 Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP
 TV Brasil

Governo do Estado da Bahia
 Diretoria de Audiovisual da Secretaria de Cultura da Bahia

DIMAS – Fundação Cultural do Estado da Bahia

Governo do Estado de São Paulo
Casa Civil do Estado de São Paulo
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo – SEDS
Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo
Pinacoteca do Estado de São Paulo
Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE

Prefeitura da Cidade de São Paulo
Governo Municipal
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS
Secretaria Municipal de Cultura
Casa da Imagem
Centro Cultural São Paulo
Cine Olido
Secretaria Municipal de Participação e Parceria – SMPP
Subprefeitura Lapa
Subprefeitura Vila Mariana

Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul
Secretaria de Assistência Social de Santos
Secretaria de Cultura da Bahia
Secretaria de Educação de Pernambuco
Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
Secretaria Municipal de Educação de Bragança Paulista
Secretaria Municipal de Educação de Santos
Secretaria Municipal de Educação de Bragança Paulista

Academia Nacional de Cuidados Paliativos – ANCP
Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo – AECID
Associação Brasileira de Cinematografia – ABC
Associação Brasileira de Gerontologia – ABG
Auditório Ibirapuera
BiblioCi
Brown University
Casa Stefan Zweig
Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB
Centro Sperimentale di Cinematografia/Cineteca Italiana
Cia Cênica Nau de Ícaros
Cinematoteca da Embaixada da França
Cinematoteca do MAM
Cinematoteca Portuguesa
Cinémathèque Française
Consulado General de México em São Paulo
Consulado Geral do Japão
CTA v – Centro Técnico Audiovisual
Das Bundesarchiv
Deutsche Kinemathek – Museum für Film und Fernsehen

Embaixada da França no Brasil
Embaixada da Suécia no Brasil
Embaixada do Brasil em Berlim
Embaixada do Brasil em Lisboa
Embaixada do Brasil em Roma
Empreendedorismo Rosa
Empresa Junior de Gerontologia
Escola Carlitos
Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim
Estúdios Quanta
EYE
Faculdade de Medicina de Itajubá
FATEC Bragança Paulista
Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF
Federação Internacional de Arquivos de Televisão – FIAT
Federação Psicanalítica da América Latina – FEPAL
Filmmuseums München – Munich Film Museum
Filmoteca Española
Folha de S.Paulo
Fondazione Cineteca Italiana
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp
Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo – FAP
Fundação Japão
Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista – FESB
Fundación Mapfre
Goethe-Institut São Paulo
Grupo Estado
Institut Français
Institut National de l'Audiovisuel - INA
Instituto Camões
Instituto da Cultura Árabe
Instituto de Políticas Relacionais
Instituto Federal – Campus Bragança Paulista
Instituto Ibero-Americano da Finlândia
Instituto Paliar
Instituto Pensarte
Instituto Vladimir Herzog
Itaú Cultural
Karina Plásticos
KM-Comex
Museo Nazionale del Cinema
Oboré
Programa Ibermedia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – NEAMP
Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento – NEPE
Santa Marcelina Cultura
São Paulo Companhia de Dança
São Paulo Convention & Visitors Bureau
Serviço Social do Comércio – SESC-SP
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
TV Cultura

Universidade de São Paulo - USP
Escola de Comunicações e Artes - ECA
CinUSP Paulo Emilio – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Laboratório de Investigação e Crítica Audiovisual – LAICA
Universidade Federal de São Paulo – Unifesp
Centro de Estudos do Envelhecimento
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Universidade São Francisco
World Cinema Foundation

Alê Camargo
Associação Cultural Kinoforum
Associação Cultural Videobrasil
Aurora Filmes
Bananeira Filmes
Base 7 – Grupo Ink
Burity Filmes
Canal Brasil
Cajueiro
Casa de Cinema de Porto Alegre
Christopher Faust
Cinefilmes
Cineluz
Coletivo Santa Madeira
Condor Filmes
Conspiração Filmes
Dia Internacional da Animação
É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários
Europa Filmes
Festival de Cinema Latino-Americano
Filmes do Estação
Filmes do Serro
Fox Film do Brasil
Gullane Filmes
Heco Produções
Imovision
In-Edit – Festival Internacional de Documentário Musical
Ítalo
Jurubeba Produções
Labo Cine do Brasil
Lume Filmes
Luz Mágica
Mais Filmes
Mostra Internacional de São Paulo
Panasonic do Brasil
Pandora Filmes
Raiz Produções Cinematográficas
Rotterdam International Film Festival
Sony Pictures Brasil
Tecnokena
Tempo Glauber
UNB/Ceicine

Via Gutenberg
VideoFilmes
Vinny Filmes
Wagner Novais
Warner Bros. Pictures do Brasil

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Cinemateca Brasileira apresenta ao seu Conselho, anualmente, um Plano de Trabalho para o exercício seguinte. Em cumprimento ao Regimento Interno da instituição (Art. 13 e seu § 3º), esse documento é apreciado na segunda reunião ordinária do Conselho, realizada no quarto trimestre de cada ano e, após aprovação, encaminhado pela Diretoria ao Secretário do Audiovisual.

Para 2012, foram definidas as seguintes ações:

INFRAESTRUTURA

Continuidade a ações de infraestrutura, tanto na sede da Cinemateca Brasileira, no Largo Senador Raul Cardoso, quanto na unidade Vila Leopoldina, com reservas específicas de guarda de acervos e a implantação de um birô digital de impressão.

Informática

Continuidade do trabalho de atualização, desenvolvimento e manutenção de infraestrutura, intra e internet.

Comunicação

Consolidação do setor, favorecendo a integração entre os setores.

PROJETOS E PARCERIAS

Parceria Ministério da Cultura e Sociedade Amigos da Cinemateca

O Termo de Parceria firmado pelo Ministério da Cultura e a Sociedade Amigos em setembro de 2008 tem o objetivo de promover ações conjuntas voltadas para a plena realização das ações de fomento à produção artística e cultural, difusão, capacitação, intercâmbio técnico e cultural, preservação e restauração do patrimônio audiovisual. O Sexto Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial em 8 de setembro de 2010, prorrogou o Termo de Parceria até o dia 8 de maio de 2014.

No âmbito desse vínculo de parceria são estruturados planos de trabalho específicos, definidos por equipe conjunta do Parceiro Público (MinC) e da OSCIP (SAC). Especificamente para 2012 previa-se a continuidade aos programas descritos a seguir:

Banco de Conteúdos Culturais

Ação de difusão e acesso aos acervos digitalizados e à história do cinema brasileiro, que amplifica enormemente as possibilidades de acesso público e representa a confirmação do longo trabalho de preservação desenvolvido pela Cinemateca.

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais III

Continuidade às atividades correntes da Cinemateca, de preservação e difusão do acervo, segundo metas estabelecidas. Desde sua primeira edição, o Programa permitiu a manutenção e a ampliação

da equipe de técnicos; a aquisição de importantes acervos, de valor artístico e cultural (tais como os de Glauber Rocha, Dulce Damasceno de Brito, Goulart de Andrade e Canal 100); e a articulação dos setores na preservação e difusão do acervo da Cinemateca Brasileira.

Programadora Brasil VI

A iniciativa da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, realizada pela Cinemateca Brasileira com o apoio da SAC, faz circular a produção de importantes filmes da cinematografia nacional de todas as épocas, gêneros e formatos, tendo como meta para sua sexta etapa, de novembro de 2011 a outubro de 2012, o lançamento de mais 40 programas – DVDs compostos por longas e curtas-metragens – contendo aproximadamente 130 títulos.

Plano Anual de Trabalho da SAC – 2011

Como resultado específico do Plano Anual de Trabalho da SAC, aprovado em 2011 e devendo se estender ao longo de 2012, deverão ser realizados a mostra Clássicos & Raros do Cinema Brasileiro e o projeto que finalizará a implantação da estrutura de projeções ao ar livre no pátio interno da instituição.

Programa de Restauro de Filmes

O Programa de Restauro Cinemateca Brasileira – Petrobras, cuja segunda edição está em andamento desde dezembro de 2009, envolve a restauração fotoquímica e/ou digital de filmes preto e branco e coloridos, em 16 e 35 mm, selecionados a partir de convocação pública por uma comissão especializada da qual participaram dois técnicos da Cinemateca Brasileira, um representante da ABC, um representante do Ministério da Cultura e um indicado para representar a Petrobras.

Acervo Quadruplex da Extinta TV Tupi

O formato Quadruplex é o primeiro formato de fitas magnéticas de vídeo, utilizado pelas emissoras de televisão no mundo todo do início dos anos 1950 até meados dos anos 1970. Este projeto, apoiado pela FAPESP, permite adquirir infraestrutura para continuar o trabalho de tratamento do acervo TV Tupi, viabilizando a transcrição dos conteúdos das fitas Quadruplex. O objetivo da Cinemateca, a longo prazo, é atingir a totalidade desse acervo.

Memória da Publicidade Brasileira

A Cinemateca Brasileira começou a tratar, em 2011, do recebimento de acervos de importantes produtoras de publicidade, que ficarão disponíveis para consulta exclusivamente pelo portal Banco de Conteúdos Culturais.

Memória do Esporte Olímpico Brasileiro

Foi lançado em julho de 2011 na Cinemateca Brasileira o projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro, que integra o programa Petrobras Esporte e Cidadania e foi concebido pelo Instituto de Políticas Relacionais – IPR e pela ESPN Brasil. O projeto é uma iniciativa inédita que se propõe a financiar a produção de documentários sobre a história do esporte olímpico brasileiro, por meio de seleção pública de âmbito nacional.

Serão ao todo nove documentários de 26 minutos que colaborarão para o desenvolvimento de um acervo audiovisual sobre o tema e para a difusão da prática do esporte. O processo de seleção foi realizado em duas etapas: após a inscrição, foram escolhidas as propostas consideradas mais pertinentes ao edital. De 99 projetos inscritos, 24 foram pré-selecionados e concorreram entre si em um pitching para a escolha dos 9 contemplados.

Memória cinematográfica para um tempo sem memória

Atendendo ao Edital da II Chamada Pública do projeto “Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, lançado em abril de 2011 e voltado para a seleção de projetos de preservação, divulgação e formação relativos à memória da Anistia Política e do processo de justiça transicional no Brasil, a Cinemateca Brasileira apresentou, via SAC, um projeto que tem como objetivo preservar, restaurar e difundir quatro filmes ameaçados de desaparecer: *Os anos passaram* (1967-1968, Peter Overbeck, curta-metragem), *Manhã cinzenta* (1968, Olney São Paulo, curta-metragem), *Vozes do medo* (1970, Roberto Santos, longa-metragem em episódios) e *Os fuzis* (1963, Ruy Guerra, longa-metragem). O projeto, classificado entre os cinco melhores, foi contemplado e teria início em janeiro de 2012.

VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso

Evento já consagrado no calendário cultural da cidade de São Paulo e inteiramente realizado pela Cinemateca Brasileira, a Jornada apresenta filmes dos primeiros tempos do cinema, em projeções silenciosas e também com acompanhamento musical ao vivo, além de outras atrações correlatas.

7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul

Realização da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com produção da Cinemateca Brasileira e patrocínio da Petrobras, a mostra chega em 2012 à sua sétima edição, apresentando o melhor do cinema latino-americano recente e filmes históricos que tratam de temas relativos aos direitos humanos no continente. Em 2012, a mostra previa manter seu circuito de exibição, atingindo mais uma vez as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal.

Cine-Educação

Projeto realizado em parceria com a Via Gutenberg e envolvendo diversas secretarias municipais e estaduais de educação e direitos humanos que busca envolver alunos da rede pública em atividades ligadas à expressão cinematográfica, oferecendo projeções de filmes, formação de professores e material de apoio para debates em torno dos filmes escolhidos. Integram esta ação as frentes Cine-Educação na Cinemateca, Cine-Educação Direitos Humanos e Cine-Educação no Distrito Federal.

Cine Maior Idade

O Cine Maior Idade, desde 2006, vem contribuindo para a promoção do bem-estar do cidadão de terceira idade por meio da linguagem cinematográfica. Mais que promover uma sessão de cinema, o Cine Maior Idade visa o desenvolvimento de atividades socioculturais pelo público de idosos, tendo como base os temas abordados nos filmes selecionados.

Enciclopédia do Cinema Brasileiro

Continuidade da parceria com o Itaú Cultural para a publicação on-line da enciclopédia.

Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa

Participação dos técnicos da Cinemateca Brasileira nas reuniões do Grupo de Trabalho e nas suas atividades, voltadas à questão dos arquivos e seus usos - procedimentos de organização, bases de dados e formas de acesso, direitos autorais e digitalização de acervos.

Colóquio Paulo Emilio

Previsão da realização de um colóquio na França intitulado *Paulo Emilio Salles Gomes et Jean Vigo, cinéphilie, littérature et patrimoine Cinématographique*.

Ancine

Prosseguimento da parceria com a Ancine – Agência Nacional do Cinema, que se traduz principalmente na guarda do conjunto de obras que compõem o Depósito Legal.

FIAF

Continuidade da participação da Cinemateca Brasileira nas diversas instâncias: Comitê Executivo, Comissão Especializada de Documentação e Catalogação da FIAF, Comissão Técnica da Federação e acompanhamento do congresso anual e demais atividades da Federação.

BiblioCi

Continuidade da participação da Cinemateca Brasileira, que em 2011 sediou o II Seminário da rede latino-americana e do Caribe de profissionais do campo da Ciência da Informação, com atuação em centros de documentação e setores de catalogação de arquivos audiovisuais.

Catálogo Colectivo Iberoamericano

Prosseguimento dos trabalhos de normatização, em Marc 21, das informações a serem disponibilizadas no sistema Absysnet, adquirido pelo Fundo Ibermedia como plataforma para o Catálogo Colectivo Iberoamericano.

COOPERAÇÕES TÉCNICAS

Continuidade das cooperações com arquivos de filmes da América Latina e com os associados ao Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais – SiBIA, coordenado pela Cinemateca Brasileira, além da parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o Senac.

ÁREAS TÉCNICAS

Continuidade dos trabalhos correntes nas áreas-fim da Cinemateca Brasileira: Acervo Audiovisual (composto de Preservação e Catalogação), Laboratório de Imagem e Som, Centro de Documentação e Pesquisa e Difusão de Filmes.

ADMINISTRAÇÃO

Continuidade dos trabalhos de planejamento, organização, direcionamento, controle e avaliação das tarefas que são desempenhadas para alcançar os objetivos da instituição.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A Diretoria da Cinemateca Brasileira, sempre com o fundamental apoio de sua Sociedade Amigos e orientada pelo seu Conselho, busca estabelecer parcerias que viabilizem as metas estabelecidas anualmente, organizando-se – na impossibilidade de obter regularmente os recursos necessários ao bom funcionamento da instituição – por projetos e programas afinados com sua missão institucional.

Assim, a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) apoia a elaboração desses projetos e programas, firmando contratos com parceiros das esferas pública – municipal, estadual e federal – e privada. É graças aos patrocínios obtidos para os projetos habilitados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura e, principalmente, ao Termo de Parceria estabelecido entre o Ministério da Cultura e a SAC, que a Cinemateca Brasileira consegue manter e formar sua equipe técnica, altamente especializada, e cumprir com a missão de preservar e difundir o patrimônio audiovisual brasileiro.

Além da obtenção de recursos, são firmadas diretamente pela Cinemateca Brasileira diversas cooperações técnicas que têm por objetivo o aprimoramento mútuo e as trocas institucionais.

Os recursos obtidos via Lei Orçamentária são executados em sua quase integralidade nas diversas ações a que se destinam: material de consumo, outros serviços, prestação de serviços pessoa jurídica, obras e material permanente.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O Relatório de atividades para 2012, preparado pela Direção da Cinemateca Brasileira para apreciação do Conselho, inicia-se com o seguinte texto:

O ano de 2012 terminou em um momento paradoxal para a Cinemateca Brasileira. Se, de um lado, seguimos recebendo apreciações positivas e tendo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos amplamente reconhecido, de outro, chegamos a um esgotamento, que se vincula diretamente à quantidade de energia empregada na simples manutenção do patamar atingido. Foi possível manter o corpo funcional durante todo o ano, mas novamente a perspectiva para o futuro próximo é incerta.

Em que pesem os diagnósticos apresentados pela Direção da Cinemateca Brasileira e sua Sociedade Amigos ao Conselho da Cinemateca Brasileira, pouco se avançou em relação à sua institucionalidade. Uma vez mais, terminamos o ano precisando negociar orçamentos futuros e aportes para a SAC, além de trabalhando para que novos interlocutores tomem conhecimento e se sensibilizem com as necessidades da instituição.

Citamos a seguir os relatórios preparados em anos anteriores, como forma de reforçar a urgência de se definir os rumos para a instituição.

Em 2006, declarávamos:

Como já foi apresentado ao Conselho da Cinemateca, a situação do quadro funcional é uma de nossas grandes e constantes preocupações. O número de servidores públicos não atende às reais necessidades da instituição. A condição de transitoriedade dos profissionais que se agregam ao quadro através de projetos mantém a instituição em permanente estado de insegurança quanto à possibilidade de permanência de técnicos que aqui são formados.

Após os avanços conseguidos graças às parcerias firmadas nos anos que se seguiram, culminando com o estabelecimento, em 2008, do Termo de Parceria entre o Ministério da Cultura e a Sociedade Amigos da Cinemateca, nosso relatório de 2010 trazia o seguinte alerta:

Depois de cerca de sete anos de um movimento contínuo de acelerado crescimento, com a Sociedade Amigos da Cinemateca desempenhando um papel fundamental no estabelecimento de parcerias com o poder público e privado, sabe-se que o próprio modelo administrativo que possibilitou essa fase precisa ser revisto, para que o crescimento prossiga em bases sólidas. Esse diagnóstico não é uma surpresa: as diversas ações de readequação dos espaços, modernização tecnológica e investimento na formação da equipe demandavam soluções administrativas – necessariamente transitórias – que permitissem agilidade e eficiência na aplicação de recursos.

O Relatório das atividades da Cinemateca para o exercício de 2010, portanto, não deve ser dissociado da década que se encerrou em 2009, fundamental para o avanço e o ‘emprego total’ de um modelo que se consolidou com o reconhecimento pelo Ministério da Justiça, em 2008, do status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da SAC e o estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnica da OSCIP com o Ministério da Cultura, por demanda da Cinemateca Brasileira, que se desdobrou em um Termo de Parceria composto por diversos Planos de Trabalho. Esses Planos de Trabalho envolvem a maior parte dos recursos atualmente responsáveis pelo funcionamento da Cinemateca Brasileira.

Ao relatar, tomamos distância das ações e das necessidades para seguir em frente, que passam principalmente pela revisão da relação profissional da equipe com a instituição. Uma das preocupações centrais presentes ao longo dos anos, o corpo funcional quadruplicou desde 2002. É preciso agora garantir as condições de planejamento a longo prazo e remuneração adequadas à excelência requerida – e obtida, mesmo sem as condições ideais, mas que não se sustentará sem a contrapartida da instituição.

Ao olharmos em perspectiva para os últimos 11 anos vividos à frente da Cinemateca Brasileira (um sexto da história da instituição, que em 2012 completou 66 anos), não podemos deixar de ressaltar que os avanços conseguidos até aqui são fruto de um trabalho incansável, nos mais diversos níveis, de uma equipe que se formou e se aprimorou na própria Cinemateca. Como já foi dito muitas vezes, não se pode depender de projetos anuais para manter uma instituição desse porte, e acreditamos que todas as instâncias por ela responsáveis, conscientes dessa situação, saberão lutar pela preservação do que a Cinemateca tem de melhor.

Ao longo desse documento, são apresentados os resultados obtidos no ano:

INDICADORES

É apresentado o trabalho de revisão do modelo de gestão de resultados da Cinemateca Brasileira iniciado em abril de 2012, como forma de consolidar uma série de avanços institucionais obtidos nos últimos anos, quando a instituição cresceu em complexidade, recursos humanos e financeiros, instalações e processos de atualização tecnológica.

Também como resultado desse trabalho, foi possível reconfigurar, para o presente relatório de gestão, os registros das atividades executadas.

PROJETOS E PROGRAMAS FINALIZADOS

Parceria Ministério da Cultura e Sociedade Amigos da Cinemateca

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais II

Iniciado em setembro de 2008, o Programa desenvolve ações de ampliação, preservação e difusão de acervos audiovisuais, bem como outras ações de consolidação e ampliação do acesso público às informações documentais relacionadas.

A segunda etapa do Programa viabilizou as atividades nos setores de preservação, catalogação, documentação, difusão e laboratório de imagem e som, principalmente no período de setembro de 2009 a dezembro de 2010, estendendo-se até dezembro de 2012 em função de ações como a produção da *Revista da Cinemateca Brasileira* e da mostra *Os múltiplos lugares de Roberto Farias*.

Observatório da Memória Televisiva, Inovação e Redes – SONHAR TV

O SONHAR TV propõe refletir sobre o que seria uma hipotética televisão dos sonhos para a sociedade, partindo de uma extensa pesquisa para, a longo prazo, estimular uma nova maneira de compreender o meio e estimular o desenvolvimento de formatos televisivos inovadores.

Esse Plano de Trabalho teve dois resultados principais: o lançamento da plataforma SONHAR TV na internet e a realização do 1º Seminário Internacional SONHAR TV, na Cinemateca Brasileira.

Programadora Brasil VI

Dando continuidade à iniciativa da Secretaria do Audiovisual, realizada pela Sociedade Amigos da Cinemateca sob a coordenação da Cinemateca Brasileira, a Programadora Brasil produziu, em 2012, 39 programas em DVD, contendo 144 títulos de filmes brasileiros (entre longas, médias e curtas-metragens). Foram feitas 1.000 cópias de cada programa, perfazendo um total de 39.000 DVDs.

O catálogo atual conta com 969 filmes e vídeos de todas as regiões do país, organizados em 294 programas (DVDs), contendo encartes. Os programas têm conteúdo destinado a todas as faixas etárias e a qualquer perfil de público, apresentando filmes históricos e contemporâneos, curtas, médias e longas-metragens, de todos os gêneros (animação, documentário, experimental e ficção), que apresentam histórias do imaginário brasileiro e dos seus autores e que mostram a nossa realidade em seus diversos aspectos. Há de se destacar que 42 programas (DVDs) apresentam títulos com os recursos de acessibilidade (closed caption e audiodescrição).

No final de 2012, a Programadora Brasil contava com mais de 1.651 instituições associadas, que representam cerca de 1.848 pontos de exibição audiovisual em mais de 850 municípios, nas 27 unidades da federação. Ou seja, o conteúdo da Programadora Brasil chegou a mais de 15% dos municípios do país, superando, assim, o percentual de ocupação das salas comerciais de cinema, que é de aproximadamente 8,5%. Deste modo, a Programadora Brasil está atingindo sua meta de ser uma alternativa de acesso aos filmes brasileiros. Quanto à distribuição dos associados, 33% encontram-se no Nordeste, 35% no Sudeste, 14,5% no Sul, e 9,5% no Centro-Oeste, seguido pela região Norte, com 8% dos associados.

Em 2012, foram novamente abertas inscrições para a curadoria dos filmes, permitindo que os realizadores incluíssem suas obras no banco de dados do programa, através do site. Além dos 186 títulos, de 14 unidades da federação, inscritos de 13 de agosto a 13 de setembro de 2012, a produção da Programadora Brasil teve o cuidado de disponibilizar à sua comissão de curadores os títulos inscritos em edições anteriores.

Para atender à crescente demanda dos associados por filmes infanto-juvenis, a coordenação do projeto decidiu desenvolver, a partir de 2012, uma curadoria com profissionais especializados nesse perfil de filme, enriquecendo ainda mais o universo de produções disponíveis para visionamento e aprimorando a seleção de curtas-metragens para este público. Outra ação empreendida neste ano e que visa ampliar a difusão e os recursos oferecidos pelos filmes destinados ao público infanto-juvenil, foi o início de uma parceria entre a Programadora Brasil e o Programa Cine-Educação, por meio de um caderno com material orientador, desenvolvido por especialistas na área de educação e cinema. A finalidade é auxiliar a utilização dos filmes infantis lançados na sexta edição do projeto como complemento do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula e também orientar sobre

temas introdutórios ao audiovisual. São cinco programas de filmes infantis e um especialmente dedicado aos educadores, contemplando 44 curtas-metragens.

Na área de circuitos e comunicação, a Programadora Brasil começou 2012 comemorando a marca de meio milhão de espectadores em sessões com títulos do seu catálogo. Durante o primeiro semestre, foram visitados os pontos de exibição de maior regularidade no registro dos relatórios de sessões durante o ano de 2011, que demonstravam diferentes usos dos filmes e representavam as várias regiões do país.

O resultado foi publicado no catálogo 2012 da Programadora Brasil, em imagens e texto escrito pelo jornalista e crítico de cinema Carlos Alberto Mattos. A matéria comprova mais uma vez a capacidade do cinema de proporcionar mudanças, de encurtar distâncias e possibilitar o autoconhecimento. Por meio da Programadora Brasil, o cinema brasileiro está chegando ao seu público, levando cultura, integrando-se a processos de formação educacional e fomentando a reflexão crítica.

Plano Anual de Trabalho da SAC 2011

O Plano Anual de Trabalho da Sociedade Amigos da Cinemateca – 2011 cumpre a importante função de apoiar as atividades de todos os setores da Cinemateca Brasileira, enfatizando as ações de preservação e difusão audiovisual em torno de cinco ações específicas, duas das quais encerradas em 2012:

Impressões Cinemateca Brasileira / Calendário Cinemateca Brasileira 2013

O birô de impressão digital, instalado na unidade Vila Leopoldina no âmbito do projeto Impressões Cinemateca Brasileira, constituiu a estrutura necessária à impressão de qualidade de fotogramas e peças documentais associadas à vida cinematográfica, principalmente nacional, que compõem o acervo da Cinemateca Brasileira.

Com o advento da tecnologia de impressão digital e o uso de pigmentos minerais em papéis de algodão, é possível, hoje, produzir impressões de longa durabilidade. Os testes de aceleração de envelhecimento, feitos em câmaras especiais, estimam que, em condições arquivísticas de guarda, as imagens reproduzidas com esta tecnologia podem durar dois ou três séculos sem perda de cor.

O projeto Impressões Cinemateca Brasileira, patrocinado pela TBE – Transmissoras Brasileiras de Energia, possibilitou a implantação dos equipamentos básicos do birô. Como contrapartida, foram digitalizadas em alta resolução fotografias em papel do acervo da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e produzidas impressões 50x75cm com passepartout de 80x100cm. Oito tiragens de cinco imagens diferentes neste formato foram oferecidas como reconhecimento pelo patrocínio.

Dos mais de 8 mil negativos do acervo da Companhia Cinematográfica Vera Cruz que estão sob os cuidados da Cinemateca Brasileira, foram selecionadas 150 imagens para tratamento e digitalização em alta resolução, possibilitando a geração de imagens fac-similares. Destas, já foram digitalizadas e tratadas em torno de 20 imagens até o momento, 14 delas incluídas no calendário da Cinemateca Brasileira 2013, produzido com o apoio da STN – Sistema de Transmissão Nordeste, uma das empresas vinculadas à TBE.

Foi também produzida no birô a exposição de fotografias de cena e cartazes de filmes que complementou a mostra *Os múltiplos lugares de Roberto Farias*.

7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul

Dedicada a obras que abordam questões referentes aos Direitos Humanos produzidas recentemente nos países sul-americanos, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul teve como

base, a exemplo da estrutura adotada nos anos anteriores, um núcleo de produção na sede da Cinemateca Brasileira e contou com o fundamental apoio do SESC SP e da Empresa Brasil de Comunicação – TV Brasil (ver Acervo – Acesso e Anexo 24 para mais detalhes).

Programa de Digitalização de Acervos

Formulado pela Cinemateca Brasileira e sua Sociedade Amigos em 2007, tinha como finalidade o apoio às ações da Cinemateca, dotando-a das condições técnicas e operacionais para dar suporte às próprias necessidades de produção de novas matrizes digitais, tanto do acervo sob a guarda da instituição como de acervos de outras instituições, de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito privado.

O projeto habilitado para captar recursos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura previa, além da aquisição e instalação de equipamentos, a efetiva digitalização em alta-definição, por meio de uma convocação pública para seleção de acervos a receberem esse tratamento, além da possibilidade de veiculação dos títulos digitalizados na televisão pública, bem como sua difusão pelo setor de Difusão de Filmes da Cinemateca Brasileira.

Com o patrocínio do BNDES, foi possível cumprir com a primeira das metas estabelecidas, possibilitando a modernização do Laboratório de Imagem e Som. Embora não tenha sido uma meta definida com o patrocinador, foi possível realizar processamentos fotoquímicos e digitais ainda no âmbito desse projeto, dando início ao uso do parque tecnológico implantado. A digitalização e disponibilização de conteúdos audiovisuais foram efetuadas no âmbito de um dos planos de trabalho integrantes do Termo de Parceria MinC-SAC, que originou o Banco de Conteúdos Culturais (www.bcc.gov.br).

Acervo Quadruplex da Extinta TV Tupi

O projeto, contemplado pela Chamada de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa – Centros Depositários de Informações, Documentos e/ou Coleções Biológicas da FAPESP, tem como objetivo tratar uma parcela do acervo de fitas Quadruplex (2 polegadas) do acervo TV Tupi, que hoje integram o acervo da Cinemateca Brasileira. Este projeto possibilitou dotar a Cinemateca Brasileira com a infraestrutura necessária para continuar o trabalho de tratamento do acervo TV Tupi, viabilizando a transcrição dos conteúdos das fitas Quadruplex.

Uma amostra de 100 horas de teledramaturgia foi selecionada para ser transcrita e digitalizada, e ainda em 2012 iniciou-se a migração de parte deste recorte.

Cine-Educação

Manutenção e aprimoramento do Programa Cine-Educação, em parceria com a Via Gutenberg desde 2005. O Cine-Educação é uma metodologia desenvolvida para introdução do audiovisual no ensino brasileiro e desde sua criação já promoveu 1.108 sessões de cinema, com um público de 91.297 alunos.

Em 2012, teve continuidade a publicação dos Cadernos Cine-Educação que trazem uma nova metodologia de suporte ao professor em seu trabalho na sala de aula.

O Programa manteve sua estrutura com as iniciativas Cine-Educação na Cinemateca e Cine-Educação Direitos Humanos, além dos projetos-piloto Jogos Colaborativos e Jogo de Cinema.

Cine Maior Idade

Manutenção e aprimoramento da parceria com a Via Gutenberg, iniciada em 2006. Desde sua criação, o Programa já promoveu 243 sessões de cinema, com um público de 13.590 pessoas, entre idosos e técnicos de organizações sociais. No ano de 2012, 890 idosos participaram e 58 técnicos foram formados nessa metodologia.

Mulher em Foco

O projeto Mulher em Foco foi desenvolvido em parceria com a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a São Paulo Cia. de Dança, com o objetivo de promover discussões sobre o papel da mulher na sociedade a partir da arte, utilizando-se das ações já desenvolvidas ao longo do ano pelas instituições. Em 2012, o projeto promoveu sessões de debates no mês da mulher na Cinemateca Brasileira, participando da Mostra *Quero ser Marilyn Monroe* e da programação do Curta Cinemateca Especial *Mulher Atrás das Câmeras*.

Revista da Cinemateca Brasileira

Em setembro de 2012, foi lançada a *Revista da Cinemateca Brasileira*. Periódico semestral, a *Revista* congrega diversas contribuições (ensaios, críticas, ficções) sobre o universo do audiovisual, além de refletir sobre questões específicas de um arquivo de filmes. O primeiro número traz um dossiê sobre arquivos pessoais e institucionais, a seção fixa *Pauloemiliana*, voltada para a escrita e o trabalho historiográfico do grande crítico, além do *Guia de arquivos e coleções* depositados na Cinemateca. Com tiragem de 1.500 exemplares, a *Revista* tem em seu Conselho Editorial nomes de destaque da pesquisa do audiovisual e representantes de diversas instituições culturais, nacionais e internacionais.

Modernização da Cinemateca – Vila Mariana

Foi inteiramente reformado o largo onde funciona, desde 1998, a sede da Cinemateca Brasileira, ocupando área de aproximadamente 24.000 m² que abriga os edifícios históricos do antigo Matadouro Municipal de São Paulo.

Entre o final de dezembro de 2011 e meados de maio de 2012, quando foram concluídas as obras no Largo Senador Raul Cardoso, parte do muro da Cinemateca Brasileira foi substituída por gradis que dão maior visibilidade para os jardins; o sistema viário foi reordenado, com ampliação e reforma das calçadas e criação de área para embarque e desembarque de frequentadores, e com adaptações para acessibilidade. Para atender à segurança e ao bem-estar do público, toda a disposição dos postes de iluminação foi remodelada e, contemplando o projeto de embelezamento do espaço urbano, foi efetuado novo plantio de árvores.

Também propiciadas por esta remodelagem do espaço urbano, além das atividades correntes da Cinemateca, passaram a ser promovidas ações voltadas para o público de terceira idade no âmbito do projeto Bairro Amigo do Idoso, parte da iniciativa Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde, que tem por finalidade incentivar os municípios a adotarem medidas para um envelhecimento saudável e aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa (ver Circuito Maior Idade).

A Cinemateca passou a integrar, também desde meados de maio, o circuito “Bike Sampa”, sistema de empréstimo de bicicletas em larga escala. Informações e cadastro devem ser feitos pelo site do projeto: www.bikesampa.com.

A revitalização do largo foi fruto do esforço conjunto de diversas parcerias da Cinemateca: Prefeitura do Município de São Paulo, através da Subprefeitura da Vila Mariana; Secretaria do

Verde e do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Transportes; Secretaria Municipal de Cultura; CET – Companhia de Engenharia de Tráfego; Ilume – Departamento de Iluminação Pública; Unifesp – Universidade Federal de São Paulo; Oboré – Projetos Especiais em Comunicações e Artes; e da Câmara Municipal de São Paulo, através do Vereador Gilberto Natalini, autor da emenda parlamentar que garantiu parte dos recursos necessários para a execução das obras.

Cinemateca na Vila Leopoldina (projeto Arquivo de Matrizes II)

Foi encerrado o projeto Arquivo de Matrizes II, patrocinado pela Petrobras, em cujo âmbito foram contratados todos os estudos e projetos técnicos para a implantação da nova unidade da Cinemateca Brasileira na Vila Leopoldina.

PROJETOS E PROGRAMAS EM ANDAMENTO

Parceria Ministério da Cultura e Sociedade Amigos da Cinemateca

Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais III

A terceira etapa do Programa deu continuidade à viabilização das principais atividades finalísticas dos setores de Preservação, Catalogação, Documentação e Difusão de filmes, a partir de metas baseadas na experiência de anos anteriores. Esses setores têm levado a efeito um trabalho corrente de enormes proporções na organização, guarda e disponibilização de acervos e de informações, equacionando-o com projetos específicos que também apresentam metas ambiciosas. Ao longo da execução desta fase do programa, deu-se prosseguimento a essas ações, cuja realização está ligada ao aumento do quadro técnico, à contínua capacitação das equipes e ao reconhecimento de que as metodologias e os procedimentos dos setores precisam estar articulados.

A seguir apresentamos os resultados para cada um dos setores, no período de setembro de 2010 a dezembro de 2012.

CATALOGAÇÃO

O setor foi o responsável pela inserção de 27.935 novos registros na base de dados Tráfego (TRF), que gerencia o acervo de materiais em película, digitais e analógicos. Foram feitas transcrições de 332 letreiros, sendo 193 de curtas-metragens; 124 de longas-metragens nacionais, 4 de cinejornais e 11 de telenovelas, cujos materiais pertencem ao acervo da instituição ou foram emprestados para fins de exibição ou serviços. Essas transcrições constituem uma das principais fontes para alimentação da base de dados Filmografia Brasileira pela equipe do Centro de Documentação e Pesquisa, sobretudo no que concerne à produção recente.

As análises de depósito legal, feitas em parceria com o setor de Preservação, resultaram na elaboração de 276 laudos técnicos, referentes a 189 títulos (longas-metragens, curtas-metragens e programas televisivos), que foram encaminhados à Agência Nacional do Cinema e à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, responsáveis por políticas públicas de fomento à produção audiovisual nacional.

DIFUSÃO DE FILMES

A equipe de Programação organizou 149 mostras, com 3.399 sessões, que tiveram um público de 135.608 pessoas. Em 2012, destacam-se: a VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso (10.000 espectadores, sendo 6.000 espectadores/visitantes na Cinemateca e 4.000 na exibição externa no Auditório do Ibirapuera); a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (435 espectadores na Cinemateca); o 7º Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo (745

espectadores); o festival *É Tudo Verdade 2012 – 17º Festival Internacional de Documentários* (1.615 espectadores); o *23º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo* (4.465 espectadores); a *36º Mostra Internacional de Cinema de São Paulo* (6.696 espectadores); a *Semana ABC 2012 / Prêmio ABC* (1.060 espectadores); o *4º In-Edit Brasil 2012* (1.231 espectadores); e o *Traffic – Festival de Cinema e Cultura Asiática de São Paulo* (519 espectadores). Teve continuidade o atendimento a alunos da rede pública de ensino, através do Programa Cine-Educação, bem como a entidades voltadas ao bem-estar de pessoas da terceira idade, por meio do Programa Cine Maior Idade.

No âmbito de parcerias e convênios com entidades e instituições, a Cinemateca emprestou 1.126 títulos (longas e curtas-metragens) em diferentes formatos para mostras e eventos no país e no exterior.

DOCUMENTAÇÃO

A Biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes incorporou 6.070 itens documentais. Através de recursos específicos para aquisição de acervo bibliográfico, foram adquiridos, em 2012, 180 livros (ver lista completa em Anexos) e a coleção completa do periódico *1895*, editado pela Association Française de Recherche en Histoire du Cinéma (AFHRC). O periódico merece destaque em razão de sua importância para a nova história social do cinema, centrada na pesquisa em arquivo. No período, foram atendidos 2.092 consulentes. O catálogo da Biblioteca publicado no site da instituição teve 6.940 visitas, provenientes de 460 cidades em 47 países.

O trabalho de atualização da coleção do Anuário do Cinema Brasileiro resultou no processamento de 19.348 recortes de jornais, disponíveis para consulta nos terminais da Biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes. Foram processados cerca de 16.000 documentos dos arquivos pessoais e institucionais sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa. Ainda no âmbito do Programa, foi adquirido pelo Ministério da Cultura e transferido à Cinemateca Brasileira o arquivo da atriz e diretora Norma Bengell.

A equipe da Filmografia Brasileira inseriu e revisou 4.673 registros de filmes nacionais (longas-metragens, curtas-metragens e cinejornais). Destaque para o trabalho realizado com os cinejornais produzidos pelas produtoras Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil e Produções Carlos Niemeyer Filmes, cujos arquivos foram adquiridos no âmbito da segunda edição do Programa. De setembro de 2010 a dezembro de 2012, foram aferidas 323.046 visitas à base Filmografia Brasileira, provenientes de 3.822 cidades em 140 países.

Laboratório de Cultura Digital e Tecnoestética

O projeto resultou na realização de um filme de média-metragem, *Xapiri*, exibido e debatido por ocasião da Conferência Rio+20. A pré-estreia do filme, em sessão fechada para colaboradores e convidados, ocorreu dias antes, na Cinemateca Brasileira.

Além do filme *Xapiri*, outros quatro “experimentos” também foram concluídos. O andamento dos trabalhos resultou na finalização de *Dispositivos de visão*, que, em virtude da riqueza e da complexidade dos materiais obtidos, acabou desdobrando-se em dois: *Dispositivos de visão - frente Yanomami* e *Dispositivos de visão - frente Xavante*. Ambos envolveram ações audiovisuais colaborativas em aldeias indígenas no norte do país. Também foi concluído o “experimento” “Rádio digital mundial e redes locais”, que buscava testar os usos de uma nova tecnologia por comunidades de seringueiros da região do Alto Juruá.

Programa Banco de Conteúdos Culturais Brasileiros

(ver item Tecnologia da Informação em Macroprocessos de Apoio)

Cinemateca na Vila Leopoldina

Foi concluído o novo depósito climatizado da Cinemateca Brasileira na unidade Vila Leopoldina.

Plano Anual de Trabalho da SAC 2011

Seguem em andamento a mostra Clássicos & Raros do Nosso Cinema (considerada um marco para a difusão do cinema brasileiro em função da inédita e histórica abrangência de sua curadoria, que coloca lado a lado desde recordistas de bilheteria até obras raras e de difícil acesso, e da iniciativa de produzir materiais novos de preservação, que ampliam a longevidade desses títulos e possibilitam a circulação das cópias produzidas), Recuperação de cinejornais Atlântida (com o objetivo recuperar e dar acesso a uma parcela do acervo de cinejornais produzidos pela Companhia Cinematográfica Atlântida) e Praça Cinemateca Brasileira (que prevê a instalação de estruturas, incluindo iluminação e som, que permitam consolidar a ocupação do pátio interno da Cinemateca Brasileira, com a realização periódica de exposições ao ar livre).

Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais

Em dezembro de 2011, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura instituiu, junto à Cinemateca Brasileira, o Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais.

Antiga aspiração da Cinemateca, o programa visa dotar orçamentariamente a instituição com recursos para aquisição de materiais e contratação de serviços para ampliar os trabalhos de preservação e restauração que já vêm sendo executados pela própria Cinemateca, com reconhecida qualidade, mas em volume ainda insuficiente frente à enorme demanda acumulada ao longo de vários anos, quando a impossibilidade orçamentária do poder público se juntou à omissão da iniciativa privada nos cuidados desse inestimável patrimônio.

Programa de Restauro de Filmes da Cinemateca Brasileira

Projeto patrocinado pela Petrobras, em cujo âmbito foi aberta a Convocação para Seleção de Projetos de Restauro de Filmes nº 2, de 28 de dezembro de 2009, a partir da qual foram contemplados, por decisão de uma Comissão Especializada de Seleção, 12 projetos, totalizando 8 curtas e 7 longas-metragens restaurados pelo Laboratório de Imagem e Som da Cinemateca Brasileira.

Foi estabelecida uma parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo que possibilitará a restauração de *O grande momento*, de Roberto Santos.

Centro de Referência Audiovisual – CRA/MP-SeAC

Durante o primeiro semestre de 2012, a Cinemateca Brasileira desenvolveu uma série de discussões com a Ancine – Agência Nacional do Cinema sobre a conjuntura especial vivida pelo setor audiovisual brasileiro com a promulgação da Lei 12.485 que regulamenta aspectos de programação relativos aos serviços de comunicação eletrônica de acesso condicionado. Nessas discussões, foram sublinhadas preocupações quanto à necessidade de que a agência se preparasse para as novas funções fiscalizatórias e normativas advindas da implantação da referida lei e do papel que poderia ser desempenhado pela Cinemateca Brasileira no apoio ao atendimento destas novas demandas institucionais da agência no monitoramento dos setores regulados, como também para conferir tratamento qualificado ao conjunto de informações a serem reunidas a respeito da produção

independente de televisão no Brasil, assim como do conjunto de conteúdos audiovisuais presentes na programação dos nossos serviços de acesso condicionado.

No rol dessas discussões, a Cinemateca Brasileira e a Ancine detectaram a necessidade de se promover um amplo estudo voltado à definição dos termos de referência norteadores da construção de uma plataforma tecnológica capaz de fornecer as ferramentas necessárias ao monitoramento das programações do sistema abordado, ao mesmo tempo em que se mapeassem quais eram os potenciais fornecedores especializados nos referidos serviços.

Assim, em maio de 2012, após várias sessões de discussão, a Ancine e a Cinemateca Brasileira convidaram a RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa para integrar o arco institucional responsável pelo desenvolvimento da plataforma de Monitoramento de Programação dos Serviços de Acesso Condicionado (Plataforma SeAC), capacitada para a captura, o processamento e o armazenamento de programações de 200 canais de TV, 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano.

Para atender ao complexo conjunto de aspectos envolvidos na tarefa, foram organizados grupos interdisciplinares nas instituições envolvidas, abrangendo áreas de infraestrutura, TI, registro e catalogação, ao mesmo tempo em que um grupo coordenador foi formado por representantes das três instituições para coordenar as ações e garantir o fluxo adequado de informações.

De 10 a 12 de agosto, foi realizado um seminário técnico na Ancine, no Rio de Janeiro, com o objetivo de alinhar informações entre as equipes internas das instituições envolvidas sobre o programa de trabalho, missão e objetivos do processo de implantação da Plataforma SeAC. Na ocasião, foi assinado um Protocolo de Intenções entre Ancine, Cinemateca Brasileira e RNP, definindo as áreas de atuação no projeto. Esse documento criou as bases institucionais para o estabelecimento de um contrato de prestação de serviços entre a Ancine e a RNP, incluindo planos de trabalho para a etapa de desenvolvimento de protótipo e funcionamento piloto, até dezembro de 2014.

Ainda de acordo com o Protocolo de Intenções, coube à Cinemateca Brasileira a responsabilidade pela transferência de tecnologias de gestão de banco de dados, sistemas de armazenamento e manutenção de acervos audiovisuais, além de sediar a futura implantação física das instalações da Plataforma SeAC, incluindo áreas para armazenamento de acervo e disponibilização de serviços de atendimento ao público geral e especializado, compondo o complexo de serviços denominado CRA – Centro de Referência Audiovisual.

Para viabilizar o melhor desempenho dessas funções, sem pressionar seu orçamento interno, e tendo em vista a contratação de técnicos especializados nas várias matérias envolvidas, a Sociedade Amigos da Cinemateca assinou contrato de consultoria e prestação de serviços com a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, com duração inicial até dezembro de 2014.

Rede de Cinemas Digitais

Teve início o projeto, em parceria com a RNP, de criação de um Circuito de Salas de exibição cinematográfica em universidades e instituições culturais, cuja transmissão de conteúdo se dará através da rede de transmissão óptica de alta velocidade da RNP. Foram selecionadas as salas participantes da primeira fase do projeto, que receberão infraestrutura de transmissão/recepção de dados.

Memória do Esporte Olímpico Brasileiro

Foi lançada, em cerimônia realizada na Cinemateca Brasileira, no dia 25 de junho de 2012, a segunda edição do projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro, que integra o programa Petrobras Esporte & Cidadania. O projeto é uma iniciativa inédita que propõe selecionar e produzir

documentários sobre a história do esporte olímpico brasileiro, por meio de seleção pública de âmbito nacional. O projeto é patrocinado pela Petrobras e coordenado pelo Instituto de Políticas Relacionais – IPR, contando com o apoio da ESPN Brasil, da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e da Cinemateca Brasileira.

No evento de lançamento, foram apresentados trechos dos documentários vencedores da edição anterior, além do longa-metragem *México 1968 – a última Olimpíada livre*, dirigido por Ugo Giorgetti. Estiveram presentes atletas consagrados e apoiadores do projeto, como Magic Paula, Ana Moser, Servílio de Oliveira, Aida dos Santos, familiares de Adhemar Ferreira da Silva, Claudio Kano, Guilherme Paraense e José Telles da Conceição. Tal como na primeira edição do edital, serão contemplados nove documentários de 26 minutos, além de um longa-metragem, a ser dirigido por Laís Bodansky.

O projeto já tem garantida sua realização, pelo menos, até as Olimpíadas de 2016, que serão realizadas no Rio de Janeiro. Os documentários também serão exibidos em escolas públicas e em caravanas itinerantes pelo país, como parte do esforço em unir educação, esporte e cidadania, a partir de ações do programa Esporte Educacional, capitaneado por Ana Moser. Junto com outro programa, o Esporte de Rendimento, coordenado por Magic Paula e voltado para o desenvolvimento esportivo de atletas com alto potencial, os três projetos fazem parte do programa Petrobras Esporte & Cidadania.

Nos dias 26 e 27 de novembro aconteceu, também na Cinemateca Brasileira, o II Encontro Temático do projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro. Participaram do evento dois representantes de cada uma das produtoras finalistas do edital, que tiveram a oportunidade de debater esporte, cultura e memória com jornalistas, esportistas e especialistas no tema.

Os documentários selecionados nesta edição do projeto foram:

Três pontos: basquete, rap e o jejum, de Rafael Terpins – A Fantástica Fábrica de Filmes

Um homem que voa: Nelson Prudêncio, de Adirley Queirós de Andrade – Bananeira Filmes

O Brasil na Terra do Misha, de Silvio Tandler – Caliban Produções Cinematográficas

A valsa do pódio, de Bruno Carneiro – Cinematográfica Superfilme

Ippon – a superação olímpica de Rogério Sampaio, de Carlos Vinicius Borges – El Desierto Filmes

55s4' – a virada, de Ricardo Dias – Francisco Ramalho Junior Filmes

Viagem – o saque que mudou o vôlei, de Giuliano Aissa Zanelato – Gaia SP Produções Cine Vídeo

A volta ao mundo de Anésio Argenton, de Fernando Muniz Acquarone – Janeiro Filmes

No meio do caminho tinha um obstáculo..., de Carlos Diegues – Luz Mágica Produções Audiovisuais

Tecnologia da Informação

(ver item Tecnologia da Informação em Macroprocessos de Apoio)

O Dilema Digital 2

A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood autorizou a Cinemateca Brasileira a produzir a edição brasileira do relatório *O Dilema Digital 2 – perspectivas de realizadores independentes, documentaristas e arquivos audiovisuais sem fins lucrativos*, lançado no início de 2012. A Cinemateca Brasileira foi responsável pela edição brasileira do primeiro relatório lançado pela Academia, intitulado *O Dilema Digital – questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais*, lançada em maio de 2010.

Catálogo Colectivo Iberoamericano

No último ano, foram migrados ao sistema *Absysnet* 9.115 registros referentes à coleção de cartazes e 2.523 registros relativos a longas-metragens brasileiros, cujos materiais fílmicos estão depositados na instituição. Para o envio dos registros de longas nacionais, foi desempenhado um trabalho de cotejamento das bases de dados FB (Filmografia Brasileira) e TRF (Tráfego) pelos setores de Documentação e Catalogação. Até o momento, a Cinemateca Brasileira conta com 51.508 registros disponibilizados no catálogo.

A instituição também participou do *Taller de Catalogación Cinematográfica y Sistema Absysnet*, promovido pelo Fundo Ibermedia e pela Filmoteca da Universidade Autónoma do México – UNAM, de 1 a 6 de outubro de 2012, na Cidade do México. O evento reuniu representantes de 18 arquivos latino-americanos, além da Filmoteca Española, que discutiram padrões de catalogação de imagem em movimento e funcionalidades do sistema *Absysnet*, bem como os rumos do projeto a partir de 2013.

ACERVO – TRATAMENTO

Neste capítulo, são detalhadas as ações da Comissão de Avaliação e Descarte e dos setores de Preservação, Laboratório de Imagem e Som, Catalogação e Documentação (ver atribuições, processos de trabalho e principais projetos no item Macroprocessos Finalísticos).

ACERVO – INCORPORAÇÕES

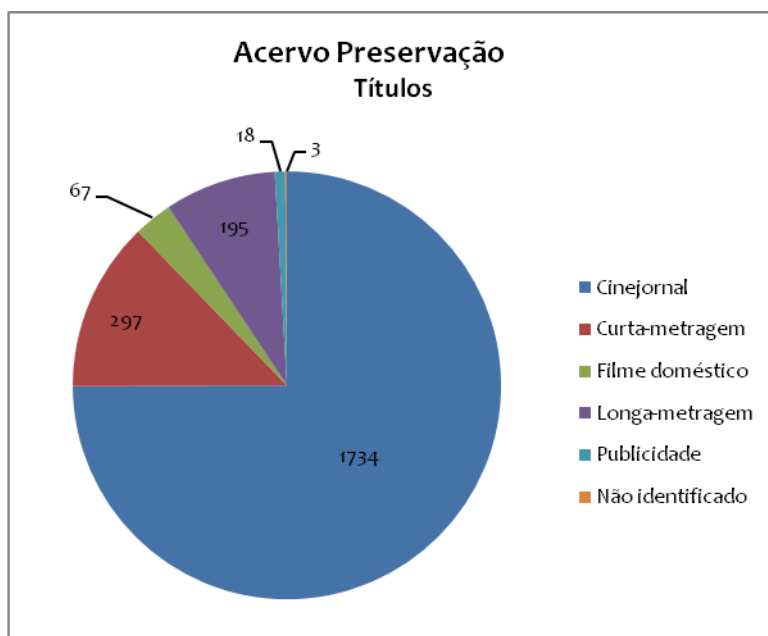
I. Incorporações ao acervo fílmico (matrizes e cópias)

| Total de títulos | | | | | Total de materiais | | | | |
|------------------|------------|-------------|--------------|--------------|--------------------|------------|-------------|--------------|--------------|
| Categoria | Coprodução | Estrangeiro | Nacional | Total | Categoria | Coprodução | Estrangeiro | Nacional | Total |
| Cinejornal | | | 1.734 | 1.734 | Cinejornal | | | 3.934 | 3.934 |
| Curta-metragem | | 12 | 285 | 297 | Curta-metragem | | 12 | 362 | 374 |
| Filme doméstico | | | 67 | 67 | Filme doméstico | | | 69 | 69 |
| Longa-metragem | 2 | 2 | 191 | 195 | Longa-metragem | 4 | 2 | 420 | 426 |
| Publicidade | | | 18 | 18 | Publicidade | | | 25 | 25 |
| Não identificado | | | 3 | 3 | Não identificado | | | 3 | 3 |
| Total | 2 | 14 | 2.298 | 2.314 | Total | 4 | 14 | 4.813 | 4.831 |

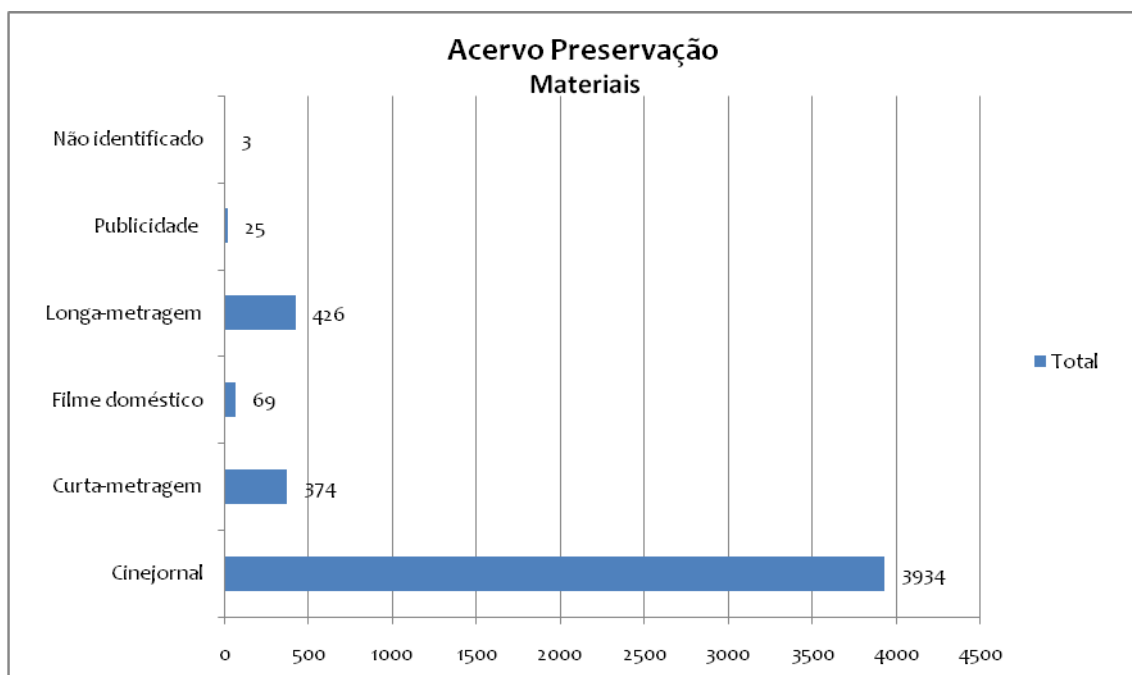
| Relação de materiais | | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|-------------------------|--------------|
| Material | Cinejornal | Curta-metragem | Filme doméstico | Longa-metragem | Publicidade | Não identificado | Total |
| Apresentação | 13 | | | 3 | | | 16 |
| Cópia de imagem | 21 | 13 | 38 | 4 | | | 76 |
| Cópia de som | 15 | 6 | | 15 | | | 36 |
| Cópia sonora | 407 | 170 | | 160 | 6 | | 743 |
| Copião montado | 177 | 1 | | 1 | | | 179 |
| Contratipo de imagem | 154 | 19 | | 20 | | | 193 |
| Contratipo de som | 5 | 3 | | 6 | | | 14 |
| Contratipo combinado | 13 | 2 | | 2 | | | 17 |
| Máster de imagem | 75 | 6 | 1 | 24 | | | 106 |
| Máster combinado | 10 | | | 1 | | | 11 |
| Fragmentos | 9 | | | | | | 9 |
| Magnético de som | 3 | 26 | | 10 | 12 | 3 | 54 |
| Negativo de imagem | 83 | 5 | | 2 | 7 | | 97 |
| Negativo original de imagem | 1.686 | 40 | | 24 | | | 1.750 |
| Negativo original de som | 447 | 25 | | 54 | | | 526 |
| Positivo de imagem | 8 | | 1 | 1 | | | 10 |
| Sobras | 803 | 1 | | 5 | | | 809 |
| Transfer negativo de imagem | | 16 | | 52 | | | 68 |
| Transfer negativo de som | | 9 | | 27 | | | 36 |
| Cópia de trabalho | 1 | | | | | | 1 |
| Banda de legenda | | 1 | | 15 | | | 16 |
| Letreiro | 4 | | | | | | 4 |
| Reversível de imagem | | 31 | 29 | | | | 60 |
| Total | 3.934 | 374 | 69 | 426 | 25 | 3 | 4.831 |

Ao acervo e à base de dados de materiais em película (base PRE/Preservação) foram incorporados 4.831 materiais, referentes a 2.314 títulos.

O gráfico a seguir ilustra a relação entre as categorias dos títulos incorporados no mês. As categorias são representadas por fatias individuais, cujo tamanho é determinado pela quantidade de títulos em relação ao total.



O gráfico de barras abaixo compara os materiais incorporados individualmente. A série exibe os materiais agrupados por sua categoria.



Acervo Canal 100

O Canal 100, importante cinejornal produzido semanalmente durante 1959 e 1986, constitui, provavelmente, o maior acervo esportivo cinematográfico do país. Foram produzidas, em média, 52 edições anuais, além de edições extras, filmes e especiais realizados pela Carlos Niemeyer Produções Cinematográficas.

O lote, constituído por 8.044 latas, adquirido pelo Ministério da Cultura como parte de sua política de aquisição de acervos com vistas à sua preservação e difusão, chegou à Cinemateca Brasileira em janeiro de 2011. O início do processo de alocação, armazenamento e incorporação se deu no mês de março. As latas passaram por uma triagem inicial, em que materiais “ácidos” foram separados de materiais “não ácidos”. Esse procedimento permitiu a geração de um mapa detalhado dos filmes, acondicionados segundo o estado de preservação e os tamanhos dos recipientes (latas duplas, simples, pequenas e menores).

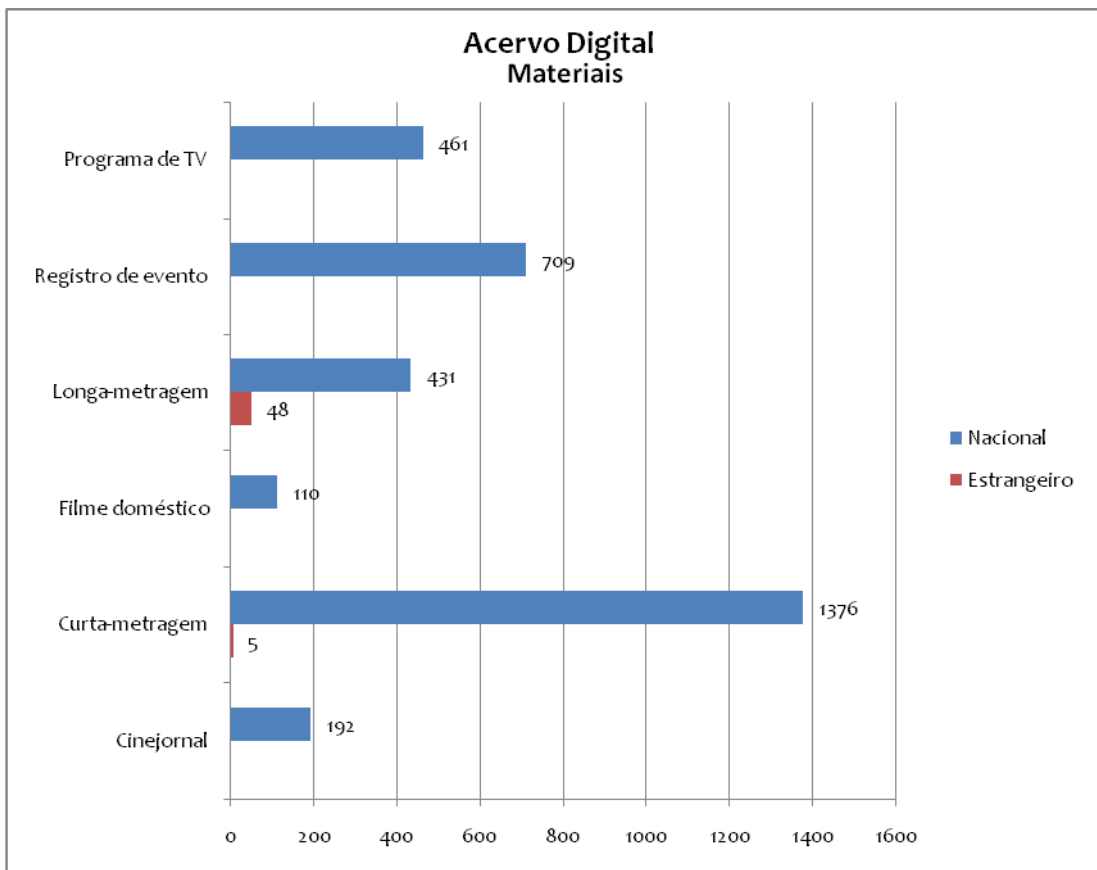
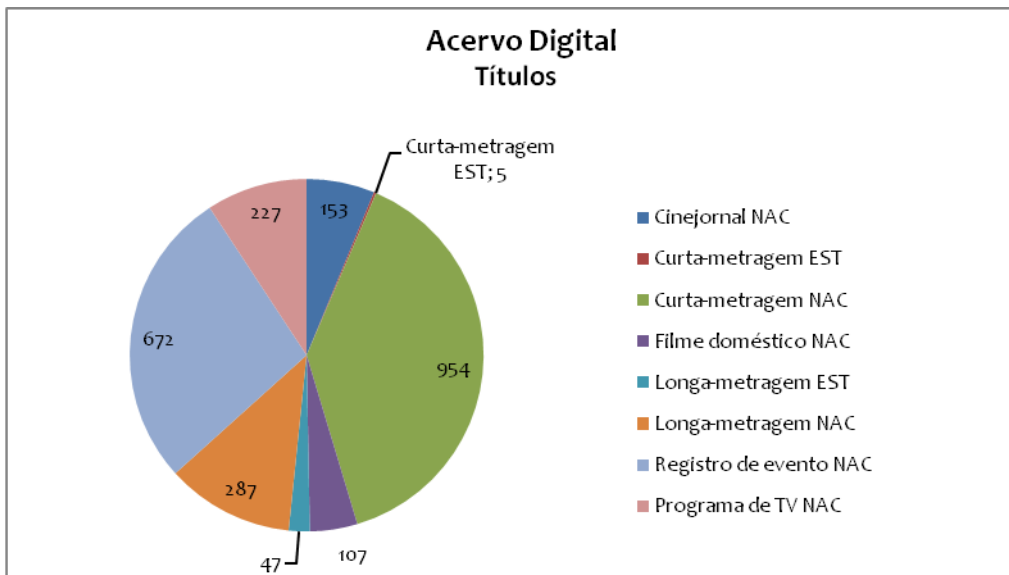
Ao longo de 2011, todas as latas com material indicado como “não ácido”, que correspondem a 32% do total do lote, foram incorporadas ao acervo da Cinemateca Brasileira e as informações dos materiais nelas contidos foram inseridas na base de dados. Em 2012, deu-se início ao processamento dos materiais indicados como “ácidos”, concomitantemente ao trabalho de processamento do material indicado para descarte.

O balanço de 2012 apresentou o processamento de 21% do total do lote, sendo que foram incorporadas 683 latas (8,4%) e descartadas 1.012 (12,5%), que agregado ao trabalho de 2011 totaliza o processamento de 53,2% do lote.

II. Incorporações ao acervo de mídias digitais

| Total de títulos | | | | Total de materiais | | | |
|--------------------|-------------|--------------|--------------|--------------------|-------------|--------------|--------------|
| Categoria | Estrangeiro | Nacional | Total | Categoria | Estrangeiro | Nacional | Total |
| Cinejornal | | 153 | 153 | Cinejornal | | 192 | 192 |
| Curta-metragem | 5 | 954 | 959 | Curta-metragem | 5 | 1.376 | 1.381 |
| Filme doméstico | | 107 | 107 | Filme doméstico | | 110 | 110 |
| Longa-metragem | 47 | 287 | 334 | Longa-metragem | 48 | 431 | 479 |
| Registro de evento | | 672 | 672 | Registro de evento | | 709 | 709 |
| Programa de TV | | 227 | 227 | Programa de TV | | 461 | 461 |
| Total | 52 | 2.400 | 2.452 | Total | 53 | 3.279 | 3.332 |

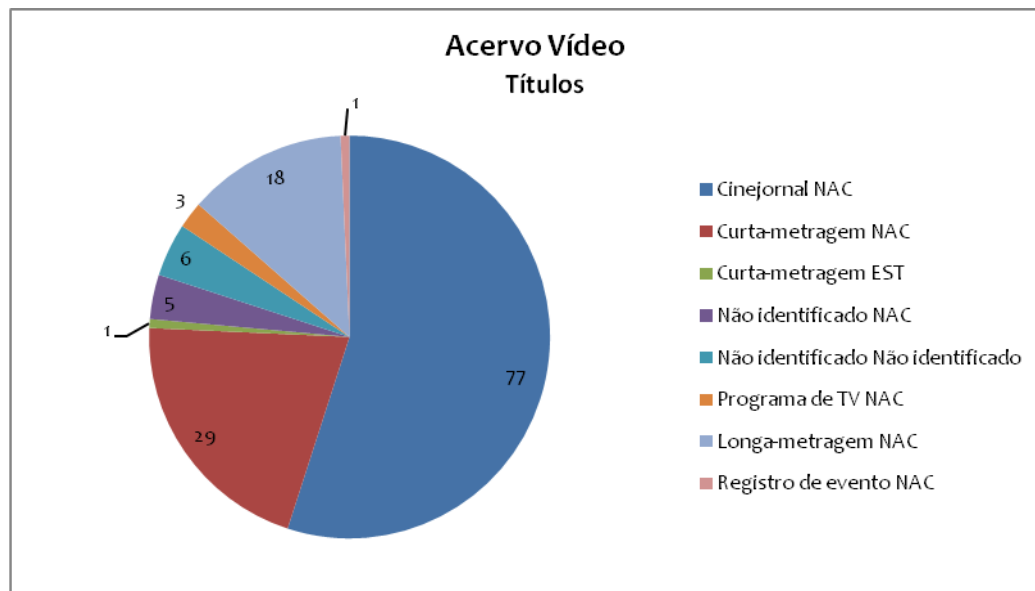
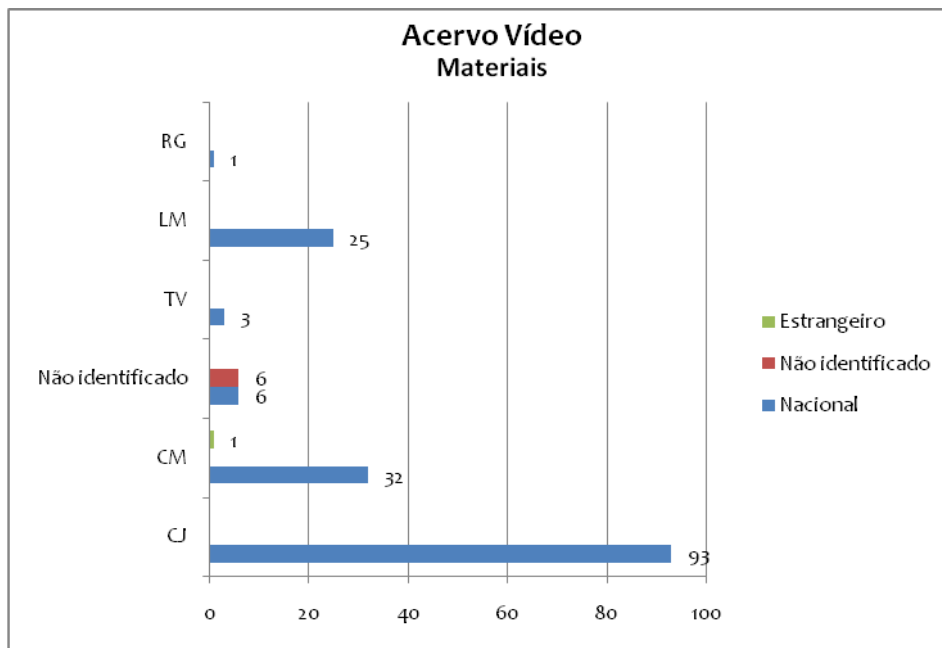
| Relação de materiais | | | | | | | |
|----------------------|------------|----------------|-----------------|----------------|--------------------|----------------|--------------|
| Mídia | Cinejornal | Curta-metragem | Filme doméstico | Longa-metragem | Registro de evento | Programa de TV | Total |
| Betacam digital | 12 | 61 | | 20 | 653 | 207 | 953 |
| Blu-Ray | | 2 | | 9 | | | 11 |
| DA88 | | | | 3 | 1 | | 4 |
| DAT | | 2 | | 2 | 1 | | 5 |
| DLT | | 279 | | 78 | | 2 | 359 |
| DVCam | 31 | 77 | 9 | 7 | | 15 | 139 |
| DVD | 106 | 410 | 38 | 125 | 35 | 127 | 841 |
| HD Externo | | 3 | | 3 | | 32 | 38 |
| HDCam | 43 | 90 | 63 | 53 | | 39 | 288 |
| HDV | | 1 | | | 19 | 13 | 33 |
| Hi8 | | 9 | | 7 | | | 16 |
| LTO-4 | | 442 | | 129 | | | 571 |
| XDCam | | 3 | | | | | 3 |
| MODisk | | | | 7 | | | 7 |
| CD Áudio | | | | 11 | | | 11 |
| HDCam SR | | 2 | | 2 | | | 4 |
| Hard disk | | | | 3 | | | 3 |
| LD | | | | 20 | | | 20 |
| LTO | | | | | | 26 | 26 |
| Total | 192 | 1.381 | 110 | 479 | 709 | 461 | 3.332 |



III. Incorporações ao acervo de mídias analógicas

| Total de títulos | | Total de materiais | | | | Total de títulos | | Total de materiais | | | |
|--------------------|------------|--------------------|-------------|------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|------------|--|--|
| Categoria | Nacional | Não identificado | Estrangeiro | Total | Categoria | Nacional | Não identificado | Estrangeiro | Total | | |
| Cinejornal | 77 | | | 77 | Cinejornal | 93 | | | 93 | | |
| Curta-metragem | 29 | | 1 | 30 | Curta-metragem | 32 | | 1 | 33 | | |
| Não identificado | 5 | 6 | | 11 | Não identificado | 6 | 6 | | 12 | | |
| Programa de TV | 3 | | | 3 | Programa de TV | 3 | | | 3 | | |
| Longa-metragem | 18 | | | 18 | Longa-metragem | 25 | | | 25 | | |
| Registro de evento | 1 | | | 1 | Registro de evento | 1 | | | 1 | | |
| Total | 133 | 6 | 1 | 140 | Total | 160 | 6 | 1 | 167 | | |

| Relação de materiais | | | | | | | |
|----------------------|------------|----------------|------------------|----------------|----------------|--------------------|------------|
| Mídia | Cinejornal | Curta-metragem | Não identificado | Programa de TV | Longa-metragem | Registro de evento | Total |
| Betacam SP | 93 | 8 | | 3 | 9 | | 113 |
| 1" | | | | | 3 | | 3 |
| 1/4" | | 9 | 6 | | 7 | | 22 |
| U-Matic | | 16 | | | 6 | | 22 |
| Helical Scan Tape | | | 6 | | | | 6 |
| K7 | | | | | | 1 | 1 |
| Total | 93 | 33 | 12 | 3 | 25 | 1 | 167 |

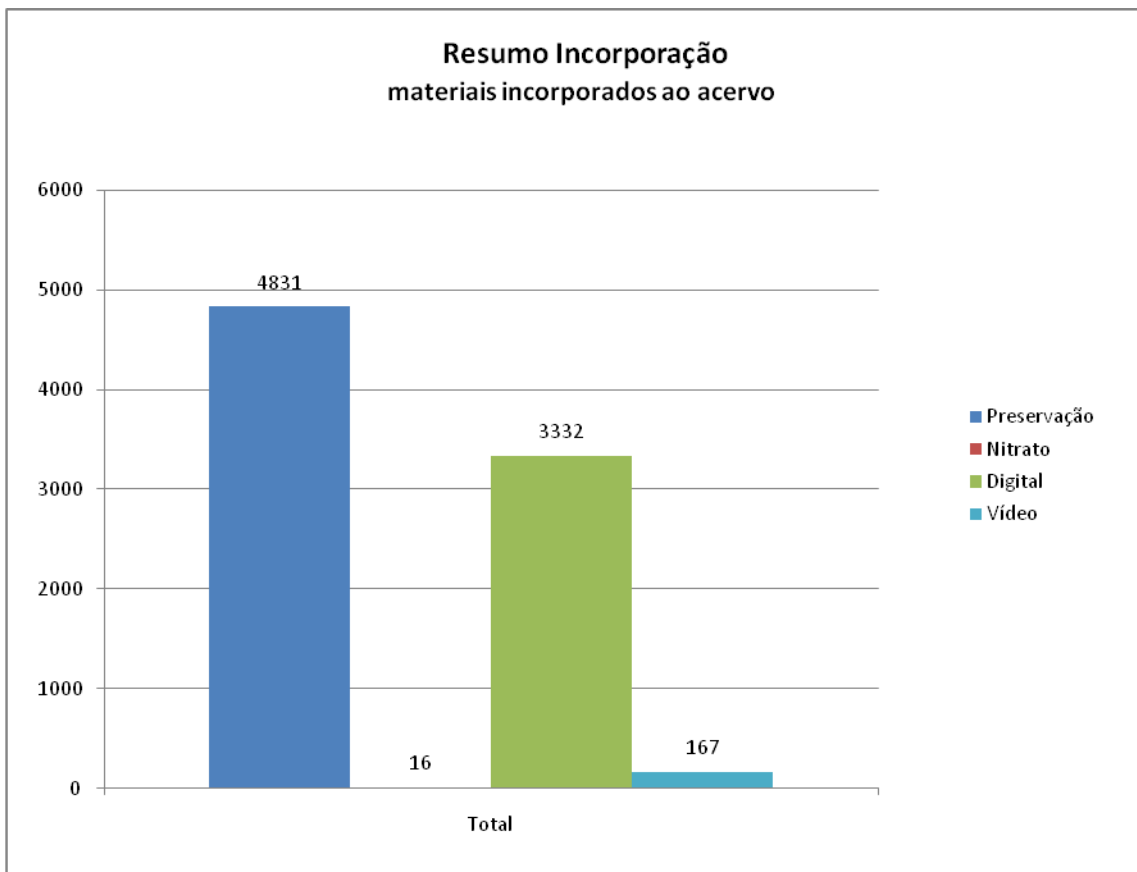


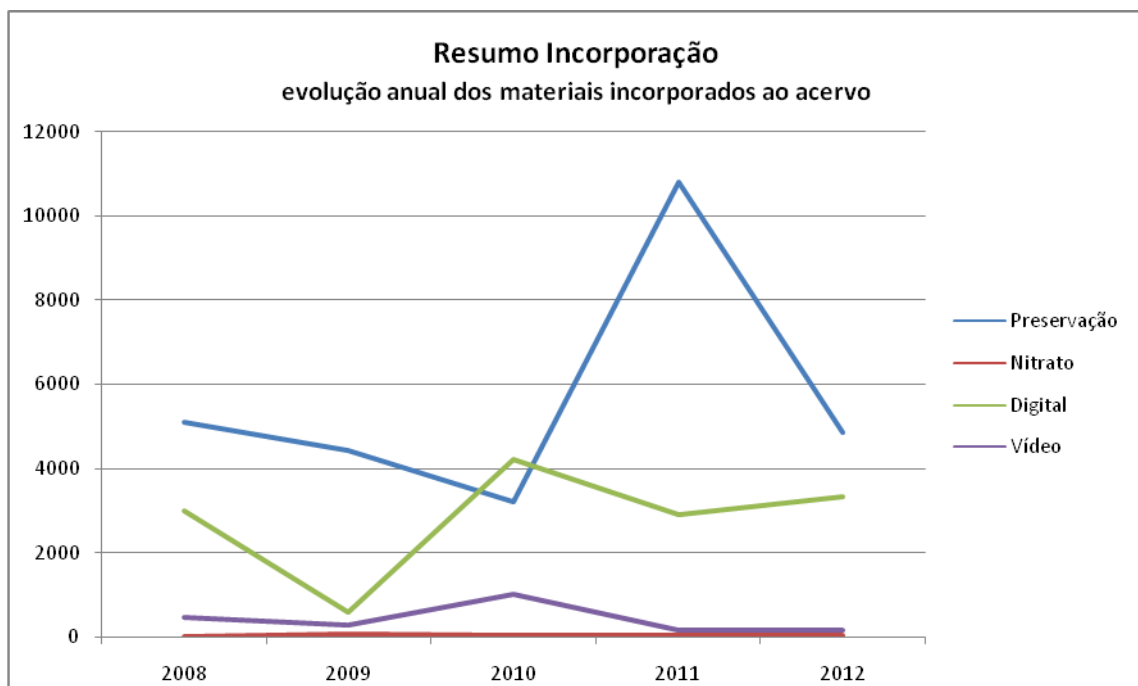
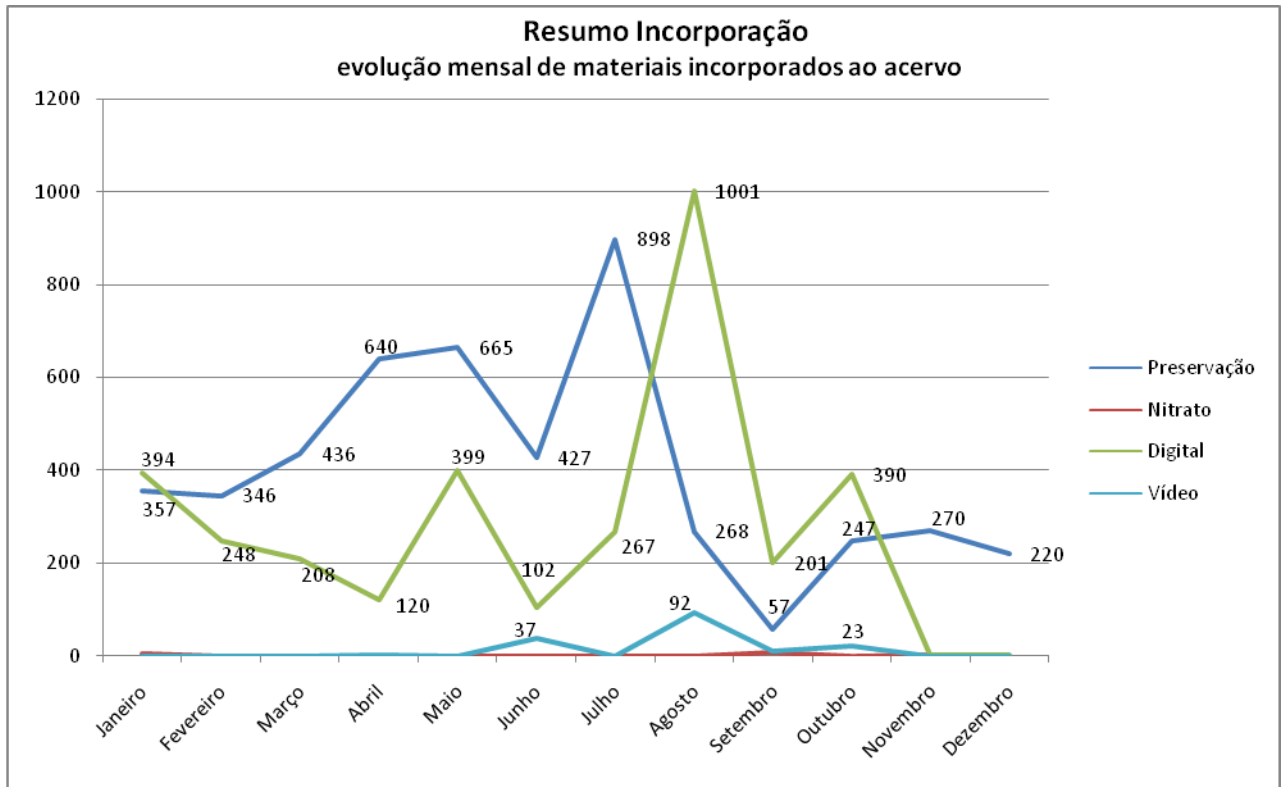
IV. Incorporações ao acervo de filmes em nitrato

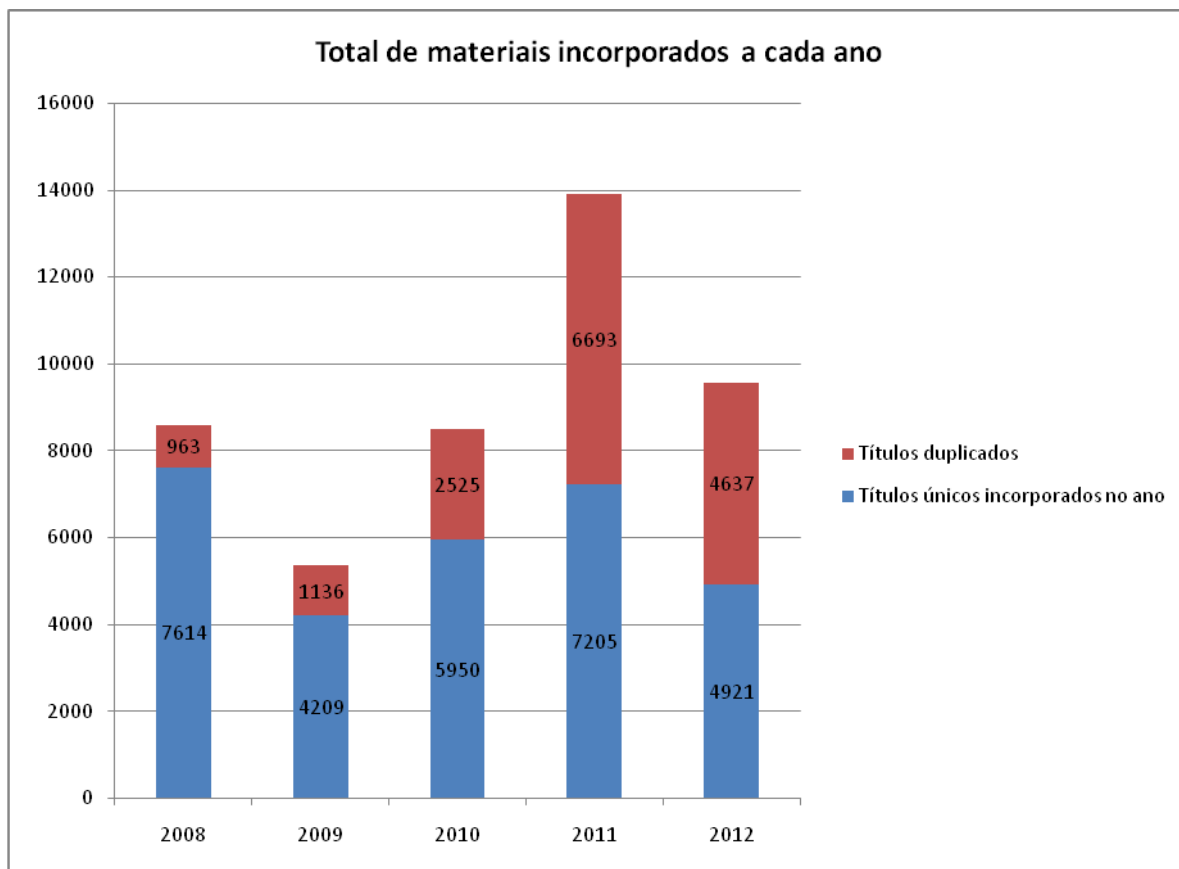
| Total de títulos | | | Total de materiais | | |
|------------------|-----------|-----------|--------------------|-----------|-----------|
| Categoria | Nacional | Total | Categoria | Nacional | Total |
| Cinejornal | 1 | 1 | Cinejornal | 1 | 1 |
| Curta-metragem | 14 | 14 | Curta-metragem | 15 | 15 |
| Total | 15 | 15 | Total | 16 | 16 |

| Relação de materiais | | | |
|-----------------------------|------------|----------------|-----------|
| Material | Cinejornal | Curta-metragem | Total |
| Cópia de imagem | 1 | 3 | 4 |
| Cópia sonora | | 6 | 6 |
| Copião montado | | 4 | 4 |
| Negativo original de imagem | | 2 | 2 |
| Total | 1 | 15 | 16 |

Resumo de incorporação de materiais ao acervo







V. Incorporações ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa

A Biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes incorporou 3.047 itens documentais, sendo 1.192 livros, 191 folhetos, 07 teses, 32 roteiros, 10 CD- ROMs, 128 pastas de documentação diversa, 1.487 artigos de revistas nacionais e estrangeiras, e 2.623 títulos de filmes em VHS, DVD ou Blu-Ray. Na etapa de incorporação, foram digitalizadas 737 capas de livros e seus sumários, bem como 884 capas de DVD, fitas VHS e Blu-Ray, que são vinculadas aos respectivos registros bibliográficos.

1.290 itens dos materiais bibliográficos foram adquiridos por meio de doações de entidades e pessoas físicas, com destaque para: Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA); Associação Cultural Kinoforum; Centro Cultural São Paulo; Lúcio Kodato; Ely Azeredo; Francisco Scalante; Aurora Duarte; Marcos Weinstock; Lauro Ávila; e Edina Fuji.

A base de dados que referencia a coleção de cartazes teve 374 novos registros, relativos a materiais doados por pessoas e entidades. Destaque para a doação de 89 cartazes de filmes brasileiros, realizada pela Agência Nacional do Cinema.

Foram adquiridos cinco novos conjuntos documentais, entre arquivos e coleções de personalidades ligadas ao cinema brasileiro:

Ana Esmeralda – Doada por Marco Audrá, a coleção é formada na sua maioria por fotografias da titular, registrando momentos pessoais e familiares, bem como seu trabalho de atriz e bailarina. Inclui ainda folhetos de espetáculos, cartas, desenhos e materiais de imprensa nacional e estrangeira. Ana Esmeralda foi esposa do empresário Mario Audrá Jr., proprietário da Maristela Filmes, produtora que atuou em São Paulo, na década de 1950. Como atriz, participou dos filmes *Quem matou Ana Bela* (1956), de Dezsö Ákos Hamza e *São Paulo Sociedade Anônima* (1965), de Luiz Sérgio Person.

Companhia Cinematográfica Vera Cruz – Em julho de 2012, a Cinemateca Brasileira recebeu o acervo fotográfico da extinta companhia de cinema, adquirido pelo Ministério da Cultura em 2009, que estava sob a custódia do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. São cerca de 15.000 itens fotográficos (negativos e ampliações), além de documentos diversos sobre a empresa e sobre o projeto de organização das fotografias.

José Inácio de Melo Souza – Doado pelo pesquisador, o conjunto reúne documentos de sua produção intelectual; materiais de projetos de pesquisa e publicações, entre elas, *Paulo Emilio no Paraíso* (Record, 2002) e *Imagens do passado* (Senac, 2004); e correspondência (1976-2011).

Norma Bengell – Adquirido pelo Ministério da Cultura através do Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais III, o acervo é formado por uma vasta documentação produzida por Norma Bengell enquanto atriz e diretora cinematográfica. São cartas, textos, artigos de imprensa sobre sua carreira, livros, discos, materiais de criação e divulgação de seus filmes, troféus e prêmios, cartazes, quadros, fotografias, materiais audiovisuais, incluindo os filmes produzidos pela NB Produções.

Rodolfo Nanni – Doada pelo diretor, a coleção contém livros e periódicos de cinema que integravam sua biblioteca pessoal, além de roteiros e fitas VHS de filmes nacionais e estrangeiros. Destaque para o roteiro original do filme *O saci*, marco no cinema infantil brasileiro, dirigido por Nanni em 1953.

ACERVO – ACESSO

I. Difusão de filmes

O encaminhamento de cópias do acervo para exposições de caráter público, bem como para a programação de filmes das Salas Cinemateca/Petrobras e Cinemateca/BNDES, fazem parte das atividades correntes do setor, inseridas no âmbito do Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais. Dentre os solicitantes atendidos no ano de 2012, estão mostras e festivais de cinema nacionais e internacionais, tais como:

Festival de Cinema É Tudo Verdade, Mostra Eco-falante de Cinema Ambiental, Festival In Edit Brasil, 36ª Mostra Internacional de São Paulo, Festival Mix Brasil, 7º Festival de Cinema Latino Americano, Virada Cultural em São Paulo; CINEOP – 7ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, Mostra de Cinema de Tiradentes, Forumdoc.BH, em Minas Gerais; Cachaça Cine Clube e Festival Internacional de Filmes de Esporte e RECINE, no Rio de Janeiro. Em outras localidades do Brasil: Amazônia Film Festival; Cine Pernambuco; Festival Coisa de Cinema, em Salvador; Festival Femina em Cuiabá; e Festival de Cinema de Gramado.

Entre importantes mostras internacionais que exibiram filmes da coleção da Cinemateca, destacamos o Festival de Cannes, Festival Ambulante (México), Festival Internacional de Cinema de Roterdã (Holanda), Festival de Catargena (Colômbia), 24èmes Rencontres de Toulouse e Austres Brésils (França), Offscreen Film festival e Open Doek Film Festival (Bélgica), Moscow International Film Festival (Rússia), Jerusalem International Film Festival (Israel), Kerala Film Festival (Índia), FID Marseille (França).

No mesmo período, as instituições culturais atendidas foram:

Centro Cultural Banco do Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo), Museu da Imagem e do Som de São Paulo, SESC-RJ, Caixa Cultural-RJ, CINUSP Paulo Emilio, Museu da Imigração, Instituto Moreira Salles, CineSESC, Espaço Itaú de Cinema, Cine Humberto Mauro, Jeu de Paume (Paris) e Indiana University Cinema (EUA), entre outras.

O empréstimo de cópias do acervo para outras Cinematecas e arquivos audiovisuais, em geral membros da FIAF, continuou a ter especial importância. No ano de 2012 a Cinemateca contribuiu com filmes para a programação da Cinemateca Portuguesa, do MoMA – NY, do Museu Reina Sofia em Madri e da Cinemateca do MAM-RJ.

É importante mencionar que este ano a parceria entre as Cinematecas Brasileira e Portuguesa, no âmbito do Ano Portugal-Brasil, permitiu que aproximadamente 20 cópias novas fossem geradas para difusão na mostra O Cinema Marginal e suas Fronteiras, que aconteceu entre novembro e dezembro de 2012 em Portugal.

Além disso, colaboramos com importantes retrospectivas da obra de Glauber Rocha que foram promovidas fora do Brasil, como as mostras da Cinemateca Portuguesa, Jeu de Paume e FID Marseille, na França. Estas manifestações permitiram a produção de cópias novas de alguns filmes do diretor, cuja obra já foi em parte restaurada pela Cinemateca, com especial atenção aos filmes menos conhecidos ou com menor circulação, como *Cabezas Cortadas*, *Maranhão 66*, *Di*, *Câncer*, *História do Brasil e Claro*.

No âmbito dos convênios com a Escola de Comunicação e Artes da USP e a Prefeitura do Município de São Paulo (Centro Cultural São Paulo e Cine Olido), em 2012 foram emprestados, no total, 35 materiais entre longas e curtas-metragens em 35mm, 16mm e DVD.

Quadro demonstrativo de utilização de cópias em película do acervo, comparativo com 2011:

| | 2011 | | 2012 | |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Longa-metragem | Curta-metragem | Longa-metragem | Curta-metragem |
| Janeiro | 31 | 18 | 49 | 13 |
| Fevereiro | 06 | 11 | 13 | 06 |
| Março | 19 | 08 | 18 | 02 |
| Abril | 21 | 01 | 21 | 03 |
| Maio | 46 | 10 | 11 | 05 |
| Junho | 41 | 06 | 21 | 08 |
| Julho | 40 | 25 | 18 | 14 |
| Agosto | 15 | 07 | 20 | 28 |
| Setembro | 54 | 18 | 34 | 02 |
| Outubro | 20 | 06 | 52 | 23 |
| Novembro | 12 | 01 | 30 | 05 |
| Dezembro | 18 | 06 | 04 | 02 |
| Total | 323 | 117 | 291 | 111 |
| Total Geral | 440 | | 402 | |

Todas as cópias indicadas no quadro acima foram devidamente revisadas e preparadas antes das exibições propostas e igualmente verificadas após o retorno para o acervo. A revisão de retorno para todos os materiais pode ser implementada com sucesso a partir de 2011.

Comparado ao quadro de 2011 (que totalizou 440 materiais disponibilizados), os empréstimos de materiais em película se mantiveram relativamente no mesmo patamar em 2012.

Em relação ao acervo de vídeo, a quantidade de materiais cedidos para exibição foi equivalente ao período de 2011: foram disponibilizados um total de 140 materiais para exibições na Cinemateca Brasileira e instituições parceiras, em suporte Betacam SP, Beta Digital, DVCam, HDCam e DVD.

O ano de 2012 foi marcado pela grande quantidade de parcerias com diversas mostras e festivais nacionais e internacionais. Graças ao Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais, foi possível estabelecer uma política de produção de novas cópias – em alguns casos, para reposição do acervo de difusão da coleção da Cinemateca Brasileira; em outros, gerando matrizes e uma primeira cópia. Neste âmbito, foram geradas cerca de 50 novas cópias em película destinadas à difusão nacional e internacional.

Dentre alguns projetos e parcerias que possibilitaram o trabalho conjunto de ações de preservação e difusão, podemos citar as mostras em homenagem a Glauber Rocha e ao cinema marginal brasileiro na Cinemateca Portuguesa; o Festival Internacional de Cinema de Roterdã na Holanda, que promoveu o ciclo *The mouth of garbage*, em homenagem ao cinema da Boca do Lixo; as mostras Horror no Cinema Brasileiro, em parceria com a Heco Produções, e Os múltiplos lugares de Roberto Farias, em parceria com o CCBB e a Jurubeba Produções.

Pesquisa de Imagem

Em 2012, a Pesquisa de Imagem recebeu cerca de 3.000 e-mails – uma média de 13 por dia – com consultas e demandas de produtoras, instituições públicas, redes de televisão e pesquisadores acadêmicos, além realizar o apoio via telefone por demandas de pesquisa e informações sobre o acervo da Cinemateca Brasileira. Foi autorizado o uso de imagens e fornecidas cópias de visionamento para as seguintes finalidades:

Produção de documentários e filmes de ficção

O Bebê de Tarlatana Rosa - o Filme, de Renato Jevoux – Travessia Filmes

O universo Graciliano, de Sylvio Back – Anjo Azul Filmes

Sobral – O homem que não tinha preço, de Paula Fiuza, produção Canal Laranja e Casé Filmes

Santos, 100 anos de futebol arte, de Lina Chamie e Katia Lund, Produção Canal Azul

Helio Oiticica, de César Oiticica Filho – Guerrilha Produções

Mr.Sganzerla, Signos da Luz, de Joel Pizzini – Instituto Itaú Cultural

Luz, Anima, Ação! – Produção Ideograph

Elena, de Ana Petra Costa – Buscavida Filmes

Dossiê Jango – Produção Canal Brasil

80 Anos de OAB – Produção Outros Filmes

Ídolo – Produção Remake Filmes

100 anos de Bondinho – Produção IôIô Filmes

Gonzaga, de pai para filho, de Breno Silveira, Conspiração Filmes

Chuvas em SP – Produção Instituto Uniemp/Fapesp

Em Busca de Iara – Produção Kinoscópio Cinematográfica

Homenagem ao Centenário do Santos Futebol Clube – Produção Alta Filmes

Olho Nu, de Joel Pizzini - Produção Canal Brasil

A imagem que fica, de Marina Meliande – DM Filmes e Produções Artísticas

Contadores de Histórias, de Ugo Giorgetti – Memória do Esporte Olímpico Brasileiro

Reinaldo Conrad – a origem do iatismo vencedor, de Murilo Salles – Memória do Esporte Olímpico Brasileiro

Moleque – Produção Alta Filmes

Rotunda, de Fernanda Grigolin – Publicações Iara

Segue em andamento a pesquisa para o projeto *Pelé Eterno*, de Aníbal Massaini Neto – Anima Produções/Cinearte

Eventos

Exposição "Roteiro Musical da Cidade de São Paulo" – SESC Santana, São Paulo
Exposição "Pixinguinha" – Produção Crioula Carioca
Exposição "Elis Regina 35 Anos" – JMB Shows e Produções, exposição itinerante
Exposição "Fundição Artística no Brasil" – Espaço FIESP, São Paulo
Exposição "Um olhar sobre o Brasil. A fotografia na construção da imagem da nação" – Fundação Mapfre, São Paulo
Exposição "Jorge, Amado e Universal" – Museu da Língua Portuguesa e Fundação Casa de Jorge Amado
Exposição "Viva Villa!" – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
Aniversário do Theatro Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo
Ópera "O crepúsculo dos Deuses" – Theatro Municipal de São Paulo

Acervos, instituições e televisões

EBC – Empresa Brasileira de Comunicações
TV Cultura – Projeto "Sócrates"
TV Brasil – Documentário *Stefan Zweig*
"Projeto Centerário", Associação Cultural Show Medicina – Faculdade de Medicina FMUSP
Museu de Arte do Rio de Janeiro – Fundação Roberto Marinho
Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo
Programa Linha Tempo – TV Gazeta
Almanaque Brasil – Cinevídeo Produções
Instituto Inhotim
TV Globo – Programa "TV Xuxa"

Projetos Acadêmicos

A cultura de ir ao cinema em São Paulo, 1920-1955, de Lena Luk, Emory University, EUA (tese de doutorado)
Residência artística, projeto de Beto Collía – FAAP (vídeo)
Portugueses na telenovela brasileira, de Elaine Javorski, Universidade de Coimbra, Portugal (tese de doutorado)

Também foram fornecidas imagens do acervo de fotografias para as seguintes produções:

Livros

Centenário do Jornal *Monitor Mercantil*
Cinematca 26 - comemoração dos 26 anos da Cinematca Catarinense, Cinematca Catarinense
Translating 'Hamlet': Travels in World Cinema, Cambridge University Press
Lição de coisas de Carlos Drummond de Andrade, Companhia das Letras
Sociologia para o Ensino Médio, Editora Saraiva
Heranças da Itália, Arte Ensaio Editora
Panorama do Cinema Baiano, DIMAS – Fundação Cultural do Estado da Bahia
Literatura Volume Único – Livro didático, Editora Moderna
História 3 – módulo 9, Editora FTD
Português Linguagens 3º ano, Editora Saraiva
Cacilda Becker, uma mulher de muita importância, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Revistas

Revista Conceito A
Frieze

Trip
Filme Cultura – Centro Técnico Audiovisual
Revista Pesquisa FAPESP
Glamurama

Exposições, Mostras e Festivais

Mostra Jairo Ferreira – Cinema de Invenção – Liracine Produções e Centro Cultural Banco do Brasil

100 anos de Jorge Amado – O Romance, a Bahia e o Cinema – Modo Operante Produções e Caixa Cultural, Rio de Janeiro

Mostra Pornochanchada – 8º Panorama Internacional Coisa de Cinema, Salvador

1ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental – Ecofalante

A história da arte e cinema pelos posters – MIS - Museu da Imagem e do Som, São Paulo

Eu lago sou – Mario Lago, um homem do século XX – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Projetos Acadêmicos

Andréa Claudia Barbosa – Departamento de Antropologia da USP (tese de doutorado)

Núcleo de Programação

Em 2012, o Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira deu continuidade ao desenvolvimento de atividades que podem ser divididas em três principais frentes: Eventos Regulares, Sessões Permanentes e Mostras e Festivais. O ano foi marcado pelo fortalecimento de parcerias entre a Cinemateca e outras instituições de naturezas diversas – culturais, acadêmicas, consulares, científicas – tanto na esfera pública quanto privada. Isto possibilitou, além de maior diversificação da programação oferecida, o seu aumento em termos quantitativos e qualitativos. O resultado foi um acréscimo da média de público por sessão (Ver “dados de público”, a seguir).

Eventos Regulares dizem respeito a mostras audiovisuais, festivais e ciclos produzidos pela Cinemateca Brasileira, em parceria com outras instituições, que já apresentaram edições em anos anteriores e se consolidaram como programações anuais da instituição. Neste âmbito, foram realizados em 2012 a 6ª edição da Jornada Brasileira de Cinema Silencioso e a 7ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul. Também foram realizados, entre outros: mostra Cinemateca SP, que comemora o aniversário da cidade de São Paulo; Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual (celebrado em 27 de outubro como parte da programação da 36ª Mostra Internacional de Cinema); e mostra Verão de Clássicos, ampla e variada seleção de filmes clássicos estrangeiros, de diversos gêneros e épocas. Atividades no campo educativo também tiveram espaço através de programas como o Ciclo de Cinema e Psicanálise, projeto realizado em parceria com a Federação Latinoamericana de Psicanálise, e o curso modular Uma História do Cinema, ministrado pelo professor Rubens Machado Jr., fruto da contínua parceria com a Universidade de São Paulo, entre outros.

No âmbito das Sessões Permanentes, com programas que contam com janelas fixas dentro da programação, sejam elas semanais ou mensais, tiveram continuidade os programas Curta Cinemateca, com sessões gratuitas de curtas-metragens brasileiros agrupados em programações temáticas; o Curta Cinemateca Especial, que exhibe filmes de novos realizadores em formato curto e o Primeira Exibição, dedicado à exibição de filmes brasileiros de média e longa metragem independentes inéditos no circuito comercial. No campo educativo, foi mantida a parceria com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) para a realização mensal do Univercine, sessão seguida de debate que conta com a participação de professores da Unifesp e de pessoas ligadas à produção cinematográfica para discussões de temas relativos ao campo das Ciências Humanas, assim como a Sessão Averroes, fruto de parceria com o Hospital Premier/Grupo MAIS e a Instituição Oboré, que promove discussões acerca de conceitos vinculados à terminalidade da vida e aos cuidados paliativos. Outra parceria continuada se deu com a Associação Brasileira de

Cinematografia, que promove mensalmente a Sessão ABC – exibição gratuita de um longa-metragem seguida de conversa com o público, os realizadores e os técnicos envolvidos com a produção do filme.

Além desses, foram incluídos na programação eventos já conhecidos do público e que vêm marcando presença nos últimos anos. Trata-se de mostras idealizadas e desenvolvidas por parceiros e realizadas na Cinemateca com frequência anual ou bienal, como a 7ª Mostra Mundo Árabe de Cinema, realização do ICArabe – Instituto da Cultura Árabe, a Mostra Prêmio ABC 2012, realizada pela ABC – Associação Brasileira de Cinematografia, e o V Ciclo de Cinema e Reflexão: Aprender a Viver, Aprender a Morrer, fruto de parceria com o Hospital Premier/Grupo MAIS e a Oboré.

Festivais de cinema que tradicionalmente integram o calendário anual de eventos culturais da cidade de São Paulo também trouxeram sua programação – ou parte dela – para a Cinemateca Brasileira em 2012. É o caso, por exemplo, da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, do É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários, do Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo e do In Edit Brasil, festival voltado ao documentário musical e que passou a integrar a programação da Cinemateca em sua quarta edição.

No que diz respeito às Mostras e Festivais, alguns projetos foram idealizados e produzidos também pelo Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira, complementando o leque de opções disponíveis para o público ao longo do ano de 2012. Foram promovidos ciclos de exposições e palestras em que se destacaram as mais variadas cinematografias, incluindo datas comemorativas de filmes e de personalidades ilustres do cinema brasileiro e mundial. O cinema francês foi homenageado com as mostras Semana da Francofonia: Retrospectiva François Truffaut, Alain Resnais e Leos Carax (sempre com o apoio do Consulado Geral da França no Rio de Janeiro); o cinema japonês com as mostras Traffic – Festival de Cinema e Cultura Asiática de São Paulo (que contou com correalização da Fundação Japão); o cinema nórdico, com os ciclos Docpoint – Mostra De Documentários Finlandeses (em parceria com a Embaixada da Finlândia e o Instituto Ibero-Americano da Finlândia) e Cinema Nórdico: Filmes Suecos Contemporâneos (contando com apoio da Embaixada da Suécia e do Instituto Sueco); além de diversas mostras que destacaram o cinema brasileiro, como Centenário de Mazzaropi, Tadeu Jungle, Os Múltiplos Lugares de Roberto Farias, Nelson Rodrigues 100 Anos, entre outras.

Ainda nos destaques brasileiros, tivemos a mostra A Boca em Roterdã, durante os meses de julho e agosto, em que foi rerepresentada em São Paulo a mostra *The mouth of garbage – subculture and sex in São Paulo 1967-1987*, destaque da última edição do Festival Internacional de Cinema de Roterdã. Contando com uma parcela expressiva da filmografia da Boca e com obras que dialogam com o imaginário ali cultivado, a mostra também homenageou o cineasta Carlos Reichenbach (1945-2012).

Destacaram-se também, entre as mostras especiais, o ciclo O Horror no Cinema Brasileiro, com exposições mensais resultantes da parceria com a Heco Produções; Memória e Transformação – o Documentário Político na América Latina Ontem e Hoje, realização do Instituto Vladimir Herzog e que trouxe o cineasta chileno Patricio Guzmán para ministrar um curso livre na Cinemateca; e Stefan Zweig Vai ao Cinema, evento em parceria com a Casa Stefan Zweig para homenagear um dos escritores mais adaptados na história do cinema. Por fim, alguns eventos especiais de curta duração: lançamento de novos volumes em DVD da Coleção Cinema Marginal Brasileiro, contendo filmes dos cineastas Sérgio Bernardes Filho e Ozualdo Candeias; lançamento do DVD do documentário *Paralelo 10*, dirigido por Silvio Da-Rin; sessões especiais de documentários da francesa Claire Angelini, com a presença da realizadora na Cinemateca; e exibição especial do longa-metragem *LB Persona*, filme dirigido por Galileu Garcia que conta a história do cineasta Lima Barreto, entre outros.

Em relação às exposições promovidas nos espaços da Cinemateca, podemos ressaltar a homenagem a um dos maiores ícones da cultura cinematográfica mundial, a atriz Marilyn Monroe (1926-1962).

Foi apresentada no primeiro semestre a exposição Quero Ser Marilyn Monroe, que reuniu peças de mais de cinquenta artistas – entre eles Andy Warhol, Peter Blake, Cecil Beaton e Henri Cartier-Bresson – e registra a ascensão da diva ao estrelato, bem como os diversos olhares que se projetaram sobre ela no cinema e na moda. Também foram sediadas nos espaços da Cinemateca as exposições Direitos Humanos, Imagens do Brasil, que contou com imagens jornalísticas e históricas que ilustram a história da luta pela conquista dos Direitos Humanos no Brasil; Yutaka Toyota, em parceria com o Instituto Olga Kos; e uma pequena homenagem a Roberto Farias, com cartazes e fotografias de cena de filmes dirigidos e/ou produzidos por ele, da coleção da Cinemateca Brasileira e impressos pela instituição.

Mais detalhes a respeito de todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira podem ser encontrados a seguir.

Segue abaixo número de sessões, quantidade de público e média de espectadores por sessão nas salas da Cinemateca Brasileira e seu quadro evolutivo:

| Período | 11 de janeiro a 14 de dezembro de 2012 |
|----------------------------------|---|
| Filmes exibidos | 1.560 |
| Sessões | 1.401 |
| Público | 60.728 |
| Média de espectadores por sessão | 43,34 |

| Período | 12 de janeiro a 11 de dezembro de 2011 |
|----------------------------------|---|
| Filmes exibidos | 1.810 |
| Sessões | 1.508 |
| Público | 57.757 |
| Média de espectadores por sessão | 38,30 |

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------|
| Sessões | 918 | 1.111 | 951 | 1.354 | 1.166 | 1.285 | 1.357 | 1.512 | 1.401 |
| Espectadores | 20.431 | 32.717 | 36.387 | 52.750 | 41.864 | 39.891 | 47.858 | 58.558 | 60.728 |
| Média por sessão | 22,26 | 29,45 | 38,26 | 38,96 | 35,9 | 31,04 | 35,27 | 38,72 | 43,34 |

Mostras e Festivais

Em 2012, a Cinemateca Brasileira apresentou as seguintes mostras e festivais:

VERÃO DE CLÁSSICOS

11 de janeiro a 27 de fevereiro

Público: 2.364 espectadores

CINEMATECA SP

19 a 29 de janeiro

Público: 432 espectadores

O HORROR NO CINEMA BRASILEIRO

10 de fevereiro a 05 de dezembro

Público: 678 espectadores

MULHERES NA DIREÇÃO

28 de fevereiro a 11 de março

Público: 255 espectadores

QUERO SER MARILYN MONROE

04 de março a 01 de abril

Público: 2.821 espectadores

Exposição: 25.519 visitantes*

* número não contabilizado na média geral deste relatório, restrito apenas ao público da sala de cinema.

55ª CARAVANA DA ANISTIA - HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

08 e 09 de março de 2012

Público: 210 espectadores

SEMANA DA FRANCOFONIA: RETROSPECTIVA FRANÇOIS TRUFFAUT

14 de março a 08 de abril

Público: 1.740 espectadores

É TUDO VERDADE 2012

17º FESTIVAL INTERNACIONAL DE DOCUMENTÁRIOS

23 de março a 01 de abril

Público: 1.615 espectadores

12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO DOCUMENTÁRIO

28 a 30 de março

Público: 374 espectadores

CENTENÁRIO DE MAZZAROPI

03 a 15 de abril

Público: 501 espectadores

MOSTRA PRÊMIO ABC 2012

10 de abril a 06 de maio

Público: 1.060 espectadores

CINE MAIOR IDADE

12 de abril a 24 de julho

Público: 767 espectadores**CINE EDUCAÇÃO - FDE**

18 de abril a 18 de outubro

Público: 10.873 espectadores**VIRADA CULTURAL 2012**

05 e 06 de maio

Público: 326 espectadores**MAX OPHULS**

08 a 13 de maio

Público: 314 espectadores**JOHN CASSAVETES**

15 a 20 de maio

Público: 559 espectadores**MESTRES DO CINEMA MEXICANO**

22 de maio a 03 de junho

Público: 379 espectadores**CICLO DE CINEMA E PSICANÁLISE: TRADIÇÃO - INVENÇÃO**

27 de maio a 11 de outubro

Público: 1.626 espectadores**DOCPOINT – MOSTRA DE DOCUMENTÁRIOS FINLANDESES**

01 a 03 de junho

Público: 111 espectadores**IN EDIT BRASIL 2012**

01 a 10 de junho

Público: 1.231 espectadores**MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO – O DOCUMENTÁRIO POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA ONTEM E HOJE**

01 de junho a 08 de julho

Público: 676 espectadores**ON THE ROAD**

06 a 24 de junho

Público: 745 espectadores**7ª MOSTRA MUNDO ÁRABE DE CINEMA**

26 de junho a 05 de julho

Público: 337 espectadores**A BOCA EM ROTERDÃ**

10 de julho a 05 de agosto

Público: 924 espectadores

VII FESTIVAL DE CINEMA LATINO-AMERICANO DE SÃO PAULO

12 a 19 de julho

Público: 745 espectadores

MEMÓRIA DO ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO

20 a 22 de julho

Público: 203 espectadores

TADEU JUNGLE

24 de julho a 05 de agosto

Público: 157 espectadores

TRAFFIC – FESTIVAL DE CINEMA E CULTURA ASIÁTICA DE SÃO PAULO

02 a 09 de agosto

Público: 519 espectadores

Lançamento: **HISTÓRIA E DOCUMENTÁRIO**

07 de agosto

Público: 58 espectadores

Sessão especial: **CLAIRE ANGELINI**

08 a 10 de agosto

Público: 16 espectadores

VI JORNADA BRASILEIRA DE CINEMA SILENCIOSO

11 a 19 de agosto

Público: 6.000 público geral na Cinemateca + 4.000 espectadores no Ibirapuera

MOSTRA DE CURTAS DA ECA

21 a 23 de agosto

Público: 203 espectadores

23º FESTIVAL INTERNACIONAL DE CURTAS-METRAGENS DE SÃO PAULO

24 a 31 de agosto

Público: 4.465 espectadores

ALAIN RESNAIS

01 a 30 de setembro

Público: 762 espectadores

V CICLO DE CINEMA E REFLEXÃO: APRENDER A VIVER, APRENDER A MORRER

03 a 07 de setembro

Público: 376 espectadores

CURSO UMA HISTÓRIA DO CINEMA NA CINEMATECA BRASILEIRA Módulo 29

11 de setembro a 16 de outubro

Público: 369 espectadores

I ENCONTRO ANUAL CINEMA E ESCOLA

13 a 16 de setembro

Público: 608 espectadores

OS MÚLTIPLOS LUGARES DE ROBERTO FARIAS

18 de setembro a 14 de outubro

Público: 299 espectadores

CICLO LIDERANÇAS POLÍTICAS E CINEMA

03 a 18 de outubro

Público: 258 espectadores

CINEMA E DANÇA CONTEMPORÂNEA

14 de outubro

Público: 113 espectadores

36ª MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA DE SÃO PAULO

19 de outubro a 01 de novembro

Público: 6.696 espectadores

HOME MOVIE DAY

20 de outubro

Público: 104 espectadores

DIA INTERNACIONAL DA ANIMAÇÃO

28 de outubro

Público: 49 espectadores

sessão especial: **PARALELO 10**

05 de novembro

Público: 25 espectadores

NELSON RODRIGUES 100 ANOS

06 de novembro a 02 de dezembro

Público: 500 espectadores

curso: **UMA HISTÓRIA DO CINEMA NA CINEMATECA BRASILEIRA – Módulo 30**

6 de novembro a 11 de dezembro

Público: 105 espectadores

CINEMA NÓRDICO: FILMES SUECOS CONTEMPORÂNEOS

13 a 21 de novembro

Público: 1.044 espectadores

lançamento: **COLEÇÃO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO**

22 de novembro

Público: 24 espectadores

7ª MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL

22 a 29 de novembro

Público: 435 espectadores

ENTRETODOS 5 - FESTIVAL DE CURTAS-METRAGENS DE DIREITOS HUMANOS

29 de novembro a 01 de dezembro

Público: 305 espectadores

lançamento: **MARIGHELLA**

04 de dezembro

Público: 50 espectadores

STEFAN ZWEIG VAI AO CINEMA

05 a 09 de dezembro

Público: 265 espectadores

sessão especial: **LB PERSONA**

06 de dezembro

Público: 97 espectadores

SÃO PAULO FASHION FILM FESTIVAL

12 e 13 de dezembro

Público: 380 espectadores

LEOS CARAX

12 a 16 de dezembro

Público: 562 espectadores

HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

14 de dezembro

Público: 18 espectadores

Programas Permanentes

Curta Cinemateca

A Cinemateca Brasileira mantém, desde 2004, um espaço de exibição permanente para o curta-metragem brasileiro, em sessões gratuitas todas as terças-feiras, às 18h00, com reapresentações aos sábados. O projeto valoriza o filme curto brasileiro, que vem cada vez mais se firmando como expressão cultural, técnica e estética e é considerado fundamental para a formação de quadros e para a experimentação de linguagem. A curadoria apresenta um tema por mês, procurando dialogar com as demais programações propostas. Durante 2012, foram exibidos curtas-metragens com os seguintes recortes: filmes documentais e ficcionais sobre São Paulo, em comemoração aos seus 458 anos (janeiro e fevereiro); filmes de realizadoras de destaque na história do curta-metragem brasileiro, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (março); uma seleção de comédias, homenageando o centenário de nascimento de Amácio Mazzaropi (abril e maio); produções brasileiras inspiradas pelos road movies, em paralelo à mostra On the Road (junho); uma série de documentários sobre a história do cinema marginal e a Boca do Lixo, acompanhando a mostra A Boca em Roterdã (julho); obras em homenagem ao cineasta Carlos Reichenbach (1945-2012), falecido em junho, aos 67 anos (agosto); uma seleção de ficções, animações e documentários, que tratam de questões sócio-econômicas e políticas do país (setembro); um panorama de filmes inspirados por grandes personalidades da política e da cultura no Brasil, em complemento ao Ciclo Lideranças Políticas e Cinema (outubro); documentários e ficções inspiradas nas obras de Nelson Rodrigues, acompanhando a mostra Nelson Rodrigues 100 Anos (novembro); e uma programação em celebração ao Dia da Consciência Negra (dezembro).

Público: 597 espectadores.

Curta Cinemateca Especial

Com o objetivo de oferecer um espaço para o filme curto brasileiro e incentivar novos talentos, a sessão especial do projeto Curta Cinemateca atende à demanda de novos cineastas e estudantes, com a exibição de seus curtas-metragens em uma sala de cinema. Em 2012, foram exibidos 78 filmes em 14 sessões.

Público: 1.581 espectadores.

Primeira Exibição

Inaugurado em maio de 2009, o projeto Primeira Exibição consolidou um espaço permanente na programação da Cinemateca Brasileira para médias e longas-metragens brasileiros independentes que ainda não estrearam no circuito de salas de cinema ou nas redes de televisão. Trata-se de oferecer uma oportunidade para que realizadores possam levar a um público mais amplo seus trabalhos ainda não distribuídos comercialmente. Em 2012, foram exibidos 14 filmes em sessões mensais.

Público: 567 espectadores.

Sessão Averroes – Cuidados Paliativos e Terminalidade no Cinema

Destinada, sobretudo, a profissionais e estudantes da área de medicina e saúde, esta sessão mensal é fruto de parceria estabelecida entre a instituição, o Hospital Premier/Grupo MAIS e a Oboré. Com entrada franca, estas sessões oferecem atividades mensais que promovem discussões acerca de conceitos vinculados à terminalidade e aos cuidados paliativos. A exibição dos filmes é seguida de debate com a presença de profissionais da área médica, jornalistas e críticos de cinema. Em 2012, foram exibidos, entre outros, os filmes *Beautiful*, de Alejandro González Iñárritu, *Mamãe faz 100 anos*, comédia de Carlos Saura e *Cortina de fumaça*, de Wayne Wang.

Público: 717 espectadores.

Sessão ABC

O projeto, programado pela Associação Brasileira de Cinematografia – ABC, prevê exibições de filmes de temáticas diversas, seguidas por conversas com fotógrafos e técnicos a respeito de aspectos ligados à direção de fotografia das obras. Foram exibidos em 2012, entre outros, os filmes: *Heleno*, de José Henrique Fonseca, *Colegas*, de Marcelo Galvão, *Corações Sujos*, de Vicente Amorim, e *2 Coelhos*, de Afonso Poyart.

Público: 617 espectadores.

Cine Maior Idade

O Programa Cine Maior Idade é resultado da parceria entre a Cinemateca Brasileira, a Via Gutenberg e as principais Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, e tem como focos a inserção sociocultural, a promoção do bem-estar do cidadão de terceira idade e o fortalecimento da rede de atendimento do idoso. O programa foi concebido com o objetivo de contribuir para a promoção do bem-estar do cidadão de terceira idade, utilizando como instrumento a linguagem cinematográfica. Em 2012, foram exibidos *O Saci*, de Rodolfo Nanni (1953), e o curta-metragem *A Grande Viagem*, produzido pela Rex Filme (1957).

Público: 767 espectadores.

Cine-Educação – Programa FDE

O programa é realizado em parceria com a FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação, órgão responsável por viabilizar a execução das políticas educacionais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e é realizado na Cinemateca através da Via Gutenberg. Dentro deste projeto, em 2012, foram exibidos aos estudantes de escolas da rede pública de ensino de São Paulo os curtas brasileiros *A velha a fiar*, de Humberto Mauro, *Batalha – A guerra do vinil*, de Rafael Terpins e *Viver a vida*, de Tata Amaral.

Público: 10.873 espectadores.

Univercine

Fruto de parceria entre a Cinemateca Brasileira, a Unifesp e a FAP – Fundação de Apoio à Unifesp, o projeto Univercine é uma atividade educativa voltada à formação de público e à discussão de temas relativos ao campo das ciências humanas. Promove mensalmente, sempre aos sábados, a exibição de um filme brasileiro seguida de debate com professores da Unifesp e convidados. Entre outros filmes, foram exibidos: *Estamira*, de Marcos Prado, *Diário de uma busca*, de Flavia Castro, *Quebrando a cara*, de Ugo Giorgetti e *Girimunho*, de Clarissa Campolina e Helvécio Martins Jr.

Público: 431 espectadores.

CURSO UMA HISTÓRIA DO CINEMA NA CINEMATECA BRASILEIRA

Módulo XXIX – 11 de setembro a 16 de outubro de 2012

Módulo XXX – 6 de novembro a 11 de dezembro de 2012

O curso livre é fruto da parceria da Cinemateca Brasileira com o Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Acontece em dois módulos anuais, sempre às terças-feiras, às 19h00. Em 2012 foram ministradas as aulas do 29º módulo, intitulado O Cinema na TV, que explorava as relações entre cinema e televisão no trabalho de alguns diretores nacionais e internacionais consagrados. No 30º módulo, a temática abordada foi A Fome e a Forma: as Aventuras da Câmera na Mão – Engajamento, Invenção e Modernidade no Cinema Novo. As aulas foram ministradas por diversos professores da ECA/USP, incluindo Carlos Augusto Calil, Eduardo Morettin, Cristian Borges, Henri Gervaiseau, Rosana Soares e Esther Hamburger, sob a coordenação de Rubens Machado Jr., aos quais coube também a seleção de filmes para o curso.

Público: 474 espectadores.

Especiais | Destaques

Dentre as mostras e eventos realizados em 2012, destacamos:

Verão de Clássicos – 11 de janeiro a 27 de fevereiro

Em 2012, a Cinemateca Brasileira deu início à sua programação anual com a já tradicional mostra Verão de Clássicos, que aproveita o período de férias escolares e universitárias para exibir, exclusivamente em cópias em película, uma seleção extremamente variada de filmes clássicos, *cult movies* e raridades, das mais diversas épocas, países, gêneros e vertentes. Dentre as raridades que a mostra apresentou em janeiro estão o docudrama *Trópicos*, rodado no Brasil pelo italiano Gianni Damico, amigo e parceiro dos cineastas do Cinema Novo, a quem o filme é dedicado, a comédia erótica italiana *A adolescente*, de Afonso Breccia, o drama de guerra *O outro lado*, de Heinz Paul, considerado um dos melhores filmes alemães já realizados, e o faroeste *Quando os homens são maus*, que reúne em um longa-metragem dois episódios da série televisiva *The Virginian* – um deles

dirigido pelo lendário Samuel Fuller. Também ganharam novas exhibições filmes que costumam frequentar as listas de melhores de todos os tempos, como *A batalha de Argel*, de Gillo Pontecorvo, e *A paixão de Joana d'Arc*, de Carl Theodor Dreyer, além de obras de diretores consagrados como Shôhei Imamura (*Desejo profano*), Roman Polanski (*Armadilha do destino*), Kenji Mizoguchi (*O intendente Sansho*) e Jean-Luc Godard (*Detetive*). Complementando a programação, a mostra homenageou o mestre do cinema espanhol Carlos Saura por ocasião de seu octogésimo aniversário, comemorado no dia 4 de janeiro, com a exibição integral em película de sua célebre *Trilogia Flamenco*, composta pelos longas-metragens *Bodas de sangue*, *Carmen* e *Amor bruxo*. Todas as sessões da mostra foram precedidas por um trailer original em película, “garimpado” no acervo da Cinemateca, de algum filme clássico ou *cult movie*.

Público: 2.364 espectadores.

Cinemateca SP – 19 a 29 de janeiro

Desde 2007, a Cinemateca festeja o aniversário de São Paulo por meio de uma programação dedicada à representação cinematográfica da metrópole. A ocasião é sempre propícia para que a instituição apresente seus trabalhos de restauração e preservação do cinema brasileiro. Em 2012, a mostra Cinemateca SP voltou a exibir uma seleção de filmes rodados em São Paulo e a promover discussões com cineastas e personalidades ligadas à vida cultural e política da cidade. O destaque ficou por conta da projeção, em cópia nova confeccionada especialmente pela Cinemateca para esta ocasião, de uma das obras-primas da filmografia do diretor paulista Walter Hugo Khouri, *As amorosas*. Além disso, a mostra incluiu um ciclo de filmes policiais realizados na cidade entre os anos 1960 e 1980, sessões especiais do documentário *Pixo*, de João Wainer e Roberto T. Oliveira, e um programa reunindo os três primeiros filmes da tetralogia *À margem de São Paulo*, concebida pelo cineasta Evaldo Mocarzel, que conversa com o público no dia 28 de janeiro a respeito das filmagens e da produção de *À margem do lixo*, terceiro documentário da série. Em parceria com o Projeto Repórter do Futuro, desenvolvido pela Oboré, pela Câmara Municipal de São Paulo e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI, a mostra apresentou mais um debate no dia 28, tendo como foco o longa *Bem-vindo a São Paulo*, produzido por Leon Cakoff. O filme reúne uma série de curtas dirigidos por grandes nomes do cinema mundial. A projeção foi seguida de conversa mediada pelo jornalista Milton Bellintani.

Público: 432 espectadores.

O Horror no Cinema Brasileiro – 10 de fevereiro a 05 de dezembro

A Cinemateca Brasileira e a Heco Produções promoveram, a partir de fevereiro, uma retrospectiva do cinema de horror brasileiro. Ao longo do ano, em sessões mensais aos sábados, e com reprises durante a semana, foram apresentados títulos representativos de um gênero narrativo que dificilmente associamos à história de nosso cinema. Inédita em São Paulo, a mostra teve curadoria de Eugenio Puppó. Desconhecido do grande público e ainda timidamente estudado, o cinema de horror no Brasil tem na figura de Zé do Caixão, e nos filmes de José Mojica Marins, seu criador, sua mais famosa expressão artística. No entanto, segundo pesquisas recentes, a cinematografia brasileira vem flertando com a narrativa fantástica desde meados dos anos 1930 e 1940. Ao longo do ano, destacaram-se as exhibições de filmes representativos do gênero como: *O despertar da besta*, experiência lisérgica de José Mojica Marins, *O maníaco do parque*, filme inédito do cineasta Alex Prado, inspirado na vida do psicopata Francisco de Assis Pereira, e *Ninfas diabólicas*, de John Doo, produção marcada por forte suspense e erotismo.

Público: 678 espectadores.

É Tudo Verdade 2012 - 17º Festival Internacional de Documentários - 23 de março a 01 de abril

Criado em 1996 pelo crítico Amir Labaki, o festival é o principal evento dedicado ao gênero na América do Sul. Chegando este ano à sua 17ª edição, trouxe novamente à Cinemateca parte de sua programação, apresentando a Retrospectiva Brasileira – Coutinho: o caminho até “Cabra” para celebrar a restauração do grande clássico de Eduardo Coutinho. A programação contou também com a exibição de obras que precederam a produção de *Cabra marcado para morrer* e com a realização de um debate.

Público: 1.615 espectadores na Cinemateca Brasileira.

12ª Conferência Internacional do Documentário – 28 a 30 de março

Parte integrante do festival É Tudo Verdade desde 2001, a Conferência Internacional do Documentário, realizada em parceria pela Cinemateca Brasileira e pelo festival, e com apoio do CINUSP Paulo Emílio, apresentou neste ano uma programação de debates dedicados ao tema Animação no documentário. Os encontros contaram com a presença de renomados teóricos e realizadores, nacionais e internacionais, que discutiram a forma pela qual a linguagem do cinema de animação tem sido apropriada cada vez mais pela narrativa documental.

Público: 374 espectadores.

Virada Cultural – 05 e 06 de maio

A Cinemateca participou mais uma vez da Virada Cultural, evento organizado pela Secretaria Municipal de Cultura. Mantendo a já tradicional programação dedicada aos grandes astros da música popular brasileira e mundial, a instituição exibiu neste ano o documentário *Bob Marley: the making of a legend*, de Esther Anderson e Gian Godoy. Inédito no Brasil, o filme revela momentos da vida do astro da música jamaicana antes de chegar ao estrelato. O programa dedicado à música pop incluiu ainda outra atração muito especial – a projeção, em novas cópias 35mm produzidas pelo Laboratório de Imagem e Som da Cinemateca Brasileira, de três clássicos do cinema musical brasileiro dirigidos pelo cineasta e produtor Roberto Farias – *Roberto Carlos em ritmo de aventura*, *Roberto Carlos e o diamante cor de rosa* e *Roberto Carlos a 300 km por hora*. Durante a madrugada, duas pornochanchadas fecharam as atrações – *Senta no meu que eu entro na tua*, de Ody Fraga, e *Fuk-fuk à brasileira*, de J. A. Nunes, pseudônimo do diretor Jean Garrett.

Público: 326 espectadores.

VII Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo - 12 a 19 de julho

A Cinemateca Brasileira recebeu mais uma edição do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo. Uma realização do Memorial da América Latina, da Secretaria de Estado da Cultura e da Associação do Audiovisual, o festival teve como objetivo difundir e debater a singularidade estética da cinematografia recente e histórica da América Latina. O evento foi correalizado pela Cinemateca Brasileira, CINUSP Paulo Emílio, SESC São Paulo e Sociedade Amigos da Cinemateca.

Público: 745 espectadores na Cinemateca Brasileira.

VI Jornada Brasileira do Cinema Silencioso – 11 a 19 de agosto

A Cinemateca apresentou em agosto a sexta edição da Jornada Brasileira de Cinema Silencioso. Dedicada à exibição de filmes produzidos antes do advento do cinema sonoro, a Jornada trouxe uma série de atrações – programas dedicados ao cinema brasileiro, ao expressionismo alemão e ao

cinema soviético dos anos 1920, debates, um curso com o historiador francês François Albera, conferências e projeções de filmes com acompanhamento musical ao vivo.

Atividade consolidada na agenda cultural da cidade, a Jornada ainda exibiu os destaques das *Giornate de Cinema Muto* de Pordenone, principal evento do mundo dedicado ao cinema silencioso, e apresentou o Salão das Novidades. Antes de ser a indústria de sonhos que conhecemos hoje, o cinema foi atração nas feiras e quermesses do século XIX. Recriando esta atmosfera de diversão do cinema dos primeiros tempos, o Salão das Novidades reuniu performance, circo e teatro na área externa da Cinemateca. Ali se apresentaram o Homem Cachorro, o Doutor Caligari, a Mulher Barbada, o Xing Ling, entre muitas outras atrações.

Como complemento ao Salão e à programação de filmes, a Cinemateca Brasileira traduziu e publicou – em parceria com a Azougue Editorial – o livro *Modernidade e vanguarda do cinema*, de François Albera, obra escrita exclusivamente para a VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso. Essa publicação reafirma a Jornada como evento reflexivo sobre a história do cinema e consolida a Cinemateca Brasileira também como casa editorial. François Albera também foi o responsável pelo curso *Massas e poder*, que foi ilustrado com a exibição de grandes filmes russos e soviéticos, como *Ruínas do império* (1929), de Fridrikh Ermler.

A VI Jornada se encerrou no dia 19 de agosto, com a projeção ao ar livre do clássico expressionista de Robert Wiene, *O Gabinete do Dr. Caligari*, no Auditório Ibirapuera, em sessão acompanhada pelo compositor e multinstrumentista Mário Manga.

Público: 6.000 espectadores/visitantes na Cinemateca Brasileira| 4.000 espectadores no Auditório Ibirapuera.

23º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo – 24 a 31 de agosto

Um dos maiores e mais tradicionais eventos do mundo dedicados ao curta-metragem, o Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo – Curta Kinoforum chegou à sua vigésima terceira edição. Realizado desde 1990, o evento é um marco na agenda cultural da cidade por sua programação ampla e diversificada, exibida gratuitamente em diversas salas e centros culturais da capital paulista. Sede do festival, a Cinemateca recebeu algumas de suas principais atrações. Durante os dias 24 e 31 de agosto, o público pode conferir a nova produção brasileira e latino-americana, curtas estrangeiros premiados em festivais como Cannes, Berlim e Sundance, e um programa dedicado à tradicional Universidad del Cine, uma das principais escolas de cinema da Argentina. Dentre as atividades paralelas, destaque para a performance do artista francês Serge Bromberg e para o debate Formação do olhar, animado pelo crítico Jean-Claude Bernardet.

Público: 4.465 espectadores na Cinemateca Brasileira.

36ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo - 21 de outubro a 03 de novembro

Maior festival de cinema do país, a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo chegou à sua trigésima sexta edição trazendo mais uma vez à Cinemateca parte representativa de suas atrações. Criado em 1977 por Leon Cakoff, o evento ocupou mais de 20 espaços culturais da capital e apresentou cerca de 350 longas-metragens de diversos lugares do mundo, inéditos em São Paulo. Além de exibir o melhor do cinema contemporâneo, a Mostra promoveu neste ano retrospectivas dedicadas ao mestre russo Andrei Tarkóvski, que também foi homenageado com uma exposição de fotos, ao diretor ucraniano Sergei Loznitsa e ao cineasta japonês Minoru Shibuya. A Mostra foi encerrada com uma projeção ao ar livre, no Ibirapuera, do clássico *Nosferatu*, de F. W. Murnau, que foi apresentado com acompanhamento musical ao vivo.

Público: 6.696 espectadores na Cinemateca Brasileira.

Home Movie Day – 20 de outubro

A Cinemateca Brasileira e a 36ª Mostra Internacional de Cinema firmaram parceira inédita para festejar o Home Movie Day. Iniciativa criada por arquivistas preocupados com a preservação e a difusão de filmes amadores produzidos nas bitolas 9.5mm, 8mm, Super-8 e 16mm, o Home Movie Day nasceu em 2003 e, atualmente, é celebrado em diversas cidades e cinematecas do mundo. Materiais como registros familiares, filmes de viagem, documentários, produções experimentais e ficções realizadas por equipes não-profissionais tornaram-se praticamente invisíveis. Levando em conta a importância do cinema amador enquanto expressão artística e documento histórico, o Home Movie Day faz parte de um esforço internacional em prol da conservação e exibição desse valioso acervo. A Cinemateca abriu mais uma vez suas portas para que colecionadores e realizadores trouxessem seus filmes e revisitassem, no dia 20 de outubro, antigas memórias.

Público: 104 espectadores.

7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul – 22 a 29 de novembro

Criada em 2006, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul exibe a cada ano produções sul-americanas dedicadas ao debate sobre os Direitos Humanos. Realização da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com patrocínio da Petrobras, a mostra é produzida pela Cinemateca e contou com curadoria de Francisco Cesar Filho. Além de reunir filmes recentes e inéditos no Brasil – entre documentários e ficções brasileiras, uruguaias, colombianas e equatorianas – a programação foi composta por produções escolhidas a partir de uma convocatória pública e de uma homenagem ao cineasta Eduardo Coutinho, autor de clássicos como *Cabra marcado para morrer*. No dia 24 de novembro, Coutinho conversou com o público sobre sua vida e sua obra. Este ano a mostra teve início em Natal, no dia 7 de novembro, e percorreu todas as capitais brasileiras, até o dia 20 de dezembro. Em São Paulo, além de na Cinemateca Brasileira, os filmes também são exibidos no CineSESC. Todas as sessões contaram com sistema de closed caption (legendas para deficientes auditivos), além de exibições com audiodescrição (narração descritiva das cenas para deficientes visuais).

Público: 435 espectadores na Cinemateca Brasileira.

II. Documentação

Foram atendidos 1.013 pesquisadores nas dependências da Biblioteca Paulo Emílio Salles Gomes. Entre os serviços oferecidos pela Biblioteca, destacam-se o visionamento de filmes e o serviço de reprodução de materiais. 173 pesquisadores assistiram a 507 títulos nacionais e estrangeiros. O aumento da consulta a essa coleção, em relação ao ano anterior, deve-se à disponibilização da Base VDB no site da instituição, a partir de abril de 2012. No que concerne ao serviço de fotocópias e digitalizações de materiais bibliográficos e arquivísticos, foram atendidos 105 pesquisadores, que solicitaram a reprodução de cerca de 5.000 páginas. Foram aferidas 3.571 visitas ao catálogo da biblioteca, provenientes de 331 cidades em 42 países, totalizando 8.075 visualizações de páginas.

Observou-se o aumento na presença de pesquisadores de instituições estrangeiras – Universidade do Porto; Université Paris-Sorbonne (Paris IV); University of Chicago; Tulane University; Filmakademie Wien; Université Rennes II; Dartmouth College; New York University e Queen's University.

III. Comunicação

(ver item Comunicação em Macroprocessos de Apoio)

FORMAÇÃO E APOIO A PESQUISADORES

Integrantes dos quadros técnicos da Cinemateca Brasileira representaram a instituição participando dos eventos:

Primeiro Seminário Interno do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Imagem e Memória – NEIIM

7ª Mostra de Cinema de Ouro Preto – CINEOP

Oficina Curadoria de mostras e festivais de cinema

Estudos da Memória: Abordagens teóricas, soluções práticas

Palestra A função do controle de vocabulário no museu

Curso História Oral e Memória: o que é e como se faz

Encadernação e Papelaria Artística - SESC Pompeia

XXI Encontro Estadual de História da Anpuh: Trabalho, Cultura e Memória

II Seminário Serviços de Informação em Museus

Seminário O Dilema Digital – RioMarket, Festival do Rio

XVI Encontro Socine: Cinema Brasileiro e Novas Cartografias do Cinema Mundial

19º Vitória Cine Vídeo

XIV Jornadas de Gestión de la Información

Organização e Catalogação de um acervo de cartazes sob uma perspectiva de design gráfico

Oficina Conservação de acervos têxteis

Curso Catalogação e indexação de filmes

INTERCÂMBIOS INSTITUCIONAIS

Doações

A Cinemateca Brasileira doou 974 duplicatas do acervo da Biblioteca Paulo Emílio Salles Gomes para oito instituições: Universidade Estadual Paulista; INCAA; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Prefeitura Municipal de Guararema; Clube de Leitura da Mouraria; Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF e Sociedad Argentina de Información. Foram encaminhadas cerca de 500 duplicatas de cartazes de filmes nacionais e estrangeiros para a Filmoteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Fundação Armando Alvares Penteado e Cinédia.

Ancine

Teve prosseguimento a emissão de laudos técnicos para Depósito Legal, no âmbito do convênio firmado com a Ancine.

Prefeitura do Município de São Paulo

Teve continuidade a subvenção da Prefeitura do Município de São Paulo para a Cinemateca, por intermédio da SAC. Além de mantermos nossa sede em São Paulo, uma das únicas contrapartidas é a cessão de cópias para a programação dos cines Olido e do Centro Cultural São Paulo.

Escola de Comunicações e Artes da USP

Continuou em vigor a parceria que possibilita a cessão pela Cinemateca de cópias exibidas em sala de aula pelos professores do Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Stilgraf

A parceria possibilitou a impressão dos folhetos com a programação corrente da Cinemateca ao longo de todo o ano.

Associação Brasileira de Cinematografia

Foi mantida a programação da Sessão ABC e realizada a Semana ABC.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

O quarto Plano de Trabalho da parceria iniciada em 2008 foi dividido nos seguintes eixos: microfilmagem e digitalização do acervo de roteiros da TV Tupi; conservação e acondicionamento de fundos textuais da Cinemateca Brasileira; armazenagem de microfilmes do Arquivo Público do Estado na Cinemateca Brasileira; telecinagem de 200 minutos de filmes em 16mm do acervo do Arquivo Público do Estado e preservação de 12 rolos de 35mm de suporte em nitrato de celulose. Além dessas ações, tiveram continuidade o tratamento da informação dos filmes para difusão e o acesso público do material nas duas instituições.

Cineteca Nazionale

Foram produzidos back-ups em fitas LTO de *Der Leone Have Sept Cabeças*, de Glauber Rocha, restaurado como resultado da parceria com a *Cineteca Nazionale di Roma*, na Itália.

Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF

O 68º Congresso da FIAF, organizado pelo China Film Archive, aconteceu entre 23 e 28 de abril na cidade de Beijing. Como de costume, durante os dois dias que antecederam a abertura do Congresso, houve reuniões do Comitê Executivo da Federação. Olga Futemma, reeleita em 2012 para integrar o Comitê Executivo, participou das reuniões do Comitê Executivo e de todas as atividades do Congresso. O evento teve como tema a animação ao redor do mundo, trazendo como enfoques, nas mesas de seu simpósio técnico, as coleções de arquivos; a coleta, preservação e restauração; e o acesso e circulação para esse tipo de produção.

Olga participou também da reunião do Comitê Executivo realizada na sede da FIAF, em Bruxelas, nos dias 4 e 5 de outubro. Foram discutidos, entre outros assuntos, questões de afiliações à FIAF; o orçamento 2012, 2013 e 2014; a composição do Secretariado da Federação; os relatórios de comissões especializadas e grupos de trabalho; publicações e projetos; relações com UNESCO, ONGs, organizações e grupos de trabalho internacionais; e os próximos Congressos FIAF.

Federação Internacional de Arquivos de Televisão – FIAT/IFTA

A Coordenadora do Laboratório de Imagem e Som e Diretora da Cinemateca Brasileira, Patricia de Filippi, participou de mesa da Conferência Mundial da FIAT/IFTA, realizada em Londres entre 28 de setembro e 1º de outubro. Carlos Magalhães também compareceu ao evento, representando a Cinemateca Brasileira.

Intercâmbios técnicos internacionais

Continuam em vigor as cooperações com o Chile (*Fundación Centro Cultural La Moneda*) e Cuba (*Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos*). Destacamos ainda, em 2012, as ações e contatos a seguir.

ICAIC – Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos

A Cinemateca Brasileira encaminhou na primeira semana de dezembro para Havana, Cuba, 10 edições de *noticieros* do ICAIC, restaurados em seu Laboratório de Imagem e Som como resultado do acordo de cooperação estabelecido entre as duas instituições em dezembro 2010. O acordo prevê a restauração e digitalização de 44 Cinejornais ICAIC Latino-americano cujos temas referem-se, total ou parcialmente, ao Brasil.

ICAL – Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz

Recebemos, em setembro, a visita de Pablo Chacón, do Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz, que propôs parceria em torno de um acervo de fitas U-Matic com gravações feitas nas ruas de Santiago do Chile para o programa *Teleanálisis*, registrando protestos contra o ditador Augusto Pinochet entre 1983 e 1989. O acervo conta com cerca de 160 horas de gravações sem edição, em aproximadamente 500 fitas, e o objetivo do ICAL é obter recursos para criar um arquivo digital com essas imagens. Encaminhamos uma minuta de termo de cooperação, que está em análise pelo instituto.

China Film Archive

No dia 14 de dezembro, uma delegação do China Film Archive formada por Zhang Jianyong, Diretor Adjunto, Zhao Weijing, Diretor da Divisão de Assuntos Gerais e Zhao Jing, Gerenciadora de Programação da Divisão de Cooperação Internacional visitou a Cinemateca Brasileira, quando manifestou sua intenção de estabelecer um intercâmbio na área de difusão de conteúdos audiovisuais dos dois países.

2.4 Indicadores

Os indicadores e metas para 2012 são resumidos nos quadros abaixo:

| Preservação | | | |
|---|-------|-------|-------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Materiais incorporados ao acervo | 9.800 | 8.346 | 85% |
| Títulos incorporados ao acervo | 6.000 | 5.107 | 85% |
| Rolos descartados | 4.000 | 5.230 | 130% |
| Laudos técnicos emitidos para materiais de depósito legal | 50 | 140 | 280% |

Não são considerados, nos números de incorporações, os materiais de permanência temporária, que somam 1.106 títulos e 1.212 materiais.

| Catálogo | | | |
|------------------------------------|-------------|-------------|--------------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Registros de materiais permanentes | 12.200 | 8.346 | 68% |
| Registros de materiais temporários | 800 | 1.212 | 152% |
| Materiais com conteúdo descrito | 2.200 | 4.173 | 190% |
| Títulos com letreiros anotados | 400 | 522 | 131% |

Com exceção da criação de registros de materiais permanentes, todos os itens restantes superaram a meta com boa margem. Destaque para o trabalho de descrição de conteúdo que processou quase o dobro do índice estipulado. A criação dos registros de materiais permanentes atingiu 68% da meta estipulada. O fato se deve à priorização de trabalhos de descrição de conteúdo e apoio técnico às demais áreas da Cinemateca Brasileira em projetos envolvendo a análise de materiais e a emissão de laudos técnicos (depósito legal e desincorporação).

| Laboratório de Imagem e Som | | | |
|---|-------------|-------------|--------------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Metros de película processada | 120.000 | 299.332 | 249% |
| Títulos restaurados digitalmente | 8 | 8 | 100% |
| Títulos preservados fotoquimicamente | 20 | 76 | 380% |
| Cópias de exibição produzidas | 35 | 77 | 220% |
| Materiais preparados para processamento externo (cópia, telecine, restauro de imagem e restauro de som) | 45 | 184 | 409% |
| Materiais disponibilizados no Banco de Conteúdos Culturais (curtas e longas-metragens) | 35 | 131 | 374% |
| Materiais disponibilizados no Banco de Conteúdos Culturais (cinejornais e telerreportagens) | 500 | 821 | 164% |
| Títulos telecinados (curtas e longas-metragens) | 100 | 245 | 245% |
| Títulos telecinados (cinejornais e telerreportagens) | 600 | 1.347 | 224% |

| Centro de Documentação e Pesquisa | | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Documentos incorporados ao acervo | 10.000 | 12.897 | 129% |
| Registros criados, revisados, validados e publicados (FB) | 1.000 | 2.161 | 216% |
| Documentos higienizados, acondicionados e descritos | 2.400 | 8.686 | 369% |
| Verbetes escritos ou atualizados para Arquivos Pessoais e Institucionais | 24 | 26 | 108% |
| Atendimentos de visitas ou consulentes no local | 800 | 1.013 | 127% |
| Visionamentos em VHS, DVD ou Blu-ray (em títulos) | 180 | 507 | 282% |
| Visitas à base de dados FB, publicada no site | 106.000 | 156.490 | 148% |
| Visitas à base de dados DOC, publicada no site | 2.600 | 3.571 | 137% |
| Documentos escaneados | 10.000 | 9.805 | 98% |
| Newsletters produzidas | 12 | 76 | 633% |
| Hotsites | 4 | 2 | 50% |
| Duplicatas remetidas para outras instituições | 200 | 1.474 | 737% |

Para maiores informações acerca dessas frentes de trabalho, consultar itens específicos do Centro de Documentação e Pesquisa em Acervo – Tratamento, Acervo – Incorporações, Acervo – Acesso e Intercâmbios Institucionais no Relatório de Atividades da Cinemateca Brasileira.

| Difusão | | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Sessões realizadas | 860 | 1.401 | 163% |
| Filmes exibidos | 288 | 1.560 | 542% |
| Espectadores | 25.920 | 60.728 | 234% |
| Cópias em película emprestadas (longas e curtas) | 240 | 402 | 167% |
| Mostras realizadas pela Cinemateca e nela sediadas | 30 | 52 | 173% |
| Folhetos produzidos* | 16 | 17 | 106% |
| Dias de funcionamento | 322 | 341 | 106% |
| Cópias produzidas por demanda da Difusão | 20 | 50 | 250% |

* Foram produzidas 58.000 unidades dos 17 folhetos; 36.500 unidades de quatro catálogos (7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, VI Jornada Brasileira de Cinema Silencioso, 12ª Conferência Internacional do Documentário e Os múltiplos lugares de Roberto Farias); 3.050 exemplares de 30 cartazes (2.700 exemplares de 27 cartazes para a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, 200 exemplares do cartaz da VI Jornada, 50 exemplares de dois cartazes do Ciclo de Cinema e Psicanálise e 50 exemplares de um cartaz da 12ª Conferência Internacional do Documentário); três unidades de dois banners (Ciclo de Cinema e Psicanálise e 12ª Conferência Internacional do Documentário); 3.000 unidades de filipetas (12ª Conferência Internacional do Documentário); 57.500 unidades de programas (54.000 da 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos e 3.500 unidades da programação da VI Jornada); 21.900 unidades de convites (18.900 da 7ª Mostra Direitos Humanos e 3.000 unidades convites da VI Jornada); e 20.000 unidades do postal da VI Jornada, totalizando 199.953 exemplares de peças gráficas.

| Acesso | | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|
| ATIVIDADES | META | REAL | PORCENTAGEM |
| Atendimentos a pesquisadores | 52 | 92 | 177% |
| Contratos de licenciamento | 26 | 30 | 115% |
| Orçamentos preparados | 264 | 248 | 94% |
| Serviços realizados | 102 | 95 | 93% |
| Cópias de visionamento geradas e incorporadas ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa | 4 | 7 | 175% |

É importante observar que as metas para 2012 foram tomadas de médias anuais, já que essa estimativa, que passou a integrar o Plano de Trabalho da Cinemateca Brasileira para 2013, ainda não era apresentada no Plano de Trabalho de 2012.

Para 2013, esperamos ampliar os indicadores, de modo a que passem a traduzir também a especificidade e a complexidade dos trabalhos desenvolvidos na Cinemateca Brasileira. O número

de metros de película processada pelo Laboratório de Imagem e Som, por exemplo, é um dado importante, mas sua expressão isolada não manifesta o significado dos processamentos em película no ano.

Restaurar um título pode levar dois meses ou dois anos (há casos de filmes restaurados ao longo de décadas), dependendo do estado do material, dos recursos disponíveis e da urgência do processamento; oferecer uma programação de qualidade nas duas salas de cinema, além de requerer uma curadoria especializada, depende de fatores como a raridade da obra, seu público-alvo e relevância, o número de cópias disponíveis e sua localização, a quantidade e o tipo de detentores de direitos sobre as obras.

Será, portanto, nosso desafio, conseguir expressar em indicadores a dimensão do trabalho desempenhado pelas equipes técnicas da Cinemateca (ver Anexo 1 para o detalhamento das atribuições de cada setor).

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Cinemateca Brasileira tem a seguinte estrutura:

- I.** Conselho
- II.** Diretoria
- III.** Assembleia Geral

O Conselho é constituído por 25 membros, sendo sete natos e dezoito eleitos por maioria, entre personalidades de notória dedicação à cultura ou à indústria cinematográfica e audiovisual, nomeados pelo Secretário do Audiovisual.

São membros natos do Conselho:

- a.** O Ministro da Cultura, ou seu representante;
- b.** O Secretário do Audiovisual, ou seu representante;
- c.** O Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, ou seu representante.
- d.** O Secretário de Estado da Cultura de São Paulo, ou seu representante;
- e.** O Secretário Municipal da Cultura de São Paulo, ou seu representante;
- f.** O Diretor Executivo da Cinemateca Brasileira;
- g.** O Representante dos funcionários, ou seu suplente, eleitos para este fim.

O Conselho se reúne ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira reunião no primeiro trimestre de cada ano, a segunda no quarto trimestre e, extraordinariamente, quando os interesses da Cinemateca o reclamarem, mediante convocação de seu Presidente, de um terço de seus membros ou do Diretor Executivo.

Semanalmente, são realizadas reuniões de coordenação, das quais participam os coordenadores de área e membros da diretoria, para que haja um mecanismo de governança e comunicação interna eficaz e perene.

Quanto ao reporting, a Cinemateca Brasileira publica relatórios anuais que cobrem o ano contábil anterior, mantendo relatórios mensais para gestão interna. O último relatório publicado foi o de 2011.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | | X |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | | X |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | X | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | X |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | X | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | X | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | X |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | X | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | X | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | X | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | X | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | X | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | X | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | X | |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | X | |
| Procedimentos de Controle | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | | X |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | X |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | X |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | | X |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |
| Análise Crítica: Nada a Declarar | | | | | |
| <p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p> | | | | | |

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3.4 Sistema de Correição

Não existe na estrutura do MinC unidade específica de correição, no entanto, conforme a Portaria nº 120, da Secretaria Executiva, de 29 de março de 2010, publicada em 31 de março de 2010, preceitua no § 2º do art. 3º que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGEP, subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, é a responsável para atuar na orientação e no suporte técnico operacional para a condução de procedimentos correicionais do MinC em apoio às autoridades instauradoras. Destaca-se que, consoante o *caput* do art. 3º da aludida Portaria, o Secretário Executivo subdelegou a competência aos dirigentes de cada uma das

unidades administrativas com competência definida no Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, para determinar a realização de sindicância e a instauração de processos administrativos disciplinares nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990.

Atualmente, a CGEP conta com uma equipe de seis servidores para atuar na área de apuração de procedimentos sindicantes (sindicâncias e PAD's). No ano de 2012, o Minc instaurou 15 procedimentos disciplinares, conforme o Relatório de Procedimentos Instaurados, que obtiveram julgamentos consolidados, consoante Relatório de Resultados de Julgamento por situação 01/01/2012 a 31/12/2012, extraídos do Sistema CGU-PAD (cópias anexas), registrando que somente os processos com o prefixo 01400 são do MinC e os demais são das entidades vinculadas.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Ministério da Cultura está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de 2007. No entanto, devido a complexidade da matéria analisada; o número de acusados por processos; o cumprimento de diligências por parte de peritos e juntas médicas; a designação de defensor dativo, quando se estende o prazo; os incidentes processuais advindos durante a fase investigativa, ocorrem sucessivas reconduções das comissões sindicantes. Diante disso, apesar de o MinC cumprir os prazos estipulados nos artigos da portaria aludida para cada Comissão instaurada, esse prazo não é o suficiente para o cumprimento de todas as fases procedimentais, seja no rito ordinário, seja no rito sumário.

4 PROGRAMACÃO E EXECUCÃO DA DESPESA ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Não se aplica: Os quadros constarão apenas no RG da Secretaria Executiva

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|---------------------|----------------------------|
| Administração Direita | 42101 | 420037 |
| Fundo Nacional de Cultura | 42902 | 340037 |

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|-----------|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | - | - | - | - | 6.200.000 | 7.561.000 |
| | PLOA | - | - | - | - | 6.200.000 | 7.561.000 |
| | LOA | - | - | - | - | 6.200.000 | 7.561.000 |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | - | - | - | - | - | - |
| | | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | - | - | - | - | - | - |
| - | | - | - | - | - | - | |
| Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | - | - | - | - | 6.200.000 | 7.561.000 |

Fonte:

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|------|---------------------------|------|--------------------------|------|
| | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 1.000.000 | - | - | - | - | - |
| | PLOA | 1.000.000 | - | - | - | - | - |
| | LOA | 1.000.000 | - | - | - | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | - | - | - | - | - | - |
| | | - | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | - | - | - | - | - | - |
| - | | - | - | - | - | - | |
| Créditos Cancelados | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | 1.000.000 | - | - | - | - | - |

Fonte:

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------|---------------------|------|-----------------------------|------|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 6.200.000,00 | 7.561.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - |
| | PLOA | 6.200.000,00 | 7.561.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - |
| | LOA | 6.200.000,00 | 7.561.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | - | - | - | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - | - | - |
| | Créditos Cancelados | - | - | - | - | - | - |
| Outras Operações | | - | - | - | - | - | - |
| Total | | 6.200.000,00 | 7.561.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - |

Fonte: Siafi

4.2.2.4 Análise Crítica

Não houve alteração, cancelamento e nem solicitação de créditos adicionais. O crédito liberado para o cumprimento da programação de trabalho da UJ foi atendido na íntegra.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em
R\$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------|------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebadora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | 203003 - ANCINE | - | 42206 - 13.122.2107.2000.0001 | - | - | 310.000,00 |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebadora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Siafi

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Cinemateca Direta – 420037

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$
1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 6.240.802,15 | 6.557.364,06 | 4.365.227,70 | 3.405.788,09 |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | 339.913,61 | | 87.033,18 |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 6.240.802,15 | 6.217.450,45 | 4.365.227,70 | 3.318.754,91 |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 1.139.742,28 | 998.442,38 | 1.081.552,28 | 859.329,72 |
| g) Dispensa | 767.095,27 | 834.599,82 | 767.095,27 | 711.468,11 |
| h) Inexigibilidade | 372.647,01 | 163.842,56 | 314.457,01 | 147.861,61 |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 7.380.544,43 | 7.555.806,44 | 5.446.779,98 | 4.265.117,81 |

**QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS**Valores em R\$
1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|-------------------|----------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 1.449.824,00 | 3.429.880,00 | 430.942,00 | - |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 1.449.824,00 | 3.429.880,00 | 430.942,00 | 0,00 |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | - | - | - | - |
| g) Dispensa | | | | |
| h) Inexigibilidade | | | | |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 1.449.824,00 | 3.429.880,00 | 430.942,00 | - |

Fonte:

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Cinemateca Direta - 420037

Valores em
R\$ 1,00

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|--------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 3.313.519,50 | 2.423.309,71 | 3.313.519,50 | 2.423.309,71 | 895.863,73 | 1.065.636,16 | 2.417.655,77 | 1.357.673,55 |
| 37 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA | 2.544.822,93 | 2.264.096,48 | 2.544.822,93 | 2.264.096,48 | 105.546,80 | 138.585,17 | 2.439.276,13 | 2.125.511,31 |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 333.845,09 | 75.500,94 | 333.845,09 | 75.500,94 | 151.783,92 | 30.181,02 | 182.061,17 | 45.319,92 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4. Investimentos | | | | | | | | |
| 51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB. | 722.380,00 | 2.386.650,81 | 722.380,00 | 2.386.650,81 | 722.380,00 | 1.658.881,78 | 0,00 | 727.769,03 |
| 52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB. | 465.976,91 | 406.248,50 | 465.976,91 | 406.248,50 | 58.190,00 | 397.404,50 | 407.786,91 | 8.844,00 |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Cinemateca FNC - 340037

Valores
em R\$
1,00

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|------|-----------|------|--------------------|------|---------------|------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
|---|------------|--------------|------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|------|
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 751.570,00 | 3.429.880,00 | 751.570,00 | 3.429.880,00 | 751.570,00 | 3.429.880,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 698.254,00 | 0,00 | 698.254,00 | 0,00 | 267.312,00 | 0,00 | 430.942,00 | 0,00 |
| 37 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4. Investimentos | | | | | | | | |
| 52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC. | 0,00 | 1.465.191,24 | 0,00 | 1.465.191,24 | 0,00 | 1.465.191,24 | 0,00 | 0,00 |
| 39 -OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 256.543,48 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Cinemateca Direta – 420037

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

VALORES EM R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 184.612,00 | 246.753,15 | 131.356,58 | - |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 184.612,00 | 246.753,15 | 131.356,58 | - |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 125.365,49 | 62.757,76 | 118.741,61 | 62.757,76 |
| g) Dispensa | 125.365,49 | 62.757,76 | 118.741,61 | 62.757,76 |
| h) Inexigibilidade | | | | |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 309.977,49 | 309.510,91 | 250.098,19 | 62.757,76 |

Fonte: Siafi Gerencial

Cinemateca FNC – 340037

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

VALORES EM R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|----------|-------------------|----------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 184.612,00 | - | 131.356,58 | - |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 184.612,00 | | 131.356,58 | |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 125.365,49 | - | 118.741,61 | - |
| g) Dispensa | 125.365,49 | | 118.741,61 | |
| h) Inexigibilidade | | | | |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | - | - | - | - |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 309.977,49 | - | 250.098,19 | - |

Fonte:

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Cinemateca Direta - 420037

Valores em
R\$ 1,00

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA | 297.365,49 | 82.238,91 | 297.365,49 | 82.238,91 | 47.267,30 | 19.481,15 | 250.098,19 | 62.757,76 |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 12.612,00 | 227.272,00 | 12.612,00 | 227.272,00 | 12.612,00 | 227.272,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4 – Investimentos | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Cinemateca FNC – 340037

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|-------------|----------------------|-------------|
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA | 297.365,49 | | 297.365,49 | | 47.267,30 | | 250.098,19 | |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 12.612,00 | | 12.612,00 | | 12.612,00 | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| 4 – Investimentos | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Não Houve alteração nas ações da UJ.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não se aplica

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

340037 - CINEMATECA

Valores em
R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2010 | - | - | - | - |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 3.429.880,00 | 0 | 2.978.330,00 | 451.550,00 |
| 2010 | - | - | - | - |

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

420037 - CINEMATECA

Valores em
R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2010 | - | - | - | - |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 3.537.441,78 | (36.957,21) | 3.199.105,17 | 301.379,40 |
| 2010 | 166.906,50 | (144.216,00) | 22.690,50 | - |

Fonte: Siafi Gerencial

5.2.1 Análise Crítica

Há ocorrência de valores inscritos em restos a pagar referentes à exercícios anteriores, devido a não conclusão da prestação de serviços no exercício.

5.3 Transferências de Recursos

Não se aplica

5.3.1 Análise Crítica

A Cinemateca Brasileira tem hoje em vigor 26 Termos de Cooperação Técnica com entidades nacionais e internacionais, que não implicam em transferência de recursos financeiros entre as partes:

Academia Brasileira de Letras
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Arquivo Nacional
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Centro de Documentação da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura
Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro
Centro Técnico Audiovisual
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
Departamento do Patrimônio Histórico – DPH SP
Escola Carlitos
Filmoteca Alberto Cavalcanti
Fundação Cultural de Curitiba
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento
Fundación Centro Cultural Palacio de La Moneda
Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos
Instituto de Políticas Relacionais
Museu da Imagem e do Som de Campinas
Museu da Imagem e do Som de Goiás
Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina
Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
RBS Participações S.A.
Universidade Católica de Goiás
Universidade Federal de Santa Catarina
Vídeo nas Aldeias
Walter Pires

5.4 Suprimento de Fundos

Não se aplica

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica

5.6 Gestão de Precatórios

Não se aplica

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | não há | 24 | 0 | 1 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | não há | 24 | 0 | 1 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | não há | 23 | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | não há | 1 | 0 | 1 |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | não há | 0 | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | não há | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | não há | 3 | 0 | 0 |
| 4. Anistiados (Celetistas) | não há | 1 | 0 | 0 |
| 5. Total de Servidores (1+2+3+4) | não há | 28 | 0 | 1 |

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|---|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 0 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 0 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | 0 |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | 0 |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | 0 |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | 0 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | 0 |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | 0 |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 0 |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 2 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 2 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | 0 |

| | |
|---|----------|
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 0 |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | 0 |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | 0 |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | 1 |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | 1 |
| 4.2. Capacitação | 0 |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 1 |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | 0 |
| 5.2. Serviço Militar | 0 |
| 5.3. Atividade Política | 0 |
| 5.4. Interesses Particulares | 1 |
| 5.5. Mandato Classista | 0 |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 0 |
| 6.1. Afastamento para Participar de Curso de Formação (art. 20 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.624/98) | 0 |
| 6.2. Licença-Prêmio (art. 87 da Lei nº 8.112/90, alterado pela Lei nº 9.527/97) | 0 |
| 6.3. Licença para Tratamento de Saúde (art. 202 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.4. Licença à Gestante (art. 207 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.5. Concessão de 8 (oito) Dias em Virtude de Falecimento (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 6.6. Concessão de 1 (um) Dia para Doação de Sangue (art. 97 da Lei nº 8.112/90) | 0 |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 4 |

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 5 | 5 | 0 | 0 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 5 | 5 | 0 | 0 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 1.2.5. Aposentados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Funções Gratificadas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Anistiados (Celetistas) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3) | 5 | 5 | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 0 | 1 | 3 | 13 | 7 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 1 | 3 | 13 | 7 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 2 | 0 | 0 | 2 | 1 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 2 | 0 | 0 | 2 | 1 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Anistiados (Celetistas) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 4. Totais (1+2+3) | 2 | 1 | 4 | 15 | 8 |

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|--|---|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 16 | 0 | 0 | 0 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 16 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Anistiados (Celetista) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Totais (1+2+3) | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 22 | 0 | 0 | 0 |

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|--|---------------------------------|--|-----------------------|-------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 1.036.741,41 | - | 155.327,91 | 41.385,00 | 123.212,62 | 167.737,05 | 676.323,65 | 201.097,82 | - | 2.401.825,46 |
| | 2011 | 1.148.626,26 | - | 145.058,76 | 53.926,87 | 103.974,04 | 102.133,92 | 576.784,79 | - | - | 2.130.504,64 |
| | 2010 | 1.385.565,72 | - | 165.602,68 | 50.482,32 | - | 70.970,60 | 517.334,82 | - | - | 2.189.956,14 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 106.032,48 | 203.681,62 | 30.685,64 | 9.778,53 | 20.746,15 | 20.754,13 | 70.827,80 | 21.181,32 | - | 483.687,67 |
| | 2011 | 106.032,48 | 188.052,33 | 28.996,16 | 9.479,66 | 50.531,43 | 9.917,20 | 54.408,00 | - | - | 447.417,26 |
| | 2010 | 106.032,48 | 256.228,40 | 33.815,61 | 11.536,97 | - | 390,00 | 36.902,40 | - | - | 444.905,86 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | 19.072,56 | - | - | 725,90 | - | 818,00 | 7.636,54 | - | - | 28.253,00 |

Fonte: SIAPE

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DOS SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO EM 31/12

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 11 | 3 |
| 1.1 Voluntária | 11 | 3 |
| 1.2 Compulsória | 0 | 0 |
| 1.3 Invalidez Permanente | 0 | 0 |
| 1.4 Outras | 0 | 0 |
| 2. Proporcional | 0 | 0 |
| 2.1 Voluntária | 0 | 0 |
| 2.2 Compulsória | 0 | 0 |
| 2.3 Invalidez Permanente | 0 | 0 |
| 2.4 Outras | 0 | 0 |
| 3. Totais (1+2) | 11 | 3 |

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | 2 | 1 |
| 1.1. Integral | 2 | 1 |
| 1.2. Proporcional | | |
| 2. Em Atividade | 0 | 0 |
| 3. Total (1+2) | 2 | 1 |

Fonte: SIAPE

6.1.5 à 6.1.8 – Não se aplica, pois a UJ não é responsável pela gestão de pessoas que está sob a responsabilidade da UJ Secretaria Executiva do MinC. As informações referentes a este item, portanto, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 daquela UJ.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados | Quantidade no Final do Exercício | | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|----------------------------------|------|------|------------------------|-----------------------|
| | 2012 | 2011 | 2010 | | |
| | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão | | | | | |
| | | | | | |

Fonte:

Não se aplica

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

| Nome do Empregado Terceirizado Substituído | Cargo que Ocupava no Órgão | D.O.U. de Publicação da Dispensa | | | |
|--|----------------------------|----------------------------------|------|-------|--------|
| | | Nº | Data | Seção | Página |
| - | - | - | - | - | - |

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CDPE/CGEP/SPOA/SE-MinC

Não se aplica

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

| Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional | Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores | | Quantidade Autorizada de Servidores |
|--|---|------|-------------------------------------|
| | Número | Data | |
| - | 0 | 0 | 0 |
| - | 0 | 0 | 0 |
| - | 0 | 0 | 0 |

Fonte: CDPE/CGEP/SPOA/SE-MinC

Não se aplica

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------|---|----|---|---|---|---|------|
| Nome: Cinemateca Brasileira | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 420037 | | | | | | | CNPJ: 01.264.142/0023-34 | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | L | O | 8/2008 | 04.999.840/0001-48 | 11/11/2008 | 11/11/2013 | 23 | 21 | 0 | 2 | 0 | 0 | P |
| 2010 | V | O | 1/2010 | 66.700.295/0001-17 | 1/1/2010 | 31/12/2013 | 38 | 34 | 0 | 4 | 0 | 0 | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| <p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Cinemateca Brasileira | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 420037 | | | | CNPJ: 01.264.142/0023-34 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | 4 | O | 4/2009 | 04.999.840/0001-48 | 4/5/2009 | 4/5/2013 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | P |
| 2010 | 10 | O | 3/2010 | 03.022.122/0001-77 | 11/1/2010 | 11/1/2014 | 0 | 0 | 8 | 8 | 0 | 0 | P |
| 2011 | 5 | O | 8/2011 | 04.999.840/0001-48 | 24/10/2011 | 24/10/2013 | 0 | 0 | 5 | 5 | 0 | 0 | P |
| 2011 | 9 | O | 8/2011 | 04.999.840/0001-48 | 24/10/2011 | 24/10/2013 | 5 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | P |
| 2011 | 9 | O | 15/2011 | 03.733.580/0001-14 | 19/12/2011 | 19/12/2013 | 0 | 0 | 2 | 2 | 1 | 1 | P |
| 2011 | 9 | O | 12/2011 | 52.138.757/0001-40 | 1/12/2011 | 1/12/2013 | 0 | 0 | 3 | 3 | 1 | 1 | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transporte; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Não se aplica: uma vez que a gestão do cadastro de estagiários é da coordenação geral de gestão de pessoas, vinculadas a UJ – Secretaria Executiva.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

| MARCA | MODELO | PLACA | ANO |
|---------------|----------|---------|------|
| FIAT | FIORINO | BVZ0360 | 1997 |
| FIAT | DOBLÔ | APT6417 | 2008 |
| WOLKSWAGEN | PARATI | DJL1713 | 2010 |
| MERCEDES BENS | SPRINTER | EEF8229 | 2011 |

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|----------------------------------|-----------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | UF 1 | 03 | 03 |
| | município 1 | São Paulo / SP | São Paulo / SP |
| | município 2 | São Paulo / SP | São Paulo / SP |
| | município “n” | Itu / SP | Itu / SP |
| | UF “n” | - | - |
| | município 1 | - | - |
| | município 2 | - | - |
| | município “n” | - | - |
| Subtotal Brasil | | 03 | 03 |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | - | - |
| | cidade 1 | - | - |
| | cidade 2 | - | - |
| | cidade “n” | - | - |
| | PAÍS “n” | - | - |
| | cidade 1 | - | - |
| | cidade 2 | - | - |
| | cidade “n” | - | - |
| Subtotal Exterior | | - | - |
| Total (Brasil + Exterior) | | 03 | 03 |

Fonte:

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|---------------|----------------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|---------------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 420037 | (1) 6579.00004.500-3 | 10 | 6 | 297.720,00 | 26/12/2000 | - | - | - |
| 420037 | (2) 7107.00774.500-3 | 3 | 5 | * | - | - | - | - |
| 420037 | (3) 7107.00326.500-7 | 5 | 2 | 132.903,72 | 26/12/2000 | - | 722.380,00 | ** 6.231.735,10 |
| Total | | | | | | | 722.380,00 | 6.231.735,10 |
| Fonte: | | | | | | | | |

* **Obs 1.:** Valor Pendente de Regularização

****Obs 2:** Os contratos referentes às despesas com manutenção, contemplam valores globais e atendem as 02 unidades da Cinemateca Brasileira (Vila Clementino e Vila Leopoldina).

Legenda de Identificação RIP:

- (1) Terreno de Itu
- (2) Galpão Vila Leopoldina
- (3) Complexo Vila Clementino

Análise Crítica: A Cinemateca tem consciência de que necessita regularizar e atualizar os valores dos bens imóveis e está tomando providências.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Quesitos a serem avaliados | |
|--|--|
| 1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição: | |
| | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor. |
| | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional. |
| | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. |
| | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| | Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI. |
| | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI. |
| 2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição: | |
| X | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012. |
| | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles. |
| | Os indicadores e metas de TI são monitorados. |
| | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas. |
| | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição. |
| 3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição: | |
| | Auditoria de governança de TI. |
| | Auditoria de sistemas de informação. |
| | Auditoria de segurança da informação. |
| | Auditoria de contratos de TI. |
| | Auditoria de dados. |
| | Outra(s). Qual(is)? _____ |
| X | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012. |
| 4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere: | |
| X | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. |
| | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente. |
| | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio. |
| | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores. |
| | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI. |

| | |
|---|--|
| | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.). |
| | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. |
| | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. |
| | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão. |
| | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI. |
| | O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: |
| 5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio: | |
| | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. |
| X | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição. |
| | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. |
| 6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos: | |
| | Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações). |
| | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito). |
| | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. |
| | Gestão dos incidentes de segurança da informação. |
| 7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre | |
| | (4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. |
| | (4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação. |
| | (4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato. |
| | (4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos. |
| | (4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. |
| | (1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). |
| 8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo) | |
| | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. |
| | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. |
| X | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| 9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov? | |
| | Entre 1 e 40%. |
| | Entre 41 e 60%. |
| | Acima de 60%. |
| X | Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov). |
| Comentários | |
| Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário. | |
| | |

8.2 Análise Crítica

Embora não tenha sido publicada a composição de um comitê de TI, a Cinemateca Brasileira conta atualmente com uma equipe interdisciplinar que é responsável pela infraestrutura tecnológica da Cinemateca Brasileira e por desenvolver soluções de tecnologia para o armazenamento, a organização, o gerenciamento e a disponibilização de informações sobre os acervos audiovisuais (fílmicos, fotográficos, magnéticos e digitais) e documentais (cartazes, roteiros, materiais de imprensa e divulgação, livros, revistas, manuscritos etc.) da instituição, bem como dos conteúdos digitais sob sua guarda. A Direção da Cinemateca acompanha regularmente o trabalho dessa equipe,

orientando suas ações e considerando suas recomendações técnicas na tomada de decisões relativas a essa área.

Cabe esclarecer, ainda, que a instituição realiza, via Orçamento, apenas aquisições e contratações relativas à infraestrutura da sua área de TI, principalmente no que se refere à informática. A maior parte dos equipamentos e serviços técnicos com que a instituição conta é proveniente de ações e parcerias apoiadas pela Sociedade Amigos da Cinemateca.

Quanto à questão 8, cabe também apontar que os serviços prestados pela Cinemateca Brasileira, que deverão constar da Carta ao Cidadão a ser publicada em 2013, são viabilizados por recursos advindos da Lei Orçamentária e dos projetos executados pela Sociedade Amigos da Cinemateca, em apoio às atividades da Cinemateca Brasileira.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|--|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | | | X | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>R. Os critérios de sustentabilidade ambiental aplicados nas contratações realizadas pela Cinemateca Brasileira levam em consideração, no que couberem, aqueles estabelecidos nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, bem como da Portaria Ministerial nº 99, de 05 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União veiculada em 09.11.2009, que “dispõe sobre a vedação ao Ministério da Cultura e aos órgãos vinculados de aquisição e utilização de produtos e subprodutos que contenham asbestos ou amianto em sua composição.</p> | | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | X | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | X |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | X | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | X | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | | | | X | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>R. Na aquisição de materiais de expediente, referente ao papel A4, foram comprados</p> | | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 80% reciclados e apenas 20% brancos. | | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | X | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | Sim () | | Não () | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | | X | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | | X |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | X |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | X |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | X | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | | X | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | |
|--|---------------|--|
| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados |
| Programa de Eficiência Energética | 2007 | Houve uma redução de energia com a implantação do programa. Porém, eventuais economias não aparecem devido ao constante aumento nas cargas instaladas. |

| | | | | | | |
|---|-------------------|--|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Implantação da Central de Água Gelada - CAG | 2008 | Foi implantado no último trimestre de 2012, na Torre de Arrefecimento, o sistema de água de reuso. Devido ao consumo de água por recursos naturais, foi fechado completamente o registro da SABESP neste ramal. Desta forma, os resultados incidem diretamente nos custos. | | | | |
| Construção de Torre Cilíndrica e Reservatório Subterrâneo | 2011 | Baixa no consumo de água, devido à captação e reuso das águas de chuva. O resultado foi obtido em 6 meses, considerando que a entrega da obra ocorreu em Junho/12. | | | | |
| Quantidade | | | | | | |
| Recurso Consumido | Exercícios | | | Valor | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel (resmas) | 642 | 0 | *800 | 7.387,48 | 0,00 | 8.402,00 |
| Água (m³) | 6.363 | 7.801 | 7.261 | 152.678,31 | 163.842,56 | 156.777,64 |
| Energia Elétrica (kw) | 588409,355 | 3769041,761 | 3209616,509 | 820.103,63 | 644.319,09 | 623.716,65 |
| | | | Total | R\$ 980.169,42 | R\$ 808.161,65 | R\$ 788.896,29 |

Fonte:

*Obs: O contrato firmado com a empresa de reprografia (de 2008 a início de 2011) contemplava fornecimento de papel A4. Considerando que a vigência expirava em 12/2/2011 e que por orientação da CJU, o contrato vigente não contempla fornecimento de papel, foram adquiridas 800 resmas de papel A4, no final do exercício de 2010, para atender a demanda de 2011.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Não houve

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se Aplica a Administração Direta

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE

Análise Crítica:

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP é a unidade responsável pelo recebimento da DBR e/ou do Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, no ato da posse da Autoridade ou do servidor detentor de Função Comissionada, conforme normativo legal.

As Declarações e os Formulários, estes datados e assinados pelo servidor, são entregues em papel, em envelope lacrado e devidamente identificado com o nome do servidor e do conteúdo do mesmo, sendo o controle da recepção feita manualmente por um servidor da COGEP designado para tal atividade.

Os envelopes são armazenados em armário trancado. O acesso ao conteúdo das Declarações se dá somente pelos órgãos de controle.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Declaração do SIASG – Anexo I da Parte B do Relatório.

Declaração do SICONV - Não se aplica a UJ

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta UJ não aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Porém, estamos cientes da necessidade de implantação do sistema patrimonial e, desta forma, solicitaremos apoio ao Ministério da Cultura na realização de treinamento para operacionalizar o sistema e aplicação das normas vigentes, bem como de mão de obra qualificada para tal função.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A Declaração do Contador encontra-se no Relatório de Gestão da Secretaria do Audiovisual, englobando todas as suas unidades.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Os itens 11.3 a 11.6 - Não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Nada a destacar

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em 2012, o Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira deu continuidade ao desenvolvimento de atividades que podem ser divididas em três principais frentes: Eventos Regulares, Sessões Permanentes e Mostras e Festivais. O ano foi marcado pelo fortalecimento de parcerias entre a Cinemateca e outras instituições de naturezas diversas – culturais, acadêmicas, consulares, científicas – tanto na esfera pública quanto privada. Isto possibilitou, além de maior diversificação da programação oferecida, o seu aumento em termos quantitativos e qualitativos. O resultado foi um acréscimo da média de público por sessão (Ver “dados de público”, a seguir).

Eventos Regulares diz respeito a mostras audiovisuais, festivais e ciclos produzidos pela Cinemateca Brasileira, em parceria com outras instituições, que já apresentaram edições em anos anteriores e se consolidaram como programações anuais da instituição. Neste âmbito, foram realizados em 2012 a 6ª edição da Jornada Brasileira de Cinema Silencioso e a 7ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul. Também foram realizados, entre outros: mostra

Cinemateca SP, que comemora o aniversário da cidade de São Paulo; Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual (celebrado em 27 de outubro como parte da programação da 36ª Mostra Internacional de Cinema); e mostra Verão de Clássicos, ampla e variada seleção de filmes clássicos estrangeiros, de diversos gêneros e épocas. Atividades no campo educativo também tiveram espaço através de programas como o Ciclo de Cinema e Psicanálise, projeto realizado em parceria com a Federação Latinoamericana de Psicanálise, e o curso modular Uma História do Cinema, ministrado pelo professor Rubens Machado Jr., fruto da contínua parceria com a Universidade de São Paulo, entre outros.

No âmbito das Sessões Permanentes, com programas que contam com janelas fixas dentro da programação, sejam elas semanais ou mensais, tiveram continuidade os programas Curta Cinemateca, com sessões gratuitas de curtas-metragens brasileiros agrupados em programações temáticas; o Curta Cinemateca Especial, que exhibe filmes de novos realizadores em formato curto e o Primeira Exibição, dedicado à exibição de filmes brasileiros de média e longa metragem independentes inéditos no circuito comercial. No campo educativo, foi mantida a parceria com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) para a realização mensal do Univercine, sessão seguida de debate que conta com a participação de professores da Unifesp e de pessoas ligadas à produção cinematográfica para discussões de temas relativos ao campo das Ciências Humanas, assim como a Sessão Averroes, fruto de parceria com o Hospital Premier/Grupo MAIS e a Instituição Oboré, que promove discussões acerca de conceitos vinculados à terminalidade da vida e aos cuidados paliativos. Outra parceria continuada se deu com a Associação Brasileira de Cinematografia, que promove mensalmente a Sessão ABC – exibição gratuita de um longa-metragem seguida de conversa com o público, os realizadores e os técnicos envolvidos com a produção do filme.

Além desses, foram incluídos na programação eventos já conhecidos do público e que vêm marcando presença nós últimos anos. Trata-se de mostras idealizadas e desenvolvidas por parceiros e realizadas na Cinemateca com frequência anual ou bienal, como a 7ª Mostra Mundo Árabe de Cinema, realização do ICArabe – Instituto da Cultura Árabe, a Mostra Prêmio ABC 2012, realizada pela ABC – Associação Brasileira de Cinematografia, e o V Ciclo de Cinema e Reflexão: Aprender a Viver, Aprender a Morrer, fruto de parceria com o Hospital Premier/Grupo MAIS e a Oboré.

Festivais de cinema que tradicionalmente integram o calendário anual de eventos culturais da cidade de São Paulo também trouxeram sua programação – ou parte dela – para a Cinemateca Brasileira em 2012. É o caso, por exemplo, da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, do É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários, do Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo e do In Edit Brasil, festival voltado ao documentário musical e que passou a integrar a programação da Cinemateca em sua quarta edição.

No que diz respeito às Mostras e Festivais, alguns projetos foram idealizados e produzidos também pelo Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira, complementando o leque de opções disponíveis para o público ao longo do ano de 2012. Foram promovidos ciclos de exibições e palestras em que se destacaram as mais variadas cinematografias, incluindo datas comemorativas de filmes e de personalidades ilustres do cinema brasileiro e mundial. O cinema francês foi homenageado com as mostras Semana da Francofonia: Retrospectiva François Truffaut, Alain Resnais e Leos Carax (sempre com o apoio do Consulado Geral da França no Rio de Janeiro); o cinema japonês com as mostras Traffic – Festival de Cinema e Cultura Asiática de São Paulo (que contou com correalização da Fundação Japão); o cinema nórdico, com os ciclos Docpoint – Mostra De Documentários Finlandeses (em parceria com a Embaixada da Finlândia e o Instituto Ibero-Americano da Finlândia) e Cinema Nórdico: Filmes Suecos Contemporâneos (contando com apoio da Embaixada da Suécia e do Instituto Sueco); além de diversas mostras que destacaram o cinema brasileiro, como Centenário de Mazaropi, Tadeu Jungle, Os Múltiplos Lugares de Roberto Farias, Nelson Rodrigues 100 Anos, entre outras.

Ainda nos destaques brasileiros, tivemos a mostra A Boca em Roterdã, durante os meses de julho e agosto, em que foi reapresentada em São Paulo a mostra *The mouth of garbage – subculture and sex in São Paulo 1967-1987*, destaque da última edição do Festival Internacional de Cinema de Roterdã. Contando com uma parcela expressiva da filmografia da Boca e com obras que dialogam com o imaginário ali cultivado, a mostra também homenageou o cineasta Carlos Reichenbach (1945-2012).

Destacaram-se também, entre as mostras especiais, o ciclo O Horror no Cinema Brasileiro, com exibições mensais resultantes da parceria com a Heco Produções; Memória e Transformação – o Documentário Político na América Latina Ontem e Hoje, realização do Instituto Vladimir Herzog e que trouxe o cineasta chileno Patricio Guzmán para ministrar um curso livre na Cinemateca; e Stefan Zweig Vai ao Cinema, evento em parceria com a Casa Stefan Zweig para homenagear um dos escritores mais adaptados na história do cinema. Por fim, alguns eventos especiais de curta duração: lançamento de novos volumes em DVD da Coleção Cinema Marginal Brasileiro, contendo filmes dos cineastas Sérgio Bernardes Filho e Ozualdo Candeias; lançamento do DVD do documentário *Paralelo 10*, dirigido por Silvio Da-Rin; sessões especiais de documentários da francesa Claire Angelini, com a presença da realizadora na Cinemateca; e exibição especial do longa-metragem *LB Persona*, filme dirigido por Galileu Garcia que conta a história do cineasta Lima Barreto, entre outros.

Em relação às exposições promovidas nos espaços da Cinemateca, podemos ressaltar a homenagem a um dos maiores ícones da cultura cinematográfica mundial, a atriz Marilyn Monroe (1926-1962). Foi apresentada no primeiro semestre a exposição Quero Ser Marilyn Monroe, que reuniu peças de mais de cinquenta artistas – entre eles Andy Warhol, Peter Blake, Cecil Beaton e Henri Cartier-Bresson – e registra a ascensão da diva ao estrelato, bem como os diversos olhares que se projetaram sobre ela no cinema e na moda. Também foram sediadas nos espaços da Cinemateca as exposições Direitos Humanos, Imagens do Brasil, que contou com imagens jornalísticas e históricas que ilustram a história da luta pela conquista dos Direitos Humanos no Brasil; Yutaka Toyota, em parceria com o Instituto Olga Kos; e uma pequena homenagem a Roberto Farias, com cartazes e fotografias de cena de filmes dirigidos e/ou produzidos por ele, da coleção da Cinemateca Brasileira e impressos pela instituição.

Mais detalhes a respeito de todas as atividades desenvolvidas pela Cinemateca Brasileira podem ser encontrados no **item 2.4. Indicadores**.

Segue abaixo número de sessões, quantidade de público e média de espectadores por sessão nas salas da Cinemateca Brasileira e seu quadro evolutivo:

| Período | 11 de janeiro a 14 de dezembro de 2012 |
|----------------------------------|--|
| Filmes exibidos | 1.560 |
| Sessões | 1.401 |
| Público | 60.728 |
| Média de espectadores por sessão | 43,34 |

PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXECÍCIO DE 2013

O Plano de Trabalho para 2013, apresentado pela Direção da Cinemateca Brasileira ao Conselho da instituição e aprovado por unanimidade em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012, definiu as seguintes ações:

ÁREAS TÉCNICAS

Continuidade das ações nos setores de Acervo Audiovisual (atividades correntes dos Setores de Preservação e Catalogação, atividades da Comissão de Avaliação e Descarte, incorporação e processamento de acervos, como os do Canal 100 e da TV Tupi, funcionamento do setor de Fotografia e do birô digital de impressão instalado na Vila Leopoldina);

Continuidade dos trabalhos no Laboratório de Imagem e Som (incluindo, além das tarefas cotidianas ligadas ao processamento de materiais em variados suportes fílmicos, eletrônicos e digitais, aquelas ligadas ao Programa de Preservação e Restauração de Obras Audiovisuais, ao Programa de Restauo de Filmes da Cinemateca Brasileira, à Programadora Brasil VII, ao Programa de preservação fílmica, ao Programa de migração de conteúdos dos formatos em vídeo e os projetos realizados com o apoio do Centro Cultural Banco do Brasil e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a parceria do Arquivo Público do Estado de São Paulo);

Continuidade dos trabalhos do Centro de Documentação e Pesquisa (incluindo o funcionamento da Biblioteca Paulo Emílio Salles Gomes, do Anuário do Cinema Brasileiro, o processamento de cartazes, o trabalho nos Arquivos Pessoais e Institucionais, o trabalho na Filmografia Brasileira, a continuidade do trabalho nas publicações de responsabilidade da Cinemateca Brasileira ou com as quais a instituição colabora);

Continuidade dos trabalhos de Difusão (realização de exposições, empréstimos e eventos relacionados ao cinema e continuidade dos trabalhos do Núcleo de Programação); e

Continuidade dos trabalhos de Acesso (atendimento a pesquisadores, estudantes, depositantes, produtores culturais e cinematográficos).

Na área de Tecnologia da Informação – TI, previu-se a continuidade dos trabalhos de modelagem das bases de dados, desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Acervos da Cinemateca Brasileira e criação de interface de comunicação entre aplicações disponibilizadas via Webservice, bem como o prosseguimento dos processos relativos à informática (atualização de equipamentos, ligação com a RNP, atualização da infraestrutura, suporte técnico aos setores e apoio a eventos sediados na Cinemateca Brasileira).

Prosseguimento da implantação do setor de Comunicação, com o objetivo geral de favorecer a integração entre setores, promover a avaliação e o aprimoramento de fluxos de trabalho correntes e trabalhar nos processos de comunicação institucional interna e externa e incluindo a manutenção do site e do portal Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira e a assessoria de imprensa (divulgação de ações da instituição e atendimento a demandas), bem como uma avaliação sobre o Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais – SiBIA, para deliberação sobre sua continuidade.

PROJETOS E PARCERIAS

Com o encerramento, em julho de 2013, da parceria estabelecida entre o Ministério da Cultura e a Sociedade Amigos da Cinemateca, previu-se a finalização dos Planos de Trabalho Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais III e Cine Mais Cultura.

Previu-se a continuidade os projetos Centro de Referência Audiovisual – CRA, Rede de Cinemas Digitais, Programa de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais IV, Programadora Brasil VII, Banco de Conteúdos Culturais, Plano Anual de Trabalho da SAC, Programa de Restauo de Filmes da Cinemateca Brasileira, Acervo Quadruplex da Extinta TV Tupi, Memória da Publicidade Brasileira, Memória do Esporte Olímpico Brasileiro e Marcas da Memória, além da realização da

VII Jornada Brasileira de Cinema Silencioso, da 8ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul; dos programas Cine-Educação e Cine Maior Idade; dos projetos Jogos Colaborativos e Mulher em Foco; da participação na Enciclopédia do Cinema Brasileiro, no Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa e no Colóquio Paulo Emilio Salès Gomès et Jean Vigo; das parcerias e colaborações com a Ancine, a Fiaf (Federação Internacional de Arquivos de Filmes) e a Fiat (Federação Internacional de Arquivos de Televisão), a BiblioCi e a Claim; e do trabalho no Catálogo Colectivo Iberoamericano.

COOPERAÇÕES TÉCNICAS

Previu-se a continuidade das cooperações estabelecidas.

ADMINISTRAÇÃO

Continuidade dos trabalhos de planejamento, organização, direcionamento, controle e avaliação das tarefas que são desempenhadas para alcançar os objetivos da instituição.

Para informações detalhadas sobre cada uma das frentes de trabalho citadas, ver a íntegra do Plano de Trabalho 2013.

DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ

A maior fraqueza – e, por conseguinte, uma grande dificuldade – enfrentada pela Cinemateca Brasileira na consecução de sua missão institucional advém do fato de que, com os recursos orçamentários recebidos, não é possível viabilizar ações fundamentais para o seu pleno funcionamento. Essas ações vêm sendo viabilizadas pela Sociedade Amigos da Cinemateca, que propõe projetos a parceiros das esferas pública e privada, devendo essa estrutura ser permanentemente renovada, já que os projetos têm duração definida. A obtenção de recursos para manter os grandes avanços conseguidos pela instituição ao longo dos últimos anos é, portanto, incerta.

13 PARTE B – ANEXOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO




MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Gestão de Contratos

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, **VIVIANNE MOREIRA LIMA**, gestora responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema, **CPF nº 788.023.53-53**, **Coordenadora de Gestão de Contratos**, exercido na **Coordenação Geral de Licitação e Contatos – CGLIC/SPOA**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de março de 2013.


VIVIANNE MOREIRA LIMA
CPF 788.023.503-53
Coordenadora de Gestão de Contratos